



FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2

Nome da Pasta	CNBB_102.3
Autor/Instituição	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
Número de Documentos	1
Quantidade e tipo de documentação	1 caderno que contém páginas sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Total de páginas: 112
Dia/ Mês/Ano	1974-1982
Formato	Ofício
Resumo	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculadas na imprensa brasileira e alemã, entre os anos 1974-1982, sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil.
Palavras-Chave	Conferência; Nacional; Bispos, Brasil; Igreja; Política; Bispado; Migrantes.
Notas explicativas	A contagem de páginas obedece à regra: sempre a partir da primeira após a capa, sendo esta a “01”.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



	<p>Lista das páginas em língua estrangeira: 02, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 36.</p>
--	--

CEDIM – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

Av. Governador Roberto Silveira S/N - CEP: 26020-740 - Centro - Nova Iguaçu-RJ

Bibliothek

CNBB

1974 - 82



Institut für Brasilienkunde

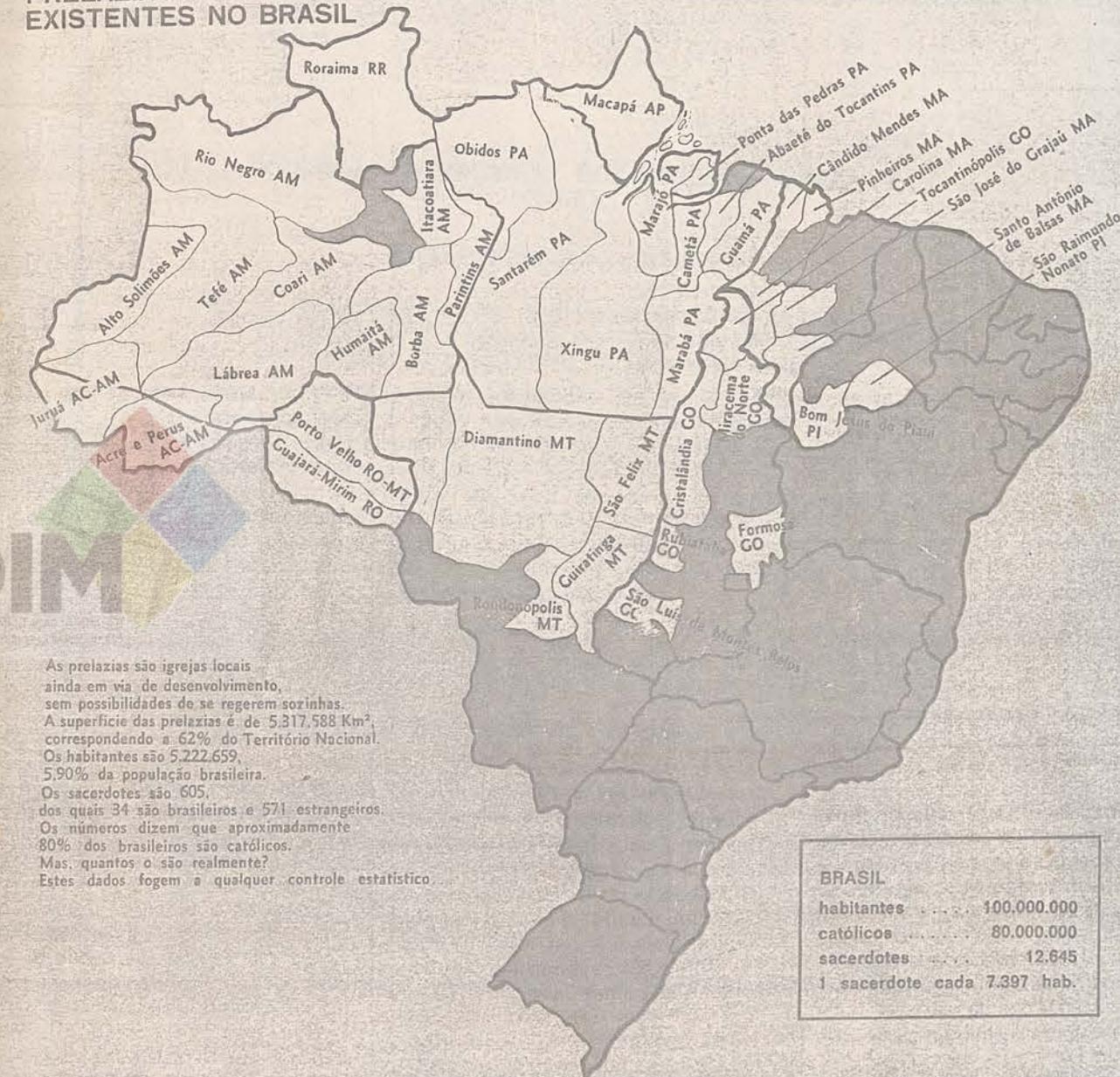
KI-BR 102.3

Bibliothek

03 10 10



PRELAZIAS EXISTENTES NO BRASIL



As prelazias são igrejas locais ainda em via de desenvolvimento, sem possibilidades de se regerem sozinhas. A superfície das prelazias é de 5.317.588 Km², correspondendo a 62% do Território Nacional. Os habitantes são 5.222.659, 5,90% da população brasileira. Os sacerdotes são 605, dos quais 34 são brasileiros e 571 estrangeiros. Os números dizem que aproximadamente 80% dos brasileiros são católicos. Mas, quantos o são realmente? Estes dados fogem a qualquer controle estatístico.

BRASIL	
habitantes	100.000.000
católicos	80.000.000
sacerdotes	12.645
1 sacerdote cada	7.397 hab.

PRESIDÊNCIA

Além de sua Assembléia-Geral, que se reúne ordinariamente de dois em dois anos, a CNBB é dirigida pela Presidente, com mandato de quatro anos. As últimas eleições foram realizadas em 17 de fevereiro de 1971.

Presidente DOM ALOÍSIO LORSCHIEDER, O.F.M., Bispo de Santo Ângelo.

Enderéço: Rua Marquês do Herval, 1270, C.P. 202, 98800 Santo Ângelo, RS.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB)

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Histórico A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi constituída em 16 de outubro de 1952 e aprovada sua instituição pelo Papa Pio XII. É tida como expressão da colegialidade do Episcopado Nacional.

Finalidades A CNBB tem por finalidades: 1. estudar assuntos de interesse comum da Igreja no país, para melhor promover a ação pastoral orgânica — 2. deliberar em matérias de sua competência, segundo as normas do direito comum ou de mandato especial da Sé Apostólica — 3. manifestar solicitude pela Igreja Universal, através da comunhão e colaboração com a Sé Apostólica e com as outras Conferências Episcopais — 4. cuidar do relacionamento com os poderes públicos, a serviço do bem comum, ressalvando o conveniente entendimento com a Nunciatura Apostólica, no âmbito de sua competência específica.

Membros São membros da CNBB: 1. por direito comum, os Ordinários de lugar, de qualquer rito (exceto os Vigários gerais), os Bispos Coadjutores, os Auxiliares e outros Bispos encarregados de função especial pela Santa Sé ou pela Conferência Episcopal — 2. por direito particular, os demais Bispos, em comunhão com a Santa Sé, que tenham domicílio canônico no Brasil.

Órgãos São órgãos da CNBB: 1. a Assembléia-Geral — 2. a Comissão Representativa — 3. as Comissões Episcopais Regionais — 4. a Presidência — 5. a Comissão Episcopal de Pastoral — 6. a Comissão Nacional do Clero e outras Comissões especiais criadas por determinação da Santa Sé ou decisão da Assembléia-Geral — 7. o Conselho Pastoral Nacional — 8. o Secretariado Geral.

Sede A CNBB tem sua sede e fôro jurídico na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, e departamentos onde se torne necessária a atuação da entidade.

Organização e Governo

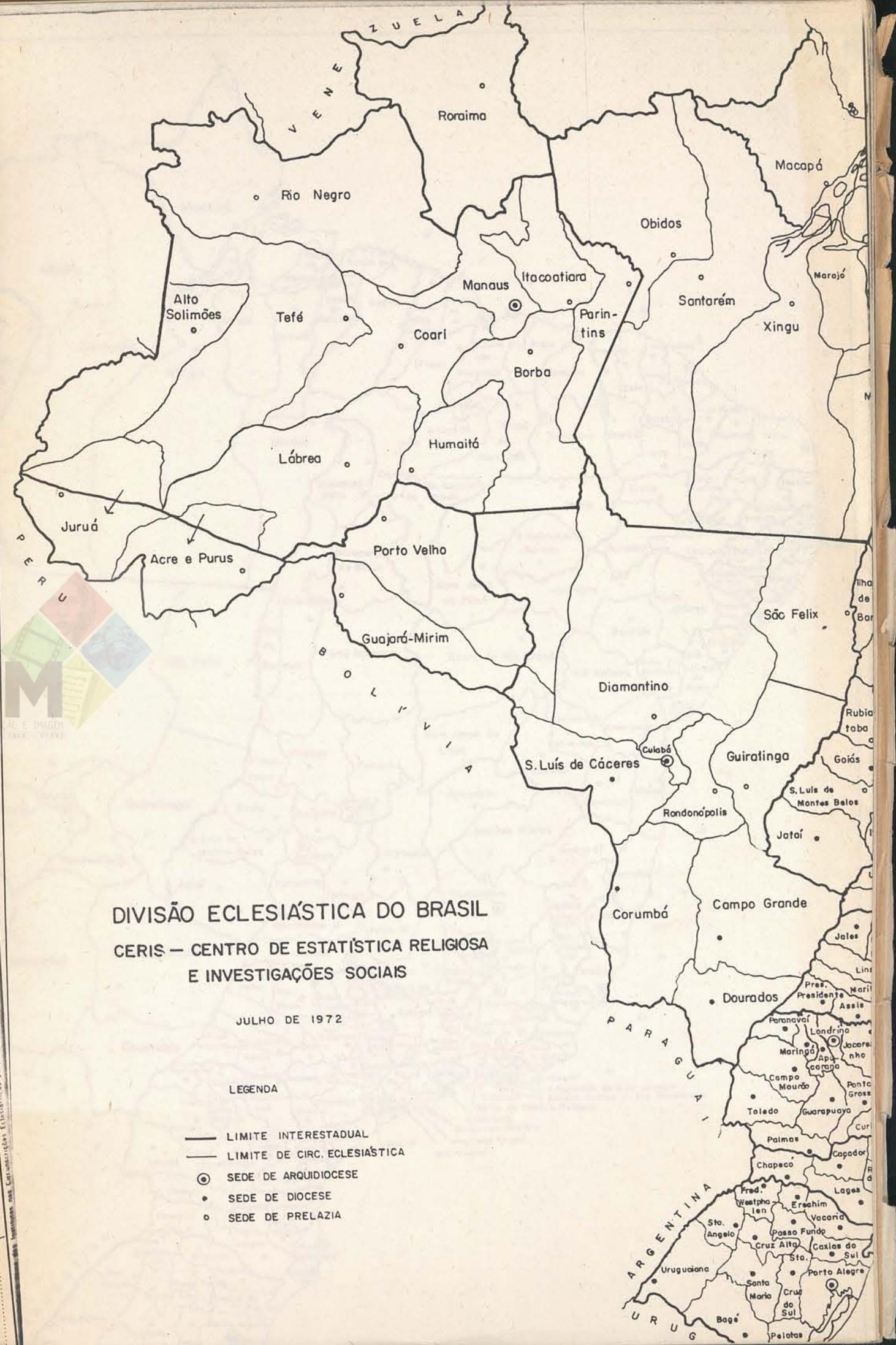
Órgãos executivos

PRESIDÊNCIA

Além de sua Assembléia-Geral, que se reúne ordinariamente de dois em dois anos, a CNBB é dirigida pela Presidente, com mandato de quatro anos. As últimas eleições foram realizadas em 17 de fevereiro de 1971.

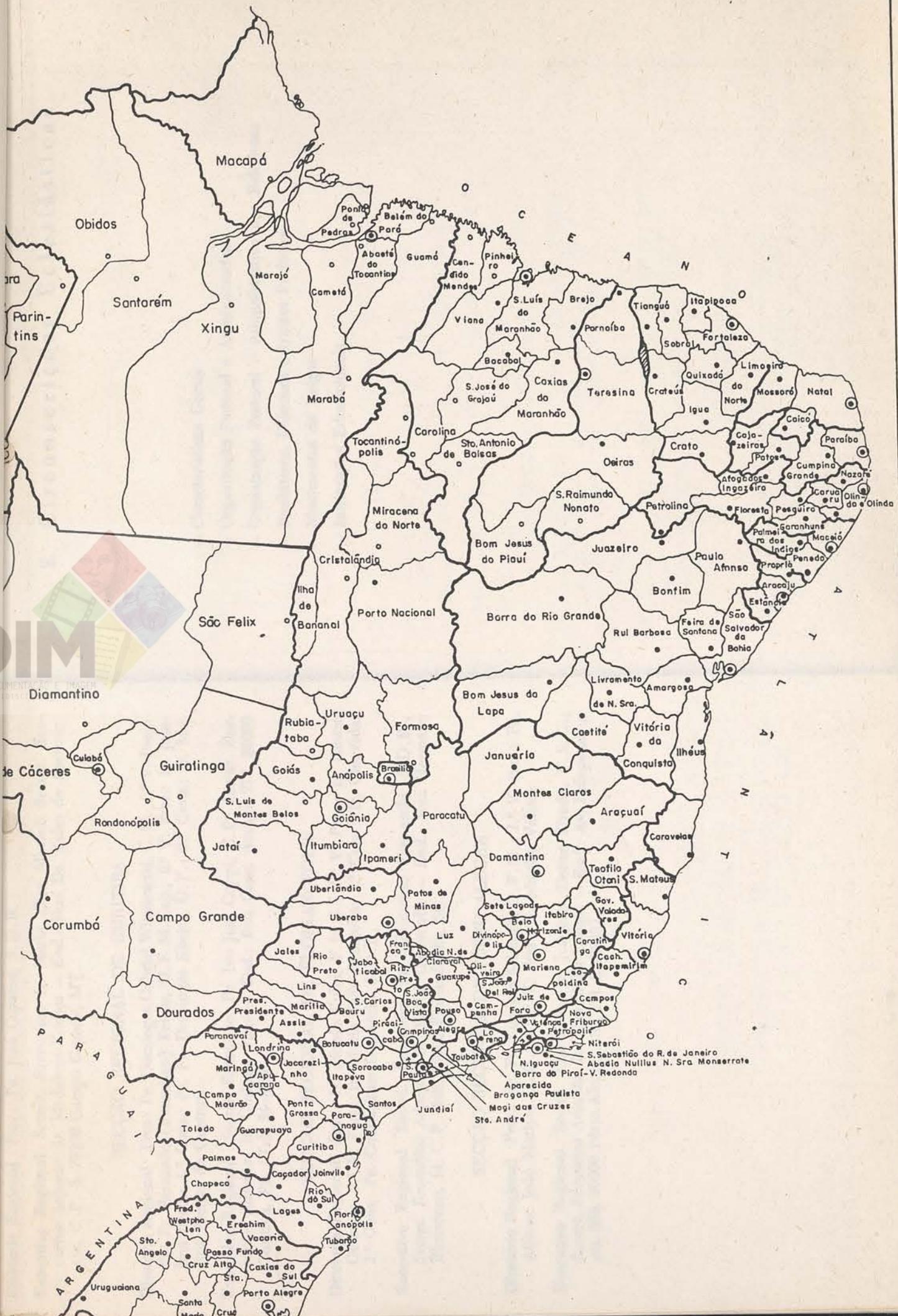
Presidente DOM ALOÍSIO LORSCHIEDER, O.F.M., Bispo de Santo Ângelo.

Enderéço: Rua Marquês do Herval, 1270, C.P. 202, 98800 Santo Ângelo, RS.





CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR Diamantina





Diretoria Regional Pres.: Pe. José Corazza, S.D.B.

Executivo Regional Secret. Executivo: Ir. Maria Elisa Mazzei; Secret. Executiva Adjunta: Ir. Madalena Korbes – End.: Rua Dr. Euler de Azevedo, s/n, C.P. 3, 79100 Campo Grande, MT.

SEÇÃO REGIONAL DE CURITIBA

Diretoria Regional Pres.: Pe. Domingos Gabriel Wisniewski, C.M.; 1º V. Pres.: Pe. Fr. Bernardo (Francisco) Felipe, O.F.M. Cap.; 2º V. Pres.: Ir. Joseolina Brod.; 1º Cons.: Pe. Fr. Domingos Ebejer, O.P.; 2º Cons.: Ir. Mariana Freitas de Queiroz.

Executivo Regional Secret. Executivo: Pe. Ivo José Coppi, C.P.; Secret. Executiva Adjunta: Ir. Giuliana Picci – End.: Rua Cons. Araújo, 277, 80000 Curitiba, PR (Tel. 24-4031).

SEÇÃO REGIONAL DE FLORIANÓPOLIS

Diretoria Regional Pres.: Ir. Aloisio Kuhn, F.M.S.; 1º V. Pres.: Ir. Emma Oenning; 2º V. Pres.: Ir. Maria Zélia Busarello; 1º Cons.: Ir. Clemilda, 2º Cons.: Pe. Constantino Demarchi, S.D.B.

Executivo Regional Secret. Executivo: Pe. Constatino Demarchi, S.D.B.; Secret. Executiva Adjunta: Ir. Adélia Giovannella – End.: Rua Hermann Blumenau, 14, C.P. 849, 88000 Florianópolis, SC

SEÇÃO REGIONAL DE PORTO ALEGRE

Diretoria Regional Pres.: Pe. Fr. Eugênio Schmidt, O.F.M.; 1º V. Pres.: Pe. Affonso João Mattye, C.SS.R.; 2º V. Pres.: Ir. Martha Valieri.

Executivo Regional Secret. Executivo: Ir. Joaquim Deitos Sfredo, F.S.C.; Secret. Executiva Adjunta: Ir. Theresinha Longhi – End.: Av. Independência, 383, 90000 Pôrto Alegre, RS (Tel. 25-8282).

2. Circunscrições Eclesiásticas

- Características Gerais
- Organização Pastoral e Administrativa
- Organização Pastoral e Administrativa dos Religiosos
- Presbíteros, Diáconos e Irmãos Professos
- Movimentos de Leigos
- Instituições Educacionais



Diretoria Regional *Membros*: Pe. Egberto van Lier, C.S.Sp., pres., Pe. Benito Barlascini, S.D.B., Ir. Lydia Vicentim, Ir. Yara Magalhães e Ir. Marilia Menezes.

Executivo Regional *Secret. Executiva*: Ir. Yara Magalhães — *End.*: Av. Constantino Nery, 1667, São Geraldo, C.P. 88, 69000 Manaus, AM.

SEÇÃO REGIONAL DE BELÉM

Diretoria Regional *Membros*: Pe. Guilherme van de Lokkant, O.S.Cr., pres., Ir. Geraldina S. Furtado, Pe. Teodoro Jaspers, C.S.Sp., Ir. Judite Andrade e Ir. Ivone Barros Lima.

Executivo Regional *Secret. Executivo*: Pe. João Dericksx, C.S.Sp.; *Aux.*: Ir. Bernadete de Castro — *End.*: Av. Gov. José Malcher, 915, 1.º and., C.P. 1359, 66000 Belém, PA.

SEÇÃO REGIONAL DE SÃO LUIS

Diretoria Regional *Pres.*: Pe. Fr. Claudio Krämer, O.F.M.; 1.º V. Pres.: Ir. Marlene de Nardo; 2.º V. Pres.: Ir. Aluísia Maria; 1.º Cons.: Ir. Carmela Panini; 2.º Cons.: Ir. Joeline Alves da Paixão.

Executivo Regional *Secret. Executivo*: Pe. George Joseph Joly, C.S.S.R. — *End.*: Av. Pedro II, C.P. 582, 65000 São Luís, MA.

SEÇÃO REGIONAL DE FORTALEZA

Diretoria Regional *Pres.*: Ir. Luiz Marques de Oliveira, F.M.S.; 1.º V. Pres.: Pe. Jacó Duggan, C.S.S.R.; 2.º V. Pres.: Ir. Carnosina Queiroz; *Outros Membros*: Pe. João ter Reegen, S.S.S. e Ir. Welma Andrade Wanderley.

Executivo Regional Ir. Aurea Brito — *End.*: Rua João Lopes, 138, 1.º and., 60000 Fortaleza, CE.

SEÇÃO REGIONAL DE RECIFE

Diretoria Regional *Pres.*: Ir. Cecília Sodero Pousa; *Outros Membros*: Ir. Zeily Perdigão Lopes, Ir. Ivanise Anacleto Porto, Ir. Raimundo Dall'Agnol, F.M.S. e Pe. José Arnaldo de Melo, S.J.

Executivo Regional *Secret. Executivo*: Pe. Geraldo Pennock, C.S.S.R. — *End.*: Rua Giriquití, 48, 50000 Recife, PE.

Diretoria Regional *Pres.*: D. Timoteo Amoroso Anastácio, O.S.B.; 1.º V. Pres.: Ir. Maria da Conceição Galvão Ribeiro; 2.º V. Pres.: Pe. Fr. Bruno Doménico Rossi, O.F.M. Cap. 1.º Cons. Pe. Tarcisio Botturi, S.J.; 2.º Cons.: Ir. Elza Luz.

Executivo Regional *Secret. Executiva*: Ir. Maria do Carmo de Souza Martins — *End.*: Praça da Sé, n.º 1, 2.º and., 40000 Salvador, BA.

SEÇÃO REGIONAL DE BELO HORIZONTE

Diretoria Regional *Pres.*: Pe. Alberto Ferreira Lima, C.S.S.R.; *Outros Membros*: Ir. Margarida Andrade, Pe. Joaquim Figueiredo Pereira, S.J., Pe. Félix Valenzuela, O.S.A. e Ir. Maurícia.

Executivo Regional *Secret. Executiva Adjunta*: Ir. Mercedes Vianna — *End.*: Rua Espírito Santo, 1059, s/n, 30000 Belo Horizonte, MG (Tel. ... 24-3605).

SEÇÃO REGIONAL DA GUANABARA

Diretoria Regional *Pres.*: Pe. Egidio Doldi, S.S.S.; 1.º V. Pres.: Ir. Irany Vidal Bastos; 2.º V. Pres.: Pe. Luis Furlato, P.S.S.C.; 1.º Cons.: Ir. Laurita Muniz de Souza; 2.º Cons.: Ir. Eglyacy Porto Silva.

Enderéço: Av. Rio Branco, 123, 10.º and., ZC 21, 20000 Rio de Janeiro, GB.

SEÇÃO REGIONAL DE SÃO PAULO

Diretoria Regional *Pres.*: Pe. Joel Ivo Catapan, S.V.D.; V. Pres.: Ir. Henrique Furtado e Ir. Albino Affonso Ludwig, F.S.C.; 1.º Cons.: Pe. Antonio Cornélio Nulle, A.A.; 2.º Cons.: Ir. Maria de Lourdes Vergeiro.

Executivo Regional *Secret. Executivo*: Pe. Antonio Cornélio Nulle, A.A.; *Secret. Adjunta*: Ir. Celestina C. Giacomini — *End.*: Av. Nove de Julho, 40, 14.º and., 01312 São Paulo, SP (Tel. 37-8609, 32-9730 e 34-1111).

SEÇÃO REGIONAL DE GOIÂNIA

Diretoria Regional *Pres.*: Pe. Fr. Rui Corrigan, O.F.M.; V. Pres. e *Secret.*: Ir. Maria Antonieta Esmeraldo Cabral; *Outros Membros*: Ir. Margarida Batista das Dores, D. Matthias Schmidt e Pe. José Rodrigues de Sousa.

Executivo Regional Ir. Maria Dalva Amâncio de Mello — *End.*: Rua 95, n.º 84, Setor Sul, C.P. 594, 74000 Goiânia, GO.



DIRETORIA NACIONAL

Presidente Pe. MARCELLO DE CARVALHO AZEVEDO, S.J.

Enderégo: Rua S. Clemente, 226, ZC 02, 20000 Rio de Janeiro, GB (Tel. 226-7555).

1º Vice-Presidente Ir. EUGENIO ALBERTO FOSSA, F.S.C.

Enderégo: Av. Vitor Barreto, 2350, 92000 Canoas, RS (Tel. 72-1939).

2º Vice-Presidente Pe. DÉCIO BATISTA TEIXEIRA, S.D.B.

Enderégo: Av. Amazonas, 6825, C.P. 1178, 30000 Belo Horizonte, MG (Tel. 35-3375 e 33-0009).

3º Vice-Presidente Ir. MARIA APARECIDA GUIMARÃES

Enderégo: Rua Vergueiro, 2087, Vila Mariana, 04101 São Paulo, SP (Tel. 70-1222 e 70-2277).

1º Tesoureiro Pe. FALIERO BONCI, C.M.F.

Enderégo: Rua da Bahia, 1596, C.P. 2338, 30000 Belo Horizonte, MG (Tel. 22-6059).

2º Tesoureiro Pe. JULIO MUNARO, M.I.

Enderégo: Av. Pompéia, 1214, 05022 São Paulo, SP (Tel. 62-4481).

Secretária Ir. MARIA HELENA DE TOLEDO

Enderégo: Rua Dona Antonia de Queirós, 462, ap. 71, 01207 São Paulo, SP (Tel. 256-6892).

Conselheiros DOM BASILIO PENIDO, O.S.B.

Enderégo: Mosteiro de São Bento, C.P. 975, 50000 Recife, PE (Tel. 29-0783).

Ir. ALFREDO HENZ, F.M.S.

Enderégo: Rua Marquês do Herval, 925, 17º And., C.P. 384, 95100 Caxias do Sul, RS (Tel. 21-3724).

Ir. HELENA MARIA FERREIRA

Enderégo: Rua Estela, 55, Jardim, Botânico, ZC 20, 20000 Rio de Janeiro, GB (Tel. 226-6046).

Ir. ANGELA

Enderégo: Rua Bingem, 73, C.P. 34, 25600 Petrópolis, RJ (Tel. 42-1311).

DOM INACIÃO DANDONA AGUIAR, S.J.

— End.: Mosteiro de São Bento, Rua D. Gerardo, 68, ZC 05, 20000 Rio de Janeiro, GB

Ir. LÚCIA DE FATIMA BORGES, O.P. — End.: Av. W 3, Q. 309, Bl. M. C4, C.P. 07-0735, 70000 Brasília, DF

Ir. PILAR SIMÓ GRAU — End.: Rua João Antonio de Oliveira, 59, 03111 São Paulo, SP

P. Fr. WALTER KEMPF, O.F.M. — End.: Convento São Francisco, C.P. 5650, 01000 São Paulo, SP

COMISSÃO EXECUTIVA

Secretário Executivo Pe. Fr. CONSTANCIO NOGARA, O.F.M.

Enderégo: Convento Santo Antônio, Lgo. da Carioca, Centro, ZC 21, 20000 Rio de Janeiro, GB (Tel. 222-5548).

Secretaria Executiva Adjunta Ir. NILZA JUNQUEIRA REIS

Enderégo: Rua Alte. Alexandrino, 2023, Santa Teresa, ZC 45, 20000 Rio de Janeiro, GB (Tel. 252-5931).

Economista Geral Pe. Fr. ERARDO VEEN, O.F.M.

Enderégo: Rua Antonio Saraiva, 23, Cavalcanti, ZC 12, 20000 Rio de Janeiro, GB (Tel. 229-5696).

Setor Comunicações Pe. JOÃO MARCOS DE LIMA, S.D.B.

Enderégo: Rua Luis Zanchetta, 134, Jacaré, ZC 15, 20000 Rio de Janeiro, GB

Assessoria Canônica-Jurídica Pe. Fr. FABIO PANINI, O.F.M.

Enderégo: Convento Sagr. Coração de Jesus, Rua Monte Caseros, C.P. 23, 25600 Petrópolis, RJ (Tel. 2262).

EQUIPE DE REFLEXÃO TEOLÓGICA

Membros Pe. Virgílio Rosa Netto, C.SS.R., Ir. Luzia Ribeiro de Oliveira, Ir. Aleixo (Ameival Marcelo) Batista Autran, F.M.S., Pe. Fr. Leonaldo Boff, O.F.M., Pe. João Batista Libanio, S.J., Ir. Maria José Fonseca, Pe. Hugo Vasconcellos Paiva, C.M. e Pe. Fr. Simão Voigt, O.F.M.

Secções Regionais

As Secções Regionais da CRB, embora não se constituam em pessoas jurídicas, possuem os seguintes órgãos: 1. a Assembleia Regional, com reunião anual, sendo membros natos: os superiores maiores que tenham sítidos morando na Regional; — os membros da Diretoria Regional; — o Presidente da CRB; — dois delegados de cada núcleo diocesano — 2. a Diretoria Regional, com reuniões mensais.

CEDIM

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRJ

1b. Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)

- Características Gerais
 - Organização e Governo
 - Secções Regionais
- RETELLER, Dom Pascacio, O.F.M. — Bispo de Bacabal (MA)
 REY, Dom Francisco Xavier, T.O.R. — Bispo Tit. de Faecusa. Foi Bispo Prelado de Guajará-Mirim (RO)
 RIBEIRO, Dom Altivo Pacheco — Bispo de Aracuai (MG)
 RIVATO, Dom Ângelo, S.J. — Bispo Prelado de Ponta de Pedras (PA)
 RORIZ, Dom Juvenal, C.SS.R. — Bispo Prelado de Rubiatuba (GO)
 ROSA, Dom Onofre, Cândido, S.D.B. — Bispo Tit. de Ilheiros e Coadj. do Bispo de Uberlândia (MG)
 RUETH, Dom Henrique, C.S.Sp. — Bispo Prelado de Juruá (AC)
 RYAN, Dom Tiago M., O.F.M. — Bispo Prelado de Santarém (PA)
 SANTOS, Dom Fernando Gomes dos — Arcebispo de Goiânia (GO)
 SARTORI, Dom Antônio, S.D.B. — Bispo Prelado de Peru Velho (RO)
 — Bispo de Palmas (PR)
 SCARSO, Dom Jorge, O.F.M. Cap. — Bispo de Patos de Minas (MG)
 SCHMIDT, Dom Matthias William, O.S.B. — Bispo Tit. de Mutungenna e Aux. do Bispo de Jataí (GO)
 SCHMIDT, Dom Wilson Laus — Bispo Tit. de Sinada de Mauritânia. Foi Bispo de Chapecó (SC)
 SCHMIDT, Dom Carlos, O.F.M. — Bispo Tit. de Sufar e Aux. do Bispo de Lages (SC)
 SCHMITZ, Dom Quirino Adolfo, O.F.M. — Bispo de Teófilo Ottoni (MG)
 SCHUCK, Dom Jaime Antonio, O.F.M. — Bispo Prelado de Cristalândia (GO)
 SERRA, Dom Ruy — Bispo de São Carlos (SP)
 SIGAUD, Dom Geraldo de Proença, S.V.D. — Arcebispo de Diamantina (MG)
 SILVA NETO, Dom Belchior Joaquim da, C.M. — Bispo de Luz (MC)
 SIQUEIRA, Dom Antônio Maria Alves de — Arcebispo de Campinas (SP)
 SOARES, Dom José Lamartine — Bispo Tit. de Fussala e Aux. do Arcebispo de Olinda e Recife (PE)
 SOUSA, Dom José Terceiro — Bispo de Penedo (AL)
 STOFFEL, Dom Osório Wilhaldo, O.F.M. — Bispo Prelado de Rondonópolis (MT)
- TEPE, Dom Walfrido Bernardo, O.F.M. — Bispo de Ilhéus (BA)
 THURLER, Dom José — Bispo Tit. de Capitola e Aux. do Arcebispo de São Paulo (SP)
 TIELBEEK, Dom Victor, SS.CC. — Bispo Prelado de Formosa (GO)
 TOMASELLA, Dom Daniel, O.F.M. Cap. — Bispo Tit. de Maritano e Aux. do Bispo de Marília (SP)
 TREVISAN, Dom Alberto, S.A.C. — Bispo Tit. de Centuriões e Aux. do Cardeal Arcebispa de S. Sebastião do Rio de Janeiro (GB)
 TRINDADE, Dom Henrique Heitor Golland, O.F.M. — Arcebispo Tit. de Lilibeu. Foi Arcebispo de Botucatu (SP)
 TRINDADE, Dom José Alves — Bispo de Montes Claros (MG)
 UNGARELLI, Dom Afonso Maria, M.S.C. — Bispo Prelado de Pinheiro (MA)
 VAQUERO, Dom Tomás — Bispo de São João da Boa Vista (SP)
 VARANI, Dom José — Bispo de Jaboticabal (SP)
 VEERMANN, Dom Cornélio, C.M. — Bispo Tit. de Niumida. Foi Bispo Prelado de Cametá (PA)
 VIEGLE, Dom Adriano Jaime Miriam, T.O.R. — Bispo Prelado de Borba (AM)
 VELOSO, Dom José Fernandes — Bispo Tit. de Aquea in Proconsulari e Aux. do Bispo de Petrópolis (RJ)
 VIEIRA, Dom Benedito de Ulhôa — Bispo Tit. de Bittencourt e Aux. do Arcebispo de São Paulo (SP)
 VIEIRA, Dom Florêncio Sistino — Bispo Tit. de Macomades Rusticana. Foi Bispo de Amargosa (BA)
 VIEIRIA, Dom Walfrido Teixeira — Bispo de Sobral (CE)
 VIELELA, Dom Avelar Brandão — Arcebispo de São Salvador da Bahia (BA)
 WARMELING, Dom Gregório — Bispo de Joinville (SC)
 WICHROWSKI, Dom Walmar Battu — Bispo Tit. de Feliz
 ZATTERA, Dom Antônio — Bispo de Pelotas (RS)
 ZIONI, Dom Vicente Ângelo José Marchetti — Arcebispo de Botucatu (SP)
 ZORZI, Dom Benedito — Bispo de Caxias do Sul (RS)

LAZZARI, Dom Valentim Giacomo, O.F.M.
 Cap. — Bispo Prelado de São José do
 Grajaú (MA) — Epárcia de São João Batista de Curitiba — Ucranianos (PR)
 LEITE, Dom José Medeiros — Bispo de Oliveira (MG)
 LEITZ, Dom Teodardo, O.F.M. — Bispo de Dourados (MT)
 LIBANIO, Dom Lafayette — Bispo Tit. de Giro de Tarasio. Foi Bispo de Rio Preto (SP)
 LIBORIO, Dom Paulo Hipólito de Souza — Bispo de Parmaíba (PI)
 LIMA, Dom Afonso de Oliveira, S.D.S. — Bispo de Brejo (MA)
 LIMA, Dom João de Souza — Arcebispo de Manaus (AM)
 LOEWENAU, Dom Floriano, O.F.M. — Bispo Prelado de Obidos (PA)
 LOPES, Dom Gilberto Pereira — Bispo de Ipameri (GO)
 LORSCHEIDER, Dom Aloisio, O.F.M. — Bispo de Santo Ângelo (RS)
 LORSCHEITER, Dom José Ivo — Bispo Tit. de Tamada e Aux. do Cardeal Arcebispo de Pôrto Alegre (RS)
 LOUREIRO, Dom Paulo Rolim — Bispo de Mogi das Cruzes (SP)
 LUI, Dom Rainundo, O.C. — Bispo de Paracatu (MG)
 LUSI, Dom Renato — Bispo Tit. de Catura, destinado ao Clero da Prel. de Cândido Mendes (MA)
 LUSTOSA, Dom Antônio de Almeida, S.D.B. — Arcebispo Tit. de Velebuso. Foi Arcebispo de Fortaleza (CE)
 MACEDO, Dom Antonio Ferreira de, C.S.S.R. — Arcebispo Tit. de Gandra e Coadj. do Cardenal Arcebispo de Aparecida (SP)
 MACHADO, Dom Adelmo Cavalcante — Arcebispo de Maceió (AL)
 MACUA, Dom José Alvarez, O.A.R. — Bispo Tit. de Colibrasso. Foi Bispo Prelado de Lábrea (AM)
 MALDANER, Dom Bruno — Bispo de Frederico Westphalen (RS)
 MARCHESI, Dom João, S.D.B. — Bispo Tit. de Cela. Foi Coadj. do Prelado de Rio Negro (AM)
 MARELIN, Dom Luís Gonzaga da Cunha, C.M. — Bispo de Caxias do Maranhão (MA)

MARTENETZ, Dom José Romão, O.S.B.M. — Bispo Prelado de São João Batista de Curitiba — Ucranianos (PR)
 MAZZI, Dom Adalberto Domênico, O.F.M. Cap. — Bispo Prelado de Alto Solimões (AM)
 MATOS, Dom Vicente de Paulo Araújo — Bispo de Crato (CE)
 MATTHEIS, Dom Diógenes Silva — Bispo de Franca (SP)
 MAYER, Dom Antônio de Castro — Bispo de Campos (RJ)
 MAZZAROTTO, Dom Antonio — Bispo Tit. de Ottabia. Foi Bispo de Ponta Grossa (PR)
 MAZZAROTTO, Dom Jerônimo — Bispo Tit. de Arainó e Aux. do Arcebispado de Curiatiba (PR)
 MC HUGH, Dom Francisco Paulo, S.F.M. — Bispo Prelado de Itacoatiara (AM)
 MELLILLO, Dom Aníger Francisco de Maria — Bispo de Piracicaba (SP)
 MELIS, Dom Stanislau van, C.P. — Bispo Prelado de São Luis de Montes Belos (GO)
 MELO, Dom Alair Vilar Fernandes de — Bispo de Amargosa (BA)
 MELLO, Dom Alonso Silvera de, S.J. — Bispo Tit. de Nasai. Foi Bispo Prelado de Diamantino (MT)
 MENDES, Dom Eliseu Simões — Bispo de Campos Mourão (PR)
 MESQUITA, Dom Francisco Austregésilo — Bispo de Afogados da Ingazeira (PE)
 MICHLER, Dom Martinho, O.S.B. — Foi Abade Nullius de Nossa Senhora de Monserrate (GB)
 MILEVILLE, Dom Cerdão de, C.S.Sp. — Bispo Tit. de Tituli de Numidia e Aux. do Arcebispado de Ribeirão Preto (SP)
 MIRANDA, Dom Antonio Afonso, S.D.N. — Bispo de Lorena (SP)

MONTE, Dom Nivaldo — Arcebispo de Natal (RN)
 MONTEIRO, Dom Antonio Mendonça — Bispo de Bonfim (BA)
 MORAES JUNIOR, Dom Antonio de Almeida — Arcebispo de Niterói (RJ)
 MOTA E ALBUQUERQUE, Dom João Battista da — Arcebispo de Marabá (PA)

PAULA, Dom Ernesto de — Bispo — Bispo de Gerocesária. Foi Bispo de Piracaba (SP)
 PAZ, Dom Ladislau, S.D.B. — Bispo de Corumbá (MT)
 PELLANDA, Dom Ceraldo Michelletto, C.P. — Bispo de Ponta Grossa (PR)
 PELUSO, Dom Luis Gonzaga — Bispo de Cacheiro de Itapemirim (ES)
 PENA, Dom Cristiano Portela de Araújo — Bispo de Divinópolis (MG)
 PENA, Dom Rodolfo das Mercês Oliveira — Bispo Tit. de Apolonides. Foi Bispo de Valença (RJ)
 PENIDO, Dom Geraldo Maria de Moraes — Arcebispo de Juiz de Fora (MG)
 PEREIRA, Dom José de Almeida Batista — Bispo de Guaxupé (MG)
 PEREIRA, Dom José de Aquino — Bispo de Florianópolis (SC)
 NEVES, Dom Lucas Moreira, O.P. — Bispo Tit. de Feradi Maior e Aux. do Arcebispado de S. Paulo (SP)
 NEVES, Dom Lucas Moreira, O.P. — Bispo Tit. de Alano Maria du, O.P.
 NIERHOFF, Dom Francisco Xavier, M.S.F. — Bispo de Flores (PE)
 NODAY, Dom João Alano Maria du, O.P. — Bispo de Pôrto Nacional (GO)
 NOLKER, Dom Bernardo José, C.S.S.R. — Bispo de Paranaguá (PR)
 NORONHA, Dom Marcos Antonio — Foi Bispo de Itabira (MG)
 NOVAIS, Dom Waldyr Calheiros de — Bispo Tit. de Barra do Piraí — Volta Redonda (RJ)
 NUNES, Dom Abel Alonso, O.de M. — Bispo Tit. de Níveis e Aux. do Prelado de Bom Jesus do Piauí (PI)
 OLIVEIRA, Dom Antônio Ribeiro de — Bispo Tit. de Arindela e Aux. do Arcebispo de Goiânia (GO)
 OLIVEIRA, Dom Eusébio Gomes de, O.C. — Bispo Tit. de Tituli de Numidia e Aux. do Arcebispado de Maceió (AL)
 OLIVEIRA, Dom Manuel Lisboa de — Bispo de Nazaré (PE)
 OLIVEIRA, Dom Oscar — Arcebispo de Mariana (MG)
 OLIVEIRO, Dom Felipe Conduru — Bispo Tit. de Decoriana. Foi Bispo de Paranaíba (PI)
 PADIN, Dom Cândido, O.S.B. — Bispo de Bauru (SP)
 PALHA, Dom Luiz Antônio Teixeira, O.P. — Bispo Prelado de Marabá (PA)

PRADO, Dom Jackson Berenger — Bispo de Paulo Afonso (BA)
 PONTE, Dom Paulo Eduardo Andrade — Bispo de Itapipoca (CE)
 PRADA CARRERA, Dom Francisco, C.M.F. — Bispo de Uruau (GO)
 PRATO, Dom Tadeu Henrique, O.F.M. — Bispo Tit. de Fronta e Aux. do Arcebispo de Belém do Pará (PA)
 PRZYKLENK, Dom João Batista, M.S.F. — Bispo de Januária (MG)
 RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio — Arcebispo de Belém do Pará (PA)
 REGO, Dom Joaquim Rufino do — Bispo de Quixadá (CE)



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO HISTÓRICO E GEGRÁFICO BRASILEIRO



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO MUSEU DA IMAGEM

- BUSS**, Dom Tito — Bispo de Rio do Sul (SC) — Dom Manoel Pedro da Cunha — Bispo de Petrópolis (RJ)
- CAMARA**, Dom Helder Pessoa — Arcebispo de Olinda e Recife (PE)
- CAMARILHO**, Dom Miguel Fenelon — Bispo Tit. Ath. Truim e Aux. do Arcebispo de Fortaleza (CE)
- CAMPOS**, Dom Francisco Hélio — Bispo de Viana (MA)
- CAMPOS**, Dom José Costa — Bispo de Valença (RJ)
- CAMPOS**, Dom José Melhado — Bispo Tit. de Ospita e Adm. Apost. de Sorocaba (SP)
- CARLESI**, Dom Rino, F.S.C.J. — Bispo Prelado de Santo Antônio de Balsas (MA)
- CARVALHO**, Dom Augusto — Bispo de Caruaru (PE)
- CASALDALIGA PLA**, Dom Pedro M., C.M.F. — Bispo Prelado de São Félix (MT)
- CASTRO**, Dom José Brandão de, C.SS.R. — Bispo de Propriá (SE)
- CASTRO E SILVA**, Dom Raimundo — Bispo Tit. de Uzali e Aux. do Arcebispo de Fortaleza (CE)
- CASSATI**, Dom Carmelo, M.S.C. — Bispo Tit. de Nova Germânia e Aux. do Prelado de Pinheiro (MA)
- CERQUA**, Dom Arcângelo, P.I.M.E. — Bispo Prelado de Parintins (AM)
- CHAVES**, Dom José da Silva — Bispo Tit. Russo Biçari e Adm. Apost. de Uruau (GO)
- COUTINHO**, Dom José Bezerra — Bispo de Estância (SE)
- COUTO**, Dom Gabriel Paulino Bueno, O.C. — Bispo de Jundiaí (SP)
- COUTO**, Dom Jean — Epárca de N.S. do Líbano de S. Paulo — Maronitas — Bispo Tit. de Olena. Foi Bispo Prelado de Xingu (PA)
- COUTO**, Dom José Bezerra — Bispo de Estância (SE)
- COUTO**, Dom Gabriel Paulino Bueno, O.C. — Bispo de Jundiaí (SP)
- COUTO**, Dom Jean — Epárca de N.S. do Líbano de S. Paulo — Maronitas — Bispo Tit. de Olena. Foi Bispo Prelado de Xingu (PA)
- COUTO**, Dom Manuel Edmílson da Cruz, Dom Vico di Cesare e Aux. do Arcebispo de São Luís do Maranhão (MA)
- CHEMELLO**, Dom Henrique Jayme — Bispo Tit. de Bisíca e Aux. do Bispo de Pelotas (RS)
- CHEUICHE**, Dom Antônio do Carmo, O.C.D. — Bispo Tit. de Sutunurá e Aux. do Cardeal Arcebispo de Porto Alegre (RS)
- CINTRA**, Dom Manoel Pedro da Cunha — Bispo (SP)
- CRIO**, Dom Armando, O.S.I. — Bispo de Toledo (PR)
- CLOIN**, Dom Tiago G., C.SS.R. — Bispo de Barra (BA)
- COELHO**, Dom Jaime Luiz — Bispo de Maringá (PR)
- COLLING**, Dom João Cláudio — Bispo de Passo Fundo (RS)
- COLLINS**, Dom Jaime, C.SS.R. — Bispo Prelado de Miracema do Norte (GO)
- CONTI**, Dom Servílio, I.M.C. — Bispo Prelado de Roraima (RR)
- CORNELLIS**, Dom José — Arcebispo Tit. de Capra, Vir. Geral de Salvador e Vig. Episc. de Alagoainhas (BA)
- COROLI**, Dom Eliseu Maria, B. — Bispo Prelado de Guaná (PA)
- CORREA**, Dom José Eugenio — Bispo de Caratinga (MG)
- CÓSCIA**, Dom Benedito Domingos, O.F.M. — Bispo de Jataí (GO)
- COSTA**, Dom Antônio Soares — Bispo Tit. de Simada de Mauritia e Aux. do Arcebispo de Natal (RN)
- COSTA**, Dom João Batista, S.D.B. — Bispo Prelado de Pôrto Velho (RO)
- COSTA**, Dom João Rezende, S.D.B. — Arcebispo de Belo Horizonte (MG)
- COSTA**, Dom José Gonçalves da, C.SS.R. — Bispo de Presidente Prudente (SP)
- COSTA**, Dom José Pedro — Arcebispo Tit. de Marceliana e Adm. Apost. de Uberaba (MG)
- COSTA**, Dom Guido Maria — Bispo Prelado de Cândido Mendes (MA)
- CAVATI**, Dom João Batista — Bispo Tit. de Eucaripia. Foi Bispo de Caratinga (MG)
- CERQUA**, Dom Arcângelo, P.I.M.E. — Bispo Prelado de Parintins (AM)
- CHAVES**, Dom José da Silva — Bispo Tit. Russo Biçari e Adm. Apost. de Uruau (GO)
- COUTINHO**, Dom José Bezerra — Bispo de Estância (SE)
- COUTO**, Dom Gabriel Paulino Bueno, O.C. — Bispo de Jundiaí (SP)
- COUTO**, Dom Jean — Epárca de N.S. do Líbano de S. Paulo — Maronitas — Bispo Tit. de Olena. Foi Bispo Prelado de Xingu (PA)
- COUTO**, Dom Manuel Edmílson da Cruz, Dom Vico di Cesare e Aux. do Arcebispo de São Luís do Maranhão (MA)
- DALVIT**, Dom José, F.S.C.J. — Bispo Tit. de Sulteto. Foi Bispo de S. Mateus (ES)
- D'ANGELO NETO**, Dom José — Arcebispo de Pouso Alegre (MG)
- D'AVERA**, Dom Miguel, S.D.B. — Bispo Prelado de Humaitá (AM)
- DELGADO**, Dom José de Medeiros — Arcebispo de Fortaleza (CE)
- DIAZ**, Dom José Vásquez, O. de M. — Bispo Prelado de Bom Jesus do Piauí (PI)
- DIDONET**, Dom Frederico — Bispo de Rio Grande (RS)
- DINKLBORG**, Dom Edilberto, O.F.M. — Bispo de Oeiras (PI)
- DOTTI**, Dom Octácio, O.F.M. Cap. — Bispo de Caçador (SC)
- DUARTE**, Dom Luciano José Cabral — Arcebispo de Araçajú (SE)
- ETGES**, Dom Alberto Frederico — Bispo de Santa Cruz do Sul (RS)
- FALCÃO**, Dom José Freire — Arcebispo de Teresina (PI)
- FARESIN**, Dom Camilo, S.D.B. — Bispo Prelado de Gurattinga (MT)
- FEDALTO**, Dom Pedro Antonio — Arcebispo de Curitiba (PR)
- FERNANDES BIJOS**, Dom Geraldo, C.M.F. — Arcebispo de Londrina (PR)
- FERNANDES**, Dom Luís Gonzaga — Bispo Tit. de Mididi e Aux. do Arcebispo de Vitoria (ES)
- FERRARI**, Dom Érico — Bispo de Santa Maria (RS)
- FERREIRA**, Dom Almir Marques — Bispo de Uberlândia (MG)
- FERREIRA ALVARES**, Dom José Lafayette — Bispo de Bragança Paulista (SP)
- FILIPAK**, Dom Pedro — Bispo de Jacarezinho (PR)
- FRAGOSO**, Dom Antonio Batista — Bispo de Crateús (CE)
- FROEHLICH**, Dom Henrique, S.J. — Bispo Prelado de Diamantino (MT)
- FROSI**, Dom Ângelo, S.X. — Bispo Prelado de Abaeté do Tocantins (PA)
- GEIGER**, Dom Clemente, C.P.P.S. — Bispo Tit. de Olena. Foi Bispo Prelado de Xingu (PA)
- GELAIN**, Dom Henrique — Bispo de Varcaria (RS)
- GERNA**, Dom Aldo, F.S.C.J. — Bispo de São Mateus (ES)
- COMES**, Dom Benjamin de Sousa — Bispo de Paranával (PR)
- CONCEIÇÃO**, Dom Silviano Maria — dopo ut supeva (SP)
- CONCEIÇÃO**, Dom Silviano Maria — Tit. de Tanis e Aux. do Arcebispo de Curitiba (PR)
- GONZALEZ**, Dom Cândido Lorenzo, O.de M. — Bispo Prelado de São Raimundo Nonato (PI)
- GONZALEZ FERREIROS**, Dom Amadeo, O. de M. — Bispo Tit. de Metre. Foi Bispo Prelado de São Raimundo Nonato (PI)
- GRECHI**, Dom Moacir, O.S.M. — Bispo Prelado de Acre e Purus (AC)
- GROSSI**, Dom José Nicomedes — Bispo de Bom Jesus da Lapa (BA)
- GUEDES**, Dom Delfim Ribeiro — Bispo de São João Del Rei (MG)
- GURGEL**, Dom Mário Teixeira, S.D.S. — Bispo de Itabira (MG)
- HASCHER**, Dom José, C.S.Sp. — Bispo Tit. de Elie. Foi Bispo Prelado de Jurua (AC)
- HELMEL**, Dom Frederico, S.V.D. — Bispo de Guarapuava (PR)
- HOFFMANN**, Dom João — Bispo de Erechim (RS)
- HORSTHUIS**, Dom Artur, A.A. — Bispo Tit. de Hipona Zarito. Foi Bispo de Jales (SP)
- HOSTIN**, Dom Daniel Henrique, O.F.M. — Bispo de Lages (SC)
- HUGO**, Dom Henrício Malzone — Bispo de Governador Valadares (MG)
- HYPOLITO**, Dom Adriano M., O.F.M. — Bispo de Nova Iguaçu (RJ)
- ISNARD**, Dom Clemente José Carlos, O.S.B. — Bispo de Nova Friburgo (RJ)
- ITURRI**, Dom Florentino Zabalza, O.A.R. — Bispo Prelado de Lábrea (AM)
- KOOP**, Dom Pedro Paulo, M.S.C. — Bispo de Lins (SP)
- KRAUSE**, Dom Infácio, C.M. — Bispo Tit. de Binda e Aux. do Arcebispo de Curitiba (PR)
- KRAUTLER**, Dom Euclio, C.P.P.S. — Bispo Prelado de Xingu (PA)
- KREUTZ**, Dom Estanislau Amadeu — Bispo Tit. de Maronara e Aux. do Bispo de Santo Angelo (RS)
- KREVEY**, Dom Efraim, O.S.B.M. — Bispo Tit. de Caffa e Aux. do Eparca de São João Batista de Curitiba (PR)
- KUNZ**, Dom Edmundo Luís — Bispo Tit. de Tolimaide (Fenicia) e Aux. do Cardeal Arcebispo de Porto Alegre (RS)



<i>Sede Metropolitana:</i>	D. Araújo (1913)	<i>Sede Metropolitana:</i>	A. Goiânia (1956)
D. Januária (1957)	D. Teófilo Ottoni (1960)	<i>Sufragâneas:</i>	D. Pôrto Nacional (1915) P. Tocantinópolis (1954) P. Cristalândia (1956)
D. Palmares (1962)	A. Florianópolis (1927)	D. Joinville (1927)	P. Goiás (1956)
D. Floresta (1964)	<i>Sede Metropolitana:</i>	D. Lages (1927)	D. Jataí (1956)
PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE PORTO ALEGRE (1910)	A. Maceió (1920)	D. Tubarão (1954)	P. São Luís de Montes Belos (1961)
<i>Sede Metropolitana:</i>	<i>Sufragâneas:</i>	D. Chapecó (1958)	D. Arapólis (1966)
A. Pôrto Alegre (1910)	D. Palmeira dos Índios (1962)	D. Caçador (1969)	D. Ipameri (1966)
<i>Sufragâneas:</i>	D. Pelotas (1910)	D. Rio do Sul (1969)	D. Miracema do Norte (1966)
D. Bagé (1960)	D. Penedo (1962)	PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE MARANHÃO (1922)	P. Rubiataba (1966)
D. Frederico Westphalen (1961)	<i>Sede Metropolitana:</i>	A. Manaus (1952)	PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE APARECIDA (1958)
D. Santo Ângelo (1961)	A. São Luís do Maranhão (1922)	<i>Sufragâneas:</i>	Sede Metropolitana:
D. Cruz Alta (1971)	P. São José do Graiáu (1922)	P. Alto Solimões (1910)	A. Aparecida (1958)
D. Erechim (1971)	D. Caxias do Maranhão (1939)	P. Rio Negro (1910)	
D. Rio Grande (1971)	P. Pinheiro (1939)	P. Acre e Puns (1919)	
PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DA PARÁBA (1914)	P. Santo Antônio de Balsas (1954)	P. Labrea (1925)	<i>Sufragâneas:</i>
<i>Sede Metropolitana:</i>	P. Carolina (1958)	P. Porto Velho (1925)	D. Taubaté (1908)
A. Paraíba (1914)	P. Cândido Mendes (1961)	P. Juruá (1931)	D. Lorena (1937)
<i>Sufragâneas:</i>	D. Viana (1962)	P. Roraima (1944)	PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE BOTUCATU (1958)
D. Cajazeiras (1914)	D. Bacabal (1968)	P. Parintins (1955)	Sede Metropolitana:
D. Campina Grande (1949)	D. Brejo (1971)	P. Humaitá (1961)	A. Botucatu (1958)
D. Patos (1959)	PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE BELO HORIZONTE (1924)	P. Borba (1963)	<i>Sufragâneas:</i>
<i>Sede Metropolitana:</i>	A. Belo Horizonte (1924)	P. Coari (1963)	D. Iains (1926)
<i>Sufragâneas:</i>	<i>Sede Metropolitana:</i>	P. Itacoatiara (1963)	D. Assis (1928)
D. Crato (1914)	D. Luiz (1918)	PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE NATAL (1952)	D. Martil (1952)
D. Sobral (1915)	D. Oliveira (1914)	<i>Sede Metropolitana:</i>	D. Presidente Prudente (1960)
D. Limoeiro do Norte (1938)	D. Sete Lagoas (1955)	A. Natal (1952)	D. Bauru (1964)
PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE FORTALEZA (1915)	D. Divinópolis (1958)	<i>Sufragâneas:</i>	PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE CAMPINAS (1958)
<i>Sede Metropolitana:</i>	D. Mossoró (1984)	D. Mossoró (1984)	Sede Metropolitana:
A. Fortaleza (1915)	D. Caicó (1989)	D. Caicó (1989)	A. Campinas (1958)
<i>Sufragâneas:</i>	PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE TERESINA (1952)	<i>Sufragâneas:</i>	<i>Sufragâneas:</i>
D. Crato (1914)	A. Teresina (1952)	D. Lins (1926)	D. São Carlos (1908)
D. Sobral (1915)	<i>Sede Metropolitana:</i>	D. Assis (1928)	D. Bragança Paulista (1925)
D. Limoeiro do Norte (1938)	A. Curitiba (1926)	D. Martil (1952)	D. Piracicaba (1944)
<i>Sufragâneas:</i>	D. Iguatu (1961)	D. Presidente Prudente (1960)	PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE RIBEIRÃO PRETO (1958)
D. Crateús (1963)	D. Itapipoca (1971)	D. Bauru (1964)	Sede Metropolitana:
D. Quixadá (1971)	D. Tinguá (1971)	<i>Sufragâneas:</i>	A. Ribeirão Preto (1958)
PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE DIAMANTINA (1917)	*	D. Ponta Grossa (1926)	
<i>Sede Metropolitana:</i>	D. Palmas (1933)	D. Palmas (1933)	
A. Diamantina (1917)	D. Toledo (1959)	D. Toledo (1959)	
<i>Sufragâneas:</i>	D. Paranaíba (1962)	D. Paranaíba (1962)	
E. São João Batista - Ucranianos (1971)	D. Guarapuava (1984)	D. Guarapuava (1984)	
	P. São Raimundo Nonato (1960)	P. São Raimundo Nonato (1960)	



D. Floresta (1964)

PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE PORTO ALEGRE (1910)

Sede Metropolitana:

A. Porto Alegre (1910)

Sufragâneas:

- D. Pelotas (1910)
- D. Uruguaiana (1910)
- D. Caxias do Sul (1934)
- D. Passo Fundo (1953)
- D. Vacaria (1957)
- D. Santa Cruz do Sul (1959)
- D. Bagé (1960)
- D. Frederico Westphalen (1961)
- D. Cruz Alta (1971)
- D. Erechim (1971)
- D. Rio Grande (1971)

Sede Metropolitana:

A. Paraíba (1914)

Sufragâneas:

- D. Cajazeiras (1914)
- D. Campina Grande (1949)
- D. Patos (1959)

Sede Metropolitana:

A. Fortaleza (1915)

Sufragâneas:

- D. Crato (1914)
- D. Sobral (1915)
- D. Limeiro do Norte (1938)
- D. Iguatu (1961)
- D. Crateús (1963)
- D. Itapipoca (1971)
- D. Quixadá (1971)
- D. Tinguá (1971)

Sede Metropolitana:

A. Diamantina (1917)

A. Florianópolis (1927)

Sufragâneas:

- D. Joinville (1927)
- D. Lages (1927)
- D. Tubarão (1954)
- D. Chapecó (1958)
- D. Caçador (1969)
- D. Rio do Sul (1969)

PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE MANAUS (1952)

Sede Metropolitana:

A. Manaus (1952)

Sufragâneas:

- P. Alto Solimões (1910)
- P. Rio Negro (1910)
- P. Teixeira (1910)
- P. Acre e Purus (1919)
- P. Labrea (1925)
- P. Içá (1931)
- P. Parintins (1955)
- P. Humaitá (1961)
- P. Borba (1963)
- P. Coari (1963)
- P. Itacatíara (1963)

PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE NATAL (1932)

Sede Metropolitana:

A. Natal (1952)

Sufragâneas:

- D. Mossoró (1934)
- D. Caicó (1939)

PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE TERESINA (1952)

Sede Metropolitana:

A. Teresina (1952)

Sufragâneas:

- D. Ponta Grossa (1926)
- D. Palmas (1933)
- D. Toledo (1959)
- D. Paranaguá (1962)
- D. Guarapuava (1964)
- E. São João Batista – Ucranianos (1971)

A. Goiânia (1956)

Sufragâneas:

- D. Pôrto Nacional (1915)
- P. Tocantinópolis (1954)
- P. Cristalândia (1956)
- D. Goiás (1956)
- D. Jataí (1956)
- P. São Luís de Montes Belos (1961)
- P. Arapoti (1966)
- D. Itumbiara (1966)
- P. Maracema do Norte (1966)
- P. Rubiataba (1966)

PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE APARECIDA (1958)

Sede Metropolitana:

A. Aparecida (1958)

Sufragâneas:

- P. São Carlos (1908)
- D. Bragança Paulista (1925)
- D. Piracicaba (1944)

PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE RIBEIRÃO PRETO (1958)

Sede Metropolitana:

A. Ribeirão Preto (1958)

LINKERORG, O.r.M., bispo de Ueiras (PI), Dom Gilberto Pereira Lopes, Bispo de Ipameri (GO), Dom José Freire Falcao, Arcebispo de Teresina (PI), Dom Lucas Moreira Neves, O.P., Bispo Aux. de São Paulo (SP), Dom Tiago M. Ryan, O.F.M., Bispo Prelado de Santarém (PA) e Dr. Paulo Barbosa, Representante do MEC, Brasília (DF); *Secret. Executiva*: Ir. Paula Speyer – End.: Rua S. Clemente, 385, Botafogo, ZC 02, 20000 Rio de Janeiro, GB (Tel. 226-9012).

SERVICO DE COOPERAÇÃO APOSTÓLICA INTERNACIONAL (SCAI)

Dir. Executivo: Pe. Fernando Gomes Melo – End.: Rua Pref. João Felipe, 605, Santa Teresa, ZC 45, 20000 Rio de Janeiro, GB (Tel. 222-1698).

PROVINCIA ECLESIASTICA DE MARIANA
SALVADOR DA BAHIA (1676)
Sede Metropolitana:
A. São Salvador da Bahia (1676)

Sufragâneas:

D. Barra (1913)
D. Caetité (1913)
D. Ilhéus (1913)
D. Bonfim (1933)
D. Amargosa (1941)
D. Vitória da Conquista (1941)
D. Rui Barbosa (1959)
D. Bom Jesus da Lapa (1962)
D. Caravelas (1962)
D. Feira de Santana (1962)
D. Ilheiros (1962)
D. Livramento de N. Senhora (1967)
D. Paulo Afonso (1971)

Sede Metropolitana:

A. São Sebastião do Rio de Janeiro (1892)
B. São Paulo (1908)
C. Belo Horizonte (1924)
D. Santos (1924)
E. Sorocaba (1924)
F. Mogi das Cruzes (1962)
G. Itundai (1986)
H. Iapéva (1968)
I. Nossa Senhora do Líbano – Maronitas (1971)
J. E. Nossa Senhora do Paraíso – Melquitas (1971)

Sufragâneas:

D. Barra do Piraí – Volta Redonda (1922)
D. Valença (1925)
Abadia Nossa Senhora do Monjerrate (1948)
D. Nova Iguaçu (1960)

Sede Metropolitana:

A. Belém do Pará (1906)
B. São Sebastião do Rio de Janeiro (1892)

Sufragâneas:

D. Corumbá (1910)
D. São Luís de Cáceres (1910)
P. Guitatinga (1914)
P. Diamantino (1929)
P. Guajará-Mirim (1929)
P. Rondonópolis (1940)
D. Campo Grande (1957)
D. Dourados (1957)
P. São Félix (1969)

PROVINCIA ECLESIASTICA DE BELEM DO PARA (1906)

Sede Metropolitana:

A. Belém do Pará (1906)

Sufragâneas:

P. Santarém (1903)
P. Marabá (1911)
P. Guamá (1928)
P. Marajó (1928)
P. Xingu (1934)
P. Macapá (1949)
P. Cameta (1952)
P. Obidos (1957)
P. Abaeté do Tocantins (1961)
P. Ponta de Pedras (1968)

D. Pesqueira (1910)
D. Garanhuns (1918)



Bispo de Santa Cruz do Sul (RS) — *deríco westphalen (rs)*
DOM ALFÔSIO LORSCHIEDER, O.F.M., Bispo Tit. de Pelotas (RS)
DOM JOÃO ANGELO (RS), Bispo de Aux. do Bispo de Pelotas (RS)
DOM JOÃO HOFFMANN, Bispo de Erechim (RS)
DOM JOSE IVO LORSCHIEDER, Bispo Tit. de Sutumurca e Aux. do Cardeal Arcebispo de Porto Alegre (RS)
DOM ERICO FERRARI, Bispo de Santa Maria (RS)
DOM ANGELO MUGNOL, Bispo de Bagé (RS)

Secretariado Regional *Coord. Regional:* Dom Antônio do Carmo Cheueiche, O.C.D.; — *End.:* Av. Alberto Bins, 1026, 90000 Pôrto Alegre, RS (Tel. 24-1893).

REGIAO SUL IV

A Região Sul IV compreende o Estado de Santa Catarina (SC).

A Comissão Episcopal Regional Sul IV é constituída dos seguintes órgãos: a Assembleia Geral, o Secretariado Regional, o Secretariado Diocesano e o Conselho Regional do Clero. São membros desta Comissão Episcopal Regional:
DOM CARLOS SCHMITT, O.F.M., Bispo Tit. de Sulfr e Aux. do Bispo de Lages (SC)
DOM DANIEL HOSTIN, O.F.M., Bispo de Lages (SC)
DOM ANSELMO PIETRULLA, O.F.M., Bispo de Tubarão (SC)
DOM GREGÓRIO WARMELING, Bispo de Joinville (SC)
DOM HONORATO PIAZERA, S.C.I., Bispo Tit. de Castelo Jabar e Coadj. c.d.s. do Bispo de Lages (SC)

Secretariado Regional *Coord. Regional:* Pe. Osmar Müller — *End.:* Pça. Getúlio Vargas, 19, 88000 Florianópolis, SC (Tel. 2792).

ASSESSORIAS DA CNBB

Equipe de Coordenação e Planejamento *Membros:* Dom José Ivo Lorscheiter, Pe. Antônio Celso Queiroz, Pe. João Antônio Ruiz de Copegui, S.J., Pe. Alfredo Novak, C.S.S.R. e Pe. Zeno Ostório Marques.
Assessoria junto ao Secretariado Geral *Subsecret. p/ assuntos financeiros:* Pe. Nelson Geraldo Antonino, C.S.S.R.; *Assist. ao Secretário-Geral:* Ir. Augusta Ghislaini; *Assessor p/Assuntos de Pessoal:* Ir. João Hahn, F.M.S.
Assessoria junto à CEP *Assessoria da Linha 1 — Unidade visível da Igreja:* Pe. Antonio Celso Queiroz (Coord.) Pe. Virgilio Leite Uchôa (Setor de Seminários e Vocações), Ir. Nilza Junqueira (Setor Religiosas); *Assessora*

re. **LACIO NUNHES, S.J.**, *Assessoria da Linha 4 — Liturgia:* Pe. João Antônio Ruiz de Copegui, S.J. (Assessor) e Tereza de Jesus Nuñez (Assessora da Linha 3 e da CEF); *Assessoria da Linha 5 — Música:* Côn. Amaro Cavalcanti de Albuquerque Filho (Coord.), Pe. José Antonio Moraes Busch (Setor Tradução de Textos), Pe. José Weber, S.V.D. (Setor Música Sacra) e Pe. Odilon Jaeger, S.J.; *Assessoria p/ Assuntos dos Não Crentes:* Pe. José Dinko Mravak, S.J.; *Assessoria da Linha 6 — Ação Social e Opinião Pública:* Pe. Fernando Bastos de Ávila, S.J. (Ação Social e Opinião Pública); Pe. José Vieira de Vasconcelos, S.D.B. (Educação), Pe. Alfredo Novak, C.S.S.R. (Opinião Pública) e Prof. Cândido Mendes Almeida (Ação Social e Secret. Executivo da Com. Justiça e Paz); *Assessoria p/ a Pastoral da Amazonia:* Ir. Maria Helena Pinto Corrêa e Pe. João Mometti, S.D.B.; *Assessoria de Imprensa:* Pe. José Dias Goulart, S.S.P.; *Assessoria da Campanha da Fraternidade:* Pe. Irineu Bervian; *Secret. da Assessoria da CEP:* Carlina Ribeiro Gomes.

ÓRGÃOS ANEXOS À CNBB

CARITAS BRASILEIRA *Dir. Pres.:* Dom Lucas Moreira Neves, O.P.; *Dir. V. Pres.:* Dr. Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira; *V. Pres.:* Ir. Anna Victória de Toledo Barros; *Tes.:* Dr. José Ferreira Sobrinho; *Dir. Executivo:* Pe. Affonso Felippe Gregory — *End.:* Rua Dr. Júlio Ottoni, 51, Santa Teresa, ZC 45, 20000 Rio de Janeiro, GB (Tel. 245-4021).
CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES (CERIS) *Pres.:* Dr. Fernando Velloso Cardoso de Oliveira; *V. Pres.:* Pe. Fernando Bastos de Ávila, S.J.; *Secret.:* Ir. Anna Victória de Toledo Barros; *Tes.:* Dr. José Ferreira Sobrinho; *Dir. Executivo:* Pe. Affonso Felippe Gregory — *End.:* Rua Dr. Júlio Ottoni, 51, Santa Teresa, ZC 45, 20000 Rio de Janeiro, GB (Tel. 245-1464, 265-5177 e 265-5178).
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERCULTURAL (CENFI) *Coord.:* Pe. Francisco Clasen, O.F.M. — *End.:* Rua Alm. Alexandrino, 2023, Santa Teresinha, ZC 45, 20000 Rio de Janeiro, GB (Tel. 222-3932).
INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO (IBRADES) *Dir.:* Pe. Virgílio Rosa Netto, C.S.S.R. — *End.:* Rua Bambina, 115, Botafogo, ZC 02, 20000 Rio de Janeiro, GB (Tel. 265-4732).

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA DO CLERO (IPREC) *Dir.:* Mons. José Maria Moss Tapajós — *End.:* Av. Rio Branco, 131, 12º and., Centro, ZC 21, 20000 Rio de Janeiro, GB.
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) *Conselho Diretor Nacional:* Dom Luciano José Cabral Duarte, Arcebispo de Aracaju (SE) — *Assessoria* junta à CEP *Assessoria da Linha 1 — Unidade visível da Igreja:* Pe. Antonio Celso Queiroz (Coord.) Pe. Virgilio Leite Uchôa (Setor de Seminários e Vocações), Ir. Nilza Junqueira (Setor Religiosas); *Assessora*



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
INSTITUTO NESTOR GOMES

A Região Sul I compreende o Estado de São Paulo (SP).

- A Comissão Episcopal Regional Sul I é constituída dos seguintes órgãos: a Assembleia Geral, a Comissão Episcopal Representativa, o Secretariado Geral, a Comissão Regional de Pastoral e a Comissão Regional do Clero. São membros desta Comissão Episcopal Regional:
- DOM CARLOS CARMELO DE VASCONCELOS MOTTA, Cardeal Arcebispo de Aparecida (SP)
 - DOM HUGO BRISSANE DE ARAÚJO, Bispo de Marília (SP)
 - DOM ANTONIO MARIA ALVES DE SIQUEIRA, Arcebispo de Campinas (SP)
 - DOM ANTONIO FERREIRA DE MACEDO, C.SS.R., Bispo Tit. de Granga e Coadj. do Cardeal Arcebispo de Apae-
 - cidia (SP)
 - DOM BERNARDO JOSE BUENO MIELE, Arcebispo de Ribeirão Preto (SP)
 - DOM VICENTE MARCHETTI ZIONI, Ar-
 - cebispo de Botucatu (SP)
 - DOM PAULO EVARISTO ARNS, O.F.M., Arcebispo de São Paulo (SP)
 - DOM JOSE CARLOS DE AGUIRRE, Bispo de Sorocaba (SP)
 - DOM FRANCISCO BORIA DO AMARAL, Bispo de Taubaté (SP)
 - DOM JORGE MARCOS DE OLIVEIRA, Bispo de Santo André (SP)
 - DOM GABRIEL PAULINO BUENO COU-
 - TO, O.C., Bispo de Jundiaí (SP)
 - DOM RUY SERRA, Bispo de São Carlos (SP)
 - DOM PAULO ROLIM LOUREIRO, Bispo de Mogi das Cruzes (SP)
 - DOM JOSE LAZARO NEVES, Bispo de Assis (SP)
 - DOM JOSE VARANI, Bispo de Jaboticabal (SP)
 - DOM JOAO CHEDID, Epárcia de Nossa Se-
 - nhora do Líbano de São Paulo para os Maronitas (SP)
 - DOM JOSE DE AQUINO PEREIRA, Bis-
 - po de Rio Preto (SP)
 - DOM JOSE THURLER, Bispo Tit. de Ca-
 - pitalade e Aux. do Arcebispo de São Paulo (SP)
 - DOM DAVID PICÃO, Bispo de Santos (SP)
- DOM JOSE MELHADO CAMPOS, Bispo Tit. de Osipita e Coadj. c.d.s. do Bispo de Sorocaba (SP)
- DOM ANIGER FRANCISCO MARIA MELO LILIO, Bispo de Piracicaba (SP)
- DOM ELIAS COUETER, Epárcia de Nossa Senhora do Paraíso de São Paulo para os Melquitas (SP)
- DOM CANDIDO PADIN, O.S.B., Bispo de Bauru (SP)
- DOM JOSE GONCALVES DA COSTA, C.SS.R., Bispo de Presidente Prudente (SP)
- DOM TOMAS VAQUERO, Bispo de São João da Boa Vista (SP)
- DOM PEDRO PAULO KOOP, M.S.C., Bispo de Lins (SP)
- DOM SILVIO MARIA DARIO, Bispo de Itapeva (SP)
- DOM JOSE LAFAYETTE FERREIRA ALVES, Bispo de Bragança Paulista (SP)
- DOM LUCAS MOREIRA NEVES, O.P., Bispo Tit. de Firdati Maius e Aux. do Arcebispo de São Paulo (SP)
- DOM DANIEL TOMASELLA, O.F.M.Cap., Bispo Tit. de Martiriano e Aux. do Bispo de Matília (SP)
- DOM LUIS EUGENIO PEREZ, Bispo de Fales (SP)
- DOM ROBERTO PINARELLO DE ALMEIDA, Bispo Tit. de Gemelle de Buzacena e Aux. do Arcebispo de São Paulo (SP)
- DOM DIOGENES DA SILVA MATTHES, Bispo de Franca (SP)
- DOM CONSTANTINO AMSTALDEN, Bis-
- po Tit. de Hierpiniana e Coadj. c.d.s. do Bispo de São Carlos (SP)
- DOM BENEDITO DE ULHOA VIEIRA, Bispo Tit. de Bitetto e Aux. do Arcebispo de São Paulo (SP)
- DOM ANTONIO AFONSO MIRANDA, S.D.N., Bispo de Lorena (SP)

A Região Sul II compreende o Estado do Paraná (PR).

- A Comissão Episcopal Regional Sul II é constituída dos seguintes órgãos: a Assembleia Geral, a Comissão Episcopal de Pastoral, o Secretariado Regional e a Comissão Regional do Clero. São membros desta Comissão Episcopal Regional:
- DOM GERALDO FERNANDES BIJOS, C.M.F., Arcebispo de Londrina (PR)
 - DOM PEDRO FEDALTO, Arcebispo de Curitiba (PR)
 - DOM INACIO KRAUSE, C.M., Bispo Tit. de Shuneth e Aux. do Arcebispo de Curitiba (PR)
 - DOM ELISEU SIMOES MENDES, Bispo de Campo Mourão (PR)
 - DOM JOSE JOAQUIM GONCALVES, Bispo Tit. de Tainis e Aux. do Arcebispo de Curitiba (PR)
 - DOM JAIME LUIS COELHO, Bispo de Maringá (PR)
 - DOM JERONIMO MAZZAROTTO, Bispo Tit. de Arsinio na Arcádia e Aux. do Arcebispo de Curitiba (PR)
 - DOM JOSE ROMAO MARTENETZ, Epárcia de São João Batista de Curitiba para os Ucranianos (PR)
- Secretariado Regional Coord. Regional: Côn. Albano Cavallin – End.: Av. Jaime Reis, 369, 80000 Curitiba, PR.

REGIÃO SUL III

- A Região Sul III compreende o Estado do Rio Grande do Sul (RS).
- A Comissão Episcopal Regional Sul III é constituída dos seguintes órgãos: a Assembleia Geral, a Presidência, a Comissão Episcopal de Pastoral, o Secretariado Regional, a Comissão Regional de Presbíteros, a Comissão Regional de Diáconos, a Comissão Regional de Religiosos e a Comissão Regional de Leigos. São membros desta Comissão Episcopal Regional:
- DOM ALFREDO VICENTE SCHERER, Cardenal Arcebispo de Porto Alegre (RS)
 - DOM CLAUDIO COLLING, Bispo de Passo Fundo (RS)
 - DOM CANDIDO JULIO BAMPLI, O.F.M. Cap., Bispo Tit. de Tlós e Aux. do Bispo de Caxias do Sul (RS)
 - DOM EDMUNDO LUIS KUNS, Bispo Tit. de Tolimena da Fenícia e Aux. do Cardenal Arcebispo de Pôrto Alegre (RS)
 - DOM AUGUSTO PETRO, Bispo de Uruguaiana (RS)

Secretariado Regional Coord. Regional: Pe. Mauro Morelli – End.: Av. Higenópolis, 901, C.P. 30029, 01000 São Paulo, SP (Tel. 51-4541).



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

DOM OTTON MONTA, Bispo de Campina (MG)
DOM JOSE DE ALMEIDA BATISTA PEREIRA, Bispo de Guaxupé (MG)
DOM HERMINIO MALZONE HUGO, Bispo de Governador Valadares (MG)
DOM ALMIR MARQUES FERREIRA, Bispo de Uberlândia (MG)
DOM JOSE EUGENIO CORREIA, Bispo de Caratinga (MG)
DOM SERAFIM FERNANDES DE ARAUJO, Bispo Tit. de Viriápolis e Aux. do Arcebispado de Belo Horizonte (MG)
DOM CRISTIANO PORTELA DE ARAÚJO PENA, Bispo de Divinópolis (MG)
DOM BELCHIOR JOAQUIM DA SILVA NETO, C.M., Bispo de Luz (MG)
DOM QUIRINO ADOLFO SCHMITZ, O.F.M., Bispo de Teófilo Otoni (MG)

Secretariado Regional Secretário: Pe. Wiliam Silva — End.: Rua Espírito Santo, 1059, s/nº, 30000 Belo Horizonte, MG (Tel. 22-0769).

REGIÃO CENTRO

A Região Centro comprehende o Distrito Federal (DF), parte do Estado de Goiás (GO) e parte de Minas Gerais (MG).

São membros desta Comissão Episcopal Regional Centro:

DOM JOSE NEWTON DE ALMEIDA BAPTISTA PEREIRA, Arcebispo de Brasília (DF)
DOM FRANCISCO PRADA CARRERA, C.M.F., Bispo de Uruaçu (GO)
DOM VICTOR TIELBEEK, SS.CC., Bispo Prelado de Formosa (GO)

Secretariado Regional — End.: Caixa Postal 561, 70000 Brasília, DF.

REGIÃO CENTRO-OESTE

A Região Centro-Oeste comprehende o Estado de Goiás (GO).

A Comissão Episcopal Regional Centro-Oeste é constituída dos seguintes órgãos: a Assembléia-Geral, a Presidência, a Comissão Episcopal, a Comissão Regional do Clero e a Comissão Pastoral Regional. São membros desta Comissão Episcopal Regional:

DOM FERNANDO GOMES DOS SANTOS, DOM ALANO MARIA F. NODAY, O.P., Arcebispo de Goiânia (GO)

Bispo Prelado de Cristalândia (GO)
DOM EPAMINONDAS JOSE DE ARAUJO, Bispo de Anápolis (GO)
DOM BENEDITO DOMINGOS COSCIA, O.F.M., Bispo de Jataí (GO)
DOM ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA, Bispo Tit. de Arindela e Aux. do Arcebispado de Goiânia (GO)
DOM CORNELIO CHIZZINI, F.D.P., Bispo Prelado de Tocantins (GO)
DOM ESTANISLAU VAN MELIS, O.P., Bispo Prelado de São Luís de Montes Belos (GO)

Secretariado Regional Secretário Regional: ... — End.: Pça. D. Manuel, C.P. 174, 74000 Goiânia, GO (Tel. 6-1854).

REGIÃO EXTREMO-OESTE

A Região Extremo-Oeste comprehende o Estado de Mato Grosso (MT) e parte do Território de Rondônia (RO).

A Comissão Episcopal Regional Extremo-Oeste é constituída dos seguintes órgãos: a Assembléia Geral, a Comissão Episcopal, a Presidência, a Comissão Regional do Clero, a Comissão Regional de Pastoral e o Secretariado Regional, com a Coordenação Pastoral e a Coordenação Administrativa. São membros desta Comissão Episcopal Regional:

DOM ORLANDO CHAVES, S.D.B., Arcebispo de Cuiabá (MT)
DOM CAMILO FARESIN, S.D.B., Bispo Prelado de Guratinga (MT)
DOM LADISLAU PAZ, S.D.B., Bispo de Corumbá (MT)
DOM ANTONIO BARBOSA, S.D.B., Bispo de Campo Grande (MT)
DOM ROBERTO GOMES DE ARRUDA, T.O.R., Bispo Prelado de Guajará-Mirim (RO)

Secretariado Regional — End.: Caixa Postal 561, 70000 Brasília, DF.

REGIÃO CENTRO-OESTE

A Comissão Regional Centro-Oeste é constituída dos seguintes órgãos: a Assembléia-Geral, a Presidência, a Comissão Episcopal, a Comissão Regional do Clero e a Comissão Pastoral Regional. São membros desta Comissão Episcopal Regional:

Dom José Francisco Versii, Bispo de Figueiredo — End.: Rua Dr. Euler de Azevedo, s/n, C.P. 3, 79100 Campo Grande, MT.
Dom Henrique Froehlich, S.J., Bispo Prelado de Diamantino (MT)

* Dom José Francisco Versii faleceu em 18-5-1972.



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRJ

A Região Leste I compreende os Estados da Guanabara (GB) e Rio de Janeiro (RJ).

A Comissão Episcopal Regional Leste I é constituída dos seguintes órgãos: a Assembléa Geral, o Secretariado Regional e a Comissão Regional do Clero. São membros desta Comissão Episcopal Regional:

DOM EUGENIO DE ARAUJO SALES, Cardeal Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro (GB)

DOM ANTONIO DE ALMEIDA MORAIS JUNIOR, Arcebispo de Niterói (RJ)

DOM MANUEL PEDRO DA CUNHA CINTRA, Bispo de Petrópolis (RJ)

DOM ANTONIO DE CASTRO MAYER, Bispo de Campos (RJ)

DOM CLEMENTE JOSE CARLOS ISNARD, O.S.B., Bispo de Nova Friburgo (RJ)

DOM JOSE DA COSTA CAMPOS, Bispo de Valença (RJ)

DOM ADRIANO M. HYPOLITO, O.F.M., Bispo de Nova Iguaçu (RJ)

DOM INACIO BARBOSA ACCIOLY, O.S.B., Abade Nullius de Nossa Senhora do Montserrat (GB)

REGIÃO LESTE II

A Região Leste II compreende os Estados de Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES).

A Comissão Episcopal Regional Leste II é constituída dos seguintes órgãos: a Assembléa Geral, a Presidência, a Comissão Episcopal de Pastoral e o Secretariado Regional. São membros desta Comissão Episcopal Regional:

DOM JOAO REZENDE COSTA, S.D.B., Arcebispo de Belo Horizonte (MG)

DOM JOAO BATISTA DA MORTA E ALBUQUERQUE, Arcebispo de Vitória (ES)

DOM OSCAR DE OLIVEIRA, Arcebispo de Mariana (MG)

DOM GERALDO DE PROENCA SIGAUD, S.V.D., Arcebispo de Diamantina (MG)

DOM ALEXANDRE GONCALVES DO AMARAL, Arcebispo de Uberaba (MG)

DOM GERALDO MARIA DE MORAIS PENIDO, Arcebispo de Juiz de Fora (MG)

DOM JOSE ALVES TRINDADE, Bispo de Montes Claros (MG)

A Região Regional Coord. Regional: Dom José Lamartine Soares – End.: Rua do Giriquití, 48, 50000 Recife, PE (Tel. 2-1258).

A Região Nordeste III compreende os Estados de Sergipe (SE) e Bahia (BA).

A Comissão Episcopal Regional Nordeste III é constituída dos seguintes órgãos: a Assembléa Geral, a Comissão Episcopal de Pastoral, o Secretariado Regional, a Coordenação Regional, a Coordenação Diocesana, a Equipe de Reflexão Pastoral e a Comissão Regional de Presbíteros. São membros desta Comissão Episcopal Regional:

DOM AVELAR BRANDÃO VILELA, Arcebispo de São Salvador da Bahia (BA)

DOM CLAUDIO JOSE CABRAL DUARTE, Arcebispo de Aracaju (SE)

DOM JOSE FLOBERT CORNELIS, O.S.B., Arcebispo Tit. de Capra, Vigário Geral de Salvador e Vigário Episc. de Alagoanhas (BA)

DOM ANTONIO MENDONCA MONTEIRO, Bispo de Bonfim (BA)

DOM JOSE ADELINO DANTAS, Bispo de Rui Barbosa (BA)

DOM JOSE BEZERRA COUTINHO, Bispo de Estância (SE)

DOM JACKSON BERENGUER PRADO, Bispo de Paulo Afonso (BA)

DOM JOSE BRANDAO DE CASTRO, C.SS.R., Bispo de Propriá (SE)

DOM JOSE NICOMEDES GROSSI, Bispo de Bom Jesus da Lapa (BA)

DOM CLIMÉRIO DE ALMEIDA ANDRADE, Bispo de Vitoria da Conquista (BA)

DOM TOMAS GUILHERME MURPHY, C.S.S.R., Bispo de Juazeiro (BA)

DOM FELIPE TIAGO BROERS, O.F.M., Bispo de Caravelas (BA)

DOM TIAGO G. CLOIN, C.S.S.R., Bispo de Barra (BA)

DOM WALFREDO BERNARDO TEPE, O.F.M., Bispo de Ilheus (BA)

DOM HELIO PASCOAL, C.P.S., Bispo de Livramento de Nossa Senhora (BA)

DOM ALAIR VILAR FERNANDES DE MELO, Bispo de Amargosa (BA)

DOM SILVERIO ALBUQUERQUE, O.F.M., Bispo de Caetité (BA)

Secretariado Regional Subsecretário Regional: Pe. Fr. Félix Neefjes, O.F.M. – End.: Pça. da Sé, n.º 1, 40000 Salvador, BA (Tel. 3-2349 e 3-2979).



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO DA IGREJA NO BRASIL

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

UNIVERSIDADE FEDERACAO
DO RIO GRANDE DO NORTE

RECIFE - PE

www.cedim.ufrn.br

cedim@ufrn.br

(81) 3215-1000

50000-000

CEP:



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UERJ

Enderésc: Av. Sete de Setembro, 309, Vitória, 40000 Salvador, BA.

COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL (CEP)

A Comissão Episcopal de Pastoral coordena a execução das deliberações de ordem pastoral da Assembléia Geral e da Comissão Representativa. São membros, com mandato de quatro anos e igualmente eleitos em 17 de fevereiro de 1971:

DOM WALFFREDO BERNARDO TEPE, DOM ALBERTO GAUDÊNCIO RAMOS, Arcebispo de Belém do Pará — End.: Rua Pça. Dom Fr. Caetano Brandão, C.P. 282, 66000 Belém, PA
Ihêus, BA
DOM MARIO TEIXEIRA GURGEL, S.D.S., DOM LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE, Arcebispo de Aracaju — End.: Pça. Mons. Olímpio Campos, 228, C.P. 281, 49000 Aracaju, SE
Itabira, MG
DOM CLEMENTE JOSE CARLOS ISNARD, O.S.B., Bispo de Nova Friburgo — End.: Rua Mons. Miranda, 51, C.P. 143, 28600 Nova Friburgo, RJ

DOM JOAQUIM DE LANCE, C.S.Sp., Bispo Prelado de Tefé (AM)
DOM ARCANDELO CERQUA, P.I.M.E., Bispo Prelado de Parintins (AM)

DOM ADALBERTO DOMENICO MARZI, O.F.M.Cap., Bispo Prelado de Alto Solimões (AM)
DOM MIGUEL D'AVERSA, S.D.B., Bispo Prelado de Humaitá (AM)

DOM ADRIANO JAIME MIRIAM VELGLE, T.O.R., Bispo Prelado de Borba (AM)
DOM MARIO ROBERTO EMMET ANGLIN, C.S.S.R., Bispo Prelado de Coari (AM)

SECRETARIADO GERAL

O Secretariado Geral é órgão permanente executivo que serve à coordenação, continuidade e eficiência das atividades dos organismos nacionais e à comunicação entre todos os órgãos da CNBB, e mantém, de modo especial, contato com as Comissões Episcopais Regionais.

Secretário-Geral DOM IVO LORSCHWEITER, Bispo Tit. de Tamandá e Aux. do Arcebispo de Porto Alegre.
Enderésc: Rua do Russel, 76, C.P. 16085, ZC 01, 20000 Rio de Janeiro, GB.

Sede Os órgãos executivos da CNBB têm sua sede permanente na cidade do Rio de Janeiro — Enderésc: Rua do Russel, 76, C.P. 16085, ZC 01, 20000 Rio de Janeiro, GB (Tel. 225-9034, 225-3290, 245-2907 e 225-2761).

COMISSÕES EPISCOPAIS REGIONAIS

A CNBB funciona nas Regiões Pastorais, delimitadas pela Assembléia Geral, através de Comissões Episcopais Regionais compostas de todos os membros da CNBB domiciliados na Região e por meio dos órgãos por estas estabelecidos. Compete a cada Comissão Episcopal Regional definir a própria organização e as normas de seu funcionamento.

Atualmente todo o território nacional é dividido em 14 Regiões Pastorais, assim discriminadas *:

REGIAO NORTE I

DOM MIGUEL ALAGNA, S.D.B., Bispo Prelado de Rio Negro (AM)
DOM FRANCISCO PAULO MCHUCHH, S.F.M., Bispo Prelado de Itacoatiara (AM)
DOM SERVILIO CONTI, I.M.C., Bispo Prelado de Roraima (RO)
DOM FLORENTINO ZABALZA ITURRI, O.A.R., Bispo Prelado de Lábrea (AM)

DOM ANTONIO SARTO, S.D.B., Bispo Prelado de Porto Velho (RO-MT)
DOM JOAQUIM DE LANCE, C.S.Sp., Bispo Prelado de Tefé (AM)
DOM ARCANDELO CERQUA, P.I.M.E., Bispo Prelado de Parintins (AM)
DOM ADALBERTO DOMENICO MARZI, O.F.M.Cap., Bispo Prelado de Alto Solimões (AM)
DOM MIGUEL D'AVERSA, S.D.B., Bispo Prelado de Humaitá (AM)
DOM ADRIANO JAIME MIRIAM VELGLE, T.O.R., Bispo Prelado de Borba (AM)
DOM MOACIR GRECHI, O.S.M., Bispo Prelado de Acre e Purus (AC)

Secretário Regional Secretário Executivo: Pe. Mateus W. George, C.S.S.R.
— End.: Rua Constantino Neri, 1667, C.P. 89, 69000 Manaus, AM.

* Dados em APÊNDICE, final desta obra, os mapas e quadros estatísticos de cada Região Pastoral.
** A relação dos Srs. Bispos, para cada Região Pastoral, é dada aqui pela ordem de precedência, conforme Diretório Litúrgico, 1972, Rio de Janeiro, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Elencamos aqui, dentre os membros de direito de cada Região Pastoral da CNBB, os Srs. Arcebíspos, Bispos Residenciais, Coadjutores ou Auxiliares.

O que a CNBB dirá em Roma

A crise que abala a hierarquia da Igreja tomou proporções jamais vistas durante este ano. Contestações à autoridade papal explodiram em todo o mundo, marcadas pelos ataques que o Cardeal-primaz da Bélgica, Suenens, fez à Cúria Romana, mas na verdade dirigidas a Paulo VI (ver pág. 25). O Papa, após relutar por longos meses, resolveu convocar para outubro uma Assembléia-geral do Sínodo dos Bispos, "a fim de analisar as relações do Papa e da Santa Sé com as conferências episcopais, e as relações das conferências episcopais entre si". Nesse contexto, realizou-se há pouco em Chur, na Suíça, a segunda das conferências episcopais da Europa, que discutiu como tema principal o papel dos padres nos dias de hoje e que tirará conclusões sobre os problemas de hierarquia da autoridade papal; Suenens participou dessa reunião. Um grupo de sacerdotes, por sua vez, se reuniu em separado, na mesma cidade suíça.

No Brasil, a até então sólida estrutura hierárquica da Igreja exibiu seus primeiros sintomas de fraqueza. Uma pesquisa do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais) e consequentes reuniões em diversas

dioceses revelaram a gravidade dos problemas que afligem o padre de hoje. Os protestos contra o celibato e contra a própria organização da Igreja como instituição foram freqüentes. Por este motivo, Dom Aluísio Lorscheider, secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), convocou dia 8 deste mês uma reunião com os subsecretários da Conferência para estudar o documento enviado pela Santa Sé, a ser debatido no Sínodo. As conclusões e reflexões serão enviadas como sugestão para a próxima Assembléia-geral dos Bispos, a ser realizada em São Paulo, de 24 a 30 deste mês. Na Assembléia-extraordinária do Sínodo, convocada pelo Papa, cada país terá direito a apenas um representante. No caso do Brasil, será Dom Agnelo Rossi, presidente da CNBB.

• • • •

Reuniram-se também na CNBB diversos órgãos que trabalham em assistência social, para uma mudança de perspectiva em relação à ação social da Igreja. Atendendo às exigências do Concílio Vaticano II, as obras sociais deverão perder seu caráter puramente assistencial para se transformarem num grande trabalho de promoção humana. "Não basta distribuir alimentos, agasalhos e medicamentos, é preciso um trabalho profundo de educação e orientação profissional", é o resumo dos novos princípios. ##



Contratos Sociais 27/n/2413

O ajustamento alcançado entre as duas principais linhas de ação da Igreja, na eleição da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, constitui mais um indício favorável que se apresenta nesta hora, no sentido de propiciar substancial melhoria nas relações de corpos representativos. A reeleição de D. Aloísio Lorscheider, para presidir a CNBB por um novo período de quatro anos, resultou em acordo que culminou, no segundo escrutínio, na vitória de D. Geraldo Fernandes, Bispo de Londrina, para a vice-presidência.

A composição integrada, com um sentido de unidade dos bispos brasileiros, a solução moderada na liderança da entidade. Preservou-se, por via do entendimento, o equilíbrio indispensável para que a CNBB possa também oferecer sua valiosa contribuição ao processo de evolução política e social do Brasil.

O país vive, com apoio nos fatos e reconhecimento geral, um momento de distensão política. Há, por trás de todos os atos políticos, um espírito que pode ser tomado como sinal de entendimentos tácitos. Atos e palavras pautam-se por um sentido de moderação implícita nas lideranças partidárias, nas proclamações dos candidatos vitoriosos e nas explicações dos derrotados.

No plano dos contratos sociais, porém, situamo-nos numa fase anterior aos pressupostos que conduzem à distensão política. Faltam ainda acordos a serem alcançados, mesmo que de forma igualmente tácita, entre as forças com capacidade de atuar na condução do processo. A

aceitação da idéia de gradual evolução, no plano social, pressupõe o exercício de entendimento que situe a Igreja como importante protagonista com outras áreas de pensamento e interesse, mas ainda sem voz no debate.

O processo político está garantido pela adesão que lhe emprestam todas as tendências representativas. O plano social, no entanto, com o entrosamento das duas tendências que se reúnem para a ação conjunta da Igreja, sob a liderança da CNBB, ganha forte viabilidade.

As entidades representativas, do ponto-de-vista econômico e social, terão de estabelecer um acordo de atuação e ajustar-se à orientação política que nos devolva à normalidade institucional, para que desapareça qualquer discrepância na avaliação das possibilidades brasileiras de realizar nossa aspiração democrática.

O desdobramento político torna imprescindível a adesão da força representativa do trabalho e da Igreja ao mesmo compromisso que, conforme as eleições demonstraram, propõe-se a somar as diversas formas de cooperação. É preciso que haja desde logo perfeita identidade de atitudes, através dos interlocutores e dos corpos intermediários responsáveis, com os padrões de comportamento que estão sendo seguidos no nível de atuação político-parlamentar. É indispensável que esses padrões não sejam afetados por atitudes incoincidentes e desregadas, incompatíveis com a distensão. Este não é apenas um fenômeno político: tem fundamentos e dimensão econômicos e sociais.

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1975

Vice-Presidente Executivo: M. F. de Nascimento Brito
Editor: Walter Fontoura

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro
Diretor: Lywal Salles

Diretor: Bernard da Costa Campos
Editor de Opinião: Luiz Alberto Bahia

Defesa da Família

Nota da Assessoria de Imprensa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil comunica "que a entidade está estudando providências conjuntas e eficazes de promoção e defesa da família no Brasil, incluindo a clara reafirmação da indissolubilidade do matrimônio".

Desfaz-se claramente qualquer versão porventura circulante, segundo a qual a Igreja, através de seus Bispos no Brasil, teria cruzado os braços diante de qualquer nova tentativa de votação de projeto instituindo o divórcio, justamente no Ano Santo, em nosso país, a maior nação católica do mundo.

A responsabilidade da Igreja Católica na promoção e defesa da família é missão evangélica e, por isso mesmo, a causa não é encarada segundo perspectivas menores e suscetíveis de ajustes e compromissos sobre uma instituição sagrada. Diante de eventual iniciativa no Congresso brasileiro, a Igreja irá ao combate do projeto com base em fundamentos conhecidos e sólidos. E no centro de suas preocupações, e já no plano temporal, está a convicção de que a família enfraquecida pelo divórcio não preencherá melhor seu papel singular e único de agente de transmissão dos códigos de convivência social. E' através da ponte da família que o homem ingressa na sociedade, como parte de um todo psicossocial, com sua marca de personalidade própria individual.

Sem dúvida, a crise da família é sinal grave da crise social que assola a sociedade ocidental, hoje cobrindo a extensão do mundo. E' sinal, causa e efeito, da crise maior de valores que já não encontra no matrimônio indissolúvel o escrínio de preservação e de transmissão. A dis-

solução do matrimônio seria indício de que a crise de valores teria também nos alcançado fundamentalmente, pois o divórcio só iria acelerar uma evolução que cumpre estacar. Seguramente a família não sairá engrandecida e honrada com a aceitação, como inevitável, da dissolução do matrimônio. Esta legalizaria o erro e o estimularia.

O Governo do Presidente Ernesto Geisel não deverá estar desatento aos novos balões de ensaio dos divorcistas, que experimentam resistências. Deverá inclusive imaginar que há possibilidade de a Comissão de Representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil se reunir brevemente em Brasília para examinar o problema relacionado com o divórcio. Será o começo de uma ação militante de esclarecimento da opinião, com todas as suas repercussões no plano político.

Pois será inútil supor que o divórcio, entre tantos aspectos, não tem feição política forte, compondo e dissolvendo aliança e entendimentos formais ou tácitos, destruindo ou construindo boas-vontades. A questão da oportunidade política do divórcio não poderia ser ignorada por quem tem obrigações na sustentação da estabilidade e da dinâmica política do poder público. Este vive principalmente sobre consentimentos indispensáveis à legitimidade dos Governos. Ora, o problema do divórcio, ao amargurar e pasmar profundamente o Santo Padre, teria reações semelhantes na Igreja da maior nação católica, no Ano Santo. O tema do divórcio certamente dividiria o povo brasileiro, justamente quando se sabe que a paz política e social, em nosso tempo, depende essencialmente de linhas de unidade bastante fortes para resistir aos ataques da licença moral e à decadência de valores.



Papa elogia política externa

ARY RIBEIRO
Enviado Especial

ROMA — Durante a audiência de trinta minutos que concedeu ao meio-dia de ontem ao chanceler Azeredo da Silveira, o papa Paulo VI disse que a Igreja terá no Brasil "atitude positiva", considerou "muito importante o desenvolvimento do diálogo que o presidente Geisel mantém entre a Igreja e o governo" e afirmou que a política externa brasileira "coincide com a defesa dos valores cristãos no mundo".

Essas informações foram dadas aos jornalistas, logo depois do encontro, pelo porta-voz da Chancelaria brasileira. Os jornalistas não tiveram acesso à audiência, que se dividiu em duas partes. Na primeira, houve conversa a sós de meia-hora entre o papa e Silveira. Na segunda, foram admitidos no gabinete a mulher de Silveira e os demais membros da comitiva. Depois, o chanceler brasileiro, ainda no Vaticano, conversou também com o secretário do Estado, cardeal Vilalba.

O porta-voz, em resposta a uma indagação da imprensa, negou que o papa tivesse feito menção a aspectos da política interna brasileira. Mas admitiu que obviamente estava transmitindo apenas "pequena parte" da conversa.

O papa Paulo VI, ainda segundo a mesma fonte, disse sempre olhar o Brasil com admiração, acompanhando com especial interesse as leis sociais que o governo elabora, em benefício dos mais humildes. Ele pediu que Silveira transmita ao presidente Geisel os agradecimentos pela atenção que tem dispensado à Igreja Católica no Brasil.

Após a audiência, Silveira almoçou com o embaixador do Brasil junto ao Vaticano e, no fim da tarde, seguiu para Madrid, de onde, horas depois, tomaria um avião diretamente para Brasília, onde deve chegar hoje de manhã.

A delegação brasileira empresta particular importância à possibilidade que se abriu — e que figura no comunicado conjunto a respeito da visita de Silveira à Itália — de cooperação entre os dois países também no campo da energia nuclear. A Itália não está tão avançada nesse setor como a Alemanha, a França ou a Inglaterra, mas pode oferecer muita coisa para um país como o Brasil, que ensaiava agora os primeiros passos no campo da energia nuclear.

Outra novidade trazida pelo comunicado conjunto foi o desejo manifestado pelo governo italiano de receber a visita do presidente Geisel. A Itália se constitui assim no terceiro país europeu a formular convite ao presidente brasileiro. O primei-

ro foi a França, que certamente será incluída no roteiro da viagem do presidente Geisel, em maio, ao Japão. O segundo foi a Inglaterra, que fez o convite agora por intermédio de Silveira.

Os italianos, durante as conversações com a delegação brasileira, se mostraram sensíveis ao argumento de que o volume das transações comerciais entre o Brasil e a Itália não faz justiça nem às estreitas relações existentes entre os dois países nem às suas potencialidades econômicas. Apesar dos estreitos laços que ligam os dois povos, e da existência de numerosas coletividades italiana no Brasil, as relações comerciais entre os dois países são relativamente inexpressivas. As transações nos dois sentidos são da ordem de apenas seiscentos milhões de dólares. Representam menos de dois por cento do comércio exterior italiano, que está em torno dos trinta bilhões de dólares. E de 1974 para cá, têm apresentado déficit de cerca de dez por cento contra o Brasil.

Não é possível que dois países com tantas afinidades e com um potencial de comércio tão grande como a Itália e o Brasil continuem mantendo relações comerciais nesse nível. Foi o que o chanceler Silveira fez ver ao seu colega italiano Mariano Rumor. E este, como as demais autoridades italianas, demonstrou compreender muito bem a posição brasileira, prometendo empenhar-se para modificar radicalmente esse quadro.

A comissão mista empresarial agora criada será o instrumento-chave para essa modificação. Assim acreditam os dois lados. Por isso, tratarão de constituir a mais rapidamente possível. Ela será formada somente de empresários. Do lado italiano, por representantes da Confederação Italiana da Indústria. Do lado brasileiro, quase certamente por representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp — pois São Paulo, em parte devido também à presença da coletividade italiana, oferece o campo mais propício para empreendimentos conjuntos (joint ventures) brasileiro-italianos.

O governo italiano está altamente interessado em dinamizar suas relações comerciais com o Brasil. Essa ao menos foi a impressão colhida pela delegação brasileira. Assim, tanto as autoridades italianas quanto as brasileiras se comprometeram a fazer todo esforço possível para que essa comissão mista de empresários "não fique apenas no papel".

A forma que se imaginou para a dinamização das relações comerciais entre os dois países confere papel de destaque à criação de joint-ventures em setores onde o interesse comercial se mostre mais pronunciado.

ESP

OCT 30 1975

Nota prevê ação conjunta

Brasil e Itália decidiram desenvolver projetos comuns em diversos setores, principalmente nos siderúrgico, ferroviário, aeronáutico, petrolieros, nuclear e de telecomunicações, além de ação conjunta no setor político. A decisão consta da nota assinada ontem pelos chanceleres Azeredo da Silveira e Mariano Rumor.

A nota afirma que os dois chanceleres "expressaram sua convergência de pontos de vista quanto aos seguintes assuntos: desenvolvimentos recentes para a melhoria das relações entre os povos; responsabilidades que incumbem à comunidade internacional para o estabelecimento de um sistema econômico mundial mais justo; finalidades da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional; desejo de solução pacífica para o conflito do Médio Oriente.

"Os dois ministros — continua o documento — reconhecem o interesse e a utilidade de manter consultas periódicas para exame da situação internacional e do conjunto das relações entre os dois países nos campos políticos, econômico, social e da cooperação industrial, cultural, científica e técnica. Para esse fim, procederam a assinatura e a uma troca de notas".

Segundo a nota, "o ministro Azeredo da Silveira exprimiu ao ministro Rumor o desejo de intensificar as relações que ligam o Brasil à Comunidade Européia, inclusive pela assinatura, em 1973, do acordo entre o Brasil e a CEE, de modo a diversificar e incrementar o in-

teresse dos dois ministros, ao exprimirem sua satisfação pelos resultados conseguidos, manifestaram o empenho comum em ver intensificada e ampliada em todos os seus aspectos, a cooperação entre os dois países no setor da indústria aeronáutica civil.

Os dois ministros procederam, ainda, a assinatura e a troca de notas sobre os temas examinados e sobre a criação de uma comissão empresarial mis-

"Na presença dos dois ministros — acrescenta a nota — um representante do "Instituto de Crédito per le Imprese di Pubblica Utilità" — Icipu — procedeu a assinatura e a entrega, a representantes da Telecomunicações Brasileiras S.A. — Telebras, de carta relativa ao aumento do teto do crédito concedido anteriormente e que se destina ao pagamento parcial de exportações italianas no setor de equipamento para telecomunicações".

Nationale Bischofskonferenz von Brasilien
Sitzung der Vertreterkommission
Rio de Janeiro, 19. bis 25. Oktober 1976

Dr. Horst Goldstein
Hinterm Berg 91
2862 Worpssede
Ruf 04792 / 77 48

Hirtenbrief an das Volk Gottes

I. Einführung

Angesichts der jüngsten Ereignisse, von denen die Brasilianische Kirche betroffen wurde und welche die Menschen in unserem Land wie auch im Ausland erschüttern, haben wir, die Bischöfe der Vertreterkommission der Nationalen Bischofskonferenz Brasiliens beschlossen, Euch, den einfachen und gläubigen Menschen, den Menschen in den Kirchengemeinden und Kommissionen, diesen Hirtenbrief zu schreiben.

Nachdem bereits von seiten zahlreicher Pfarrer und Kirchengemeinden zahlreiche Stellungnahmen bekannt wurden, wollen wir mit diesem Dokument nicht Anklage erheben, obgleich die hier aufgeführten Fakten für sich allein bereits eine massive und eindeutige Anklage beinhalten. Unsere Absicht ist es, mit dem Wort Gottes die aktuellen Ereignisse zu erhellen, um so den Christen zu helfen, im Vertrauen auf den Glauben und mit Mut diese Ereignisse zu betrachten und sie zu ermuntern, ähnlich dem Wort der Apokalypse:

"Dem Christen ist es verboten, Angst zu haben.
Es ist verboten, traurig zu sein."

Dieser Hirtenbrief entstand durch die wertvolle und brüderliche Zusammenarbeit von Priestern und Mönchen, Nonnen und Laien. So können wir nun folgendes darstellen:

1. Die Fakten: Die Vorkommnisse, über die wir berichten, wurden bereits von der Presse verbreitet; doch wir meinen, daß es gut ist, sie noch einmal in Erinnerung zu rufen, damit sie unseren Überlegungen zugrunde gelegt werden. Wir berichten aber auch über Dinge, die noch nicht über Presse und Rundfunk bekannt gemacht wurden.
2. Die Bedeutung dieser Fakten: sind sie ein Produkt des Zufalls oder Ergebnis von Mechanismen, die wir kennenlernen müssen?
3. Einige pastorale Prinzipien und neue Aufrufe Gottes: Was sagt uns das Wort Gottes zu diesen Ereignissen? Wenn Gott nicht nur durch die Bibel und die Kirche sondern auch durch die Ereignisse zu uns spricht, dann müssen wir die Wege des Herrn mit Hilfe der Dinge entdecken, die auf diesen Seiten dargestellt und durchdacht werden.

II. Die Fakten

In der jüngsten Zeit geschahen Dinge von so schwerwiegender Bedeutung, daß sie die Kirche und das brasilianische Volk zutiefst erschütterten. Wir beziehen uns in diesem Zusammenhang vor allem

auf den Mord an den Geistlichen Pater Rudolfo Lunkenbein und Pater Joao Bosco Penido Burnier, sowie auf die Entführung des Bischofs Adriano Hipolito aus der Diözese Novo Iguacu im Staate Rio de Janeiro.

Die Ereignisse von Merure im Bundesstaat Mato Grosso sind in ihrer Ursprung eng verknüpft mit der Abgrenzung des den Indianern zugesprochenen Landes, die mit Genehmigung der FUNAI (Nationale Behörde für Indianerfragen) durchgeführt wurde. Zwei Tage nachdem mit der Arbeit begonnen worden war, am 15. Juli dieses Jahres, drangen mehr als 60 Personen - Großgrundbesitzer, deren Leibwächter und Siedler in die Missionsstation der Salezianer in Merure ein. Sie suchten Pater Rudolfo Lunkenbein, um sich Genugtuung zu verschaffen.

Pater Gonçalo, der sie empfing, wurde von ihnen mißhandelt. Kurz darauf erschien Pater Rudolfo in Begleitung einiger Indianer vom Stamm der Bororos. Pater Rudolfo, der nicht auf die Provokationen reagierte, versuchte, sie davon zu überzeugen, daß sie den Rechtsweg beschreiten müßten. Einige Indianer wollten schließlich etwas unternehmen, um Pater Rudolfo angesichts dieser Aggression zu schützen.

Lourenço, der Häuptling der Bororos, wurde in den Rücken geschossen. Drei weitere Schüsse wurden abgegeben. Pater Rudolfo wurde getroffen und starb zehn Minuten später. Die Schießerei weitete sich aus. Andere Indianer waren hinzugekommen; fünf von ihnen wurden verletzt, außerdem einige der Angreifer. Einer aus den Reihen der Angreifer, Aloisio, starb durch einen Schuß ins Gesicht und einige Messerstiche. Auch der Indianer Simao wurde verletzt. Als seine Mutter, Tereza, ihm zu Hilfe eilen wollte, wurde auch sie schwer verwundet. Kurz darauf flohen die Angreifer, ließen jedoch den Leichnam Aloisios und eines ihrer Autos zurück. Die Verwundeten wurden nach Barra do Garça gebracht. Auf dem Weg dorthin starb der Indianer Simao. Die Beerdigung von Simao fand am nächsten Tag statt, die von Pater Rudolfo zwei Tage später. Der Leichnam von Aloisio wurde durch die Polizei der Familie übergeben.

Die Entführung des Bischofs Adriano Hipolito

Am Mittwoch, dem 22. September dieses Jahres, verließ Adriano Hipolito, Bischof von Nova Iguacu, in Begleitung seines Neffen und dessen Verlobter im Volkswagen des Bischofs die Bistumsverwaltung. Nachdem sie einige Straßen durchfahren hatten, wurden sie plötzlich von zwei Autos gestoppt, aus denen fünf oder sechs mit Pistolen bewaffnete Männer heraustraten. Auf brutale Weise zwangen sie den Bischof und seinen Neffen, aus dem Auto zu steigen; dem Mädchen gelang es, in dem Durcheinander nach Hause zu fliehen. Der Bischof wurde von den Entführern auf den Rücksitz eines ihrer Autos geworfen. Man zog ihm eine Kapuze über den Kopf und legte ihm Handschellen an. Dann wurde er gezwungen, sich zusammenzukrümeln, damit er von der Straße aus nicht gesehen werden konnte, während das Auto mit hoher Geschwindigkeit davonraste. Die Entführer schnitten sämtliche Knöpfe an der Soutane des Bischofs ab.

Nach etwa einer halben Stunde stoppte das Auto, und der Bischof wurde völlig entkleidet. Man versuchte zunächst, ihm mit Gewalt eine Flasche Zuckerrohrschnaps einzuflößen; doch als der Bischof sich heftig zur Wehr setzte, ließ man von diesem Vorhaben ab. Während der ganzen Zeit schrien die Entführer, daß sie zur AAB

(Antikommunistische Allianz Brasiliens) gehörten, daß der Bischof ein "kommunistischer Verbrecher" wäre und daß die Stunde des Bischofs Calheiros schon kommen würde. (Es handelt sich hierbei um Waldyr Calheiros, Bischof von Volta Redonda im Bundesstaat Rio de Janeiro).

Dann wurde der Bischof an einen abgelegenen Ort gebracht, wo er die Schreie seines Neffen hören konnte. Nachdem man ihn mit roter Farbe beschmiert hatte, brachte man ihn ins Auto zurück. Weit entfernt von Nova Jacarepaguá wurde er schließlich gefesselt von seinen Entführern abgesetzt.

Der Bischof wurde von einigen Männern gefunden, die ihm Kleidung gaben und ihn zurück zum nächsten Pfarrhaus brachten. Bischof Hipolito wandte sich zunächst an die Polizeibehörde des betreffenden Bezirks, wo er seine Aussage machte, und dann wurde er von dort zur politischen Polizei gebracht. Bei der DOPS (Abteilung für politische und soziale Ordnung) wurde ihm mitgeteilt, daß sein Neffe gefunden worden sei und sich auf dem Wege befände, um seine Aussage zu machen. Hier erfuhr er auch, daß sein Wagen vor dem Gebäude der Nationalen Bischofskonferenz im Stadtteil Gloria in Rio de Janeiro in die Luft gesprengt worden war.

Noch bei der DOPS erhielt der Bischof Hipolito den Besuch des Apostolischen Nuntius, dem Vertreter des Heiligen Stuhls in Brasilien, der ihm seine Solidarität erklärte. Zunächst war dem Nuntius der Zutritt zu dem Raum, in dem der Bischof seine Aussage machte, verweigert worden.

Bis zum heutigen Tag hat die Brasilianische Bischofskonferenz über das Ergebnis der Nachforschung durch die verantwortlichen Bischöfe keine Mitteilung erhalten.

Der Tod von Pater Joao Bosco Penido Burnier

Am 11. Oktober befand sich Joao Bosco Penido Burnier, Jesuitenpater und Missionar der Prälaten Diamantino im Bundesstaat Mato Grosso in Begleitung des Bischofs Pedro Casaldaliga von São Félix aus dem gleichen Bundesstaat auf der Rückreise von einer Priesterkonferenz, auf der die Probleme der Indianer behandelt worden waren.

Auf ihrer Durchreise durch den kleinen Ort Ribeirão Bonito in der Gemeinde Barra do Garças suchten beide die örtliche Polizeistation auf, um gegen die ungerechtfertigte Verhaftung und Folterungen von zwei Frauen des Ortes Einspruch zu erheben. Acht Tage zuvor war der Polizeiwachtmeister Felix, ein Angehöriger der Militärpolizei des Bundesstaates Mato Grosso, ermordet worden. Dies geschah anlässlich der mit brutaler Gewalt durchgeföhrten Verhaftung der Kinder von Jovino Barbosa. Der Tod des Wachtmeisters hatte zur Folge, daß aus Barra da Garça ein großes Polizeiaufgebot nach Ribeirão Bonito geschickt wurde, das unter der Bevölkerung Angst und Schrecken verbreitete. Viele wurden festgenommen, geprügelt und gefoltert.

Margarida Barbosa, die Schwester von Jovino Barbosa wurde vom 5. bis 11. dieses Monats festgehalten und von der Polizei gefoltert. Man zwang sie, mit ausgebreiteten Armen auf Flaschendeckeln zu knien, man trieb ihr Nadeln unter die Fingernägel und in die Brüste und schlug sie. Während des Verhörs wurde sie ständig mit einem Anschlag gebrachten Gewehr und zwei auf die Ohren gerichteten

Revolver bedroht. Während der ganzen Zeit bekam sie weder zu essen noch zu trinken. Am 11. Oktober um 17 Uhr waren auf der Straße Schreie zu hören: "Schlagt mich nicht!"

Santana, die Schwiegertochter von Jovina Barbosa, wurde zur selben Zeit, zwei Wochen nach ihrer Niederkunft festgenommen und von mehreren Soldaten vergewaltigt. Außerdem wurden die Pflanzung und das Haus ihres Mannes mit allen Reisvorräten niedergebrannt.

Das Leiden dieser Frauen bewog Bischof Casaldaliga und Pater Joao Bosco auf der Polizeistation von Riberao Bonito vorzusprechen. Sie versuchten vergeblich, sich in einem richtigen Gespräch mit den Wachtmeistern Juraci und Messias sowie zwei Soldaten für die beiden Frauen einzusetzen. Die Polizisten reagierten mit Beleidigungen und drohten ihnen für den Fall, daß sie es wagen sollten, diese Willkür anzuzeigen. Der Pater erhielt einen Faustschlag und einen Kolbenhieb ins Gesicht und wurde von einem Dum-Dum-Geschoß auf den Kopf getroffen.

Während der drei Stunden, die Pater Joao Bosco noch bei Bewußtsein war, erhielt er die Sterbesakramente und weihte Gott sein Leiden für das Volk und für die Indianer. Man brachte den Sterbenden nach Goiania, wo er am 12. Oktober um 17 Uhr seinen Verletzungen erlag.

Weitere Fakten: Zu den schon aufgeführten Fakten kommen noch andere hinzu, daß die Kirche einem permanenten Druck ausgesetzt ist.

- Helder Camara, Erzbischof von Olinda und Recife, dessen Name in der ganzen Welt bekannt ist, ist seit langem Opfer der offiziellen Zensur. Schon die bloße Nennung seines Namens in Presse, Rundfunk oder Fernsehen wurde in einer schriftlichen Anordnung der Abteilung Bundespolizei im Justizministerium verboten.
- Die Wochenzeitung "O Sao Paulo", Presseorgan der Erzdiözese Sao Paulo wird durch die Zensurabteilung der Bundespolizei einer doppelten Zensur unterworfen.
- Gewaltaktionen richten sich auch noch gegen andere Institutionen; zu nennen sind hier die erst kürzlich verübten Attentate von Terroristen gegen die brasilianische Rechtsanwaltskammer, den brasilianischen Presseverband - beide in Rio de Janeiro - , den Sitz des Militärgerichts in Porto Allegre und das brasilianische Zentrum für Analyse und Forschung (CEBRA) in Sao Paulo.
- In derselben Nacht, in der Bischof Adriano Hippolito entführt wurde, kam es in Rio de Janeiro außer der Bombenexplosion vor dem Gebäude der CNBB zu einem zweiten Bombenattentat. Dabei wurde im Haus des Journalisten Roberto Marinho, dem Direktor der Zeitung "O Globo", einer seiner Angestellten verletzt.
- Neben diesen Ereignissen, die einen großen Wiederhall gefunden haben, müssen wir noch einmal darauf verweisen, daß in den

vergangenen Jahren aus politischen Motiven Verhaftungen vorgenommen wurden; zumeist kam es dabei zu Entführungen, schlechter Behandlung, Folter, Verschwinden von Personen und Mord, wenn auch, soweit bekannt ist, derlei Vorkommnisse sich seit Mai dieses Jahres nicht wiederholt haben. Man kann auch nichts Genaues über Verbrechen sagen, die fortlaufend von den Polizeikräften gegen das brasilianische Volk verübt werden. Einer der bekanntesten Vorfälle ereignete sich kürzlich in Campo Grande (Bundesstaat Mato Grosso), wo Offiziere der Militärpolizei einen Jugendlichen entführten und töteten. Auch in Baixada Fluminense im Bundesstaat Rio de Janeiro, sowie in Sao Paulo kam es zu weiteren Verbrechen durch Angehörige der Militärpolizei.

Gewalt erzeugt Gewalt. Und die Gewaltanwendung gegen politische Gefangene wurde unter Militärs und Polizeibeamten zu einem allgemein verbreiteten Mittel. Die jüngsten Vorfälle scheinen zweierlei zu beweisen: zum einen die Deformation der brasilianischen Polizeieinheiten und zum anderen die bedeutende Rolle von Terrororganisationen auf dem lateinamerikanischen Kontinent.

Ein Beispiel für den politisch-militärischen Terror auf lateinamerikanischer Ebene war die Verhaftung von 17 katholischen Bischöfen und 20 Priestern, Ordensbrüdern und Laien am 13. August dieses Jahres in Riobamba (Ecuador). Von den Militärbehörden dieses Landes waren sie nach Quito gebracht worden. Damals schrieben die Bischöfe, zu denen auch Brasilianer (Candido Padim und Antonio Batista Fragoso), Nordamerikaner, Chilenen, Mexikaner sowie ein Paraguayer, ein Argentinier und ein Venezolaner gehörten, einen Brief an den Papst, in dem sie betonten, daß das Ziel ihres Treffens ausschließlich innerkirchliche Angelegenheiten betraf. Es sollten gemeinsam Fragen diskutiert werden, die mit der Bekündigung des Evangeliums in den betreffenden Diözesen vor dem aktuellen historischen Hintergrund Lateinamerikas zusammenhingen.

III. Die Bedeutung der Fakten:

Angesichts der genannten Tatsachen stellt sich die Frage: Wer ist verantwortlich für die Welle der Perversion, die alarmierende Ausmaße angenommen hat? Was steht hinter all den Verbrechen in unserem Land, die in ihrer Grausamkeit nahezu perfektioniert scheinen? Die bösartige und abscheuliche Verleumdung - sei es anonym oder in aller Öffentlichkeit - von Bischöfen, Priestern und Laien, die als Aufrührer, Agitatoren und Kommunisten bezeichnet werden, wenn sie sich für die Armen, die Gedemütigten, die Gefangenen und die Opfer von Folterungen einsetzen - dies hat das Klima und die Praxis von Gewaltanwendung und Willkür noch verstärkt.

Angesichts der unzähligen Vorkommnisse, die in der Öffentlichkeit Empörung ausgelöst haben, trifft die Verantwortung nicht allein den einfachen Polizisten, der den Abzug des Revolvers bertätigt, oder irgendeinen anderen Angehörigen von Militär und Polizei. Es ist notwendig, nach den tieferen Wurzeln zu suchen, auf die das Klima der Gewalt in großem Ausmaß zurückzuführen ist.

Einige der wichtigsten Ursachen seien im folgenden genannt:

- Die Armen ohne Recht

Es sind die Armen und Wehrlosen, die Polizeigefängnisse füllen, eingesperrt mit der Begründung, daß sie keine gültigen Ausweispapiere bei sich trugen; Menschen, die bei Polizeirazzien aufgegriffen werden, und es sind nur die Armen, die wegen Landstreicherei angeklagt und eingesperrt werden.

Für die Mächtigen ist die Situation ganz anders. Es gibt Verbrecher, die nicht verurteilt werden, weil sie durch die Macht des Geldes, durch Prestige und durch ihren Einfluß in der Gesellschaft geschützt sind. Da die Gesellschaft sie deckt, ist auch sie mitverantwortlich für diese Ungerechtigkeit.

Diese Unterschiedliche Behandlung erweckt in uns den Eindruck, daß in unserer Gesellschaft ausschließlich oder an erster Stelle das Geld Grundlage des Prinzips der Gerechtigkeit ist, nicht aber der Mensch. Anläßlich der Versammlung der Rechtsanwaltkammer, die in diesen Tagen in Bahia tagte, brachten die Rechtsanwälte ihre Sorge über die Situation zum Ausdruck und stellten fest, daß "das Strafrecht das Recht der Armen ist, aber nicht weil es sie behütet und schützt, sondern weil es allein sie mit seiner ganzen Härte trifft."

- Die Straflosigkeit krimineller Polizeibeamter

Allgemein bekannt sind die Verbrechen der berüchtigten "Todes-schwadron", deren Aktivitäten in verschiedenen Bundesstaaten festgestellt wurden. Es ist auch bekannt, daß in verschiedenen Fällen Polizeibeamte, die gemordet hatten, verhaftet und nach dem Gesetz verurteilt wurden. Schwerwiegender aber ist, daß Polizeibeamte, die des Mordes, der Korruption, des Drogenhandels und der Zuhälterei angeklagt wurden, nicht vor Gericht gestellt und durch höhere Dienststellen gedeckt werden.

- Die ungerechte Verteilung des Bodens

Die ungerechte Verteilung des Bodens in Brasilien geht zurück auf die Kolonialzeit. In den vergangenen Jahren hat sich das Problem jedoch zugespitzt: die Regierung verfolgte eine Politik, die den großen Agrar- und Viehzuchtgesellschaften Steuererleichterungen zusicherte. Das bedauerliche Ergebnis ist außer der zügellosen Spekulation auf dem Immobilienmarkt, die nun auch auf das Innere des Landes übergreift - das Entstehen großer Unternehmen, die aufgrund ihrer weitreichenden juristischen und finanziellen Möglichkeiten, die kleinen Besitzungen vernichten und Indianer und Kleinbauern von ihrem Land verjagen.

Diese Kleinbauern und Pächter, die sogar Schwierigkeiten haben, einen Ausweis zu erhalten, sind nicht in der Lage, ihr Eigentum durch Beibringung von rechtsgültigen Dokumenten zu belegen oder ihr durch langjährige Besiedlung erworbene Eigentumsrecht vor einem Gericht zur Geltung zu bringen. Sie werden also von ihrem Land vertrieben, müssen in die Fremde,

ja oft sogar in ein Nachbarland ziehen, oder aber als Nomaden ziellos über die Straßen des Landes ziehen. Leisten sie Widerstand, dann entstehen Konflikte, die sich immer mehr ausweiten, insbesondere im Amazonas-Gebiet und dem Mato Grosso.

Andere ziehen in die nächstgelegenen Städte. Hier fristen sie ein unmenschliches Dasein, bis sie wieder vertrieben werden, wenn der Boden, auf dem sie sich niedergelassen haben, zum Spekulationsobjekt wird oder für große Städtebauprojekte benötigt wird. Zunächst aber leiden sie unter den schlechten Lebensbedingungen der Großstadt und sind betroffen von schlechter Lebensqualität und dem totalen Mangel an städtischen Dienstleistungen.

Diese massive Binnenwanderung hat zur Folge, daß sich die Großstädte "aufblähen" und die Zuwanderer in Elendsquartieren leben müssen.

- Die Situation der Indianer

Insbesondere im Amazonas-Gebiet werden die Indianer in wachsendem Ausmaß von ihrem Land vertrieben. Dies geschieht zugunsten von Farmern und Kleinbauern; letztere waren selbst durch große und mächtige Unternehmen von ihren angestammten Ländereien vertrieben worden. Heute wiederholt sich das, was in der Vergangenheit mit den Indianern im Süden des Landes geschehen war.



In diesem Zusammenhang wird die "Indianergesetzgebung" zum toten Buchstaben. Denn selbst wenn die Eingeborenen noch mit dem nackten Leben davonkommen, beutet man sie als billige Arbeitskräfte aus. Andere Indianer ziehen in die Randgebiete der Städte oder irren, hungrig und krank, auf den Landstraßen umher, die ihre Reservate auseinanderreißen. Die Schutzfunktion des Staates, welcher die Eingeborenen vor dem Gesetz zumindest zum Teil als unmündige Kinder ausweist, verhindert, daß sie als verantwortliche Bürger selbst ihre Entwicklung und ihr Geschick in die Hand nehmen. Nur allzu langsam kommt man mit Vermessung und Abgrenzung der Gebiete der Indianer voran. Da aber die Ausbeutung von Bodenschätzen und Holzbeständen im Amazonasgebiet auf nichts anderes als auf Profitgier zurückzuführen ist, nimmt dieses Problem immer schärfere Formen an. Das Modell von Fortschritt, das man hier verwirklichen will und das mit enormen Finanzmitteln unterstützt wird, hat zur Folge, daß ganze Stämme dem Untergang geweiht sind. Dies ist der Fall all der Straßen, die man ohne hinreichende Vorausplanung baut, so daß die Rechte der ursprünglichen Einwohner dieser Gebiete total mißachtet werden. Selbst Projekte des INCRA (Instituto Nacional de Colonizacão e Reforma Agraria = Institut für Kolonialisierung und Bodenreform) machen da keine Ausnahme. So kann es niemanden überraschen, daß die Indianer sich mehr und mehr ihrer Rasse schämen. Manche versuchen sogar, ihre Herkunft zu vertuschen, und geben sich als Bolivianer oder Peruaner aus, um so von unserer Gesellschaft - die sich als etwas Besseres betrachtet - überhaupt akzeptiert zu werden.

Nationale Sicherheit und persönliche Sicherheit

Das Prinzip der Gleichheit aller vor dem Gesetz ist - wie gesagt - die Grundlage jeder Gesellschaft, welche den Anspruch erhebt, zivilisiert zu sein. Daraus folgt: Die Sicherheit jedes einzelnen Bürgers eines Landes wie auch der Gesamtheit aller seiner Bürger ist unerlässlich für die innere Sicherheit dieses Volkes.

Die geltende brasilianische Verfassung behauptet, daß "alle Gewalt vom Volke ausgeht und in seinem Namen ausgeübt wird". Jedoch gibt es auch die gegenteilige Feststellung, der zufolge "der Staat" seinen Bürgern und dem Volk insgesamt "Freiheit und Menschenrechte gewährt". Dieser Satz darf uns nicht überraschen, wenn wir uns die Idee vergegenwärtigen, welche die Lehre von der "Nationalen Sicherheit" inspiriert. Diese hat die brasilianische Regierung seit 1964 ihrem Handeln zugrundegelegt. So entstand ein zunehmend zentralisiertes System, das im gleichen Verhältnis immer weniger mit der Mitbestimmung der Bevölkerung rechnen konnte.

Nach humanistischem und christlichem Verständnis beinhaltet der Begriff der Nation alle Formen von Gruppenbildung im Volk. Das Recht auf freie Versammlung muß vom Staat, d.h. von der Regierung, anerkannt, geachtet

und gefördert werden. Um guter Brasilianer zu sein, braucht man also nicht seinem Glauben, seinen Gefühlen, Idealen und Werten abzuschwören, auch wenn sie möglicherweise dem bestehenden politischen System schädlich erscheinen oder mit seinen Gesichtspunkten und Interessen unvereinbar sind.

Weiterhin ist in humanistischer und christlicher Sicht genau zwischen Staat und Nation zu unterscheiden. Der Staat kann weder Freiheit noch Rechte gewähren. Ihr Bestehen geht selbst der Existenz der Nation voraus. Dem Staat obliegt vielmehr die Pflicht, die Menschenrechte im Blick auf jeden Einzelnen wie auch auf die Gesamtheit seiner Bürger - anzuerkennen, zu verteidigen und zu fördern.

Eine andere große Versuchung, der Träger staatlicher Macht ausgesetzt sind, besteht darin, die Treuepflicht des Volkes gegenüber der Nation mit der Pflicht zur Treue gegenüber dem Staat, d.h. der Regierung, zu wechseln. Wer Staat und Regierung über die Nation setzt, wertet staatliche Sicherheit unsachgerecht hoch und mißachtet zugleich die Sicherheit der einzelnen Personen. Wer so handelt, verdammt das Volk zum Schweigen und stößt es in ein Klima voller Angst.

Ohne Hinzuziehung und Mitbestimmung des Volkes führen offizielle Programme, Projekte und Pläne - so gut sie auch sein mögen, und selbst wenn sie materiellen und wirtschaftlichen Erfolg zeitigen - allzuleicht zur Korruption. Ohne Übereinstimmung mit Bedürfnissen und Absichten des Volkes können sie auch gar nicht gerechtfertigt werden.

Die Ideologie der Nationalen Sicherheit, die sich über das Bedürfnis der persönlichen Sicherheit erhebt, breitet sich über den ganzen latainamerikanischen Kontinent aus, wie es auch in den Ländern unter sowjetischer Herrschaft geschah. Latainamerikanische Gewaltregime, die auf dieser Ideologie gründen, erklären - im Namen des Kampfes gegen den Kommunismus und um der wirtschaftlichen Entwicklung willen - allen den "antisubversiven Krieg", die mit der autoritären Organisation der Gesellschaft nicht übereinstimmen.

Das Training für einen solchen "antisubversiven Krieg" in Latainamerika gegen den Kommunismus führt nicht nur zu einer wachsenden Verrohung der Beteiligten, sondern erzeugt auch eine neue Art von Fanatismus und eine Atmosphäre von Gewalttätigkeit und Angst. Gedanken- und Pressefreiheit werden geopfert, die Garantie persönlicher Unversehrtheit ist aufgehoben.

So hat diese Lehre die Gewaltregime dazu geführt, dieselben Merkmale und Praktiken zu übernehmen, die in kommunistischen Regimen üblich sind: Mißbrauch staatlicher Macht, willkürliche Verhaftungen, Folter und Aufhebung der Gedankenfreiheit.



IV. Prinzipien für die pastorale Arbeit und neue Anforderungen Gottes

Wir stellen uns der Wirklichkeit der genannten Fakten und einiger ihrer hauptsächlichen Ursachen und Wurzeln. Dabei bitten wir den Heiligen Geist um Erleuchtung und Weisheit, damit wir in diesen Ereignissen und Situationen erkennen, was Gott von uns bei unserem Evangelisierungsauftrag fordert, und entsprechende Richtlinien formulieren, die unser pastorales Engagement orientieren.

Wir wollen gemeinsam die Dinge überdenken und uns dabei auf das Wort Gottes, besonders auf die Evangelien, stützen.

In der Welt gibt es Böses und Gutes nebeneinander. Das Evangelium erzählt von einem Acker, auf dem zugleich Weizen und Unkraut gesät wurde, von einem Netz, in dem zugleich gute und schlechte Fische gefangen wurden, und von einem Stück Land, auf dem die Saat sprießt, wächst und Ertrag bringt, während auf einem anderen Feld die Saat nicht einmal aufgeht. Christus ist gekommen, um alle Menschen zu retten. Jedoch gibt es zum einen die Kinder des Lichtes, welche die Heilsbotschaft annehmen, und es gibt zum anderen auch die Kinder der Finsternis, die sich weigern, sie zu akzeptieren.

Wir geben zu, daß es selbst unter Christen sehr viele geben kann und tatsächlich auch gibt, die in Diensten der Macht des Bösen stehen. Auf der anderen Seite aber müssen wir anerkennen, daß sich auch außerhalb der Kirche Menschen finden, die auf der Seite Christi kämpfen, freilich ohne zu wissen und anzuerkennen, daß nur er wirklich befreit. Eine solche Kluft zwischen Gut und Böse zieht sich durch das Herz eines jeden Menschen. Wir alle spüren, wie Paulus, zwei Kräfte in uns, von denen die eine uns zur Freiheit ruft und die andere durch die Sünde uns versklavt. Aus diesem Sachverhalt folgt die Notwendigkeit ständiger Bekehrung, daß wir nämlich dem Heiligen Geist einräumen, mit seinem Licht alles Dunkel, das noch in uns ist, hinauszutreiben.

Im Bereich des Bösen sind aber nicht alle "Wölfe in Schafspelzen". Natürlich gibt es auch dort Leute mit guten Absichten. Wie Saulus, der die Christen verfolgte, oder wie der Hauptmann, der die Hinrichtung Christi beaufsichtigte, stehen sie dort vielleicht aus barer Unkenntnis der Dinge. Darüberhinaus gibt es sogar Menschen, die ehrlich der Ansicht sind, einer guten Sache zu dienen und in Diensten Gottes zu stehen. Wenn ihrerwegen ein Bruder zu leiden hat, dürfen wir deshalb kein Rachegefühl hegen oder den Wunsch nähren, Gott möge sie strafen. Vielmehr müssen wir für sie beten, wie Christus es tat: "Vater vergib Ihnen, denn sie wissen nicht was sie tun". Unser Kampf darf sich nicht gegen Menschen richten, die ja alle unsere Liebe verdienen. Unser Kampf richtet sich vielmehr gegen Versklavung durch Sünde Hunger und Ungerechtigkeit, deren die Menschen häufig unbewußt schuldig werden.

Die organisierten Kräfte des Bösen wollen den Schwachen und Armen, welche die Mehrheit des Volkes ausmachen, keine Chance einräumen. Der kleine Mann soll nur das Allernotwendigste haben, um am Leben zu bleiben und den Mächtigen zu dienen. Im selben Augenblick, in dem ersich weigert zu dienen oder zu einem Steinchen im Schuh des Großen wird, muß er verschwinden, dringt man auf seinen Grund und Boden vor, und seine Hütte wird enteignet und auch zerstört.

Gottes Plan ist anders. Gott schickte seinen Sohn Jesus als Hoffnung und Schutz für den Schwachen, den Unterdrückten und an den Rand Geschobenen. Deshalb tadelte Jesus seine Jünger, als sie Kindern gegenüber grob gewesen waren, deshalb schenkte er der demütigen Geste der Prostituierten sein besonderes Augenmerk, rettete die Frau, die ihren Mann betrogen hatte, vor der Steinigung, setzte sich mit nicht gerade unbescholtenden Leuten, wie etwa Zöllnern, zu Tisch und machte sogar einen von ihnen, Mattäus, zum Apostel. Mit Vergebung und Barmherzigkeit verließ er die 99 geretteten Schafe und ging auf Suche nach dem einen gefährdeten Schaf.

Die Kirche hat dem Beispiel Christi zu folgen. Sie darf niemanden ausschließen. Vielmehr hat sie für alle, Große wie Kleine, Die Heilmittel bereitzuhalten, die sie von Christus empfangen hat. In besonderer Weise aber hat sie sich für die Schwachen und Unterdrückten zu entscheiden. Ihnen gilt die Vorliebe der Kirche. Deshalb darf sie nicht die Hände in den Schoß legen, wenn Indianer ausgebaut und von ihrem Land vertrieben werden und damit die indianische Kultur zerstört wird.. Deshalb darf sie auch nicht den Kopf in den Sand stecken, wenn die Kleinen in einer Situation totaler Unsicherheit leben, die Armen hungern und Kinder an Unterernährung leiden. Deshalb darf sie nicht vorbeigehen an all den aus ihrer Heimat Entwurzelten, den verschlagenen, die - auf der Suche nach einem neuen Start - nirgends unterkriechen können als unter Brücken oder Überführungen oder sich in der Bannmeile der großen Städte niederlassen. Christus ist in diesen Menschen sichtbar und gegenwärtig. Wer sie mißhandelt, mißhandelt Christus selbst.

Angesichts all der Mißstände, denen diese Kleinen tagaus tagaus ausgesetzt sind, sehen wir im Leiden und Sterben unserer Brüder, gleich ob Priester oder Laien, eine Teilhabe am Kreuz Christi und seines Volkes. Für uns geht es um eine neue Form, den Kelch des Herrn zu trinken.

Christus war der große Verteidiger der Menschenrechte. Er lehrt uns, daß wir alle geliebte Söhne und Töchter ein und desselben Vaters im Himmel sind. Untereinander sind wir also Brüder und Schwestern, mit der Pflicht und dem Recht, die geschaffenen Güter untereinander aufzuteilen.



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRJ

Die Großen der damaligen Zeit ertrugen es nicht, daß Christus verkündigte, sie seien in den Augen Gottes gleich mit den Kleinen, Gesetzesunkundigen und Sündern. Diesen letzten aber gerade gab Christus den Vorzug, als er sagte: "Die Zöllner und Huren kommen eher in das Reich Gottes als ihr!" (Mt 21,31)

Die Kirche bemüht sich schon seit langem, die Rechte des Schwachen, Armen, des Indianers und des ungeborenen Kindes zu verteidigen. Heute aber fordert sie für das Volk nicht mehr nur Almosen vom Überfluß, der ohnehin vom Tisch des Reichen fällt, sondern eine gerechtere Aufteilung der Güter insgesamt. Weshalb sollen nur einige wenige von den guten, ja von den besten Dingen essen, während die Mehrzahl hungrig schlafen geht? Weshalb sollen nur einige wenige - ja sogar Ausländer - gegen Geld Tausende von Hektar Land erwerben können, um dort Vieh zu züchten und das Fleisch zu exportieren, während unser armes Volk das Stückchen Land nicht mehr bestellen darf, auf dem es geboren wurde, aufwuchs und seit Jahrzehnten lebt und arbeitet.

Weshalb liegt die Entscheidungsgewalt in der Hand eimer weniger? Warum verdienen die einen 30, 50, ja 100.000 Cruzeiros monatlich, während den anderen, die aber die weitaus größte Mehrheit ausmachen, nicht mehr als der gesetzlich festgesetzte Mindestlohn (Anmerkung des Übersetzers: 110.-- bis 130.-- DM je nach Bundesstaat) zur Verfügung steht. In bestimmten Ländern überschreitet der Unterschied zwischen dem Mindestlohn und dem Höchstlohn nicht das Zwölffache des ersten, wohingegen er in Brasilien das Zweihundertfache übersteigt. Weshalb können einige spazierenfahren und durch die ganze Welt reisen, während die Mehrheit nicht einmal eine einzige Woche Ferien machen kann und mit der Familie verreisen kann.

In vergangenen Zeiten rieten wir in unseren Predigten dem Volk vor allem Geduld und Ergebenheit. Ohne daß wir heute dieses Thema aufgegeben hätten, richtet sich unser Wort heute auch an die Großen und Mächtigen, um sie auf ihre Verantwortung für die Leiden des Volkes aufmerksam zu machen.

Und wie ist ihre Reaktion? Gewissenserforschung? Oder holen sie zu einer Verteidigung ihrer Rechte aus? So jedenfalls reagierten die Mächtigen zur Zeit Jesu: "Wenn wir ihn so weiter machen lassen, werden alle noch an ihn glauben, und dann kommen die Römer und nehmen uns Land und Volk weg" (Joh 11,48). Die Großen von damals dachten an sich und nicht an das Volk. Und wie sieht es heute aus? Genauso? Wenn das Evangelium befolgt wird, wird das einen Nutzen für das Volk bringen, wobei jedoch die Großen ihre Privilegien werden aufgeben müssen. Maria hat ja schon vorausgesagt: "Machthaber stürzt er von ihrem Thron, und Niedrige hebt er hoch hinauf. Hungrige sättigt er mit Gütern, und Reiche läßt er leer ausgehen." (Lk 1,52-53).

Als Bischöfe wünschen wir ehrlichen Herzens, daß diese Letzteren dem Wort des Gottes, der das Schreien seines Volkes hört, nicht den Rücken kehren.

Doch gibt es auch Leute, die das folgende Wort Jesu missbrauchen: "Mein Königreich stammt nicht von dieser Welt. Wäre mein Königreich von dieser Welt, so würden meine Diener für mich kämpfen, daß ich den Juden nicht preisgegeben würde. Doch stammt mein Königreich nicht von hier." (Joh 18, 36). Diesen antworten wir: Obwohl wir nicht erkennen, daß wir den schönsten Teil des Reiches Gottes im Haus des Vaters erleben werden, weiß die Kirche jedoch auch, daß das Reich Gottes schon hier beginnt. Alle müssen wir daran mitarbeiten, daß das Volk "von weniger menschlichen Situationen zu menschlicheren Situationen" gelangen kann.

Die Kirche darf keine Macht sein wie andere Mächte. Sie darf weder auf Kraft und Gewalt setzen, noch die Waffen benutzen, welche die Mächtigen tragen. Ihre Waffe ist das Kreuz! Ihre Kraft ist die Gnade Gottes. Um das Reich nicht dieser Welt, sondern Gottes zu bauen, müssen wir glauben, beten und vor allem leiden, ja sogar sterben, denn "ohne Blutvergießen gibt es keine Sündenvergebung". (Hebr 9,22).

Dies ist der Grund, weshalb sich niemand darüber wundern sollte, daß diejenigen, die das Evangelium befolgen, so heftig kritisiert und sogar des Kommunismus und der Subversion angeklagt werden. Das Evangelium sagt von Christus: Dieses Kind wurde zu einem Zeichen bestellt, daß auf Widerspruch stoßen wird (vgl. Lk 2,34). Er, "der sein Leben lang nur Gutes tat" wurde kritisiert, aller möglichen Dinge angeklagt, verhaftet, vor Gericht geschleppt und zum Tode verurteilt. Der "Schüler ist nicht größer als der Meister." Niemandem sollen derlei Anklagen traurig machen, und kein Mensch soll sich darum kümmern, sie abzuwehren. Wie Paulus kann er vielmehr sagen: "Für mich soll es nie einen anderen Grund zum Rühmen geben außer das Kreuz unseres Herren JesusChristus. Durch ihn ist die Welt auch für mich gekreuzigt und ich für die Welt" (Gal 6,14).

Dieses werden die Großen der Welt kaum verstehen können: Das Kreuz, das wir in Gemeinschaft mit dem gekreuzigten Christus auf uns nehmen, verschafft uns Glück. "Selig seid ihr, wenn sie euch um meinen willen schmähen und verfolgen und mit erlogen Aussagen allerlei Übles gegen euch vorbringen. Freut euch und jubelt, denn großer Lohn wartet im Himmel auf euch. Ebenso haben sie ja die Propheten vor euch verfolgt" (Mt 5,11-12). Es hat keinen Zweck die Geschehnisse um Adriano Hypolito, Pater Rudolf Lunkenbein, Pater Joao Penido Burnier und den Indianer Simao einfach zu beklagen. Stattdessen wäre es gut, wenn die zuständigen Behörden, welche die Verantwortung für die Entführung tragen, ausfindig machen und bestrafen. Dies müßte geschehen, nicht damit dem Bischof Genugtuung zu-



kommt, sondern damit die Bevölkerung des Staates Rio de Janeiro der Regierung besser trauen und Sicherheit haben kann, daß sie nicht mehr ohne Schutz und Verteidigung den Händen so vieler Krimineller ausgeliefert ist.

Es wäre gut, wenn die Rechtsorgane die Mörder Pater Joao Boscos bestraften. Auch hier geht es uns nicht darum, daß der Priester aus einer bedeutenden Familie stammt, sondern darum, daß für alle Zukunft Beamte der Polizei niemanden mehr menschenunwürdig behandeln oder foltern, wie sie unsere Schwestern Margarida und Santana gefoltert haben, und endlich aufhören, unter den Kleinen Terror zu verbreiten. Es wäre gut, wenn Joao Mineiro und seine verbrecherischen Kumpanen verhaftet und abgeurteilt würden. Auch in diesem Falle bestehen wir nicht darauf, daß der Tod von Pater Rudolf und dem Indianer Simao gerächt wird. Vielmehr liegt uns daran, daß alle diejenigen, die ständig fremdes Land besetzen, endlich erfahren, daß auch sie der Gerichtsbarkeit unterstehen. Freilich wird eine einfache Besrafung Krimineller das Gewissen der Verantwortlichen nicht beruhigen können, solange das herrschende gesellschaftspolitische und wirtschaftliche System nach wie vor eine Sozialordnung hervorbringt, die sich durch Ungerechtigkeit auszeichnet und Gewalttätigkeit begünstigt.

Was fordert Christus in Anbetracht all dieser Fakten von uns? Folgende Appelle richtet er an uns:

- "Habt keine Angst vor denen, die zwar den Körper töten, aber nicht die Seele töten können." (Mt 10,28)
- "In der Welt habt ihr Angst, doch seid getrost, ich habe den Sieg über die Welt errungen." (Joh 16,33)
- "Wenn die Welt euch Haßt, so wißt: mich hat sie vor euch gehaßt." (Joh 15,18)
- "Leide mit mir als tüchtiger Soldat Christi Jesu." (2.Tim 2,3)
- "Sei getreu bis in den Tod, so will ich dir die Krone des Lebens geben." (Apk 2,10)
- "Indem ich mit meinem eigenem Leib leide, erfülle ich, was am Leiden Christi fehlt." (Kol 1,24)
- "Wehe mir, wenn ich die Wahrheit nicht sage, die ich gehört habe. Wehe mir, wenn ich schweige, obwohl Gott mir zu reden aufgetragen hat." (Liturgie).

Mit einem solchen ständigen Bemühen um Treue wird die Kirche, die ja aus uns allen besteht, sich immer mehr reinigen und fortschreiten in der Verwirklichung des Reiches Gottes. Erst dann wird wahr werden, was Johannes in der Geheimen Offenbarung schreibt: "Siehe, die Wohnung Gottes bei den Menschen! Er wird bei ihnen wohnen, und sie werden sein Volk sein, und er, Gott wird mit ihm sein. Er wird alle Tränen von ihrem Angesicht abwischen. Und der Tod wird nicht mehr sein und kein Leid, kein Jammer und kein Mühsal. Denn alles Alte ist vergangen." (Apk 21,3-4).

So wollen wir, geliebte Brüder, auch weiterhin gemeinsam

den Weg der Hoffnung gehen.
Rio de Janeiro, am 25. Oktober 1976

P.S. Wir möchten, daß dieser Hirtenbrief an das Volk Gottes in dem vorgesehenen Rahmen verbleibt und nicht von politischen Kräften - welcher Richtung auch immer - gebraucht oder mißbraucht wird. Zugleich möchten wir auch die Wahlen respektiert sehen. Da wir nicht in sie eingreifen wollen, legen wir fest, daß dieses Schreiben erst nach dem 15. November veröffentlicht werden soll.



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

17. Nov. 1976 JB

Policia Federal apreende em TV do Sul cópias da Carta Pastoral da CNBB

Porto Alegre — O Delegado Executivo da Polícia Federal de Santa Maria, Sérgio Miguel Schneider, apreendeu ontem de madrugada, na redação da TV Imbembiú, de Santa Maria, cópias da Carta Pastoral ao Povo de Deus, documento que o Bispo Dom Ivo Lorscheider, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — havia deixado ali para posterior divulgação.

No noticiário da noite de segunda-feira, a TV Imbembiú divulgou um resumo da análise política e socioeconómica com as conclusões da reunião da CNBB em outubro, o que despertou o interesse da Polícia Federal,

INVASÃO

O agente federal invadiu a redação da Televisão quando o editor de notícias, jornalista Nestor Calcagno remetia pelo telex uma cópia para o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, do qual é correspondente. O Sr. Nestor recusou-se a entregar o material e o delegado Schneider procurou o diretor da emissora, Sr. Ento Cogo, em sua residência, conseguindo assim obter todas as cópias, inclusive a fita de telex.

O jornalista Nestor Calcagno foi convidado a assinar uma declaração responsabilizando-se pela divulgação do documento e contou que os policiais mostraram-se "surpresos por encontrar cópias na inte-

gra, pois esperavam sua liberação apenas para terça-feira (ontem) às 16h no Rio de Janeiro".

Dom Ivo Lorscheider não estava mais em Santa Maria no momento da apreensão. Já tinha seguido para o Rio, onde participaria da entrevista coletiva na qual divulgaria oficialmente o documento.

Embora tenha ficado com todas as cópias da carta pastoral, o delegado Schneider preferiu classificar sua atitude — que disse ter sido tomada por sua própria iniciativa — como "uma tomada de conhecimento e não uma apreensão". Acrescentou que não será aberto inquérito contra o jornalista, mas que o material vai ser remetido para Brasília.

Bispos acham que não há divisão na Igreja

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D Ivo Lorscheiter, disse ontem que a posição do Arcebispo de Porto Alegre, Cardeal Vicente Scherer, sobre o Comunicado Pastoral ao Povo de Deus não demonstra nenhuma divisão da Igreja Católica no Brasil. Da mesma opinião são os Bispos Adriano Hipólito, de Nova Iguaçu, e Valdir Calheiros, de Volta Redonda.

D Ivo Lorscheiter se mostrou preocupado com a denúncia feita pelo Padre Florentino Malboni, que se encontra preso no Pará, acusando membros da cúpula da CNBB de comunistas. A denúncia foi feita em entrevista ao repórter Carlos Flecha, do jornal *Provincia do Pará*, que será publicada hoje pelo *Correio Brasiliense*.

gos que atuam na reião de Conceição de Araguaiá e áreas do Pará. Dom Ivo Lorscheiter ficou com um telegrama que lhe foi mostrado por repórteres de um matutino paulista, com toda a entrevista do Padre detido.

Seu comentário foi apenas: "Preciso saber em que condições o Padre disse isto e onde se encontra". Dom Adriano Hipólito afirmou que o Padre "deve estar fora de sua razão para fazer uma acusação desta" e que nunca se identificou entre os bispos mais atuantes, citando entre estes ele e Dom Helder Camara, "qualquer coisa que nos identifique como subversivos".

SEM COMENTÁRIOS

O Ministro da Justiça não quis fazer quaisquer considerações sobre a Pastoral da CNBB. Sua única declaração foi: "Sem comentários". O Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Célio Borja, disse que o documento da CNBB exprime uma visão própria da cúpula da Igreja Católica no Brasil e que muitos pontos da Pastoral já foram identificados pelo Governo.

"Não estou de acordo com o teor da Pastoral. So posso dizer que dentro do Governo há elementos que não querem que as distorções apontadas prossigam. Identificar as autoridades com os autores dos fatos citados não é possível. O dia em que me disserem que se descobriu o sequestrador do Bispo de Nova Iguaçu e que ele continua sóto, mudo minha posição política".

PASTORAL

D Adriano Hipólito considerou normal a divergência de D Vicente Scherer quanto às conclusões do Comunicado Pastoral ao Povo de Deus. Disse que "no clima de liberdade que há na Igreja é perfeitamente admissível uma discordância".

"Não há clima de polarização de posições dentro da Igreja", afirmou D Adriano Hipólito. "Estamos unidos junto ao Papa Paulo VI e à fé. Há concordância sobre os dogmas, mas na sua aplicação é perfeitamente normal que haja discordância".

As denúncias do Padre Florentino Malboni são, principalmente, para o que ele chama de "certos elementos da CNBB e os lei-



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIMÉDIA UFSCAR

Núncio Apostólico leu mas não comenta

O Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, disse já ter lido o documento mas, quando perguntado se concorda com ele, só tem uma resposta: "Isso é outro assunto". O Cardeal Eugênio Sales foi mais preciso: "Nada tenho a comentar". E o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Camara, que ontem se encontrava no Rio, não se recusou a falar, mas impôs uma condição: "No Recife eu digo tudo".

PATRIARCA

O Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, que participou no Palácio São Joaquim da cerimônia do lançamento da medalha comemorativa do Tricentenário da Diocese do Rio, pediu desculpas aos jornalistas por não fazer declarações a respeito. Admitiu que já o tinha lido mas ainda não analisado e alegou que aquele não era o momento apropriado para se declarar, além de que estava "muito cansado".

O Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedaito, pediu tempo para estudar o documento com mais profundidade e o seu par, a Maria, Dom Oscar de Oliveira, disse que ainda não o tinha lido. O Bispo-Auxiliar de Salvador, Dom Tomás Murphy, pediu desculpas mas contou que "sinceramente só o tinha lido por alto".

Só o Cardeal-Patriarca de Lisboa, Dom Antônio Ribeiro, que também veio para

as comemorações do Tricentenário da Diocese, se permitiu um comentário mais explícito. Disse que em Portugal são conhecidos os assassinatos de padres bem como o sequestro do Bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, e admitiu:

"Se as coisas aconteceram como foi divulgado, isso prova que a Igreja no Brasil vive momentos importantes, que revelam sua presença. E ela tem o direito de protestar".

Lamentou entretanto que casos semelhantes ocorridos nos países do Leste europeu não encontrem o mesmo eco.

Dom Hélder Camara limitou-se a informar que veio ao Rio só para assistir às comemorações do Tricentenário e que hoje mesmo voltaria para o Recife. Domingo, estará em Salvador que também está festejando o seu Tricentenário de Arquidiocese. Na segunda-feira embarcará no Rio para os Estados Unidos, onde receberá (no Centro Thomas Merton da Universidade de Duquesne, em Pittsburgh) um Prêmio da Paz, e sexto que recebeu naquele país.

Dos Estados Unidos, Dom Hélder viajará até a Bélgica, para um encontro com o Cardeal Suenens e depois participará de um painel na televisão francesa sobre Qualidade de Vida, a convite dos clubes de Roma e Dakar.

L'Église au Brésil

Le Monde - 2-3 Janvier 77

De notre correspondant

Rio-de-Janeiro. — Après deux jours de débats discrets, la hiérarchie catholique brésilienne s'est prononcée sur les nombreux conflits qui ont opposé, ces derniers mois, missionnaires et évêques aux autorités civiles. Elle l'a fait à sa manière habituelle — feutrée — dans un « message de paix ». La conférence épiscopale (C.N.B.B.)

s'est efforcée de ne pas rompre le dialogue avec le gouvernement. Le secrétaire de la conférence, Dom Ivo Lorscheider, a néanmoins demandé aux journalistes de savoir lire entre les lignes.

Que disent les évêques ? Que le « peuple brésilien a d'immenses réserves de patience, mais que ces réserves ne sont pas inépuisables », que l'Eglise veut la paix, mais pas « la paix des cimetières », pas « le silence imposé par la peur d'une répression arbitraire ». Les évêques demandent en outre de

les grandes compagnies d'élevage occupaient le « Far West » brésilien, en chassant les petits paysans, avec l'aide d'une police prompte à arrêter et à torturer ceux qui résistaient. Ce document avait attiré une réplique lapidaire du ministre de la justice, qui l'avait traité d'« injuste » et d'« inconvenant ».

Chacun reconnaît que le problème foncier est le principal sujet de discorde entre l'Eglise et le gouvernement, et que les conflits ne sont pas près de cesser.

« Selon les chiffres officiels, il y a actuellement cinq cent mille possesseurs » (occupants du sol sans titre de propriété), nous dit le Père Ivo Pelletto, secrétaire général de la commission pastorale de la terre. « Selon nous, il y en a bien davantage. D'autre part, plus de huit millions de travailleurs agricoles temporaires sont obligés d'aller d'une fazenda à une autre. La plupart des fermiers et des métayers ont dû abandonner leurs terres. Les salariés permanents ont été victimes de la modernisation et de la mécanisation agricoles. Les petits propriétaires n'ont pas résisté à la spéculation sur les sols. Autrement dit, il y a, dans les campagnes, de huit à neuf millions de paysans en état d'insécurité permanente... »

De nombreux évêques et missionnaires amazoniens affirment que leur seul « crime » consiste à dire aux possesseurs que la Constitution leur assure le droit à la terre, « dès l'instant qu'ils l'occupent pacifiquement depuis plus d'un an ». « Nous leur disons aussi, ajoutent-ils, qu'ils ne peuvent être délogés qu'après décision de justice, et en recevant une indemnisation véritable. » Mais ce seul langage, concluent-ils, est considéré par les grandes entreprises et par certaines autorités militaires, comme une incitation à la violence, comme un « crime contre la sécurité nationale ». « Les services de répression cherchent davantage à prouver que l'Eglise est subversive et pleine d'évêques communistes qu'à vérifier que, en matière de communisme, notre travail, en fait, est plutôt préventif. »

Des tensions ? Comment n'en aurait-il pas, dit le président de la commission pastorale de la terre, Dom Moacyr Grechi, évêque de l'Acre, « si le gouvernement offre comme cadeau aux pauvres une inflation galopante, s'il cherche à maintenir le peuple dans l'obscurantisme en supprimant tous les mécanismes de participation populaire, et s'il favorise les grands propriétaires au détriment des familles qui travaillent la terre depuis des années... ».

CHARLES VANHECKE.



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRJ

A prudência dos bispos

Pedro Luiz Veiga

cias de um desenvolvimento pleno e integral. O Brasil, com efeito, resolveu na paz problemas que ainda hoje dilaceram outras nações e superou incruentamente crises que sanguentaram outros países. Nossa povo tem imensas reservas pacíficas de paciência e esperança, embora essas reservas não sejam inesgotáveis.

"A segunda condição exige de nós uma conversão interior, um desarmamento do espírito, que nos leve a estender a mão a todos os nossos irmãos, de coração aberto. Contrariamente ao que pensaram os antigos, em outras circunstâncias, hoje a paz não se constrói preparando a guerra. A paz se constrói tornando a guerra inviável, e a guerra, em todas as suas dimensões, só se tornará inviável quando todos nós nos despojarmos interiormente de nossos ódios, de nossos rancores, de nossos preconceitos e prevenções.

"Temos certeza de que a paz é um anel profundamente arraigado no coração de todos. Não temos dúvida de que, na construção da paz, as intenções são sempre maiores do que as realizações, e isto é para todos nós um motivo de esperança. Mas cremos que também temos o direito de pedir que acreditem nas nossas intenções e que se exclua definitivamente a tenaz e absurda prevenção de tachar como subversão comunista todo clamor em defesa dos que não têm voz e todo gesto de solidariedade em favor dos oprimidos.

"E é esta a terceira e impeirosa condição da paz, que, como nos inculta o Papa, é não só possível mas obrigatória. A paz não é apenas uma possibilidade mas um dever, do qual temos de nos desempenhar não somente com palavras mas com obras. É com obras que procuramos demonstrar a sinceridade de nosso esforço. É a paz que buscamos em toda nossa atividade pastoral. Quando nos empenhamos na promoção dos humildes, neste vasto Brasil missionário, quando nos solidarizamos com todos os marginalizados pela expansão das fronteiras internas, mesmo quando, no cumprimento de nossa missão profética, denunciamos os abusos do poder, é a paz que cordialmente procuramos.

"Porque não pode haver paz sem justiça, e não pode haver justiça sem a segurança do direito que garante a todos as possibilidades reais de colaborar na realização do bem comum, aceitando os sacrifícios indispensáveis equanimemente suportados e participando com equidade nos frutos do trabalho comum. Toda força exercida fora deste direito é violência, e a paz não se constrói com a violência que gera o ódio e as discórdias entre os irmãos. Não confundimos a paz verdadeira com o silêncio imposto pelo medo das repressões arbitrárias.

Reunidos durante três dias no Rio de Janeiro, os Bispos da CNBB divulgaram, na semana passada, uma *Mensagem de Paz ao Povo Brasileiro* e discutiram e votaram o novo Plano Bienal (1977/1978) da Conferência. Este Plano compõe-se de 5 programas divididos em 95 projetos - sendo que quatro deles são considerados prioritários.

No caso, a prioridade atribuída no Plano anterior - o terceiro - ao estudo da religiosidade popular e à pastoral dos chamados "grupos de influência" é substituída por uma ênfase sobre duas questões: a responsabilidade da Igreja no atual momento brasileiro - e a consequente busca de uma sociedade sempre mais justa - e o problema urbano, considerado por Dom Ivo Lorscheider, secretário-geral da CNBB, "um desafio muito sério". Por outro lado, o novo Plano manterá como programas prioritários a Pastoral da Família e as Comunidades Eclesiais de Base, que visam à formação "do povo".

Outro tema tratado na reunião disse respeito à preparação da XV Assembleia Geral do Episcopado Brasileiro, a realizar-se em Itaici, São Paulo, entre 8 e 17 de fevereiro próximo. Foi ainda elaborada Mensagem, que integrava a celebração do Dia Mundial da Paz e cuja divulgação foi cercada de grande expectativa, tendo em vista as recentes declarações do Ministro do Interior, Rangel Reis, sobre as atividades dos missionários junto aos índios.

Por isto mesmo, a entrevista coletiva à imprensa, realizada na quinta-feira da semana passada na sede da CNBB, foi muito concorrida.

Para aqueles jornalistas que esperavam uma grave declaração ou um documento definindo a posição da Igreja sobre o momento atual, a entrevista foi, no mínimo, decepcionante. Presentes apenas o Presidente - Dom Aloísio Lorscheider -, o Secretário-Geral - Dom Ivo Lorscheider - e o Vice-Presidente da Conferência - Dom Geraldo Fernandes -, observou-se de imediato a ausência dos Presidentes do CIMI - Dom Tomás Balduíno - e da Comissão Pastoral da Terra - Dom Moacyr Grecchi - que, entretanto, participaram dos três dias de reunião. Evidenciava-se que a cúpula da CNBB havia decidido adiar qualquer decisão sobre as questões envolvendo o CIMI e a CPT, que deverão ser examinadas por todo o episcopado, na assembleia de Itaici, em fevereiro. Para isto, Dom Tomás e Dom Moacyr foram encarregados de preparar um detalhado relatório sobre os problemas ligados à política indigenista e à questão agrária.

Na entrevista coletiva, evidentemente, nada disto transpirou e a direção da CNBB manteve uma atitude de prudência e poucos comentários, limitando-se praticamente à leitura da *Mensagem de Paz* e remetendo qualquer pergunta ao texto desta última, que - no entender dos Bispos presentes à entrevista - definiria em todas as suas dimensões, apesar de seu tamanho, a posição da Igreja frente ao momento atual.

A qualquer indagação dos jornalistas, os Bispos respondiam: "leiam atentamente a Mensagem". Pouco esclarecedora a resposta na verdade. De qualquer jeito, todos se esforçavam e punham-se a ler o texto episcopal. Novas perguntas e a velha resposta: "leiam atentamente a Mensagem". Um correspondente estrangeiro lembrou aos Bispos a finalidade de uma entrevista coletiva. Não moveu a cúpula da CNBB.

Pergunta: "Mensagem ao Povo Brasileiro? O que significa 'o povo brasileiro'?"

Resposta: "leiam no Dicionário".

Povo (ô) s.m. Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, possuem hábitos e costumes idênticos, afinidade de interesses, uma história e tradições comuns; habitantes de uma localidade; pequena povoação; lugarejo; multidão de gente; (V. Ralé); (fig.) grande número; (Bras.) família: como vai o seu povo? (...)

Pois bem. A entrevista foi mais ou menos isso. No final, como era o último encontro do ano com os jornalistas, a CNBB ofereceu um brinde. Sucos de abacaxi e de maracujá. O de maracujá estava bem melhor.

Para aqueles que desejarem seguir o conselho da cúpula da CNBB, transcrevemos a seguir o texto da *Mensagem de Paz ao Povo Brasileiro*:

"O Dia da Paz, que em todo o mundo se celebrará a 1º de janeiro, seria uma celebração vã se ela não se exprimisse através de uma decisão sincera por promover a paz.

"A paz não acontece como um fenômeno natural, como a chuva ou a primavera. Ela se conquista por um esforço pacífico e permanente de todos, que, para ser coroado de êxito, tem condições e exigências precisas.

"A primeira é a certeza de que a paz é possível. E esta a grande certeza confortante que o Santo Padre procura transmitir em sua mensagem a todo o mundo. Nossa Pátria tem condições privilegiadas para confirmar esta certeza e para demonstrar ao mundo que é possível atender pacificamente às exigências



Não desejamos uma paz de cemitérios, mas uma paz que defenda a vida, em todos os seus aspectos físicos e morais.

"É esta a paz que desejamos e em cuja construção nos comprometemos a colaborar. Queremos a paz que se constrói na alegria, no amor, na confiança e na participação de todos. Queremos uma paz que nos leve a uma união íntima e profunda entre os irmãos, na continua construção de uma Igreja mais santa e despojada, porque unida pelos vínculos de uma verdadeira caridade, nascida realmente no coração de Deus.

"Iluminados pela fé, nós cremos que não foi em vão que um Deus se fez homem e apareceu entre nós como uma criança, para nos despojar de toda impiedade e preparar a nossa reconciliação com Deus e com os homens. Junto ao presépio do Senhor, ao qual acorreram a magia dos reis e a humildade dos pastores, fazemos votos que Ele nos faça ouvir de novo a voz dos anjos, anuncianto que a glória de Deus no céu se realiza com a paz na terra entre os homens que Ele tanto amou."



A seu modo

Preso nos últimos dois anos e meio em um quartel da PM de Salvador, o ex-comissário Manoel Quadros, tido como o chefe do "esquadrão da morte" na Bahia, recebeu na quinta-feira passada uma notícia alarmante: na manhã seguinte, ele seria transferido para a superlotada Casa de Detenção, onde habitaria uma cela coletiva, junto quem sabe de presos que em outros tempos experimentaram os métodos graças aos quais Quadros tornou-se um nome famoso em Salvador — antes até das cinco acusações de homicídio que encerrariam, em 1971, sua carreira de 22 anos como policial. O terror de ser supliciado pelos detentos levou-o a agir imediatamente. E, assim, às 18 horas desse mesmo dia, Quadros materializou-se na ante-sala do gabinete do secretário da Segurança, Luiz Arthur de Carvalho, onde anunciou: "Vou resolver esse caso a meu modo". Realmente, a seu modo, irrompeu no gabinete do secretário enquanto tentava sacar um Taurus 38 cano curto. Mas Carvalho, que aos 50 anos (cinco anos menos que o ex-comissário) praticava natação e vôlei todos os dias, conseguiu desarmá-lo e imobilizá-lo. Apresentado duas horas depois aos jornalistas, Quadros despejou uma torrente de impublicáveis improários. Já de madrugada e aparentemente mais calmo, prestou depoimento no inquérito onde é acusado de fugir da cadeia, portar arma ilegalmente, desacatar a autoridade e resistir à prisão. De todo modo, livrou-se do pior: na sexta-feira, foi removido para a penitenciária Lemos de Brito, em Salvador — onde terá uma cela só para si.

Pequenos subornos

Como um apressado cidadão às voltas com o cípicio burocrático do serviço público brasileiro, o ex-delegado de polícia Fenelon Bernardi ofereceu a funcionários da Vara dos Registros Públicos de São Paulo o que a linguagem jurídica chama de "vantagem pecuniária indevida" para conseguir sem demora algumas certidões. Incomum foi o que aconteceu depois: Bernardi acabou sendo processado e condenado a um ano de prisão — uma sentença talvez severa. Na semana passada, porém, o veredito foi reformado pelo Tribunal de Alçada Criminal, cujos juízes absolveram o réu, aceitando a tese do advogado Tales Castelo Branco — provavelmente tão discutível quanto a condenação anterior de seu cliente. "As pequenas gratificações, usuais em repartições públicas, não configuram o delito de corrupção ativa", argumentou o patrono de Bernardi, "desde que não tenham a intenção de violar a consciência ou as obrigações do servidor público."

VEJA, 16 DE FEVEREIRO, 1977

16/2/77

61



Bispos reunidos em Itaici: cardápio apimentado e conversas peripatéticas

SÉRGIO SADE

CNBB

Moderadamente

Já se consumiu uma semana em meditação, orações, troca de idéias, debates. Alguns deles são, com certeza, calorosos — a julgar pelo próprio cardápio de temas apimentados oferecido ao plenário e pelas peripatéticas conversações até alta madrugada nos discretos corredores do antigo convento de jesuítas de Itaici, no interior de São Paulo. É pouco provável, no entanto, que os 255 participantes da 15.ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao reabrirem, nesta quinta-feira, a espessa porta de madeira e vidro fosco que os protegeu desde o dia 8 de jornalistas e outros intrusos, queiram atiçar a fogueira dos desentendimentos que, nos últimos meses, chegaram a ameaçar as relações Igreja-Estado.

A prudência transparece, com efeito, em detalhes e circunstâncias múltiplas. A clausura rigorosa e à proibição de contatos com a imprensa fora da entrevista coletiva diária, somam-se outros sintomas de moderação e cautela. Há, por exemplo, a manobra semântica de obstruir, em quase todos os comunicados distribuídos até agora, a menção ao adjetivo "político" — em geral, substituído por um neutro "pastoral". Não há dúvida, porém, de que o bispo de Propriá (SE), dom José Brandão de Castro, revelava preocupações eminentemente políticas ao pedir, na quinta-feira última, uma reforma agrária para o país — ou quando o mesmo dom Brandão disse que "a opção pastoral do bispo, hoje, tem de ser pelos marginalizados, seguindo, aliás, o exemplo do próprio Cristo".

E, de toda forma, uma preocupação mais ampla com os destinos terrenos do rebanho católico já se infiltrara, com antecedência, no próprio temário da Assembléia Geral — que consagra, em seu primeiro item, um debate sobre as "exi-

gências cristãs de uma ordem política". Nesse caso, não só a presença do melindroso adjetivo serviu para antecipar a perspectiva de candentes entrevero entre "conservadores" e "progressistas". Mas, antes de mais nada, o que prometia esquentar as divergências era o fato de que o documento de 48 pontos e sete páginas, preparado por dom Nivaldo Monte, arcebispo de Natal, e que serviria de guia para o debate, trazia dez itens especificamente sobre a doutrina da "segurança nacional" e uma indicação intrincada: como deve agir um cristão se seus direitos individuais forem eventualmente arranhados em nome da segurança do Estado?

"Razões práticas" — Acontece, porém, que os próprios bispos parecem ter-se sentido intimidados diante do formidável tema. E, em consequência, "por razões práticas", como explicou um suíço comunicado oficial, resolveram começar as discussões pelo problema das missões religiosas que trabalham junto aos índios — e aí, sempre demonstrando extrema prudência, os bispos optaram pela salomônica decisão de apoiar irretoricamente o Conselho Missionário Indigenista sem atacar, todavia, os organismos federais que o vêm confrontando, como a Fundação Nacional do Índio e o Ministério do Interior.

Depois, em busca de alguma luz que aclarasse o debate, o plenário da CNBB decidiu promover uma palestra de dois especialistas nas questões que envolvem a "segurança nacional" — dom Cândido Padim, bispo de Bauru (SP), e dom Luciano Duarte, arcebispo de Aracaju. E só então, já no final da semana e com um atraso que pode inclusive comprometer toda a agenda, bispos, assessores da CNBB e observadores lançaram-se à discussão do documento-base, que, já se sabe, acabará sendo fatalmente modificado — correndo ainda o risco de não vir a público senão em forma resumida e expurgado de conotações mais perigosas.

31

tão do acordo nuclear Brasil-Alemanha está ainda longe de ser "um caso encerrado".

CNBB

União em Itaici

Depois de dez dias de discussões na Vila Kostka, um colégio jesuíta na quinta cidadinha de Itaici, no interior de São Paulo, a maioria dos 220 bispos reunidos durante a Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pôde afirmar que o maior inimigo dos trabalhos foi o calor. A austera Vila Kostka, de fato, nunca se permitiu conforto como o ar condicionado. Mesmo assim, a média de 30 graus centígrados registrada nas duas últimas se-

cumentos". O receio parecia justificado: um dia antes, na terça-feira, dia 15, o jornal *Folha de S. Paulo* publicara uma versão das "Exigências Cristãs", que vinha sendo zelosamente guardada pela CNBB. Na verdade, entre o texto indiscretamente publicado pelo jornal e o documento oficial, a ser distribuído nesta quinta-feira, foram incluídas nada menos que 417 novas emendas.

O texto divulgado na terça-feira, cujos pontos básicos serão mantidos, segundo reconheceu dom Ivo Lorscheiter, secretário geral da CNBB, afirma, num de seus 46 itens, que "não é o Estado que outorga direitos às pessoas, famílias e instituições". E logo insiste em que é dever do Estado "respeitar, defender e promover os direitos das pessoas". Mais adiante, depois de estimular a participação "consciente e responsável" de todos

"ra", disse ele, "o Cimi por certo falará menos, porém falará com mais autoridade." Na verdade, o Cimi já está falando menos. Pois a única dificuldade ocorrida durante a reunião deu-se nessa área, e fora dos muros da Vila Kostka — quando os bispos dom Tomás Balduíno (presidente do Cimi), dom Pedro Casaldáliga (de São Félix do Araguaia, na Amazônia mato-grossense) e mais dois religiosos deixaram de realizar, na noite de quarta-feira, uma palestra pública na vizinha Campinas sobre o tema "Terra e Índios".

Poucas horas antes do encontro, com efeito, o bispo-auxiliar de Campinas, dom Gilberto Pereira Lopez, transmitiu ao quarteto uma sugestão do general Gustavo de Moraes Rego, comandante da 11.^a Brigada de Infantaria Blindada, para que a palestra fosse suspensa. Apesar da "perplexidade" manifestada por dom Tomás, e da afirmação de dom Pedro de que, "se fosse na minha prelazia, eu tomaria outra atitude", o incidente morreu aí. Na Vila Kostka, o que repercutiu era a surpreendente unanimidade de idéias que pela primeira vez tornava realmente afinado o coro da Igreja. "A Assembleia conseguiu mostrar-nos a dimensão da Igreja", festejava dom Aloísio, "e acima de tudo consolidou nossa união pastoral."



Dom Aloísio Lorscheider (ao centro): precauções contra a imprensa

manas na região de Itaici não foi suficiente para impedir a consecução de um objetivo há muitos anos perseguido: a quase total união da alta cúpula da Igreja em torno de um ponto de vista. No fim, apenas três bispos, dos 213 votantes, impediram que houvesse unanimidade em relação ao documento final do encontro, intitulado "Exigências Cristãs de uma Ordem Política".

Cada um dos três dissidentes (não identificados para o público) introduziu na urna uma ficha de cor vermelha — que indicava a desaprovação à forma definitiva do documento. Essa preocupação da CNBB com o sigilo em torno dos debates fez com que, nos últimos dias do encontro, fosse distribuída uma circular apelando aos bispos para "não se introduzirem no recinto pessoas estranhas ao ambiente". A nota se encerrava com uma advertência: "Tomem o máximo cuidado com suas pastas e do-

no processo político, o documento traduz participação como "o direito de se reunir e de constituir associações".

"União pastoral" — Numa das votações secretas efetuadas em Itaici, foi vencida proposta de que o documento, antes de ser dado oficialmente ao público, fosse entregue à presidência da República. "Acabou vencendo o grupo que queria a divulgação imediata", esclareceria depois o presidente da CNBB, dom Aloísio Lorscheider, "principalmente porque a imprensa já havia publicado uma versão do texto." Entre as decisões mais pragmáticas tomadas no encontro, a CNBB determinou, sempre através de votação, que a partir de agora o agitado Conselho Indigenista Missionário (Cimi) estará oficialmente sob sua tutela.

Isso não retiraria parte da autonomia do organismo? Não, asseguraria dom Ivo Lorscheider na sexta-feira, no Rio. "Ago-

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRJ

Versão definitiva do texto da CNBB é mais abrangente

O documento definitivo da CNBB têm 48 proposições, duas a mais que o divulgado anteriormente. A introdução ficou um pouco resumida, embora tenha sido acrescentado o trecho em que os bispos dizem ter se pronunciado "em outros momentos difíceis". O texto ganhou uma conclusão, que não havia na versão divulgada.

A maior parte das modificações foram de estilo, mas houve supressões e acréscimos de trechos significativos, como uma referência, na introdução, ao décimo aniversário da *Populorum Progressio*, e a mudança para um tratamento menos direto e mais abrangente. As duas novas proposições são as de número 24 e 39.

As modificações

Logo no introdução, além da referência à encíclica, os bispos suprimiram o trecho em que se dirigiam "a todos que, em virtude de suas responsabilidades maiores", são chamados a construir uma Nação mais justa. Um parágrafo inteiro da introdução foi praticamente suprimido; falava das fontes de inspiração do documento e suas intenções. No novo texto, os bispos foram mais suscitos, explicitando as dificuldades do momento atual, que não eram mencionadas na versão anterior.

No terceiro item, há duas modificações expressivas: numa, logo no inicio, os bispos dizem que a Igreja promoverá a salvação, enquanto o anterior dizia que anunciará a salvação; em outra modificação, foi acrescentada referência a uma passagem da encíclica *Gaudium et Spes*, sobre os pobres.

O item 6 foi substancialmente modificado, em sua forma. Foi suprimido um trecho em que os bispos frisavam não se arrogarem "uma posição de juizes arbitrários e superiores diante das realidades temporais, cuja autonomia foi reafirmada pelo Vaticano II".

O tópico Os Modelos, mudou de ordem com o tópico O Homem Ser Social. No item 12, dentro do tópico Os Modelos, o texto anterior dizia que os sistemas e modelos, além de "questionáveis", são "provisórios", palavra que foi suprimida. No mesmo item, além de mudanças de estilo, sem alterações substanciais do conteúdo, os bispos mudam uma expressão: "A Igreja não pode, assim, aceitar...", ao invés de "A Igreja se recusa, assim, a aceitar..."

O tópico Direito e Deveres do Estado, chamava-se, na versão anterior do documento, apenas Deveres do Estado, e,

no item 14, os bispos definem o Estado como "instituição fundada na própria natureza social dos homens", explicitação que estava ausente do texto anterior.

No item 15, desapareceu do texto definitivo o seguinte trecho: "É na promoção deste bem comum que reside toda a fonte de autoridade e de direito do Estado". Em seguida, no item 18, houve uma modificação no texto, mas sem alteração do sentido. No entanto, a nova formulação é menos incisiva, pois no texto anterior, os bispos não se referiam ao dever reciproco da Igreja de "respeitar os direitos naturais ou inerentes ao Estado legitimamente constituído".

Houve um acréscimo no fim do item 19, pois não constava do texto anterior a discriminação dos deveres políticos, os deveres fiscais e o reconhecimento das autoridades legitimamente constituídas e consequente obrigação de respeito e obediência às mesmas".

O tópico O Bem Comum sofreu uma alteração da ordem dos dois itens que o compõem. O item 21, pertencente ao mesmo tópico, foi substancialmente modificado e abrandado. No texto anterior, a redação deste item era a seguinte: "O Estado não pode se substituir às instituições, limitar suas iniciativas que não firmam o bem comum e nem eliminá-las arbitrariamente. Sem a mediação das instituições, as pessoas ficam expostas ao arbitrio do Estado. E' por isso que os regimes totalitários ou destróem as instituições ou as reduzem à condição de meras transmissoras das exigências e da ideologia do sistema".

O tópico seguinte mudou o nome de A Marginalização como Negação do Bem-Estar para A Marginalização como Negação do Bem Comum, e no item 23 houve acréscimos e supressões. Entre as supressões, constava um trecho da versão anterior que dizia: "Ser marginalizado é pertencer a essa maioria, sem possibilidade de emergir dela senão na medida tolerada por um regime". Outro trecho importante suprimido é o que classificava o marginalizado, também, como sendo "manipulado pela propaganda que confirma a autoconfiança de um sistema, encobrindo as reais condições da população".

No item 31, houve duas mudanças, a mais significativa das quais a inclusão da palavra "corrupção". A outra alteração foi a substituição de "questões sociais" por "tensões e revoltas sociais".

No texto anterior, o tópico seguinte chamava-se apenas Segurança sem alusão à Liberdade. No mesmo tópico surgiu uma referência à "independência



reconómica do país". No item 34, desapareceu um trecho condenando a segurança como privilégio de "grupos determinados" e, no item seguinte, o 35, não consta do documento definitivo a afirmação de que "a segurança se reduz a um mecanismo de violência, opressão e terror", quando "o Estado restringe, arbitrariamente, os direitos...".

No item 37, substitui-se "atos de sadismo" por "atos de violência", e acrescenta-se a expressão "internamentos compulsórios". Mudou-se a redação do item 41, mas o sentido, em sua essência, permaneceu o mesmo. No item 44, desapareceu a sequência da frase: "Ninguém pode furtar-se a essa obrigação", que continuava "... por egoísmo, pusilanimidade, ou por compromissos escusos por interesses externos".

No item 45, suprimiu-se a frase: "Não pode o exercício da função dos membros destes Poderes (Legislativo e Judiciário) ficar na dependência exclusiva do bneplácito do Poder Executivo".

O tópico A Comunidade Internacional não existia, assim como a citação da Populorum Progressio. No item 48, modificou-se a redação, e optou-se por substituir "ambícios imperialistas" por "ambícios hegemônicas".

AL DO BRASIL □ Sexta-feira, 1º/7/77 □ 1º Caderno

CNBB afirma que divórcio coloca o Brasil diante de urgente desafio pastoral

A questão do divórcio, em que se ocuparam em suas reuniões de anteontem e ontem a presidência e Comissão de Pastoral da CNBB, "coloca a Igreja do Brasil diante de um grande e urgente desafio pastoral" onde se destaca, de um lado, a defesa da indissolubilidade matrimonial e, do outro, a compreensão dos bispos para com aqueles que vivam "em situação irregular, pois Deus quer que se salvem todos os homens".

Afirmam os dirigentes da CNBB, em nota distribuída ontem à imprensa, que a Igreja "tem de estar sempre com os braços abertos para ajudar a todos os que, em qualquer momento e em qualquer circunstância de sua vida, conscientes, livres e coerentemente se dispõem a acolher o dom da salvação" mas não esquecem que ela "permanece inabatível no anúncio da indissolubilidade do matrimônio e na rejeição ao divórcio".

ORIENTAÇÕES

Em seu comunicado, os bispos e assessores da CNBB agradecem aos parlamentares que, na votação do divórcio, "procuraram manter a indissolubilidade" e fazem votos para que "continuem trabalhando no Congresso Nacional para a consecução de uma política global econômica social e específica em prol da família brasileira".

Achariam, entretanto, oportuno recordar "algumas orientações pastorais mais imediatas", antes que seja aprovado o Diretório Pastoral Familiar e traçar "na caridade e na compreensão, na autenticidade e na fidelidade" as seguintes orientações:

"Exigência, durante o processo de habilitação e de preparação para o casamento, de que os nubentes que desejem receber o sacramento do matrimônio manifestem explicitamente a sua fé, com uma declaração expressa de aceitação

da indissolubilidade do vínculo matrimonial.

Não aceitação para a recepção da Eucaristia nem para o exercício das funções de padrinho ou madrinha nos sacramentos do Batismo e da Confirmação de pessoas que, após divorciadas, contraiem nova união civil, e que não permanecerem em tal estado.

Em casos de batismo de filhos de divorciados que o desejem, atenção especial seja dada à conscientização da comunidade que acolhe o neobatizado e principalmente dos seus padinhos, para a responsabilidade que assumem conjuntamente.

Análogas precauções sejam tomadas em casos de iniciação à Eucaristia de filhos de pais divorciados.

Requestionamento da praxe largamente adotada no Brasil do casamento religioso com efeitos civis, ou da exigência do casamento civil como condição para o religioso.



Jornal do Brasil
22/7/77

Partida do Rio foi triste mas sem mágoa

Abatido e um pouco nervoso — as mãos tremiam ao preencher o talão de embarque — o missionário menonita Thomas Michael Capuano partiu ontem do Rio para Nova Iorque, pelo voo 202, das 22h30m, da Pan-Am. Disse ele que não está magoado com o Brasil:

"Triste seria a palavra certa, pois deixo grandes amigos, muita gente bacana".

"Depois de duas viagens de meu irmão ao Brasil, que lhe deixaram boas recordações, comecei a pensar em vir para cá. A comissão me ofereceu esse trabalho, e, como estava aprendendo Espanhol e Português na Universidade de Nova Iorque, aproveitei a chance".

ROSLYNN

Ele não sabe ainda o que dirá ao chegar a Nova Iorque — "depende do que me perguntarem" — e não quis falar sobre "essas coisas muito envolvidas", ao lhe pedirem que comentasse o episódio de sua prisão em Recife. Acha, porém, que o encontro com Rosalynn Carter poderá vir a ser "bastante fértil para este país. Quer dizer, pelo menos espero que seja, mas não tenho condições de analisar agora se realmente adiantou muito".

No guichê de confirmação da passagem, ele riu da pergunta da funcionária da Pan-Am:

"O Sr é artista de cinema?" — espantada com a quantidade de máquinas fotográficas à sua volta.

No entanto, pouco falou, limitando-se a dizer "não" quando interrogado se era passageiro fumante. Em seguida, ela saiu do balcão, estranhando o fato de Thomas não ter em seu passaporte o visto de saída:

"A Polícia Federal afirmou que não era necessário" — explicou ele.

Pouco depois, a moça voltou acompanhada de um homem e pediu ao missionário que o seguisse até a sala de embarque. Aparentando cansaço, ele disse, em voz muito baixa, que preferia encerrar a entrevista.

"Não estou amargurado" — concluiu. — "Não levo amargura nenhuma, graças a Deus. Estou triste, pelas amizades que deixo aqui. Realmente não esperava que me fosse negada a renovação do visto e a viagem foi toda uma correria, de última hora."

Missionário que foi preso no Recife deixa o Brasil por não ter visto renovado

Recife — O missionário menonita norte-americano Thomas Capuano, que teve recusada a prorrogação do seu visto de permanência no Brasil, viajou ontem para Nova Iorque. "Um dia espero voltar ao Brasil" — disse ele às muitas pessoas que foram ao seu embarque no Aeroporto Guararapes. Além do Padre Lawrence Rosebaugh, que foi seu companheiro de prisão há meses na Delegacia de Roubos Furtos, havia muitas pessoas humildes na despedida.

O missionário tinha como bagagem apenas uma pequena valise, uma bolsa a tiracolo, um embrulho e um violão. Recusou-se a fazer qualquer comentário sobre a recusa do Governo de prorrogar seu visto de permanência. Entre os presentes, muitos choravam, inclusive crianças de orfanatos do bairro de Coelhos, que o abraçavam e pediam-lhe que ficasse.

ROSEBAUGH FICA

O visto de permanência do passaporte do missionário Thomas Capuano venceu no dia 20 de junho. Immediatamente, ele entrou com pedido de prorrogação. No dia 14 de julho, recebeu a resposta negativa do Departamento de Polícia Federal.

"Ali, me informaram apenas que o pedido havia sido indeferido, por não ser conveniente aos interesses do país, e fiquei sabendo que a decisão fora do Ministro da Justiça" — disse.

Membros da Comissão Central da Missão Menonita (que comprou a passagem para o missionário norte-americano) estiveram presentes ao embarque.

Quanto ao Padre Lawren-

ce Rosebaugh, conseguiu o visto de permanência. Também não comentou a recusa das autoridades brasileiras de concedê-lo aquele que foi seu companheiro de trabalho junto aos pobres de Recife e que, com ele, no dia 15 de maio, quando empurravam, maltrapilhos, uma carroça, foi preso. Os dois, com fundidos com marginais, segundo a polícia, iam à Feira de Afogados apanhar restos de verduras e frutas para distribuir com os pobres. Permaneceram três dias, incomunicáveis, sofrendo maus tratos físicos e morais, na cadeia da DRF. O Governador Moura Cavalcanti, depois que o assunto ganhou repercussão nacional, nomeou comissão especial de inquérito, que ainda não foi concluído.

Bispo diz que Igreja manterá comportamento

Salvador — O Bispo auxiliar da arquidiocese de Salvador, Dom Thomaz Murphy, disse ontem que não vê necessidade de mudança no comportamento da Igreja com relação aos casamentos religiosos com efeito civil, depois da introdução do divórcio no Brasil, ao comentar a posição de Dom Mariano Costa Rego, do Mosteiro de São Bento, que só pretende oficializar a parte religiosa dos matrimônios "que continua indissolúvel".

Dom Thomaz afirmou que a Igreja realiza casamentos religiosos mediante a comprovação de que os noivos serão unidos também pelo vínculo civil e que a discussão em torno do assunto, neste momento, não é mais importante, porque "a maior preocupação é no sentido de que haja mais conscientização entre os casais a respeito de suas responsabilidades".

COISAS DIFERENTES

Dom Mariano declarou que sua disposição em não

celebrar casamentos religiosos com efeito civil "será mantida, a menos que a Diocese tenha alguma orientação contrária". Revelou que com essa atitude não quer demonstrar sua aversão ao vínculo civil, "que é uma necessidade para regularizar os direitos familiares perante as leis do Estado".

"Com a aprovação do divórcio — argumentou — o casamento civil e o casamento religioso são duas coisas diferentes. Enquanto um passa a ser dissolúvel, o religioso continua indissolúvel. Isso não significa, de modo algum, que as pessoas não devem procurar a autoridade competente para, diante dela, realizar seus casamentos civis, que um dia poderão ser dissolvidos. Desejo apenas, numa posição estritamente pessoal, que duas coisas diferentes não se misturem, o que certamente se torna fonte de confusão e desorientação pastoral".



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFBA

Religiosos lançam documento

JORNAL DO BRASIL □ Domingo, 18/9/77 □ 1º Caderno

Comissão da CNBB examina trabalho de padre suíço e deverá dar-lhe endosso

Recife — O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Cardeal Aloísio Lorscheider, que chegou ontem a Recife — após receber do Padre Romain Zufferey quatro publicações anexas ao processo de sua expulsão — disse que a Comissão Justiça e Paz da CNBB examinará o problema e provavelmente endossará os trabalhos que a Ação Católica Operária (ACO) vem desenvolvendo nesta Capital.

O Cardeal Lorscheider revelou ter ficado muito surpreendido com o caso do Padre Zufferey, pois nunca soube de nada que constasse contra o sacerdote. "Não cheguei a entender o processo", disse. Mas ficou satisfeito pelo menos com a maneira tranquila com que o padre suíço enfrenta os acontecimentos, o que indica a segurança com que exerce seu ministério sacerdotal.

PARECERES SUMIDOS

Logo após a chegada de D. Aloísio Lorscheider a Recife, foram-lhe entregues exemplares de quatro obras anexas ao processo de expulsão do Padre Romain Zufferey: *100 Anos de Suor e Sangue*, de Manuel do O — e considerada pela Polícia Federal como "cartilha de subversão" — um folheto intitulado *1.º de Maio*, da Ação Católica Operária — tido como documento-chave do caso — Nordeste, o Homem Proibido e Nordeste, Desenvolvimento se Justiça, também editadas sob a responsabilidade da ACO.

O advogado de defesa do Padre Romain, Sr. Eduardo Pandolfi, fez ao Cardeal um relato da situação. Afirmou que o processo está invalidado e irregular, pois dele foram retirados dois pareceres e uma informação da Secretaria de Segurança de Pernambuco, além de duas outras informações que estão mencionadas nos autos.

Contra essas irregularidades, podem caber medidas judiciais, disse o advogado. Sugeriu que a CNBB contratasse outro advogado para acompanhar o caso em Brasília junto ao Ministério da Justiça.

D. Aloísio disse que o caso do Padre Romain será examinado pela Comissão

Justiça e Paz, que orientará a ação da CNBB. Acrescentou que tudo será feito para apoiar o sacerdote suíço e que espera que "a Justiça funcione".

"Normalmente, nesses casos, não aceitamos acordos diplomáticos. O Ministro da Justiça sabe disso. Não seria digno à condição de sacerdotes. Nós estamos sempre do lado da verdade", concluiu.

D. HÉLDER

"Endosso totalmente todos os documentos pelos quais o Padre Romain está sendo acusado e prometo, pela força que não é minha, mas do Espírito Santo, que se ele for embora os trabalhadores não serão abandonados pela Igreja", disse o Arcebispo de Olinda e Recife, Cardeal Hélder Câmara, ao encerrar, ontem, a vigília religiosa de solidariedade ao religioso suíço.

Aplaudido por mais de 2 mil pessoas no Colégio Marista, onde rezou missa, D. Hélder pediu que se apresentassem os padres disponíveis a continuar o trabalho do sacerdote suíço, caso se confirme a expulsão. Em menos de cinco minutos, 28 padres subiram ao pequeno palanque, instalado na quadra de esportes do colégio, e aderiram.

São Paulo — Um documento intitulado *Pela Justiça e Libertação*, assinado por 20 entidades lideradas pela Comissão Pontifícia de Justiça e Paz de São Paulo, será lido e distribuído hoje à tarde, no Santuário da Penha, durante o Ato de Solidariedade aos Oprimidos e Injustiçados, afirmando que "as arbitrariedades continuarão, se continuarem as estruturas de injustiças que as provocam".

"E essas estruturas" — prossegue o documento básico do Movimento Justiça e Libertação, responsável pelo Ato — "só serão modificadas quando o próprio povo puder propor e encaminhar as mudanças a seu favor. E' indispensável, portanto, realizar a aspiração democrática da Nação, de modo que o povo possa criar e participar livremente de suas organizações sindicais, profissionais, políticas e outras."

Assinaturas

Aberto a novas adesões, o documento é assinado pelas seguintes entidades: Comissão de Justiça e Paz de São Paulo; Coordenadoria Ecuménica de Serviço (Cese); Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados; Comissão Arquidiocesana da Pastoral da Periferia; Comissão Arquidiocesana da Pastoral das Comunidades Eclesiais de Base; Comissão de Ecumenismo da Arquidiocese de São Paulo; Renovação Cristã de São Paulo; Secretariado Justiça e Não Violência; Frente Nacional do Trabalho (FNT); Ação Católica Operária (ACO); Comissão de Máes em Defesa dos Direitos Humanos; Movimento Feminino pela Anistia; Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP); Associação dos Professores da PUC (Apropu); Associação dos Professores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas; Diretório Central do Estudante da PUC, DCE-Livre; Diretório Central de Estudos da USP, DCE-Livre; e Centro Acadêmico da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV.

Segundo o presidente da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, prof. Cândido Procópio Ferreira de Camargo — membro da Comissão de Justiça e Paz e diretor do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) — "o documento não tem fronteiras estaduais, podendo ser assinado por pessoas e instituições sensíveis à mesma problemática. Já está sendo programado, também, um ato em Salvador, onde há um grupo semelhante ao que articulou o Movimento em São Paulo."

no Santuário da Penha

Apoio da Igreja

O Ato, marcado para as 14h, vindo divulgado há uma semana e algumas paróquias fretaram ônibus para irem ao Santuário, na Zona Leste da Capital, com capacidade para cerca de 6 mil pessoas, sendo 1 mil 500 sentadas. Segundo o representante da Coordenadoria Ecuménica de Serviço (Cese), pastor presbiteriano Jaime Wright, "o Movimento é essencialmente de leigos, mas tem o apoio da liderança da Igreja em São Paulo."

Para demonstrar esse apoio, os Bispos-Auxiliares do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que está em Roma, participarão do Ato, cujos organizadores já imprimiram 20 mil exemplares do documento *Pela Justiça e Libertação*. Com seis páginas e meia, ele afirma:

"Pela Justiça e Libertação"

"Com a responsabilidade que lhe confere o cargo de secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Ivo Lorscheiter informava à imprensa, no dia 30 de julho último, ter recebido "de fontes fidígnas de Brasília e de Goiás um alerta de que seria iminente a expulsão de D. Pedro Casaldáliga do Brasil". D. Pedro, como se sabe, é espanhol.

Na semana anterior, em 22 de julho, deixava o Brasil o missionário menonita em Recife, Thomas Capuano, norte-americano, preso dias antes com o Pe Lawrence Rosebaugh, norte-americano também. Os dois exerciam sua ação pastoral junto aos mendigos da cidade. Solto quatro dias depois, o missionário foi obrigado a sair do país porque o Governo brasileiro negara a renovação do seu visto de permanência.

No começo desse mesmo mês de julho, o Ministro da Justiça determinou a instauração de inquérito, pela Superintendência da Polícia Federal de Pernambuco, para efeito de expulsão do Pe Romain Zufferey, suíço, trabalhador no Nordeste há mais de 10 anos como assistente eclesiástico da Ação Católica Operária (ACO).

Na verdade, esses três casos de expulsão ou de ameaça de expulsão não são os primeiros que atingem as igrejas desde 1964. Eles fazem parte de uma série que inclui, entre estrangeiros e brasileiros (estes, banidos ou exilados), os seguintes:

Já em abril de 1964, o Pe Francisco Lage, antigo pároco na Igreja ao movimento sindical, foi preso, indiciado e processado. Condenado a 28 anos de prisão, asilou-se na Embaixada do México, de onde seguiu para o exílio nesse país. No ano de 1966,

era expulso do país o pastor norte-americano Brady Tyson, acusado de ter pronunciado uma conferência em Ribeirão Preto (SP), na qual criticava o Governo brasileiro.

No dia 5 de novembro de 1967, o Exército prendeu em Volta Redonda (RJ) o diácono francês Guy Thibault, acusado da distribuição de panfletos que falavam da situação operária e analisavam a política salarial do Governo. Sua expulsão foi decretada no dia 7 de dezembro. No dia 27 de agosto de 1968, consumou-se a expulsão do Pe Pierre Wauthier, francês, preso desde 18 de julho, durante a realização da greve de Osasco (SP).

O Pe Jan Honore Talpe, belga, foi preso no começo do ano de 1969, acusado de subversão em fábricas de Osasco (SP). Depois de seis meses de prisão, foi expulso, em 8 de agosto de 1969. Acusada de ter dado proteção a elementos subversivos, em Ribeirão Preto (SP), a Irmã Maurina Borges foi presa em 1970 e banida para o México.

Frei Tito de Alencar Lima, dominicano, preso em São Paulo desde novembro de 1969, acusado de subversão, foi banido para o Chile em 3 de abril de 1971. Neste mesmo ano de 1971, o Pe José Pedanola, italiano, que exercia sua ação pastoral entre os pobres da Diocese de Crateús (CE), foi preso pela Polícia Federal e expulso do país.

O Pe Posé Comblin, belga, professor no Instituto Teológico de Recife (ITR), conhecido por sua pregação em favor dos oprimidos, ao regressar da Europa, em 24 de março de 1972, foi impedido pela Polícia Federal de desembarcar no Brasil e mandado de volta.

Em 1975, foi a vez do Pe Francisco Jentel, francês, que, em Santa Teresinha, nos confins de Mato Grosso, Goiás e Pará, vinha trabalhando a favor de posseiros da região. Foi preso e condenado mas, no ano seguinte, absolvido. Viajou, então, para a Europa. De volta ao Brasil, com o passaporte em regra, seguiu para Fortaleza (CE). Mesmo sob a proteção do presidente da CNBB, D. Aloisio Lorscheider, Jentel foi preso, sendo expulso em 15 de dezembro de 1975.

Pároco de Vila Rondon (PA), o Pe Giuseppe Fontanella, italiano, foi acusado de estimular posseiros a invadir terras particulares. Foi chamado a prestar depoimento no Quartel-General da 8a. Região Militar, em Belém (PA), e, em 8 de dezembro de 1976, saiu publicado o decreto de expulsão.

Tratar-se-ia, nessa série de expulsões e banimentos, de fatos desconexos, cada um deles fruto de circunstâncias específicas? Ao contrário, verifica-se uma coerência nessa ação repressiva. Ela tem o mesmo sentido de outras violências praticadas contra brasileiros e estrangeiros, independentemente de confissão religiosa, cuja ação seja considerada inconveniente pelo Governo ou por grupos dominantes.

Entre muitos brasileiros processados, presos, torturados, condenados e até assassinados, lembram-se apenas alguns casos mais recentes de perseguição contra religiosos, ocorridos desde julho do ano passado. O assassinato do Pe. João Bosco Burrier ocorreu quando, com D. Pedro Casaldaliga, protestava contra as torturas que estavam sendo infligidas a duas mulheres inocentes pela polícia de Ribeirão Bonito (MT). No momento, continha indicado D. Estêvão Cardoso Avelar, Bispo de Conceição do Araguaia, no Sul do Pará, tendo sido interrogado durante horas a fio, acusado de subverter o povo da região.

Também se inscrevem nesse quadro os atos de violência estimulados pela ação repressiva e por campanhas de calúnias e insinuações partidas de autoridades — contra os que se empenham na luta pela justiça. Dois casos mais recentes, igualmente ocorridos com religiosos, depois de julho de 1976, podem ser citados como exemplos. O assassinato do Pe. Rodolfo Lukenstein, alemão, missionário entre os índios, ocorreu quando cuidava da demarcação das terras dos mesmos. D. Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaç (RJ), sofreu uma bárbara e misteriosa agressão e, em seguida, seu carro foi destruído por uma bomba diante da sede da CNBB, no Rio de Janeiro (RJ). Nesse último caso, tornou-se estranha a rapidez com que o inquérito foi arquivado sem elucidacão, especialmente quando se considera o costumeiro empenho de reprimir os atos de oposição.

Identificação com os oprimidos

O que fizeram esses e outros cristãos para serem perseguidos? Eles foram presos, expulsos, banido, torturados e mortos justamente porque lutavam ao lado dos pobres, dos humildes, dos pequenos, dos oprimidos.

Sua dedicação desinteressada revela amor pelos oprimidos e denuncia, ao mesmo tempo, diversas formas de opressão. Sua atuação exemplar — ao lado dos índios, de apoio aos pequenos agricultores e posseiros, junto aos operários e marginalizados — desvenda algumas das injustiças instituídas na sociedade brasileira.

Pela ação e pelas palavras de missionários, fica claro que o exterminio de índios encontra suas raízes na ganância de fazendeiros e de grandes empresas que querem se apropriar da terra que ainda resta às populações nativas. Diversos métodos servem aos propósitos dos exploradores: estradas penetram reservas indígenas e recortam suas propriedades; a violência chega ao morticínio de índios e de seus defensores; a política de "integração" arrasta fatalmente o índio a se tornar mão-de-obra duramente explorada nos seringais e nas fazendas. Não apenas a sobrevivência das pessoas é ameaçada, mas todo o povo é massacrado ao lhe roubarem a posse da terra, privando-o das condições necessárias para cultivar seus valores e conservar sua própria identidade.

A dedicada ação de religiosos católicos, pastores protestantes e leigos — lado a lado com pequenos agricultores, posseiros e assalariados rurais — revela a trágica situação de miséria de grande parte da população pelo crescimento selvagem do latifúndio e das grandes empresas agrícolas. Suas condições de vida e de trabalho tornam-se mais duras. Numa trágica contradição, enquanto os favores econômicos governamentais multiplicam as cabeças de gado e ampliam as plantações, o pequeno lavrador vê minguar a alimentação de sua família.

A atuação desses religiosos também se faz sentir entre os operários, que estão no núcleo da produção da riqueza brasileira. Eles foram atraídos às cidades para preencher os empregos da moderna indústria que se instalou em nosso país. Vindos do campo ou descendentes de famílias operárias que já estavam nas cidades, eles cresceram em número. Viram e vêm todos os dias a produção das fábricas em que trabalham crescer em volume e qualidade. Viram e vêm todos os dias seus patrões se enriquecerem de uma forma insultante. Viram e vêm seus salários diminuirem pelo arrocho salarial imposto pelo Governo e pelo constante aumento do custo de vida. Viram e vêm a necessidade de empregar seus filhos menores, prejudicando seu desenvolvimento normal e sua formação escolar. Viram e vêm seus sindicatos mutilados, sujeitos a intervenção constante do Governo, impedidos de desenvolver livremente suas tarefas fundamentais de representação e de defesa da classe trabalhadora. O resultado de tudo isso é o operário cada vez mais sacrificado, com fome e sem resistência às doenças.

A ação desses cristãos também revela a opressão na vida de milhões de brasileiros marginalizados da vida econômica, da vida social e da vida política do país. Chegando as cidades em busca da miragem industrial ou expulso do campo, eles são os marginalizados urbanos e os bôias-frias. A ironia consiste em dizer que há pessoas marginalizadas — sem emprego certo e remuneração adequada — porque a população cresce demais.

A verdade é que, para que se dê a concentração da riqueza nas mãos de poucos, não basta rebaixar os salários. É preciso, além disso, manter uma imensa parcela de população que, quando se emprega, se emprega por qualquer preço; e, quando não consegue emprego, constitui a reserva de que se valem os patrões para fazer com que os próprios trabalhadores disputem entre si pela possibilidade de um trabalho.

Existe, assim, uma enorme parte da população das grandes cidades que jamais se empregará ou, quando o fizer, será parcialmente, como biscoitadores, vendedores ambulantes, guardadores de carros, sem qualquer garantia. E os operários rurais, que se concentram nas pequenas e médias cidades, maldosamente apelidados de bôias-frias, são vítimas da intermediação do gato, que os contrata como animais de trabalho para os grandes fazendeiros e empresas rurais. Sujeitos à procura diária de emprego, os bôias-frias não contam com a garantia do salário mínimo, nem têm a proteção — ainda que precária — das leis trabalhistas, ficando desassistidos e roubados nos seus direitos de assistência médica e previdenciária.

Juntam-se a essas categorias as mulheres, que são duplamente exploradas: ganham salários menores, quando fazem o mesmo tipo de trabalho que os homens, e arcaram, ainda, com as pesadas tarefas do lar. Há também aqueles que, atingindo certo limite de idade, são precocemente desempregados porque seus patrões sabem que um exército de jovens está em busca de emprego e que os jovens produzirão mais por menores salários. A multidão dos marginalizados nas grandes, médias e pequenas cidades cresce à medida que cresce a riqueza produzida no país.

Exigências do evangelho

A identificação desses religiosos com os oprimidos foi determinada por sua aceitação das exigências do Evangelho. Eles sofrem perseguição porque compartilham da luta dos oprimidos contra a injustiça. Compartilham, também, de sua grande esperança de libertação. Eles, testemunhas fiéis, e nós, solidários com eles, compreendemos que a perseguição recai sobre a Igreja empenhada na transformação do mundo, dedicada a transmitir a boa nova da libertação onde existe a exploração dos homens de carne e osso, na realidade de agora. Sabemos também que a Igreja não sofre perseguição quando se acomoda às injustiças, atuando somente na esfera tranquila da sacristia e voltando-se para uma espiritualidade abstrata, desligada dos problemas atuais.

É a busca evangélica da justiça que, na perseguição a esses religiosos, está sendo recusada pelo Governo. Busca evangélica fundamentada na palavra de Deus:

"Bem-aventurados sois quando, por minha causa, vos injuriarem e vos perseguirem e, mentindo, disserem todo mal contra vós". (Mateus 5, 11); "Antes importa obedecer a Deus do que aos homens". (Atos 5, 29).

"Porque tive fome e me destes de comer; tive sede e me destes de beber; era forasteiro e me hospedastes; estava nu e me vestistes; enfermo e me visitastes; preso e fostes ver-me. Em verdade vos afirmo que sempre que o fizestes a um destes meus pequenos irmãos, a mim o fizestes." (Mateus 25, 35, 36, 40); "O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungi para anunciar a boa-nova aos pobres; enviou-me para proclamar libertação aos cativeiros e restauração da vida aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos". (Lucas 4, 18) "Eis que o salário dos trabalhadores que ceifaram vossos campos, e que por vós foi retido com fraude, está clamando". (Tiago 5, 4) "Por ventura não é esta a prática religiosa que escolhi, que rompas as correntes da iniquidade, desfaças as amarras da servidão, libertes os oprimidos despedeces todo jugo?" (Isaias 58, 6). "Se alguém disser: amo a Deus, e odia a seu irmão, é mentiroso". (I João 4, 20) "Ele te declarou, ó homem, o que é bom; e que é o que o Senhor pede de ti, senão que pratiques a justiça e ames a misericórdia, e andes humildemente com o te Deus"? (Miquéias 6, 8).

Dever

Além do pastor Jaime Wright — um dos organizadores — falarão durante o ato um operário da Frente Nacional do Trabalho (FNT) e o vice-presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, Sr. Mário Simas. Ao final, o advogado José Gregori — professor de Direito Civil da PUC e membro da Comissão de Justiça e Paz — fará a leitura pública do documento, prevendo-se que alguns de seus trechos serão lidos, em conjunto, por todos os participantes.

Em seu discurso, na abertura do ato — com o título *Epístola dos Leigos pela Justiça e Libertação* — o pastor Jaime Wright dirá que, "na verdade, os cristãos incansáveis repudiam a teologia nazista de Hitler. Visando a seus interesses políticos, o grande ditador dizia que a Igreja devia cuidar do céu, pois que ele, Hitler, cuidaria da Terra".

Aspiração democrática

Por comungar com as aspirações do povo é que os missionários são perseguidos. Eles sofreram a mesma sinal de muitos, brasileiros ou não — operários, estudantes, jornalistas, educadores, políticos e outros — que foram banidos do país ou constrangidos a fugir por terem ousado juntar-se ao povo em sua luta contra a exploração e a opressão.

Se alguns missionários estão ameaçados de expulsão e se muitos já foram expulsos, o grande e verdadeiro expulso, já há muito tempo, é o próprio povo, especialmente os mais humildes, banidos de suas terras ou massacrados em suas aldeias, obrigados a esmolar ou sujeitos a salários de fome, morrendo à mingua na periferia das cidades, constantemente expostos à repressão policial ou à violência dos patrões, proibidos de se associarem, ameaçados e intimidados quando ousam reivindicar os mais elementares direitos.

Não basta que o Governo ponha fim às arbitrariedades contra os missionários. As arbitrariedades continuarão, se continuarem as estruturas de injustiça que as provocam. E essas estruturas só serão modificadas quando o próprio povo puder propor e encaminhar as mudanças a seu favor. É indispensável, portanto, realizar a aspiração democrática da Nação, de modo que o povo possa criar e participar livremente de suas organizações sindicais, profissionais, políticas e outras.

Será possível, então, construir uma sociedade baseada no respeito aos direitos de todos e iniciar a caminhada rumo à comunhão e à paz entre os homens. Nossa compromisso é o mesmo dos missionários perseguidos — o de continuarmos com o povo nessa árdua e longa caminhada.

São Paulo (SP), 18 de setembro de 1977.

GOVERNO APURA

O líder do Governo na Assembleia Legislativa, Deputado Clemenceau Teixeira, afirmou ontem que o Governador Roberto Santos e as autoridades ligadas à Segurança Pública estão atentos para todos os casos de violências policiais ligadas à *grilagem* de terras na Bahia, e interessados na apuração, para entregar ao julgamento da Justiça os responsáveis por casos considerados criminosos.

O pronunciamento foi o primeiro na área do Governo estadual a respeito do assassinato do advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia, Eugênio Lyra, ocorrido na semana passada na cidade de Santa Maria da Vitória, região do Alto São Francisco, onde tem se verificado a maioria dos casos de disputas violentas de terras.

PRISÃO E PROVA

Para demonstrar o interesse do Governo estadual na apuração de fatos considerados criminosos ligados à *grilagem* de terras, o parlamentar revelou que através da Secretaria de Segurança Pública foi acionado um dispositivo policial que permitiu, em poucas horas, efetuar a prisão do pistoleiro Wilson Novaes Gusmão, que atirou no advogado, e mais seis pessoas acusadas de co-autoria no assassinato.

De acordo com o líder do Governo na Assembleia, o gabINETE do Secretário de Segurança Pública mantém cinco oficiais da Polícia Militar na condição de delegados especiais, encarregados da apuração de todas as denúncias ligadas à prática de *grilagem* no interior da Bahia.

"Todos eles deslocam-se frequentemente para zonas de ocorrências de invasões violentas de terras, a partir de denúncias apresentadas ao Secretário de Segurança Pública".

Acrescentou o Deputado Clemenceau Teixeira que em 80 a 90% dos casos, conclui-se que as ocorrências são matérias de estrita competência do juiz civil. "As ocorrências de maior gravidade de certo modo acontecem, porém, em indícios bem suportáveis, já que a nenhum Estado foi possível extinguir os crimes, fenômenos consequentes da vida social. Vale dizer, contudo, que em todas as oportunidades em que a lei penal foi transgredida, a polícia tem se feito presente de forma energica e atuante, instaurando em todos os casos o necessário inquérito policial".

MOVIMENTO

O vice-líder do Governo na Assembleia, Deputado Stoessel Dourado, alegou uma linha de conduta integralmente oposta à do líder arenista. Ao discursar sobre o assassinato do advogado Eugênio Lyra, afirmou que "existe um movimento de esquerda atuando no meio rural com o objetivo de tumultuar a situação fundiária nacional". Foi apoiado no pronunciamento pelo Deputado Raulino Queiroz, também da Arena, eleito pela região do Vale do São Francisco, que acusou setores da Igreja de "incentivar a luta de classes nos episódios de *grilagens*".

O pronunciamento do vice-líder do Governo gerou um clima de tensão na Assembleia Legislativa, com a reação de deputados do MDB, denunciando casos de *grilagens* verificados no Estado e chamando o Deputado Stoessel Dourado de "provocador, ligado a interesses de grandes proprietários rurais". O líder do MDB, Deputado Elisson Soares, que solicitara a convocação do advogado Eugênio Lyra para depor na CPI de *grilagens* — o depoimento estava marcado para quinta-feira — caiu em prantos e não conseguiu terminar a leitura da "moção de pesar" em memória do advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, assassinado em Santa Maria da Vitória.



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFBA

CNBB atribui assassinato do advogado a problemas que autoridades não solucionam

Salvador — A Comissão Pastoral da Terra da Regional Nordeste III da CNBB manifestou, ontem, em nota oficial, sua revolta pelo assassinato do advogado Eugênio Lyra, afirmando que "esse clima de violência decorre de uma situação muitas vezes denunciada", sem que "as autoridades tenham tomado medidas solicitadas ou apontadas para solucioná-la".

A nota diz que "à nossa tristeza pelo trágico desaparecimento de Eugênio soma-se a nossa revolta. Constatamos que, longe de ser um fato isolado, este é mais um assassinato: é a mesma violência que vitimou os lavradores Basília, Joaquim e Marcionilia e os Padres Burnier e Rodolfo, e outros tantos que tombaram por toda a parte do país". Acrescenta que "esses fatos marcam a continuidade da luta".

POVO MASSACRADO

O documento lembra que a Igreja, os órgãos de classe dos trabalhadores, os políticos e os que se preocupam pela Justiça têm denunciado o problema. E acrescenta que muitos foram atingidos com o desaparecimento do advogado, e cita frase atribuída a um lavrador de Santa Maria da Vitória, onde ocorreu o assassinato: "A morte do Dr Eugênio encerrou também a nossa vida".

A nota afirma que, ao dizer isso, o camponês referia-se também "à perda do competente e corajoso advogado que abandonou as comodidades da Capital para internar-se no sertão e, junto com os trabalhadores, procurou colocar mais alto a força do direito, numa região em que tem predominado o direito da força".

Enfim, prossegue a nota, "o atingido foi o povo, sofrido e massacrado pela ganância dos grandes e poderosos, já denunciada no antigo testamento pelo profeta Jeremias: Teus olhos e teu coração não procuram senão satisfazer a cobiça, derramar o sangue do inocente e exercer a opressão e a violência" (28, 17).

PEDIDO DE JUSTIÇA

A Pastoral da Terra da Nordeste III da CNBB diz ainda em sua nota que é o povo que "exige Justiça tanto para os mandatários como para os mandantes" do assassinato de Eugênio Lyra. "Sabemos que, embora necessário, não é suficiente castigar o executor e os mandantes, tendo em vista que fatos como este continuarão a se repetir enquanto permanecerem as estruturas que os provocaram".

Presidente da CNBB não sa

30/9/77

Curitiba



Dom Geraldo Fernandes

I Curitiba — O presidente em exercício da CNBB e Arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes, ao comentar a iniciativa do Senador Petrônio Portela de procurar o entendimento também com a Igreja, afirmou que gostaria de falar com quem governa realmente e não com quem representa o Governo. "O grande diálogo deveria ser entre os responsáveis tanto pelo Estado como pela Igreja".

Disse também que "ficou mais difícil saber quem é o Governo, pois quem é a Igreja nós sabemos muito bem. Agora é o Senador Petrônio Portela. Se o Governo o indicou, eu pessoalmente, conversaria com ele, pois nós queremos colaborar desde que não seja uma conversa sem finalidades. Agora, conversar é uma coisa e outra coisa é chegar onde realmente se deseja chegar".

Diálogo

"Não interessa muito o diálogo com os políticos", disse Dom Geraldo. "Será que interessaria ao Governo se mandássemos teólogos e juristas para o diálogo? A Igreja segue um caminho e o Estado segue outro caminho". Para ele, "pelo menos em teoria, o Governo sempre se mostrou aberto quando nos oferecemos para o diálogo. Foram convidados para isso, agora, a Igreja e os advogados do país".

"Da parte da Igreja o diálogo não começou com a conversa entre Dom Ivo e o Senador Petrônio Portela. Ele apenas continuou, pois os homens do Governo têm ordem expressa do Presidente da República para receberem os membros da Igreja. Todas as vezes que pedimos e necessitamos de uma conversa, temos facilidade de sermos recebidos. Nós queremos colaborar, pois damos incomparavelmente mais ao Governo, do que recebemos".

Relacionamento

O presidente em exercício da CNBB comentou também o relacionamento entre a Igreja e o Estado, no Brasil, afirmando que "não se pode falar que exista uma luta e nem tem existido atrito entre o Estado e a Igreja. O que existe são atritos de homens do Estado para com a Igreja".

Confessou ainda que vê "com muita preocupação o atual momento vivido pelo país, com o descontentamento existente porque já vivi o mesmo período durante o final do Governo Getúlio Vargas. O povo se cansa. Esta Revolução já faz muito tempo que existe. Quase metade da população não está mais se preocupando com o passado, querem o presente. Eles não ligam mais para o que aconteceu antes da Revolução porque tinham na época pouco mais de cinco anos de idade. Por isso, não podem entender por que continuam a existir tantas coisas. Eles estudam a História do Brasil e não conseguem entender por que acabaram as eleições".

Para ele, as facilidades de comunicação existentes no país, apesar do controle exercido pelo Governo sobre órgãos que diretamente atingem a massa da população "está criando na consciência dos jovens uma busca para uma coisa nova. É uma grande coisa que o jovem conheça a realidade". Citou como exemplo as manifestações estudantis que

classificou como algo positivo, mas dirigido, e para saber o que tem de bom ou ruim é preciso examinar caso por caso. Eu não sei bem o que está acontecendo em São Paulo, por exemplo.

Comparando duas diferentes épocas que viveu, o período de Getúlio Vargas e o atual momento político, afirma que, na sua opinião, "no fim do Estado Novo eu vi que o povo estava cansado e agora estou vivendo outro momento em que vejo o mesmo cansaço que está ocasionando todo o descontentamento que estamos vendo hoje".

Constituinte

"Falando como professor de Direito que sou, há outros caminhos para o país chegar ao estado de direito, já que o que vivemos agora é um estado de exceção". Comentando a tese de uma Assembléa Constituinte em que se engajou o MDB, afirmou que "este mesmo Senado e a Câmara que está ai poderiam organizar uma reforma, mas precisam de inteira liberdade para isso".

Exemplificou a falta de liberdade com a cassação do Deputado Alencar Furtado e deu sua opinião sobre o programa do MDB levado na televisão achando que "estava até bem comportado demais, pois os que falavam estavam com medo do AI-5".

Para ele, se a tese da Constituinte vingar, "é preciso acabar com o AI-5 e outros atos de exceção porque só assim cada deputado vai poder esboçar seu ponto-de-vista, sem falar com o medo de ser cassado. Uma Constituinte com os atos de exceção não levaria a nada".

Estas são opiniões pessoais, pois "as diferentes formas de Governo que possam existir não são de competência da Igreja", e sobre o AI-5 ele acrescentou que "a pior lei nas mãos de um bom jurista se torna boa porque ele não vai usá-la. Mas mesmo a melhor lei nas mãos de um mau jurista se torna ruim mesmo porque ele não a deseja".

Magalhães Pinto

Sobre a candidatura do Senador Magalhães Pinto, o presidente em exercício da CNBB disse que "o Presidente da República e seus assessores, a esta altura, já têm no bolso do colete o candidato e, por isso, admiro a coragem do Sr Magalhães Pinto em ficar percorrendo o Brasil como candidato".

"Mas, a Igreja não analisa isso de um modo geral. A análise é feita conforme o ponto-de-vista de cada um de seus integrantes. Para mim é uma grande coisa mesmo que ele não seja eleito porque conseguiu mexer com a população.



112017727 Bispos acham que catequese deve integrar e ajudar o homem a mudar o meio social

Curitiba — A catequese não deve se limitar à formação religiosa e sim integrar o homem no seu meio social, para que ele possa transformar o meio no qual se encontra. Esta foi uma das decisões tomadas pelos bispos paranaenses, durante a 21.^a Assembléia do Regional Sul-2, da CNBB, encerrada ontem nesta Capital.

Os bispos decidiram, também, sobre a ação missionária da Igreja, que é necessário criar duas novas instituições auxiliares: um Centro de Animação e um Centro de Orientação Missionárias. Estas duas instituições teriam seu funcionamento baseado na preparação de padres e leigos para um trabalho missionário no Norte do país, informando-os sobre as características culturais da região em que vão atuar.

ASSEMBLÉIA

"Nesta Assembléia se notou uma união entre os bispos paranaenses, atingindo-se um consenso para enfrentar os problemas atuais. Eles estão conscientes de que no momento histórico que o Brasil vive, a Igreja tem muitas responsabilidades, sem ligar-se a nenhuma política partidária. Se os políticos se acharem na impossibilidade de resolver, talvez a Igreja ajude, mas sem sair do documento básico assinado em Itaici, exigências cristãs para uma nova ordem política".

Esta é a conclusão sobre o Encontro, do Secretário do Regional-2 da CNBB, Padre Yves Pouliquen. Acrescentou que "os nomes da pessoas que vão integrar Comissão de Justiça e Paz, que está sendo formada no Paraná, estão definidos na parte Sul do Estado, mas falta escolher os nomes que vão compor a Comissão no Norte do Estado".

A Assembléia discutiu também a Pastoral da Família, e, segundo o Padre Yves, "não queremos que a Pastoral familiar se reduza a uma questão jurídica, que nos preocupemos em apenas colocar barreiras sobre os divorciados. Nós queremos que a Pastoral aproxime os divorciados da Igreja. Eles perderam os sacramentos, mas não perderam todos os valores humanos".

23. Nov. 1977



ABRIL PRESS

Dom Aloísio: cerimônia apenas religiosa

CNBB

Em casa nova

Uma rápida procissão de cerca de dez pessoas — entre elas o núncio apostólico, dom Carmine Rocco — dirigiu-se à porta principal. Ali, a fita simbólica foi descerrada pelo arcebispo de Brasília, dom José Newton de Almeida Batista, e pelo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Aloísio Lorscheider. Em seguida, o presidente da CNBB celebrou a missa comemorativa. Foi assim, com uma cerimônia simples, sem discursos ou declarações de impacto, a inauguração da nova sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, na última terça-feira, no Setor de Embaixadas Sul, em Brasília. "É uma cerimônia apenas religiosa", explicavam unâmes os 75 bispos presentes.

Coerente com seu desejo de realizar um ato modesto, a CNBB não elaborou convites limitando-se a comunicar oficialmente a mudança aos três poderes e às embaixadas. Na véspera, o secretário geral da organização, dom Ivo Lorscheiter, reuniu a imprensa para explicar os motivos da transferência da sede da CNBB do Rio de Janeiro para Brasília: facilitar o contato com as regionais do norte, nordeste e centro-oeste; obter um relacionamento mais próximo com a Santa Sé, através da Nunciatura Apostólica, que funciona no prédio vizinho; maior facilidade "operativa" com a proximidade física ao poder público — "embora isso não venha afetar em nada a linha que a CNBB vem seguindo", diz dom Ivo.

Divórcio e Celam — Já no dia seguinte, a nova sede da CNBB começou a ser utilizada, abrigando a reunião da

Comissão Representativa, conhecida como "míni-assembléia" por ter força de assembléia geral. O tema principal dessa reunião foi a convocação de uma assembléia geral extraordinária para abril de 1978. Durante essa assembléia deverão ser discutidas as medidas a ser tomadas contra os casais divorciados. Desde já, porém, está afastada a hipótese de excomunhão.

Além disso, a assembléia geral extraordinária deverá escolher os 32 representantes brasileiros à III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, a realizar-se no México. A importância dessa escolha pode ser medida pelo fato de que foi na segunda e turbulenta conferência, em 1968, em Medellín, na Colômbia, que surgiu o movimento Teologia da Libertação, através do qual a Igreja aumentaria dramaticamente sua participação no campo social e político. Embora seja conhecido que nem todos na Igreja concordam com o Teologia da Libertação, fontes da CNBB previam que os representantes brasileiros na próxima conferência continuariam defendendo "posições avançadas".

CEDIN
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

CNBB admite normalidade com volta do habeas-corpus e equilíbrio dos poderes

23/11/78
Brasília — A extinção do Decreto 477 como parte das reformas políticas foi considerada viável pelo presidente da CNBB, D. Aloísio Lorscheider, que defendeu, ontem, a restauração do habeas-corpus e a harmonização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário como passos fundamentais para alcançar-se o estado de direito.

Ac comentar a conversa que teve com o Senador Petrônio Portella no sábado, o presidente da CNBB destacou o clima de sinceridade em que transcorreu o encontro e reafirmou o documento de Itaici — "exigências cristãs de uma ordem política" — como a contribuição final da Igreja ao processo de institucionalização.

COMPREENSAO

Embora afirmando que "o estado de direito implica uma Constituição que dirija o país sem atos de exceção, dando a todas as pessoas o poder de defender seus direitos", o Cardeal disse não garantir que o AI-5 seja completamente eliminado. Ele citou o documento de Itaici, que admite, em situações especiais, "um regime autoritário que defere ao Poder Executivo maior iniciativa e rapidez de decisão para atender melhor às urgências do bem comum". Acrescentou que, embora o Governo demonstre um interesse sincero em voltar ao estado de direito total, "é preciso compreensão" com instrumentos como o AI-5.

O Cardeal disse acreditar que pelo menos o habeas-corpus seja restaurado, embora tenha frisado não poder adiantar nada porque o Senador Portela estava mais interessado em saber a posição da CNBB

do que em indicar os caminhos pelos quais será feita a redemocratização. Ele acredita também na extinção do Decreto 477, e defendeu-a para dar aos estudantes possibilidade de participação, favorecendo, a criação de novas lideranças.

Durante a entrevista coletiva de ontem, ao final da reunião da comissão representativa da CNBB, o Cardeal Aloísio Lorscheider foi interrompido por uma delegação de estudantes da Universidade de Brasília, que solicitavam o apoio da entidade para o movimento de protesto contra as tropas que estão no campo da UNB. O Cardeal recusou-se a recebê-los no meio da entrevista, mas a delegação foi atendida mais tarde pelo secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter.

Frente ao pedido dos estudantes o secretário da CNBB disse que a entidade vai estudar o assunto para tomar uma posição.



Ao lado de D Ivo (D), D Aluísio afirmou que muitos países entravam a liberdade de consciência

- 3. Nov. 1977

Itamarati ainda não foi consultado sobre asilo de professora na Nunciatura

Brasília — A situação da professora goiana Wanda Cozzetti Marinho, condenada em outubro como rebel em dois processos, com base na Lei de Segurança Nacional, e que se refugiou terça-feira na Embaixada da Santa Sé é de "foragida da Justiça" e não de "asilada política", segundo autoridades da Justiça Militar. O Itamarati informou que ainda não houve negociações relativas ao caso. A Nunciatura não se manifestou.

O Vaticano não possui tratado de asilo político com o Brasil e a acusada — cujas condenações somam oito anos de prisão — só poderá recorrer das sentenças se for presa, por se tratar de rebel. Se deixar o país, o que só é possível com " visto de saída" mediante acordo entre o Brasil, a Santa Sé e outra nação que se disponha a recebê-la, poderá voltar depois de oito anos, quando a pena estará prescrita.

NAO SABE

O porta-voz do Itamarati, conselheiro Luis Felipe Lampreia, desconhecia ontem se o Ministério da Justiça fora informado oficialmente sobre a nova asilada na Embaixada da Santa Sé. Admitiu que as negociações entre o Itamarati e a Nunciatura Apostólica só deverão começar quando do retorno do Núncio, D Carmine Rocco, de Roma, onde ele se

encontra em viagem de férias.

Jorge Medeiros do Valle, o Bom Burguês, continua refugiado na Embaixada da Santa Sé, aguardando que o Governo brasileiro decida liberar o passaporte para viajar com destino ao México, onde será recebido como turista. Segundo a Embaixada mexicana, o jornalista João Henrique Cordeiro Filho, que também se asilou na Nunciatura, está morando naquele país.

CNBB destaca liberdades fundamentais à liberdade religiosa e à catequese

A necessidade de que os cristãos possam editar seus livros e jornais; tenham acesso às emissoras de rádio e televisão e liberdade de reunião foi destacada pelo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D Aluísio Lorscheider, como fundamental para que haja liberdade religiosa e a catequese possa se realizar.

A catequese foi o tema do Sínodo, em Roma, que, segundo D Aluísio, se constituiu numa continuação do de 1974, sob o tema Evangelização. Ao contrário do Sínodo de 74, o deste ano não foi muito polêmico, nada teve de extraordinário, nem nas reuniões nem nos bastidores, disse o presidente da CNBB. Para ele, não houve revisão dos princípios de Medelin.

LIBERDADE

O Sínodo — afirmou D Aluísio — marcou a necessidade da liberdade de consciência, da liberdade religiosa, para a realização da catequese. "Há muitos países que colocam obstáculos para esta liberdade" — lembrou. "E um destes obstáculos aparece quando o poder civil pretende julgar a ortodoxia dos religiosos. Ao poder civil cabe, apenas, impedir que o direito de uns entre em conflito com o direito de todos".

Os países que mais falaram sobre a limitação da liberdade de consciência foram Angola, Hungria e Po-

lônia. "O Brasil" — destacou o presidente da CNBB — "insistiu muito numa catequese autêntica, em harmonia com o temporal e o social, e na importância do desenvolvimento da catequese em pequenas comunidades, em comunidades de base que, no Sínodo anterior, tinham sido acusadas por alguns bispos de coisas do demônio".

NOVOS CAMINHOS

Uma das preocupações do Sínodo — no qual o Brasil teve participação importante — foi com relação ao local para a catequese. "Antigamente" — comentou D Aluísio — "os principais locais eram a casa da família, a escola e a paróquia. A família tradicional, patriarcal, está desaparecendo, com a participação da mulher no trabalho. A paróquia assumiu características muito diferentes. A es-

cola não precisa mais ser aquela escola confessional para o ensino da religião, que pode ser ensinada, inclusiva, nas escolas estaduais".

"Devido a todas essas mudanças, aumenta a necessidade da participação da Igreja nos meios de comunicação de massa. Há uma grande preocupação entre os jovens quanto ao seu futuro, uma grande perplexidade sobre o sentido da vida, sobretudo nas sociedades do bem-estar, as sociedades de consumo. Daí termos escolhido o tema da catequese voltada para o jovem e a criança, que têm uma grande sensibilidade para o futuro".

MUDANÇA

A entrevista de D Aluísio foi a última no Rio antes da mudança da sede da CNBB para Brasília. A sede de Brasília será inaugurada a 15 de novembro, com uma cerimônia litúrgica. A transferência, segundo o presidente da CNBB, favorecerá o diálogo entre a Igreja e o Governo.

"Os contatos entre a Igreja e o Governo não foram interrompidos pela vontade da CNBB" — disse D Aluísio. "Deixaram de ser realizados por determinação do Presidente Geisel. Ele preferiu agilizar as entrevistas diretas. De fato, quando quisemos entrar em contato direto isso não nos foi dificultado".

CEDI
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

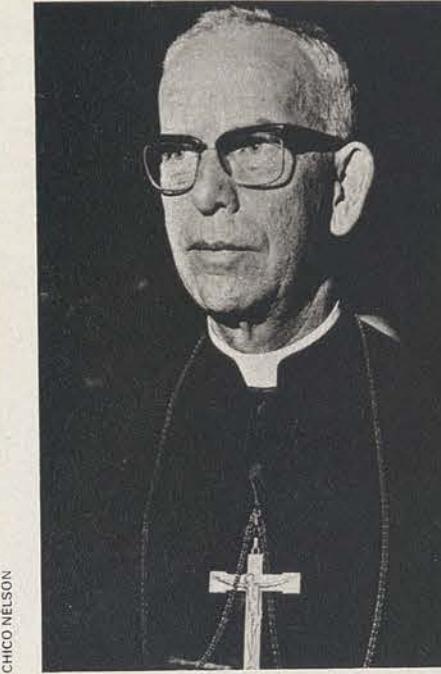
Na foto: Dom Aluísio, presidente da CNBB, fala sobre a transferência da sede da entidade para Brasília. À direita, Dom Vicente Scherer, ex-presidente da CNBB, e Dom Pedro Casaldáliga, bispo progressista.

RELIGIÃO

3. Mai 1978



D. Ivo: votação consagradora



D. Vicente: batendo progressistas



D. Pedro: excluído da delegação

KELIU KOBAYASHI

Vitória da moderação

"Puebla já está acontecendo aqui", observou um destacado prelado, pouco antes do encerramento da assembleia geral extraordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que esteve reunida em Itaici, interior de São Paulo, de 18 a 25 de abril. A observação, feita em tom enfático, exprimia o clima dominante entre os 225 cardeais, arcebispos e bispos ali presentes após uma semana inteira de discussões e estudos de uma exaustiva pauta de trabalho. E, de fato, valendo-se da independência que desfrutam como o mais numeroso colégio eclesiástico do continente, os bispos brasileiros alteraram substancialmente o documento preparatório distribuído pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), como subsídio para a III Conferência Geral da entidade, a realizar-se em outubro na cidade mexicana de Puebla. Assim, depois de considerarem seu conteúdo "excessivamente idealista" (VEJA n.os 502 e 503), eles o minaram com mais de 3 000 emendas, cujo debate foi entremeado de questões igualmente polêmicas, como a eleição dos 37 delegados brasileiros que irão a Puebla, a modificação dos estatutos da CNBB, o projeto de filiação dos padres ao INPS, a concessão da anistia política, a recen-

te intervenção do Vaticano no movimento Jornadas Internacionais por uma Sociedade Superando Dominações, idealizado pela CNBB.

Apesar da cordialidade com que transcorreu a assembleia geral, a discussão do documento preparatório de Puebla evidenciou a diversidade de tendências do episcopado nacional. Ainda assim, a maioria dos bispos se mostrou favorável a que a Igreja encoraje o povo a ser "o agente de sua própria libertação, sem violência", como disse dom José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa. Se essa posição prevalecer em Puebla, aliás, implicará um radical avanço em relação à II Conferência Geral do Celam, realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968. Como explicou dom Moacir Grechi, bispo do Acre e Purus, naquela ocasião "esperava-se das próprias elites político-econômicas e dos militares no poder um futuro mais humano para os povos latino-americanos".

Convergência — Para que as mais de 3 000 emendas brasileiras chegasse a consagrar essa e outras formulações, foram despendidos desgastantes esforços. Desde o início da assembleia, na semana retrasada, vinte grupos de estudos debateram o documento prepa-

ratório de Puebla e, de acordo com suas respectivas experiências pastorais, fizaram-lhe reparos. O bispo auxiliar de João Pessoa, dom Marcelo Carvalheira, por exemplo, incluiu considerações sobre as "minorias silenciadas e humilhadas — o índio, o negro e a mulher". E, ao final, o arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara, declarava-se satisfeito por ver no encontro "uma convergência significativa sobre pontos essenciais para que Medellín seja confirmada e atualizada".

No entanto, no momento da escolha dos 37 delegados que irão a Puebla, graças sobretudo a articulações de bastidores empreendidas por prelados conservadores, como o ardiloso dom Luciano Duarte, arcebispo de Aracaju, acabaram preponderando os moderados, com 50% da representação. Dessa maneira, enquanto os notórios bispos progressistas dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, e dom Tomás Balduíno, de Goiás Velho, não conseguiam lugar na representação, o conservador cardeal de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, que já ultrapassou a barreira-limite dos 75 anos, fixada pelo papa, era eleito delegado. Em compensação, o progressista dom Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria, recebia a consagração de 200 votos, consolidando sua condição de futuro presidente da CNBB e de uma das virtuais estrelas de Puebla.

VEJA, 3 DE MAIO, 1978

CNBB vai ajudar exilados por via indireta

12/12/1978

Brasília — Embora a Comissão Nacional de Justiça e Paz tenha manifestado, em fins de janeiro, preocupação com o diálogo entre Igreja e autoridades públicas, a CNBB não tomará a iniciativa de contatos diretos com vistas à solução do problema dos exilados. Preferirá manter a estratégia de ação indireta, evitando o desgaste e garantindo maior repercussão à posição que eventualmente assuma na culminância da anunciada campanha paulista.

A aparente incongruência entre as orientações da Comissão Nacional de Justiça e Paz e da CNBB deixa de existir ao se considerar que a comissão funciona autonomamen-

te, vinculada diretamente ao Vaticano e assessorando a Conferência no Brasil. A CNBB cabe, portanto, um apoio praticamente político às atividades da Comissão funcionando como reforço que deve ser concentrado em situações específicas para não diluir-se e tornar-se ineficaz.

Trunfo

Quando se pergunta, na CNBB, o que será feito de concreto em função dos exilados, a resposta não inclui manifestações públicas, relatórios ou visitas a autoridades determinadas. Ao contrário, a hipótese de o General Figueiredo ser procurado

foi rapidamente descartada, e o secretário-geral da Conferência, Dom Ivo Lorscheiter, informou que a sede não possui dados sobre o número de exilados.

Toda a atividade prática para a liberação de documentos para exilados — e para filhos de exilados — foi oficialmente canalizada para a Comissão Nacional de Justiça e Paz, e a CNBB funciona apenas como encaminhadora de casos. Mas além disso, e do acompanhamento da situação dos exilados como um todo, através de relatórios da comissão, a CNBB se reserva como trunfo para situações especiais. Há muito sigilo sobre o assunto, mas o presidente

e o secretário da CNBB já param — direta e discretamente — de gestões para liberação de documentos em mais de um caso.

Ainda este mês, a Comissão Nacional de Justiça e Paz decidirá se participará ou não da campanha de divulgação pública sobre o assunto, promovida por sua sucursal paulista. Seja qual for a decisão, a atitude da CNBB continuará a mesma — apoio discreto e atuação indireta. Não está fora de cogitação, entretanto, uma tomada de posição imediata e pública em caso de haver solicitação por parte da Comissão Nacional ou dos bispos pertencentes às diversas comissões estaduais.



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ

13-8-78

Celam tem denúncia de migrações

Brasília — Está sendo encaminhado ao Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), como subsídio à conferência de Puebla, documento dos organismos católicos de migração denunciando que aproximadamente 100 milhões de pessoas foram obrigadas a migrar na América Latina para fugir de situações de pobreza, marginalidade e perseguições políticas, religiosas ou raciais.

O documento alerta que as migrações são frequentemente causas de novas injustiças e só podem ser entendidas no contexto das estruturas sociopolíticas e econômicas do continente. Entre as proposições, sugere que a Igreja de origem prepare os migrantes para a nova situação e que a do ponto de chegada desenvolva um trabalho de acompanhamento aos que chegam.

O documento foi preparado com base nas conclusões do 9º Congresso dos Organismos Católicos de Migração do Cone Sul. Estas conclusões fazem uma análise dos principais tipos de migração, diagnostica as causas e propõe ações correspondentes.



Uma pedra na sandália de Pedro

A ala do clero comprometida com a teologia da libertação promete resistir às intenções do "documento preliminar de Puebla", redigido sob inspiração dos setores mais retrógrados do clero europeu.

Este parece ser o ano das grandes comemorações. Mormente às avessas. Neste momento, em Itaici, o episcopado brasileiro está reunido para discutir suas posições com relação ao documento definitivo a ser levado à III Conferência Episcopal Latino-americano, que se realizará em outubro, em Puebla, México.

Seu tema principal é a "Evangelização no presente e no futuro da América Latina". Dez anos após a conferência de Medellin, que adaptou à realidade latino-americana o Concílio Vaticano II, elaborado pelo papa João XXIII, e que preconiza a libertação dos povos oprimidos pelo capitalismo internacional e das nações dependentes do 3º mundo, os nove departamentos em que é dividido a CELAM (Conferência do Episcopado Latino - Americano) reuniram-se para elaborar um texto preliminar classificado, pelos que fizeram parte de sua elaboração, de

"consultivo para os bispos e propósitamente elaborado para causar polêmicas e críticas". E conseguiu. A mais suscinta observação ao documento revela que se trata de um "clamoroso retrocesso com relação às posições expressas na decisão de Medellin, quando o que esperávamos, e desejamos, é exatamente o contrário: um documento que avance nos ideais de libertação dos povos latino-americanos", afirmam vários bispos identificados com as teorias de libertação dos povos e independência do clero latino-americano das orientações europeias.

Na Assembléia da CNBB, reunida em Itaici, o problema se coloca como uma pedra nas sandálias dos bispos, que diplomaticamente tenta ser evitada pelos assessores responsáveis pelas declarações diárias à imprensa, mas não elimina o incômodo. A simples afirmação de que o documento "é apenas provocativo" já não convence a ninguém, muito menos aos bispos que vivem hoje com a intensa preocupação de, mais que apenas denunciar injustiças, "apoiar e promover a compreensão e busca de soluções dos problemas dos que são diretamente atingidos pela carestia, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nos intercâmbios comerciais internos e externos, pelas situações de colonialismo econômico e cultural", como posiciona o documento "Sinais dos Tempos", emitido ao final da reunião dos bispos da Regional



Sul 1, e apresentado como subsídio à 3ª Conferência Episcopal de Puebla. A ala do clero comprometido com os ideais de libertação e independência das populações oprimidas faz circular em Itaiçá diversos documentos criticando o documento preliminar de Puebla e sugerindo aprofundamentos radicais ao documento definitivo. Sua não-encampação, até a última terça-feira, pela presidência da CNBB, indica que a encruzilhada em que se encontra o órgão máximo do episcopado brasileiro ainda passará por muitos despachos. Pois, se de um lado parece clara a posição oficial do órgão em jogar água fria na fervura que resultou o documento de cunho eminentemente direitista, identificando-o como documento sem pretensões definitivas; por outro lado, setores mais avançados da Conferência não querem deixar que a dubiedade e superficialidade sejam a tônica do encontro latino-americano de outubro próximo.

Um dos mais completos relatórios a circular em Itaiçá até o primeiro dia da Assembleia extraordinária dos bispos brasileiros, que recebe o título de "Os trabalhadores rurais e a Conferência de Puebla", foi elaborado pela Comissão Pastoral da

Terra e, com base em dados de levantamentos feitos pelo IBRA e INCRA, traça o perfil da situação camponesa hoje no Brasil, advertindo: "Cremos, porém, que não se dá nada difícil estender ao conjunto dos países latino-americanos a realidade que constatamos". Os dados provam, inclusive, que a política oficial de concentração da propriedade rural erra até mesmo quanto às previsões de aumento da produtividade, pois, conforme esclarece o documento, as pequenas propriedades ocupam apenas 13,8% das terras exploradas e têm um rendimento médio de Cr\$ 240,37 por hectare, enquanto os grandes latifúndios só rendem Cr\$ 72,20 na mesma área, e ocupam 72,1% das áreas cultivadas.

O documento, transscrito quase que integralmente pela Folha de S. Paulo de 18/4, exorta os bispos latino-americanos a avançar nas propostas de Medellin, tendo como estímulo e base para o raciocínio

evangélico a necessidade e vontade das classes trabalhadoras em se organizarem livremente, corrigindo o equívoco cometido há dez anos quando se deu mais peso à tendência que pretendia "sensibilizar o coração" daqueles que detêm o controle político, econômico e cultural no continente. A evangelização, hoje, segundo a comissão pastoral, tem que compreender científicamente a situação a que o povo está submetido, se aprofundando nas causas desse sofrimento, contribuindo para a superação dos métodos e conteúdo tradicionais da catequese e da pregação. "Nesse sentido, conclui o texto, a tarefa da evangelização é parcial e, ao mesmo tempo permanente. Não visa provocar organizações cristãs, mas acompanha todas as etapas do engajamento dos camponeses que vivem a fé num Cristo histórico e social."

Ennio Brauns Fº



CNBB não procurará candidato 27/11/78

O secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheider, criticou, ontem, o processo indireto de escolha do Presidente da República, afirmando ainda que a Igreja não tomará nenhuma iniciativa de conversar com o General João Baptista de Figueiredo, "assim como não procuramos os Senadores Petrônio Portella e Magalhães Pinto".

Admitiu que conversará com o candidato oficial do Presidente "em qualquer outro local que não seja o seu gabinete", e caso ele procure a CNBB "será recebido como os demais, e aqui receberá o mesmo livrinho — *Exigências Cristãs de uma Ordem Política* — o documento de Itaiçá — que foi entregue ao Sr. Magalhães Pinto, do qual podem ser retirados uns 50 programas de Governo".

A Igreja só orienta

Depois de esclarecer que não procurará o General Figueiredo "para não parecer que a Igreja quer interferir na autoridade política ou tutelar sobre o Governo", afirmou que já existe experiência nesse campo: "O tempo da LEC — Liga Eleitoral Católica — já passou". Explicou que, através desse movimento, a Igreja tomava partido na política, chegando mesmo a vetar candidatos, "como ocorreu com o ex-Presidente Café Filho, que, depois, revelou-se inclusive um Presidente simpático à Igreja. Não queremos mais assumir esse tipo de responsabilidade. A nossa posição, hoje, é a de criticar os erros — o processo — mediante a orientação, como a que contém o documento de Itaiçá, assinado por todos os bispos".

Ainda, sobre a orientação de que a Igreja se sente incumbida, no processo

político, ele afirmou que terá continuidade o programa de ação esclarecedora junto às massas, sobre o dever de votar e de escolher candidatos que não correspondam aos seus interesses pessoais, mas à expectativa geral da comunidade. Assim, ela procederá com vistas às próximas eleições para senadores e deputados.

Atual relacionamento

Disse que a Igreja gostaria que o processo de escolha dos governantes fosse, no Brasil, o mesmo empregado nas grandes democracias. Entretanto, enquanto isso não ocorre, compete-lhe estimular a aceitação do povo aos sistemas aplicados, "porque, sendo a paciência um dos pontos principais em que se apóia a Igreja, espera ela que a participação integral do povo na política ocorra, cedo ou mais tarde: se não for hoje, será amanhã".

Quanto ao relacionamento do Clero com o Governo, garantiu que a CNBB "sempre teve acesso fácil aos órgãos administrativos. O diálogo sempre existiu, sempre conversamos. Se providências não foram tomadas foi porque não pudermos ou porque não quisermos". Esse relacionamento, porém, considera "mais difícil e, às vezes, quase impossível, em áreas como no Pará, Pernambuco e outras".

O que espera do futuro governante, "seja qual for, é que cumpra o que tem no livrinho" — novamente mostrou *Exigências Cristãs para uma Ordem Política* — "que traduz toda a orientação da Igreja". O fato de a CNBB não ter sido ainda procurada pelo General João Baptista de Figueiredo atribui a um só aspecto: "Ele é diferente por ser o candidato oficial".

CNBB tem apoio do Papa na campanha do trabalho com justiça para todos

Porto Alegre — Com mensagem de Paulo VI ao povo brasileiro, o Secretário-Geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, vai lançar ao país no dia 8 a Campanha da Fraternidade de 78, através de uma cadeia de rádio e TV, sobre o tema Trabalho e Justiça para Todos.

Dom Ivo lembrou, ao comentar o tema, que a necessidade de justiça "torna-se mais insistente no mundo do trabalho, onde se trata de estabelecer adequadas relações entre o trabalho e o capital, devendo o capital ficar sempre a serviço de pessoas e não vice-versa".

AÇÃO DE TODOS

Depois de observar que isto não depende só de boa vontade de um patrão ou de uma empresa, mas supõe a clara consciência e decidida ação de todos", fez referências às necessidades da justiça no mundo do trabalho que, segundo o manual da Campanha da Fraternidade, são "trabalho emprego para todos, condições de segurança e ambiente humano no trabalho, salário justo e suficiente, adequadas formas de participação e co-responsabilidades do trabalhador, direito de associação e de sindicalismo verdadeiro".

No programa **Voz do Pastor**, transmitido pela Rádio Medianeira, de Santa Maria (a 324 km de Porto Alegre), sede de sua Diocese, Dom Ivo lembrou que "mais uma vez, como em todos os anos, a Igreja do Brasil viverá o tempo da Quaresma realizando a grande e geral campanha da fraternidade", que "quer atingir, principalmente, o complexo mundo do trabalho, no qual todos estamos imersos e no qual acontecem muitas e graves faltas de fraternidade".

Acrescentou que o tema da campanha — Trabalho e Justiça para Todos — "constitui, na sua simplicidade, uma urgente e ambiciosa pretensão: que todos possam trabalhar e que no trabalho sejam observadas as regras da justiça. Enquanto isso não for assim, a fraternidade perfeita não será possível".

Dom Ivo disse ainda que "falamos aqui de qualquer trabalho honesto: o trabalho rural, o trabalho industrial, o trabalho da profissora, do funcionário público, enfim qualquer tarefa é constituida de grande dignidade e permite ao homem aparecer como o rei da criação".

Depois de manifestar sua esperança de que a campanha da fraternidade, "com os seus apelos e sugestões, produza o desejado clima de alegria e esperança em todos", Dom Ivo informou que na sua Diocese a cota arrecadada nas coletas será destinada ao recém-inaugurado Banco da Esperança, "para que ele tenha condição de ajudar e promover os pobres, especialmente os trabalhadores pobres".



Para onde vais?

Desember 1979
O Migrante

Todos os anos a Igreja desenvolve um programa de evangelização denominado Campanha da Fraternidade. Este evento é programado, para o tempo que antecede a Páscoa, e possui um tema específico de reflexão. Assim, em 1979, o assunto proposto foi a ecologia, sob o lema "respeite o que é de todos".

Para 1980, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — escolheu o tema das migrações, sob o lema "para onde vais". Por um período de quarenta dias — o tempo da quaresma —, em todas as igrejas católicas, bem como nas comunidades eclesiais de base, escolas e movimentos eclesiais, o assunto será amplamente tratado. Textos da CNBB já emitidos por ocasião desta campanha pronunciam-se com severidade sobre a questão. Afirmam, entre outras coisas, que a migração no Brasil não pode ser analisada simplesmente em ângulos sócio-culturais uma vez que, além de se constituir num fenômeno sociológico, ela é, antes de mais nada, um problema social.

A questão é pois levantada não apenas como fenômeno social que se processa de forma natural e espontânea na sociedade, mas principalmente como problema social determinado por injustiças sociais. Teríamos uma migração natural e espontânea se as pessoas migrassem de livre e espontânea vontade. Se a migração fosse uma escolha ou opção livre das pessoas.

O que se verifica, todavia, em maior escala, é o contrário. A pessoa geralmente é coagida a retirar-se. Ela parte contra sua vontade. E os motivos que levam tantas pessoas a procurarem sua sobrevivência em outras terras são facilmente detectados aos olhos de quem analisa com senso crítico o sistema econômico em vigor no Brasil, especialmente na agricultura.

A terra melhor, ou já está nas mãos dos grandes proprietários ou em pouco tempo acabará pertencendo a eles, através de mecanismos de pressão como a expulsão dos posseiros, parceiros ou meeiros ou a compra das pequenas propriedades. Aparatos de intimidação e de grilagem são montados para apressar o processo. E os lavradores são empurrados para outros lugares.

Desta forma o número de migrante vem aumentando aceleradamente. Se o censo de 1970 registrava um total de 29,5 milhões de migrantes, em 1976 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicava que este total havia se elevado a 37,5 milhões. E em meados de 1979, a população migrante era estimada em cerca de 40 milhões.

Ao lançar a Campanha da Fraternidade sob o lema "para onde vais", a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil deixa uma interrogação em aberto, a ser respondida pela sociedade em geral e de modo particular pelo próprio migrante. A pergunta "para onde vais" questiona as várias fases da migração: precisas mesmo partir? Porquê partes? Sabes qual é teu destino? Se já estás a caminho, para onde te diriges? Necessitas de algo?



Mas, além de questionar o próprio migrante, o lema "para onde vais" deve interpelar toda pessoa ou instituição comprometida com a situação sócio-econômico-política que dá origem às migrações.

As migrações constituem-se numa problemática de âmbito nacional e por isso justifica-se o debate e a reflexão por parte de toda a Igreja do Brasil e de todas as pessoas de boa vontade.

D Ivo diz que comunicado da CNBB é a resposta às acusações feitas à Igreja

Porto Alegre — Ao comentar o recente comunicado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil sobre o problema de invasão de terras, seu presidente, Dom Ivo Lorscheiter, afirmou que "a CNBB entrou no assunto não só pela questão dos padres franceses", mas também pela "série de acusações, ataques e denúncias contra o modo de ação da Igreja".

Em sua opinião, as acusações contra a Igreja "são um pouco onda. Talvez a onda tenha chegado ao seu clímax e talvez esteja baixando agora. No Brasil, as coisas sempre se põem no lugar. Me parece que o clímax da onda tenha sido atingido e que agora as coisas podem desinflar".

LIBERDADE

Antes de comunicado da CNBB sobre o problema fundiário ser divulgado pela imprensa, foi enviada cópia ao Presidente Aureliano Chaves. Segundo Dom Ivo Lorscheiter, o Presidente lhe telefonou para informar que havia recebido e que estava disposto "a ouvir quem tivesse algum comentário" e que também procuraria a CNBB". Sobre a conversa telefônica com o Presidente Aureliano Chaves, o Bispo de Santa Maria disse apenas: "Falamos sobre o Brasil, assunto dele e nosso".

Dom Ivo também comentou a intenção manifestada pelo Presidente de ter um encontro com a CNBB: "Se ele falou, evidentemente ele tomará a iniciativa. Se houver motivos para a CNBB procurar o Presidente, se vai fazer como se fez com o outro (Figueiredo). Na verdade a CNBB, na semana passada, tomou a primeira iniciativa quando enviou ao Presidente Aureliano uma cópia do comunicado".

O fato de um civil ter assumido a Presidência da República, na opinião de Dom Ivo, não torna mais fácil ou mais difícil o entendimento com a Igreja: "É importante reafirmar que a Presidência da República é um cargo civil. Mas se quem está lá é doutor, advogado, engenheiro, ou fardado, isto a rigor não tem nada a ver". Para ele, o que importa é que "funcionem as relações e também que a sociedade possa funcionar e, dentro do seu conjunto, outras entidades como a Igreja".

ESTATUTO

O Estatuto dos Estrangeiros está para ser aprovado pelo Senado e como, segundo Dom Ivo Lorscheiter, as propostas das igrejas cristãs já foram formuladas e publicadas, "agora quem deve fazer leis que faça a sua parte". As igrejas, afirmou, não se manifestarão para dizer se o que está sendo votado satisfaz ou não:

— As propostas das igrejas foram tornadas públicas. O que está no Congresso, isto já não é a Igreja que deve votar. Nós queremos manter a nossa liberdade de apoiar o que pareça estar de acordo com os interesses do bem comum e também de criticar o que não corresponde a estes interesses".

Sobre a questão fundiária, o presidente da CNBB disse que a Igreja não pode resolver problemas, mesmo porque "não pode fazer leis" mas apenas

criar o clima para a descoberta de soluções. A pergunta sobre a relação da encíclica papal com a realidade brasileira, Dom Ivo Lorscheiter respondeu que, embora o Papa não tenha escrito pensando só no Brasil, "como ela é para todo o mundo é também para o Brasil".

GANÂNCIA

Em Fortaleza, o Cardeal-Arcebispo desta Capital, Dom Aloísio Lorscheiter, declarou ontem que o Estatuto da Terra está "muito superado e deveria ser revisado", mas ressalvou que, se ele tivesse sido posto em prática, "hoje haveria outra fisionomia fundiária, porque neste momento ainda impõe muito o espírito de ganância".

Segundo Dom Aloísio, a Igreja, ao assumir a atual posição em relação ao problema da terra, "não está amaciando os caminhos nem do capitalismo e nem do comunismo; o que a Igreja quer é que os bens dados por Deus para todos sejam equitativamente distribuídos entre todos".

O Cardeal Lorscheiter disse que a Igreja não nega a posse da terra, "mas defende que ela deve ser colocada a serviço dos homens". E citou a recente encíclica papal *Laborem Exercens*: "Ela insiste na necessidade de que as terras não permaneçam incultas. Entre nós existe um espírito, até bem interessante, que parece proibir da cultura dos indígenas, que não adota tanto a posse da terra, mas adota mais o uso da terra para aqueles que têm vocação para a terra. Isto é um princípio que a nossa legislação deveria contemplar".

Depois de explicar que a posição da Igreja não significa ajuda ao socialismo no Brasil, Dom Aloísio disse que Deus distribuiu a terra para usufruto de todos, e que "os bens de Deus devem ser equitativamente distribuídos entre todos".

— Mas isso não é socialismo?

— Não é socialismo, porque o socialismo nega a posse da terra. Não é aquele socialismo marxista, porque a Igreja não nega a propriedade particular, mas indica que esta propriedade tem função social. Para mim, a fórmula mais feliz que até agora encontrei, num documento pontifício, foi a de João Paulo II, em Puebla, quando ele disse que, sobre cada propriedade particular pesa uma hipoteca social.

Juiz manda desocupar terreno em São Paulo

São Paulo — O Juiz da 2ª Vara da Fazenda Municipal, Luiz Benini Cabral, concedeu, ontem, liminar de reintegração de posse de uma área de 3 mil 361 metros quadrados da Prefeitura, invadida, sábado por 24 famílias, duas das quais já construiram casas de alvenaria.

Localizado no Jardim Boa Esperança, em Campo Limpo, na Zona Sul da capital, o terreno está destinado, segundo a Prefeitura, à construção de um posto de saúde. O juiz autorizou a utilização de força policial para a desocupação, mas, até o começo da noite de ontem, o oficial de justiça Paulo de Tarso Cintra não havia chegado ao local.

Algumas das famílias que estão na área participaram da invasão do terreno do IAPAS, na mesma Região, e, ontem, permaneciam no local, com muitas crianças. O terreno invadido é um espaço livre resultante de um loteamento que tem ruas asfaltadas e ginásio estadual. Consumada a invasão, no fim de semana, com o início das construções, o Prefeito Reinaldo de Barros determinou à Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos que entrasse com uma ação de reintegração de posse.

D Paulo quer solução mas condena invasões

São Paulo — "Se o povo não tem onde ficar, é preciso encontrar soluções de emergência. Mas é certo que elas não serão efetivas a partir de invasões e, muito menos, a partir de despejos forçados ou de repressão", afirmou o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, ao comentar a invasão de um terreno da Prefeitura, na Zona Sul de São Paulo.

Sobre a invasão do terreno da Prefeitura e a decisão judicial que manda desocupar a área, o Cardeal afirmou: "Tenho pena dos que buscam terra, porque normalmente são os pobres entre os pobres. Mas também tenho pena de um prefeito solicitado a resolver sozinho um problema para o qual não tem recursos".

Pará pede pressa no inquérito dos padres

Belém — O Vice-Governador do Pará, Gerson Peres, pediu ontem ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, em conversa telefônica, que acelere o inquérito sobre o incidente de São Geraldo do Araguaia em que um pistoleiro foi morto e quatro agentes federais saíram feridos, para resolver o mais breve possível o problema da prisão dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou e 13 posseiros.

Entende o Vice-Governador que a demora na conclusão do inquérito, recentemente prorrogado por mais 60 dias, está desgastando o PDS no Pará, e, também, a imagem do Presidente Figueiredo, porque a prisão dos padres vem provocando manifestações contrárias ao Governo. Na sua opinião, tanto os padres como os posseiros deveriam aguardar em liberdade a conclusão do inquérito e o julgamento. Ele fez apelo no mesmo sentido ao Senador Jarbas Passarinho. Ontem chegaram a Belém

parentes dos posseiros presos e, também, Oneide Costa Lima, viúva do líder camponês Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, assassinado em maio do ano passado, para visitarem os detidos. Ela denunciou que os agentes federais levaram de sua casa, em São Geraldo, um álbum de fotografias e uma máquina de costura, que até hoje não devolveram.

CRÍTICA

Natal — O vice-líder do Governo, Deputado Nélson Queiroz, surpreendeu a bancada da oposição, na primeira sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado, reunida agora em Mossoró (para onde o Governador Lavoisier Maia transferiu, provisoriamente, a Capital), ao dizer que "o Governo do Estado continua concedendo terras, a preços simbólicos, a pessoas sem tradição em atividade rural, enriquecendo-as ilicitamente".



Religião

Os bispos divididos

A CNBB não aprofunda suas antigas divergências mas também não chega facilmente ao acordo

Em tempos recentes, a simples perspectiva de uma discussão plenária da questão agrária já empolgaria todos os bispos católicos do Brasil, retirando-lhes inclusive a necessária serenidade para o debate das questões espirituais. Pois, a julgar pelo comportamento de seus prelados mais conhecidos, eram muitos os casos de bispos mais empenhados em orientar a sociedade que em salvar almas. Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, por exemplo, imaginava que, nessa questão, o cristianismo pudesse até incorporar a práxis marxista, do mesmo modo que Santo Tomás de Aquino "batizou" a filosofia pagã de Aristóteles.

Mas a XVIII Assembléia Geral Extraordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), iniciada na manhã de terça-feira, dia 5, e que deve terminar no dia 14, no antigo noviciado jesuíta de Itaici, interior de São Paulo, está a demonstrar que, apesar de o tema fundiário ainda emocionar nossos bispos, operou-se de fato uma mudança na Igreja. É portanto ilustrativo que, na sessão do dia 6, ao comentar a exortação apostólica "Catechesi Tradendae", que resultou do Sínodo Mundial dos Bispos de 1977, dom Aloísio Lorscheider, cardeal de Fortaleza e ex-presidente da CNBB, haja arrancado demorados aplausos dos cerca de 250 bispos presentes a Itaici. "A catequese é uma atividade essencial da Igreja, tarefa primordial de sua missão", disse dom Aloísio. "O papel dos bispos é o de despertar e alimentar por ela uma verdadeira paixão." Boa acolhida também seria dispensada aos demais temas da farta agenda da XVIII Assembléia Extraordinária da CNBB — família, aborto, imoralidade, batismo, X Congresso Eucarístico Nacional, visita do papa ao Brasil.

Mudou a Igreja e mudaram os tempos. Se, por um lado, ascendeu ao trono de São Pedro um papa, João Paulo II, firmemente empenhado em restaurar a antiga disciplina eclesiástica, o Brasil também vive dias diferentes. A abertura política do presidente João Figueiredo, como observava na sema-

Em 1977, a Assembléia da CNBB, com apenas 3 votos contrários, aprovou uma resolução referente às chamadas "missas populares", destinadas ao povo mais simples, que simplificava a missa tradicional e permitia que algumas de suas partes fossem parafaseadas. Na quinta-feira passada, os bispos presentes a Itaici souberam que Roma negara em dezembro último — e definitivamente — sua permissão para que tal tipo de cerimônia fosse realizado.

Mais: num telegrama lido em plenário, Roma igualmente criticou o que qualificou de "certos abusos difundidos em algumas regiões do Brasil no caso da absolvição coletiva", ou seja, aquela em que os fiéis se confessam di-



Dom Aloísio, discursando: aplaudido ao recomendar "paixão pela catequese"

CLODOMIR BEZERRA

na passada o arcebispo de Aracaju, dom Luciano Cabral Duarte, "fez com que a Igreja deixasse de ser uma privilegiada fiscal humanista e social — e, por conseguinte, voltasse a se preocupar com ela mesma". E dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, declarava: "Como é bom que os bispos brasileiros se reúnem durante nove dias para viver, rezar, estudar e discutir juntos!" Sintomaticamente, num quadro-negro colocado atrás da mesa que preside as sessões plenárias de Itaici, havia a frase: "Vem, Espírito Santo, vem! Vem iluminar-nos!"

CONTENDO ABUSOS — Em outros tempos, as luzes divinas iluminavam precariamente até questões litúrgicas.

retamente a Deus e seus pecados são perdoados em público durante a missa. Trata-se de uma prática autorizada por Roma mas só admissível em ocasiões especiais, como no caso de haver poucos padres, falta de tempo e muitos penitentes. Isso vinha ocorrendo, por exemplo, durante as grandes peregrinações a Aparecida do Norte.

Na manhã seguinte, sexta, dia inteiramente consagrado à meditação e à oração, o cardeal Eduardo Pironio, prefeito da Sagrada Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares, que veio de Roma especialmente para uma pregação aos prelados brasileiros, deu-lhes um recado no qual muitos enxergaram um sinal da Santa Sé: "O bispo está chamado a uma particular



CLODOMIR BEZERRA

Plenário da XVIII Assembléia da CNBB: uma agenda farta e variada

configuração com Cristo, o enviado do Pai, que lhe exige um estilo de vida e missão semelhante à de Cristo". E rematou: "A Igreja, ainda que necessite de meios humanos para cumprir sua missão, não foi instituída para buscar a glória terrestre mas para proclamar a humildade e a abnegação também com seu próprio exemplo". À tarda, o cardeal Pironio, um ex-professor de Teologia que teve o nome listado nos dois últimos conclaves e homem de profunda vida espiritual, despejou sobre os prelados brasileiros uma longa oração sobre a Virgem Maria.

SEM AUTONOMIA — No entanto, as mudanças não foram suficientemente

profundas para aterrizar as divergências que dividem os bispos e, sobretudo, o fosso que separa a CNBB do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), com sede em Bogotá, na Colômbia, politicamente a sua direita, criado para ser entidade aglutinadora de todas as conferências de bispos do continente. Assim, durante a reunião de Itaici, um assunto indissociavelmente subjacente tem sido a recente troca de cartas entre o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, e o cardeal Sebastiano Baggio, prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos, a propósito do texto oficial das conclusões da conferência de Puebla. Em sua carta, dom Ivo se queixa de pelo menos 46 mudanças no texto

que recebeu da presidência do Celam e feitas, em seu entender, sem a anuência de Roma. A questão central envolve justamente divergências de ótica política. Diz dom Ivo a dom Baggio: "A edição provisória do texto de Puebla dizia que a doutrina da segurança nacional se opõe a uma visão cristã do homem; o texto oficial faz esta redação: 'A doutrina da segurança nacional entendida como ideologia absoluta não se harmonizaria com uma visão do homem'". Mais adiante, dom Ivo denuncia que, enquanto a edição provisória mencionava apenas "o caráter totalitário dos regimes de força", o texto final oficial aparece com o acréscimo "o caráter totalitário ou autoritário dos regimes de força".

Mas seu destinatário, dom Baggio, como a reiterar que Roma está mesmo decidida a limitar a autonomia de vó de certos setores da Igreja, respondeu: "O encargo da revisão do documento foi confiado pelo Sumo Pontífice a uma comissão por mim presidida (...). Fico perplexo sobre o significado que se entende dar à reação de alguns membros da CNBB contra o trabalho de revisão do documento de Puebla em sua redação provisória, quando, pelo contrário, nada houve que observar sobre a ampla revisão das conclusões de Medellín (*a conferência anterior a Puebla*), sob sua exclusiva responsabilidade, pela secretaria geral do Celam, a qual não se pediu justificação alguma



O pensamento de um dos líderes da CNBB

Respeitado por todas as facções em que se dividem os bispos brasileiros, dom Clemente José Carlos Isnard, 62 anos, bispo de Nova Friburgo, RJ, é vice-presidente da CNBB desde o ano passado. Sua palavra é considerada um sinal dos novos rumos da Igreja, em nosso país. Na semana passada, ele deu as seguintes declarações a VEJA:

■ Sobre a escolha do tema da terra, pela CNBB: "Nós, bispos, chegamos à convicção de que era necessário um estudo sério do assunto. Mas não queremos ser acusados de estar preocupados apenas com o social, com o político. A terra é também um tema religioso, pois envolve a fraternidade cristã".

■ Sobre a disposição do governo de resolver os conflitos fundiários: "Vejo a preocupação do governo Figueiredo com grande esperança. Suas últimas atitudes podem ser o início de outras boas medidas".

■ Sobre as atuais relações Igreja-governo: "Percebo uma enorme diferença do governo Figueiredo para os que o precederam. O padre que foi preso dia 30, na delegacia de Cachoeira do Macacu, RJ, por defender posseiros, foi tratado com consideração, saiu de lá dirigindo o seu próprio automóvel. Se fosse no governo Médici teria sido algemado, encapuzado e seu automóvel talvez desaparecesse".

■ Sobre os contatos da CNBB



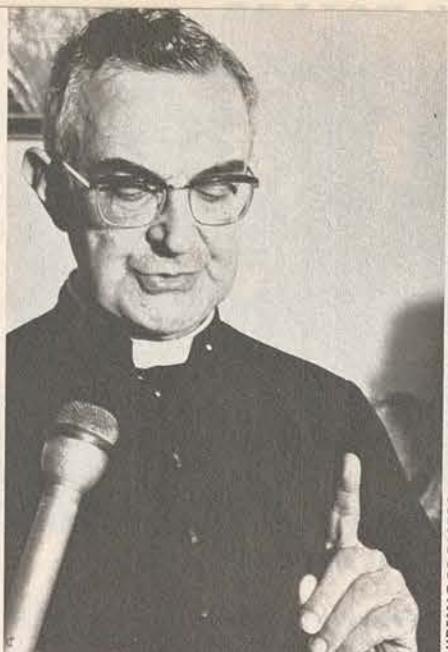
Dom Clemente

com o governo: "Pessoalmente, estive a primeira vez com o presidente Figueiredo antes de ser eleito vice-presidente da CNBB. Depois, fui recebido por ele no Palácio do Planalto. De lá para cá, eu e meus companheiros de direção da CNBB temos visto que muitas das promessas que ele nos fez se realizaram".

■ Sobre as relações da CNBB com o Celam: "Há diferenças, como entre o português e o espanhol. Também há diferenças de mentalidade, entre os luso-americanos e os hispano-americanos. Além disso, a Igreja no Brasil assimilou muito as idéias do Concílio Vaticano II. Mas, no fundo, a CNBB e o Celam acabam se entendendo".

sobre as modificações efetuadas". As duas cartas foram publicadas no último *Comunicado Mensal* da CNBB por ordem expressa de Baggio. Ouvido na semana passada, dom Ivo apenas declarou: "O assunto está encerrado". Baggio, por sua vez, emendou em Roma: "Qualquer novo comentário seria supérfluo". Sinal dos tempos, Baggio, nunciário apostólico no Brasil até 1968, era considerado um comunista por militares radicais e sua saída do país foi pedida por uma declaração anônima saída do Ministério do Exército.

MOÇÃO DERROTADA — A batalha pode estar encerrada, mas talvez não seja a última da guerra não-declarada entre a CNBB e o Celam, presidido desde o ano passado pelo bispo colombiano dom Alfonso López Trujillo. O vice-presidente é o brasileiro dom Luciano Duarte, arcebispo de Aracaju. Em dezembro, enquanto dom Ivo e dom Baggio trocavam suas cartas, dom Luciano acusava a CNBB de autorizar edições do texto oficial de Puebla "acompanhadas de introdução que lhe desvirtua o sentido". Líder conservador, o arcebispo de Aracaju, no primeiro dia da reunião de Itaici, propôs a discussão em plenário das 46 mudanças detectadas por dom Ivo no docu-



Dom Sigaud: moção rejeitada

mento expedido pelo Celam, mas foi derrotado. A grande maioria dos bispos, depois da resposta de dom Baggio, preferiu igualmente encerrar a questão. Sua reabertura, de fato, poderia desagrurar ao papa João Paulo II, a quem dom Baggio seguramente submeteu o texto de sua carta.

Em todo o caso, o papa João Paulo

é possível. Mas, no dia seguinte à vazamento de tais informações, deixava de ser curioso o empenho pessoal de dom Ivo na divulgação de telegrama que acabara de enviar João Paulo II, em nome da CNBB, informando-lhe "a unânime adesão de bispos do Brasil ao Pastor Universal sua alegria pela confirmação da vinda de Sua Santidade a nosso país".

PÁRA-RAIOS 3M:
desliga automaticamente
quando a descarga
passa dos limites.

Produtos Elétricos/3M
Caixa Postal 123 - Campinas - SP

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRJ

A durabilidade do Pára-Raios 3M é fora de série. Isto deve-se, em primeiro lugar, à excepcional qualidade, marca registrada de todos os produtos 3M. Graças a essa qualidade o Pára-Raios 3M suporta as mais severas condições de trabalho, por tempo indeterminado.

Outra característica sua segurança e confiabilidade, pois seu desligador automático, incorporado ao próprio pára-raios, proporciona uma eficiente coordenação com os fusíveis de proteção da linha.

Suas características operacionais mantêm-se inalteradas nas mais diversas condições ambientais. Exija segurança. Exija a qualidade 3M também em pára-raios.

3M

CNBB

A Igreja pede a reforma no campo

Foi aprovado o mais avançado texto sobre a questão agrária

Sérgio Buarque de Gusmão

"O documento desta assembléia é o maior que a Igreja já produziu", exaltava dom Pedro Casaldáliga, o polêmico bispo do Araguaia. Ao final da 18ª reunião da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), em Itaici, São Paulo, acabava de ser aprovado, na última quinta-feira, dia 14, o documento "Igreja e Terra" — uma ousada, cáustica tomada de posição do clero brasileiro a respeito da questão fundiária do país.

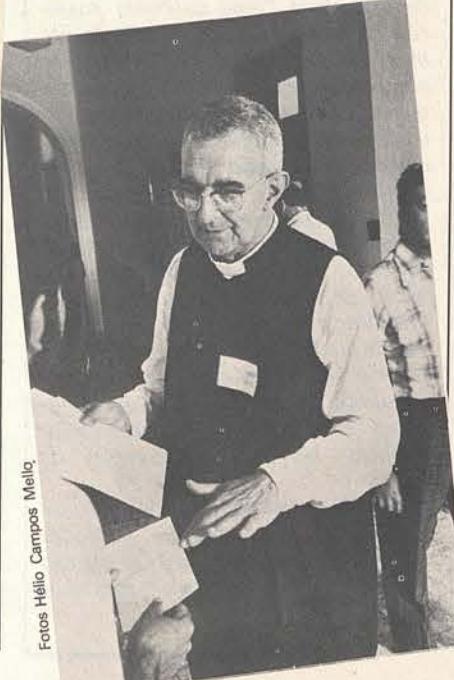
O entusiasmo de dom Pedro, reconhecidamente o autor das mais avançadas propostas da Igreja em matéria agrária, dá uma idéia do que significou o texto sobre o tema: uma vitória da ala progressista do episcopado brasileiro. Na mesma reunião da CNBB, foram aprovados dois outros documentos — "Orientações Pastorais sobre a Cataquese" e "Valores Básicos da Família". Mas, aqui, nem de longe houve o mesmo impacto que caracterizou o texto sobre a terra. Ambos são documentos que tratam

de assuntos menos controversos. O texto sobre a família, por exemplo, denuncia uma "escalada da permissividade" e abre mais uma campanha contra o aborto — questões em que a barca de Pedro navega sem divergência. A tempestade foi reservada para o documento sobre a terra, embora também seja verdade que, desta vez, a posição dos progressistas prevaleceu mais tranquilamente sobre a dos conservadores.

Batinas em minoria. É comprensível. Exatamente por viverem em dioceses onde o problema da terra é dramático, como a Amazônia e o Nordeste, os progressistas se impuseram desde a pauta. Não só coordenaram o painel de apresentação do tema, capaz de influenciar a todos, como foram hegemônicos na comissão de seis membros que redigiu soberanamente as quatro versões do documento. A rigor, a vitória estendeu-se a outros campos, desde o início, pois logo no primeiro dia o arquiconservador dom Geraldo Sigaud, de Diamantina, MG, viu derrotada sua moção de apoio ao papa pela destituição do teólogo holandês Hans Kung.

O predomínio progressista refletiu-se mesmo no estilo da conferência. Eram raras as batinas pretas, como a que ostentou o mesmo dom Sigaud do primeiro ao último dia de debates. Prevaleceram, esmagadoramente, as roupas esportivas — até as sandálias estavam em maioria. Talvez por isso foi discreta a atuação dos conservadores. Dom Sigaud não protestou sequer contra o primeiro item do "Compromisso Pastoral", que prega "uma destinação pastoral e social das terras que pertencem à Igreja". Observe-se que a diocese de dom Sigaud é considerada a maior latifundiária da Igreja brasileira.

Deus não é culpado. À vontade neste tema delicado, pois suas dioceses, na maioria, já abriram mão de suas propriedades, os progressistas centraram



Dom Sigaud: derrotado na moção de apoio ao papa sobre Hans Kung e discreto nas discussões sobre a terra

Istoé 20/2/1980

logo na "questão social da propriedade fundiária". O documento que produziram traça um quadro dramático do campo: a terra concentrada nas mãos de uns poucos e a maioria dos camponeses esmagados. E quem é o culpado? "Antes de mais nada, é evidente que a responsabilidade não cabe a Deus", esquivam-se os bispos. "A responsabilidade maior cabe aos que montam e mantêm, no Brasil, um sistema de vida e trabalho que enriquece uns poucos às custas da pobreza ou da miséria da maioria."

Para mudar este quadro, armados por uma das muitas faces contraditórias do Evangelho ("A terra é uma dádiva de Deus"), os bispos reafirmam seu apoio às iniciativas e organizações dos trabalhadores, opõem-se à violência contra os posseiros e defendem a reforma agrária. O eixo do documento, porém, é a distinção entre "terra de negócio e terra de trabalho". Algo que acabou recebendo a pecha de "conceito marxista" por um dos vários conservadores que se manifestaram, dom Luciano Cabral Duarte, bispo de Aracaju. De negócios seria a terra concentrada pelo capital, que explora o trabalho ou faz especulação. A terra de trabalho, sempre segundo o documento, é aquela "possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular".

Arrematando os conceitos, o documento faz uma sutil distinção entre a "propriedade capitalista e a propriedade privada da terra". "A primeira é utilizada como instrumento de exploração do trabalho alheio", diz o documento. "A segunda é usada como instrumento próprio do trabalhador e sua família." Foi a forma que os bispos encontraram para não serem acusados de opor-se à propriedade privada.

Proálcool sob ataque. Apesar de inscritos nas duas primeiras versões, os conceitos passaram incólumes pelo plenário. Apenas dom Luciano Cabral Duarte conseguiu acrescentar algumas linhas de caráter moderador, citando a encíclica *Gaudium et Spes*: "A distinção não invalida a existência da propriedade rural que respeita os direitos dos trabalhadores". Há quem diga que dom Luciano, hábil político que hoje lidera o bloco conservador, evitou, de início, alatura aberta contra o documento da terra para se poupar para as eleições dos representantes no Sínodo. Mas, quando a eleição se realizou, seus candidatos (dom Vicente Scherer, de Porto Alegre, e dom Geraldo Fernandes, de Londrina, PR) foram derrotados. E então dom Luciano arquivou os elogios "à atitude da CNBB em busca de uma reformulação profunda da base fundiária do

país" e partiu para o ataque.

Não apenas a distinção entre "terras de negócio" e "terras de trabalho" provocou a crítica do arcebispo de Aracaju. Ele também se referiu à única alusão ao Proálcool contida no documento — um trecho em que os bispos afirmam que o programa do governo está "aumentando a concentração de terra e provocando a expulsão dos trabalhadores". Segundo dom Luciano, ao se referir de forma negativa ao Proálcool, o episcopado brasileiro investe contra a única alternativa que o país possui para seu déficit de energia. Por outro lado, ao responsabilizar as multinacionais pela dívida externa, segundo dom Luciano, o documento "ignora a crise do petróleo, que é questão de vida ou morte".

De qualquer forma, foi na distinção entre terra de negócio e terra de trabalho que mais se estendeu dom Luciano. Tais conceitos, segundo ele, levam à tese marxista de socialização dos meios de produção e isso, definitivamente, é incompatível com a doutrina social da Igreja. Além de tudo, a linguagem empregada no documento inspirava em dom Luciano o temor de que o texto não consiga impor-se à opinião pública. Ao contrário, "poderá nos expor ao ridículo", dizia.

Apoio moderado. Iniciado na terça-feira, 12, o debate sobre o texto da terra varou a noite — com os conservadores sucedendo-se no microfone.

Até o discretíssimo Antônio Castro Mayer, de Campos, RJ, o único bispo que prestigia a sociedade Tradição, Família e Propriedade (TFP), animou-se a dizer que "a grande empresa também é um direito e não deve ser condenada como algo nocivo". Dom José Maria Pires, o dom Pelé, de João Pessoa, ressalvou: "A Igreja só condena as grandes empresas na medida em que elas concentram e impedem o acesso do posseiro à terra".

Ao final do debate, o texto foi penneirado por centenas de sugestões, "algumas corrigindo vírgulas", diz um assessor. O trecho sobre terra de negócio/trabalho, já no processo de votação por fichas individuais, angariou 91 aprovações, 12 negativas e 68 emendas variadas — algumas pedindo a extinção completa do conceito. Ao voltar ao plenário, na quinta-feira, porém, o texto emendado estava mais enxuto e claro — mas não acolhia nenhuma alteração substancial. Foi aí que o conservador dom Angelo Neto, de Pouso Alegre, MG, conseguiu enfiar uma emenda salvando da condenação do documento a terra "cultivada pelo proprietário com mão-de-obra assalariada, tendo função social e respeitando os direitos fundamentais do trabalho". Os pro-



No plenário: vírgulas em discussão

gressistas até gostaram. A emenda acabou carreando votos de moderados, a massa que oscila entre progressistas e conservadores. Votação final: 172 a favor, 4 abstenções (inclusive dom Ivo Lorscheiter, o presidente da CNBB) e 4 votos contrários: dom Luciano Duarte, dom Sigaud, dom Castro Mayer e dom Emílio Veloso, de Petrópolis, RJ.

Caiu o tabu? A vitória foi comemorada pelos progressistas como sinal de que a Igreja começa a forjar um consenso sobre temas espinhosos. Os cardeais Aloísio Lorscheider (Fortaleza), Avelar Brandão (Bahia) e Eugênio Sales (Rio), todos "moderados", votaram a favor. Dom Eugênio, que considerou o texto "razoável", deixou claro que não simpatizava com o binômio terra de negócio/trabalho. "Mas o conjunto do documento supera esta falha", acrescentou. Satisfeito, dom José Maria Pires garantia que o resultado atestava que, "se no passado a Igreja estava ao lado dos proprietários, hoje está ao lado dos que lutam pela terra".

No seu canto, dom Luciano Duarte procurava uma explicação para o voto maciço dos bispos a favor do texto: "Vocês sabem que faz parte da dinâmica de grupo, sobretudo dos grandes grupos, o desejo de não desconhecer o esforço das comissões que perdem noites em cima de um documento. Cada voto da assembleia comporta uma exegese especial". Por seu lado, um assessor da CNBB, para quem a reunião foi "histórica", assim definia seu principal resultado: "Pela primeira vez os bispos tiveram coragem de condenar o capitalismo sem achar que assim estão elogiando o comunismo. Caiu o maior tabu da Igreja".



Em Itaci: dom Tomás, dom Pedro, dom Moacir e dom Celso

As opiniões da ala vitoriosa

Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT), **dom Tomás Balduíno**, de Goiás Velho, **dom Celso Almeida**, de Porto Nacional (GO), e **dom Moacir Grechi**, bispo do Acre e presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), atuam em áreas onde a questão da terra é particularmente explosiva. E este não é o único ponto comum entre os quatro. Além disso, eles representam a ala mais devotada, dentro da Igreja, ao problema fundiário e aquela que propõe soluções mais avançadas, ou mais radicais, para a questão. Para ouvir seus pontos de vista – afinal em grande parte vitoriosos nas reuniões da CNBB – ISTOÉ reuniu os quatro bispos sob as árvores que circundam o antigo Colégio de Itaci, no intervalo entre duas sessões da reunião da semana passada. A seguir, um resumo de suas opiniões sobre alguns dos temas mais candentes debatidos na reunião da CNBB.

Sobre a missão da Igreja

Dom Tomás: “Não se trata de a Igreja dar lições de reforma agrária, de perspectivas, mas sim de somar forças com os fracos do campo”.

Dom Pedro: “Finalmente a terra chegou aos pés dos bispos. Não fomos nós que fomos à terra. A Igreja tomou consciência de que não vai resolver esses problemas, mas que deve organizar o povo para que, em termos de classe ou categoria, ele resolva o problema. Hoje nós falamos em sindicato como falamos em Nossa Senhora”.

Dom Moacir: “A Igreja, com o documento desta assembleia, tomou uma posição em conjunto, posição de serviço, humilde, ao lado desses homens que estão buscando a solução para seus problemas. A Igreja achou seu lugar de companheira do homem do campo”.

Sobre as possíveis soluções para o problema da terra

Dom Tomás: “Entregar este problema à segurança nacional, como faz o governo com seu GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), além de querer abafar o conflito, é totalmente reacionário. É seguir uma linha capitalista concentração, a pior possível. Precisamos fazer alguma coisa, mesmo que uma reforma, como etapa provisória”.

Dom Pedro: “Pedir uma reforma agrária me parece muito mais difícil do que pedir uma revolução. Exemplo: pedir revolução – o povo é que vai dizer os meios – tem uma lógica. Mas, se eu pedir uma reforma, dentro deste sistema sócio, político e econômico, o que vou obter? Eu tenho bastante medo de embarcar nesta canoa furada. Se criarmos ilhas de posseiros no mar do latifúndio, sem assistência técnica, saúde, educação e escoamento de produtos, justificamos perante os senhores que estão aí o próprio fracasso das pequenas experiências de reforma agrária. Temos que distribuir a participação, o país todo, e aí distribuir a terra”.

Dom Moacir: “A nossa atitude é seguir o movimento dos trabalhadores. Eles pedem reforma, imediatamente. Então nem faço discussão filosófica, teológica ou política. De olho fechado eu vou com eles. Vamos reformar, porque acabar com o latifúndio é um passo muito grande nesse Brasil”.

Dom Pedro: “A reforma agrária seria um passo importante. Mas a minha preocupação é que desde o início haja uma visão mais global e radical, para que não façamos a ilusão. Se este governo aí aceitar esse tipo de reforma agrária, ele não dura três dias”.

Dom Moacir: “Quem sabe é um passo para que dure só três dias...”

Sobre a violência no campo

Dom Tomás: “Escutei um posseiro em Xinguara, naquele ato público a que compareceram de 8 a 10 mil pessoas, dizer que a repressão sempre existiu, só que hoje a resposta é diferente. Eles compreenderam que, se não é legal, é legítimo reagir”.

Dom Celso: “Nós estávamos numa reunião da CPT quando chegaram dois oficiais enviados pelo ministro da Justiça, ainda o Petrólio. Eles diziam que iam desarmar os pistoleiros. De fato desarmaram e prendeu. Só que um mês depois voltaram e devolveram as armas com porte. Quer dizer, armas registradas, pistoleiros legalizados”.

Sobre a organização dos trabalhadores

Dom Moacir: “No Acre, com 300 mil habitantes, em três ou quatro anos surgiram 20 mil trabalhadores sindicalizados”.

Dom Pedro: “É muito significativo que no sindicato o trabalhador deixe de ser um pobre lutador isolado. As alianças estão-se multiplicando, fazendo com que a luta pela terra se transforme numa luta mais global no país todo. E que supere de uma vez aquela dicotomia típica de alguns lutadores idealistas: ‘Partimos para o campo ou cidade?’ Partimos para o Brasil, que é uma coisa só”.

Sobre as terras da Igreja

Dom Moacir: “Tenho a impressão de que se fala nisso mais para ofuscar a posição da Igreja. Eu gostaria que fosse feito um levantamento real para sabermos quanta terra temos, mas tenho a impressão de que todas as propriedades da Igreja somadas seriam uma gota d’água diante do problema. Minha prelaia, o Acre, tem 102 mil km², e a Igreja não tem 200 hectares”.

Dom Pedro: “Eu acho que algumas igrejas particulares e congregações não têm sensibilidade para este problema e menos ainda vontade de resolvê-lo”.

Dom Tomás: “Hoje a Igreja se coloca numa porção de serviços, muitas vezes caros. Antigamente todo recurso era investido em obras, às vezes sumptuosas. Hoje a gente tem despesas talvez maiores do que aquelas. Por exemplo, nós assumimos financeiramente a mobilização dos índios quando eles querem realizar uma assembleia”.

O ponto de atrito mais sério, porém, estaria nos reparos que a Sa-

CULTURA



Uma comunidade de base da Igreja brasileira: muito avançada para João Paulo II?

A CNBB E O VATICANO

Há crise à vista?

Não, é a resposta de todas as alas. Mas há divergências

Sérgio Buarque de Gusmão (*)

grada Congregação do Culto Divino fez ao “Diretório para Missas Populares”, aprovado pela CNBB em 1977 e executado às mancheias sobretudo nas regiões pobres do país. O diretório é uma adaptação simplificada da missa, que passa a refletir a realidade sócio-económica dos fiéis. Para a Congregação, segundo um membro da CNBB, tal “simplificação” segue uma linha mais doutrinária que litúrgica e abre portas para que se comente qualquer assunto a pretexto de se meditar sobre a palavra de Deus. A CNBB vem trocando farta correspondência a respeito com o Vaticano, mas os diretórios populares continuam sendo mantidos em algumas regiões.

Questões normais. Esses atritos seriam o esboço de uma crise entre a Igreja brasileira e o pontificado de João Paulo II, que não abdica um milímetro de sua condição de chefe da Igreja? “Não”, responde dom Luciano Cabral Duarte, arcebispo de Aracaju, principal líder dos bispos conservadores. “Haver pequenas diferenças de pontos de vista ou experiências são fatos comuns na Igreja.” É a mesma a opinião do moderado dom Amaury Castanho, bispo de Valença (RJ), que considera “atrito” uma “palavra muito forte”. “Na Igreja, como em qualquer outro lugar, há diálogo em torno de pontos de vista diferentes.”

O tom diplomático atinge os chamados progressistas – que consideram que a “suposta crise” entre o

papa e o episcopado brasileiro está sendo inflada artificialmente por setores que passam à imprensa fatos corriqueiros na Igreja. Por exemplo: a resposta um tanto ríspida do Vaticano a uma carta de dom Ivo Lorscheiter ao papa, intercedendo pelos padres que pediram dispensa. O cardeal Agostinho Casaroli respondeu a dom Ivo que a carta que ele mandou ao papa foi remetida pelo papa à congregação competente – e isso seria mais um inossenso segredo da Igreja se alguém em Roma não revelasse aos jornais exatamente no momento em que a CNBB estava reunida no Brasil.

Na mesma linha, os progressistas citam a divulgação do processo aberto pelo ex-Santo Ofício, hoje Congregação da Fé, contra o teólogo brasileiro Leonardo Boff, apóstolo da Teologia da Libertação, muito forte na América Latina, uma manifestação que prega não apenas a necessidade da “libertação espiritual” do homem, mas também a sua “libertação sócio-económica”. O processo, aberto há quatro anos, também foi divulgado somente agora. E quem o divulga? Segundo um progressista, “é o pessoal do Celam” (Conselho Episcopal Latino-Americano), presidido pelo colombiano dom Lopez Trujillo e vice-presidente por dom Luciano Duarte. “O Lopez Trujillo”, diz um teólogo progressista, “não se conforma com o fato de o episcopado brasileiro não ser um vigário-coadjutor do Celam”. Teoricamente o Celam está acima da CNBB.

ISTOÉ 27/2/1980

(*) Colaboraram Giuseppe Morabito e Paolo Marconi



Léfeuvre e Galileu. Além de mudar o pôlo da divergência, os progressistas são cautelosos em qualificar o polônio João Paulo II como um papa conservador. Inegavelmente ele se apega à ortodoxia religiosa, como ficou claro na sanção a Hans Küng e no recuo que impôs à igreja holandesa — onde, por exemplo, trinta padres casados lecionavam Teologia. Mas o papa ainda não está totalmente decifrado. Ao mesmo tempo em que recebeu o bispo integrista Marcel Léfeuvre, que Paulo VI quase excomungou, João Paulo II reabilitou o cientista Galileu Galilei, que a Igreja só não queimou, em 1633, porque ele renegou sua então revolucionária tese de que a Terra gira em torno do Sol. E, apesar de não renunciar à sua autoridade de sumo pontífice, João Paulo II respeita a maior alteração jamais feita na estrutura monárquica da Igreja, a direção colegiada.

Desde o Concílio Vaticano II, concluído em 1967, o papa dirige a Igreja com o suporte de um colégio de bispos que se reúne sistematicamente para debater temas relevantes.

Em sua cautela, os progressistas chegam até a notar que o papa até agora não fez um pronunciamento retrógrado em questões sociais. Quer dizer que teríamos um papa contrariamente conservador na forma e progressista no conteúdo? Para Carlos Alberto Libânia Christo, o Frei Betto, um dos principais articuladores das comunidades de base da Igreja em todo o país, "o papa reflete muito a Igreja da Polônia, nação que do ponto de vista social conseguiu resolver seus problemas crônicos, mas impõe restrições à liberdade religiosa". Segundo tal raciocínio, a prioridade do papa seria fortalecer a Igreja como instituição — daí sua ortodoxia litúrgica. E isso teria um efeito moderador em qualquer movimento do Vaticano contra o ímpeto social da Igreja brasileira.

De fato, até agora João Paulo II armou-se contra os que desafiam os dogmas e não contra os que pregam justiça social. E os bispos brasileiros, apesar de serem "os mais ligados ao povo", segundo um progressista, não se deixam atrair por debates teológicos sofisticados. Ainda Frei Betto: "Às vezes aqui chegam europeus perguntando o que nós achamos das teses do Hans Küng sobre a virgindade de Nossa Senhora. Ora, o nosso problema aqui é a fome do povo. Agora, só se pode compreender a Igreja pela ótica do oprimido. Se ela for vista pela ótica do opressor, é uma igreja paralela, herética. Por exemplo, hoje se diz que a Igreja só faz política. Qual o bispo senador e o padre deputado? E já houve os Calazans, os Godinho,

os Vidigal, todos políticos, e ninguém falava nada. Porque estavam do lado do poder".

Sargento disciplinador. E o que pensa do papa um conservador como dom Luciano Cabral Duarte? Sua resposta é a esperança de que João Paulo II ponha ordem na casa. "Para se entender o papa e sua atitude no campo doutrinário, o pano de fundo essencial é considerar a fase pós-Concílio Vaticano II. Já se disse que depois de todo concílio ecumênico a Igreja fica tonta durante vinte anos. Na minha opinião, com a aceleração da história, esse prazo pode ser reduzido... O concílio foi uma grande bênção de Deus à sua Igreja, mas a renovação que ele trouxe foi como um vendaval que tirou muita coisa do seu lugar."

E aí o vice-presidente do Celam aproveita para investir contra a Teologia da Libertação: "É assim que proliferaram certas doutrinas na fronteira da verdade católica e algumas que ultrapassaram essa fronteira. E, agora, a grande missão de João Paulo II é redefinir as coisas e dizer sim ao sim e não ao não. Em muitos países, da Europa sobretudo, quais os pontos da fé que não foram colocados em

dúvida? Isso veio agravar terrivelmente a crise religiosa pluricausal em que o mundo atual se debate. Simples hipóteses de teólogos eram lançadas ao vento como as novas e decisivas descobertas. A desorientação dos católicos nos anos 70 foi extremamente penosa. Agora João Paulo II é a grande esperança de se dar de novo um roteiro claro e uma palavra segura que devolvam a tranquilidade e a paz espiritual à Igreja Católica".

Enquanto dom Luciano atribui ao Santo Padre esse papel, digamos, de sargento disciplinador, outros setores da Igreja preferem esperar que a vi-



Chavarría: cristãos armados

Um sandinista no congresso de teologia

Na inauguração, dom Paulo Evaristo Arns, o cardeal de São Paulo, pediu: "Este congresso deve constituir-se num espaço no qual seja audível o clamor dos oprimidos". E, de fato, no Congresso Internacional Ecumênico de Teologia, que reúne representantes de 42 países, não cabem discussões teológicas sobre a infalibilidade do papa ou a transcendência do Espírito Santo.

Os teólogos refletem mais sobre os relatos que os representantes de países do Terceiro Mundo, todos ligados a comunidades de base, fazem dos seus problemas nacionais. "É gente que fala uma mesma língua, a do sofrimento", diz dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MN), um dos raros bispos brasileiros presentes no Instituto Paulo VI, em Taboão da Serra, pertinho de São Paulo.

O temário é sobretudo político, incluindo discussões sobre os "Movimentos Sociais Populares", "Estruturas e Mecanismos de Dominação no Capitalismo", "Fatores de Vitalidade e de Estagnação da Igreja num Continente Crente e Oprimido" etcetera. Os teólogos são vitais nesses debates, mas o que mais conta são as experiências re-

latadas pelos representantes de comunidades.

A igreja sandinista, John Mutiso, do Quênia, África, falou de torturas, exílio e perseguições aos cristãos que tentam organizar-se na África do Sul. Uma índia da Guatemala informou que os camponeses que invadiram a embaixada da Espanha, na capital, há um mês, queriam apenas criar condições para denunciar arbitrariedades do Exército no Norte do país, já que a imprensa não lhes deu crédito. "Mas foram queimados vivos."

A experiência mais discutida é a da Nicarágua — pelo fato de a Igreja local ter apoiado a revolução que derrubou o governo de Anastasio Somoza. David Chavarría, mecânico de automóvel em Manágua, disse a ISTOÉ: "Os sandinistas não agarraram a Igreja pelo braço. A Igreja apoiou a revolução por considerá-la justa. Nós cristãos pegamos em armas para lutar".

Chavarría pertence há doze anos a uma comunidade de base e há seis luta no Exército Sandinista — cuja farda verde-oliva exibe orgulhosamente no congresso de teologia.

S.B.G.

Os caminhos da reforma agrária

pois cerca de 140 bispos subscriveram um texto de apoio ao papa passado por dom Edmilson Veloso, de Petrópolis, RJ. Só alguns progressistas disseram a dom Veloso que apóiam o teólogo cassado.

Fontes menos afeitas a fofocas, contudo, invocando o respeito do papa pela CNBB, notam em Roma que o cardeal que ele mandou a Itaici, o argentino dom Eduardo Pironio, prefeito da Congregação para Religiosos, é portador de "idéias assaz avançadas". De fato, dom Eduardo elogiou muito a CNBB.

Também é de forma curiosa que essas questões repercutem na imprensa italiana. *Il Giornale*, de Milão, conseguiu descobrir que "no Brasil os católicos dissidentes lançam desafio ao papa Wojtyla". E *La Stampa*, de Turim, narra um suposto envolvimento do cardeal Aloísio Lorscheit-

sita de João Paulo II ao Brasil sirva para que o papa compreenda, visualmente até, a razão do engajamento dos bispos brasileiros nos problemas sociais. O papa chega dia 13 de julho a Fortaleza, onde abrirá o X Congresso Eucarístico Nacional, e então seguirá um longo roteiro que conservadores e progressistas têm disputado arduamente — até agora, aliás, se desconhecem os vencedores. Parece prosperar, de qualquer modo, a idéia de que João Paulo II se embrenhe na periferia de São Paulo em conversas com operários, donas-de-casa, favelados e migrantes — estes os personagens da última mensagem que dirigiu ao Brasil, na noite de quarta-feira, dia 20, no discurso em português que lançou a Campanha da Fraternidade deste ano, cujo tema são as migrações.

A visita também representará uma oportunidade para que os progressistas tentem obter do papa uma definição das funções do nunciado apostólico: "Representante diplomático do Vaticano ou interventor papal junto aos bispos?" — pergunta um progressista. O problema é que o nunciado dom Carmine Rocco, conservador, não se afina com a CNBB. A divergência maior está no esquema de indicação de novos bispos. Dom Carmine prefere os conservadores, especialmente para regiões onde a Igreja avançou muito.

A crise, em Roma. Claro, as divergências são evidentes, mas é notável como a Igreja, em sua secular experiência, administra correntes ideológicas diferenciadas. "Aprendeu que só pode conseguir unidade na diversidade. Aprendeu isso desde a Reforma. Sabe que tem que levar a luta interna", diz um progressista, sempre insistindo em que os últimos atritos divulgados pela imprensa, ao contrário de revelarem o interesse deste ou outro setor em estimular o debate sobre temas em que o papa se mantém fechado, têm o objetivo de confrontar os progressistas com o Vaticano.

E como essa aparente crise repercutiu em Roma? De forma curiosa. Na Santa Sé há quem dê muita importância ao fato de o papa não se ter referido à sua viagem ao Brasil no discurso de quinze minutos em que abriu a Campanha da Fraternidade. Tal omissão, claro, não autoriza ninguém a supor que o papa não virá ao Brasil, embora fontes do Vaticano afirmem que ele realmente não gostou da falta de solidariedade dos bispos brasileiros no episódio Hans Küng. Acontece que os bispos rejeitaram a moção de apoio ao papa apresentada na reunião de Itaici por dom Geraldo Sigaud, o arquiconservador bispo de Diamantina, Minas (ISTOÉ nº 165). Mas de-

der, de Fortaleza, no caso do teólogo Leonardo Boff *A la Búfalo Bill*, dom Aloísio teria dito ao jornal: "Bati o punho na mesa e ninguém em Roma me disse coisa alguma sobre Boff. Boff foi meu aluno, é um homem extraordinário... Eu vou defendê-lo". Ora, quem tratou em Roma do caso Boff foi dom Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, que não é dom Aloísio. Apenas seu primo.

E por aí vai. Apesar de próximos de Roma, tais jornais não parecem muito bem-informados — mas é fato que o que publicam repercutem no Brasil e não de forma apenas curiosa. O negócio, assim, é ficar com a prudência de *L'Osservatore Romano*, o órgão oficial do Vaticano, cuja edição em português, até a semana passada, não publicou nada sobre a reunião da CNBB em Itaici e sua agressiva posição no caso das terras (leia o artigo seguinte) — exceto o cordial telegrama de saudações do papa.

"Este documento está voltado para a problemática da posse da terra em nosso país. Não é um estudo sobre a agricultura nem sobre a questão técnica da produção, mas sobre a questão social da propriedade fundiária." Este é um dos principais trechos da introdução do documento *A Igreja e a Terra*, elaborado pelos bispos brasileiros na 18ª Assembléia Extraordinária da CNBB, encerrada no último dia 14 de fevereiro, em Itaici, São Paulo. Depois de uma longa análise, o documento se posiciona a favor da reforma agrária, defendendo especialmente a formação da propriedade familiar no campo.

Deixando de lado outros pontos polêmicos abordados pelo documento, algumas perguntas surgem, quase naturalmente: é possível tratar da questão fundiária sem preocupar-se com o desempenho da agricultura, especialmente em uma sociedade complexa como a brasileira? A propriedade familiar seria compatível com as necessidades de produção do país? Não se correria o risco de cair em uma agricultura de subsistência?

"Os bispos não estavam pensando em agricultura de subsistência. É lógico que levaram em consideração a questão da produtividade", disse a ISTOÉ um dos assessores que ajudaram na elaboração do documento. Ao optarem pelo apoio à empresa familiar, os bispos, segundo o assessor, aconselharam-se junto à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo; de acordo com a associação, a utilização de tecnologias alternativas, mais racionais do que as empregadas pelos grandes projetos agrícolas, garantiria um bom nível de produtividade às pequenas e médias propriedades. Aconselharam-se, também, junto a Carlos Lorena, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

O estatuto. "Apesar de algumas de suas recomendações estarem superadas pelo tempo, o Estatuto da Terra ainda é o melhor instrumento para uma reforma agrária", diz Lorena, um crítico feroz, tanto da grande propriedade capitalista como das propriedades coletivas da União Soviética.

O Estauto, instrumento criado no governo Castello Branco e pouco utilizado, diz no seu artigo 2º: "É assegurado

ISTOÉ 27/2/1980



O nunciado Rocco: não-afinado

20 anos de sistemas

A Igreja Católica tem iniciado uma campanha para aprová-la proposta de reforma agrária que o governo federal apresentou ao Congresso. A proposta é resultado da reunião entre os bispos do Brasil e o presidente da República, Jânio Quadros, realizada em 1970. A proposta visa garantir direitos sociais àqueles que vivem na terra, mas não possuem títulos de propriedade. A proposta também visa proteger os direitos dos trabalhadores rurais, que são muitos no Brasil.

O governo federal está promovendo uma campanha para aprová-la proposta de reforma agrária que o governo federal apresentou ao Congresso. A proposta é resultado da reunião entre os bispos do Brasil e o presidente da República, Jânio Quadros, realizada em 1970. A proposta visa garantir direitos sociais àqueles que vivem na terra, mas não possuem títulos de propriedade. A proposta também visa proteger os direitos dos trabalhadores rurais, que são muitos no Brasil.

O governo federal está promovendo uma campanha para aprová-la proposta de reforma agrária que o governo federal apresentou ao Congresso. A proposta é resultado da reunião entre os bispos do Brasil e o presidente da República, Jânio Quadros, realizada em 1970. A proposta visa garantir direitos sociais àqueles que vivem na terra, mas não possuem títulos de propriedade. A proposta também visa proteger os direitos dos trabalhadores rurais, que são muitos no Brasil.

Na terça-feira, dia 10, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Cntra), Luiz Carlos, afirmou que a proposta de reforma agrária é "um passo importante para a justiça social". Ele disse que a proposta é "uma solução para os problemas da agricultura brasileira".

Na quarta-feira, dia 11, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Cntra), Luiz Carlos, afirmou que a proposta de reforma agrária é "um passo importante para a justiça social". Ele disse que a proposta é "uma solução para os problemas da agricultura brasileira".

rada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista pela lei". E qual seria essa função social? De acordo com o Estatuto, ela estaria garantida quando: a) a propriedade favorece o bem-estar de seus detentores e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre as pessoas que a possuem e a cultivam. O documento da Igreja avança um pouco mais quando dá colhida à questão da posse da terra, como alternativa à propriedade.

Lorena lembra, por exemplo, que, hoje, uma divisão das propriedades rurais com mais de 1.000 hectares em outras menores de 100 e 200 hectares poderia propiciar a permanência no campo, por mais alguns anos, de cerca de 13 milhões de agricultores — um pouco mais de 10% da população brasileira.

Ele é um dos técnicos que combatem o mito da eficiência da grande propriedade agrícola. Segundo essa corrente, a teoria dos ganhos de escala aplicada à indústria não se transfere para a agricultura. Em outras pa-

Hélio Campos Mello



Os bispos em Itaici: como
fica a produtividade?

lavras, admitindo que o potencial produtivo das propriedades seja amplamente explorado, a produtividade de uma empresa média — mais adaptada à exploração familiar, como ocorre nos países desenvolvidos — tende sempre a ser superior à de uma grande empresa agrícola. No Brasil essa superioridade é muito mais fla-

grante, já que os latifúndios não fazem qualquer esforço para explorarem todo seu potencial produtivo.

Estratégia global. Na definição de qualquer estratégia distributivista, no entanto, é preciso considerar que a questão da reforma agrária no Brasil é muito complexa. Será sempre necessário balancear as vantagens e desvantagens dos diversos sistemas de propriedade espalhados pelo país com a necessidade de compatibilizar os objetivos de produção com os sociais. Qualquer mudança fundiária em determinada região precisará sempre do apoio financeiro e técnico do poder público para que os agricultores tenham condições de produzir integrando-se ao mercado.

A divisão da terra para simplesmente garantir a fixação do homem ao campo não é a solução ideal. Fixá-lo em condições miseráveis de subsistência, muitas vezes transformando-o em mão-de-obra barata e temporária na própria região que habita, como acontece hoje na Zona da Mata de Pernambuco, é condená-lo à miséria. A reforma agrária, portanto, deve ser encarada de maneira dinâmica, como parte do processo de desenvolvimento da economia e da distribuição da riqueza.

Luiz Roberto Serrano

Obrigado, João.

Neste primeiro ano
de governo você
provou que
só cresce quem
trabalha e confia.
Exatamente como
o CMI vem fazendo
nestes 22 anos
da sua vida.

cmi CONSÓRCIO
MERCANTIL DE
IMÓVEIS S.A.

Todo dia vendendo imóveis para todos.

Av. Rio Branco, 156 - Edifício Avenida Central - sobrado 307 - tel. 262-2662 (PABX). Ag. Ipanema: Rua Visconde de Pirajá, 580 - sobreloja 220 - tel. 287-2122 (PBX). Agência Norte Fluminense: Av. Alberto Torres, 350 - Campos - tel. 22-8383

Brasil - 1980: 40 milhões de expulsos

Migrações: tema da Campanha da Fraternidade escolhido pela CNBB para 1980. Mas, ao contrário do que pode ser sugerido pela palavra, os 40 milhões de brasileiros migrantes — segundo os dados oficiais — não migram por vontade própria. Na verdade são milhões de brasileiros miseráveis expulsos de seus locais de origem pela exploração dos poderosos.

A migração não é um fato recente no país. Ao longo das últimas décadas, grandes levas de brasileiros pressionados pela força de fatores econômicos cortaram o chão do Brasil em busca de uma vida melhor. Foi assim com o movimento para o norte gerado pelo ciclo da borracha; os nordestinos vieram para o sul acossados pela seca e pelo latifúndio; a ocupação do centro-oeste foi dinamizada pela construção de Brasília; é o caso também das recentes procissões de desesperada busca pela terra, primeiro no Paraná, depois no centro-oeste e na Amazônia; e é a contínua e ultimamente acelerada inchação das metrópoles.

No entanto o que espanta é a intensidade da migração. A previsão para o ano de 1980 é de que o número de migrantes do país ultrapasse a casa dos 40 milhões de brasileiros! Em 1970, o censo já havia indicado que o total acumulado de pessoas que, tendo nascido num município residiam em outro, havia se elevado a 29,5 milhões, o que equivalia a um terço da população do país. Seis anos após, a Pesquisa Nacional de Antendimento Domiciliar (PNAD) mostrou que a tendência era do número de migrantes crescer, já atingindo a casa dos 37,5 milhões.

Além disso, o censo de 1970 indicava com clareza a que setores sociais pertencia a grande maioria dos migrantes: 60% deles, com menos de cinco anos de residência no local de remuneração, ganhava em torno de um salário mínimo.

Uma realidade social potencialmente tão explosiva não podia, é claro, deixar de incomodar o governo. Depois de fracassadas tentativas de dirigir projetos de "colonização" na região norte do país, a política oficial se volta cada vez mais para a elaboração de um plano de "maximização do emprego" e de "planificação do espaço" visando a amortecer os efeitos das correntes migratórias. O que certamente não

resolverá o problema, já que não toca na sua origem, que é a estrutura da propriedade da terra.

Realidade que, por outro lado, tem sensibilizado relativamente pouco as opiniões, ocupando inclusive espaço marginal na plataforma dos partidos políticos.

Não há mais terras

Muitos, saem do país. Calcula-se que aproximadamente 300 mil brasileiros emigraram para o Paraguai no período recente. Eram pequenos proprietários, meeiros, arrendatários e bôias-frias vindos do Sul, Minas e Nordeste.

É que no Brasil de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados não há terra para eles. Para os pobres, é claro. Porque para o grande capital há, o que se pode constatar por uma simples comparação dos dados estatísticos do IBRA/INCRA.

A migração vem principalmente da falta de terras. Ou melhor, da crescente tensão entre o aumento da população agrícola de baixa renda, formada de pequenos agricultores e trabalhadores rurais (estima-se que esta população em 1980 seja de 50 milhões) e o contínuo estreitamento das terras disponíveis.

Como uma pinça de duas pontas, o capital monopolista atua no campo "por dentro" e "por fora". "Por dentro" destruindo culturas e formas de produção baseadas no pequeno proprietário e em técnicas mais rudimentares e implantando no seu lugar as culturas de exportação (soja, trigo, café) fortemente mecanizadas ou extensas áreas de criação de gado. Um exemplo: Paraná.

Ocupado por levas de migrantes até meados da década de sessenta que se dedicavam à agricultura cafeeira, a região sofreu fortes transformações. De 1960 a 1970, acompanhando a



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRJ

concentração das terras, a área dedicada às pastagens praticamente quadruplicou. Depois, foi a vez da soja se impor. Resultado: os estabelecimentos de menos de 10 hectares perderam mais de 57 mil propriedades enquanto que os grupos de mais de mil hectares aumentaram sua área em mais de 800 mil hectares.

"Por fora", o grande capital atua ocupando prioritariamente as grandes áreas de terras devolutas através da compra por financiamentos a juros baixíssimos ou simplesmente pela apropriação ilegal, pela força. O exemplo maior é a Amazônia ocupada por grandes trusts estrangeiros ou nacionais que chegaram a possuir faixas de terras de mais de 1,7 milhões de hectares. Na circular interna de 005/76, o Ministro da Agricultura e o chefe do Gabinete Militar "autorizam o INCRA a efetivar acertos com pessoas ou empresas que tenham adquirido terra de modo ilegal, a fim de regularizar a situação fundiária." Isto é, do Planalto, um sinal verde para o roubo, para a pirataria, para a grilagem que o governo também coonestou através do apoio policial ou mesmo militar contra os posseiros que defendiam suas terras.

Só restam as cidades

Mas as fronteiras agrícolas para os migrantes estão fechando, confirmam os estudiosos: "O Paraná absorveu durante 25 anos os excedentes populacionais do nordeste. Rondônia, em 5 anos, não consegue mais absorver os excedentes do Paraná. Pará, em menos de 5 anos não consegue mais absorver os excedentes nordestinos" (entrevista do professor Graziano da Universidade de Campinas ao Cojornal, nº 138).

As terras escasseiam e, assim, a corrida desesperada do pequeno produtor atrás da terra e do grande capital atrás do lucro assume, na Amazônia, no período mais recente, a feição de verdadeiros dramas de coletividades inteiras.

Restam portanto, apenas as grandes metrópoles. Mas estas estão explodindo: 1000 pessoas chegam diariamente a São Paulo; em Belo Horizonte mais de 400 mil pessoas já habitam em favelas; em Vitória 180 mil dos 540 mil habitantes da cidade habitam em favelas e pardieiros.

Até o próximo ano, segundo estimativas do IBGE mais de 64% dos brasileiros estará morando nas cidades.

Sob o impacto das migrações toma conta o caos urbano, explodem os serviços básicos, a saúde deteriora, cresce o desemprego, a violência etc.

Hoje, com o fechamento das fronteiras agrícolas, cada vez mais o ciclo do latifúndio termina na favela. O ciclo da acumulação das riquezas continua reproduzindo a miséria. Até quando?

Por que partes?

A Campanha da Fraternidade de 1980 tem como centro de suas atenções as migrações. Realmente, o problema das migrações hoje no Brasil é muito grave, refletindo-se tanto no campo como nas cidades.

Agora em janeiro, em São Paulo, durante manifestação de solidariedade à luta dos trabalhadores em Alagamar, Paraíba, Dom Pedro Casaldáliga se referia ao grande número de conflitos com posseiros, que explodem em todo o país. "Para Dom Pedro, os posseiros parecem gatos acuados, que até por onze vezes foram expulsos da terra, e obrigados a migrar.

Atualmente há inclusive um movimento de retorno dos migrantes aos locais de origem, trazendo consigo apenas a desesperança. A migração está atingindo limites extremos. Muitos explicam esse fato dizendo que já não existem mais "terras livres" nas fronteiras — Amazônia, Centro-Oeste. Mas esse não é o problema. Na verdade, a situação de angústia e miséria, de exploração e de massacre que os trabalhadores migrantes vivem se deve, principalmente, ao ato da terra estar «cativa», cada vez mais concentrada em mãos de poucos. A terra está «presa», torturada pelo plantio de grandes extensões de produtos únicos (cana, soja, etc.) e destinados à exportação. A terra está «fechada», pisoteada pelo boi. Não há mais lugar para o trabalhador, que deve então migrar. Para onde? Ou então resistir. Como? O que fazer?

Nas cidades, a violência está «preocupando» as autoridades, que formam grupos para estudá-la. Mas violência é a mendicância, a marginalidade, a prostituição, o menor abandonado, as periferias carentes de serviços básicos — afinal, problemas criados pelo sistema sócio-político-econômico em que vivemos. Violência é o desrespeito à legislação trabalhista, é a super-exploração, é impedir a manifestação dos trabalhadores na defesa de seus direitos. Violência é o escândalo de instituições oficiais — como a FEBEM e a CETREN — que chegam a encarcerar e agredir fisicamente menores e migrantes deixando de lado suas funções básicas que seria, antes de tudo, protegê-los.

O problema das migrações, que envolve de forma aguda a questão dos posseiros e dos migrantes nas cidades, já deixou de ser um problema social secundário, para se tornar um grave problema político, com força suficiente para «assustar» as autoridades e atingir a estabilidade do regime.

As medidas que o governo propõe são autoritárias, assistencialistas, repressivas, procurando tapar o sol com a peneira. Põe em prática soluções oportunistas, paliativas, localizadas — como por exemplo o recém-criado grupo encarregado de atuar na região do Araguaia e Tocantins (GETAT). São soluções da classe dominante, que não quer perder seus privilégios, pensando conseguir adiar os problemas.



Para nós, trata-se de ver a problemática das migrações da perspectiva daqueles que são obrigados a migrar. Sabemos que as soluções virão da própria resistência e organização dos setores populares, soluções que se inscrevem dentro da necessidade de transformar a sociedade brasileira, encaminhando passos para que a grande maioria do povo tenha voz para decidir sobre seu próprio destino.



7-4-80 Nov.

IGREJA — I

Outra leitura do documento de Itaici

O leitor Rubens Nogueira Filho, coordenador jovem da Pastoral da Juventude da Regional Sé, em São Paulo, escreveu a Movimento comentando editoriais do jornal "O Estado de S. Paulo" sobre o documento da Igreja sobre a terra, aprovado na última reunião da CNBB, em Itaici.

Segundo o leitor, a "leitura tendenciosa" do documento de Itaici acusa a Igreja do "desejo de tumultuar o clima social sem apresentar propostas construtivas". E pergunta, diante dessa acusação: "o que está tumultuando a paz social no Brasil? (...) Estará a Igreja provocando toda esta violência e os conflitos, na luta pela posse da terra, que ocorre em grande parte do país?" Rubens Nogueira Filho lembra, para fundamentar essas perguntas, o fato de, apenas no Estado do Maranhão, terem sido arrolados 128 conflitos em 1979. E completa dizendo que "não denunciar estas injustiças seria cometer uma omissão gravíssima, significaria compactuar com estas injustiças e com quem as pratica, seria defender uma falsa paz, o arenismo, passar por cima dos cadáveres dos oprimidos".

Lembrando o documento *A Igreja e os Problemas de Terra* nº 107, quando diz que "a problemática dos trabalhadores rurais e urbanos e a problemática da terra só terão solução verdadeira se forem mudadas a mentalidade e a estrutura em que funciona a nossa sociedade", o leitor adverte em sua carta que "querer remendar a sociedade, como tentava a Igreja em anos passados, é traír todo o povo de Deus que, irrompe hoje nas Comunidades eclesiásias de base em todo o Brasil, nas quais a fé e vida, religião e política, Igreja e mundo, aparecem intimamente ligados".

Para ele, "dizer que a Igreja deseja impor a mudança do regime é imaginar coisas, não é este o espírito do documento". Lembra também que a CNBB é acusada com base em citações dos papas Pio XI e Pio XII, e pergunta porque o jornal "não cita Paulo VI, por exemplo, em sua encíclica *Populorum Progressio*, onde aparece uma clara condenação do Capitalismo liberal, que o jornal temia em desconhecer?"

Depois de ressaltar que a CNBB defende "o direito à terra a quem nela quer trabalhar; defender a propriedade da terra e a realização do Estatuto da Terra, pois sabem que a melhor distribuição da propriedade da terra representa um fator essencial para distribuição mais justa da renda e da riqueza", Rubens Nogueira Filho termina sua carta dizendo que "neste documento a Igreja parece assumir como própria a causa das classes pobres no campo", concretizando a "opção preferencial pelos pobres feita em Puebla, pelos Bispos da América Latina".

IGREJA — II 7-4-80 Nov.

Papel contraditório

Quero expressar minha concordância com a manifestação do Sr. Aldo Ramos em Movimento nº 244 sobre a questão do Afeganistão. Pareceu-me a mais lúcida e correta de quantas já vi.

Percebo que Movimento dá muita ênfase ao que se convencionou chamar setores progressistas da Igreja Católica. Sem dúvida, figuras como D. Pedro Casaldáliga, D. Evaristo Arns, D. José Gomes, Frei Betto e outros são excepcionais pelo seu discernimento, coragem e dedicação. Ninguém em sã consciência duvidaria disso.

Entretanto — e aqui está meu reparo — a atitude destas pessoas não pode ser identificada com a atitude histórica e atual desta Igreja.

E preciso identificar as posições contraditórias, ambíguas e mesmo, por vezes, de classe dominante, de pessoas e mesmo da Instituição Igreja. (V.G. sobre a Mulher,

Ernesto Cassol, Erechim

a questão sexual, celibato do clero, Cursilhos). Não me parece, por exemplo, que a hierarquia eclesiástica seja escolhida democraticamente. Quem escolhe os vigários? Os bispos? O próprio papa? Importa notar também que a estrutura organizacional material desta Igreja se encontra no Sistema. Não é ela proprietária e usufrutária dos meios de produção (terras, prédios, ações em firmas, Universidades, Colégios, etc.)? A própria Campanha da Fraternidade se assemelha, em parte, a Campanhas de Agasalho e similares: recolhe-se contribuições da população e dá-se-lhe o destino projetado sem maiores questionamentos estruturais. Este ano, Itaici fala até em distribuir terras da Igreja. E claro que só esta medida não afetará a estrutura fundiária do país. Como gesto seria significativo.

A CNBB É INTOCÁVEL

Num período crítico da nossa conjuntura política, com os partidos desorganizados e os políticos perplexos diante à confusa situação e, consequentemente, sem poder oferecer resistência ao desgoverno do general Figueiredo, que escarnece da miséria e do sofrimento, prendendo, ferindo e destituindo os metalúrgicos do ABC paulista, inclusive, prendendo o seu grande líder, Luiz Inácio da Silva — o popular LULA — não resta outra alternativa ao povo, às lideranças políticas da esquerda, senão dar pleno apoio à Igreja, através da sua entidade mais representativa, a CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS BRASILEIROS, nas pessoas de seus líderes, os Cardeais Dom Aloísio Lorscheiter, Dom Hélder Câmara e Dom Evaristo Arns, pelo que estão fazendo em defesa dos grevistas do A.B.C.

Não adianta aos governantes (e também maus cristãos) não só vilipendiarem uma nobre instituição como a CNBB voltada, exclusivamente, para os angustiantes problemas sociais, como também pretenderem incutir na mente do Povo que essa solidariedade do mais puro sentimento cristão, prestado pela Arquidiocese de São Paulo, através da insígnie figura de seu Antistrite, DOM EVARISTO ARNS, aos metalúrgicos do ABC, tenha conotações subversivas e, consequentemente, apoio aos comunistas. É este um expediente por demais explorado pelos governantes fascistas, reconhecidamente inimigos do povo, dos humildes, negando-lhes tudo, desde a liberdade de pensamento, de reivindicações e até a própria sobrevivência. Este escuso expediente já é por demais conhecido do povo brasileiro, que não é tão estúpido que não reconheça nele a chamada INDÚSTRIA DO COMUNISMO, através da qual as nossas autoridades têm tirado os mais estranhos proveitos, inclusive, para de quando em vez deflagrarem uma crise política e o imediato GOLPE-DE-ESTADO.

Há dezesseis anos que os usurpadores do Poder suprimiram as liberdades, castraram os partidos e os políticos, tirando-lhes a autoridade e o poder de decisão, intimidaram e tornaram submissivo o Poder Judiciário, arrolharam a Imprensa. Diante disto e depois disto, só restou ao Povo, aos operários e trabalhadores, recorrerem, nos seus momentos de angústia, de necessidades, ao Poder Divino, que é a Igreja. É ela que está, através do seu órgão máximo, a CNBB, socorrendo os humildes, os modestos assalariados nas suas modestas reivindicações justas e humanas de melhores salários. Assim, por ter dado o Pão, os alimentos necessários para que os grevistas em choque com os seus patrões não morressem de fome e pudesse resistir, por mais tempo, às pressões dos empresários, das multinacionais do ABC, as autoridades e o próprio Governo Federal acoimaram a Igreja, notadamente a CNBB e o Arcebispo Dom Evaristo Arns, de elementos subversivos e perturbadores da ordem, considerando, inclusive, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, de uma entidade apócrifa, ilegal, bastarda, sem maiores vinculações com o Vaticano.

Mas a Igreja não se intimidou, a resposta viria incisiva e contundente. O monge beneditino, Mariano da Costa Rego, do Mosteiro de São Bento em Salvador, usando de uma lógica Aristotélica, afirmou: "duvidar que o presidente da CNBB falou ou não em nome da Igreja, é o equivalente a duvidar que uma declaração do ESTADO MAIOR das FORÇAS ARMADAS não representa o pensamento legítimo do corpo militar do País, isto é, do EXÉRCITO"! Assim, a CNBB não só falou em nome da Igreja, mas do próprio CRISTO, porque, se há subversão, atitudes comunistas na ajuda que a Arquidiocese de São Paulo, na pessoa desse santo Ministro de Deus, D. Evaristo Arns, deu aos grevistas do ABC, havemos de convir que todas as ações e atitudes do DIVINO MESTRE foram subversivas, pois ninguém mais do que Cristo procurou favorecer, ajudar, redimir os humildes de sua miséria, de seus afilios problemáticos sociais, opondo-se ao despotismo, à prepotência dos Césares e dos governantes da Júdéia sobre os seus compatriotas judeus.

O Cristianismo surgiu no mundo, não foi por mero dilettantismo filosófico do seu fundador, mas pelo idealismo, pelos carismas messiânicos de libertar as populações injustiçadas e oprimidas do mundo inteiro. Neste sentido a Igreja sempre foi revolucionária e subversiva, uma vez que pregava a implantação de novos valores éticos e morais que iam de encontro ao paganismo romano. É verdade que na Idade Média andou colaborando com as Monarquias despóticas do feudalismo, mas depois daqueles períodos de sombras, ressurgiria nos tempos modernos com toda pureza revolucionária dos primeiros apóstolos, através do Concílio VATICANO II, criado no exuberante pontificado do saudoso JOÃO XXIII. A TEORIA DA LIBERTAÇÃO, surgida nos Concílios de Medellin e Puebla é, antes de tudo, a sistematização dessa nova mentalidade cristã, foi um pacto sagrado firmado entre os evangelizadores e pastores do Vaticano II para completarem a obra do CRISTO, que como todos nós sabemos, foi interrompida com o seu suplício no CALVÁRIO.

Não adianta pois, os fariseus do Templo espernearem histericamente contra as atitudes da CNBB em São Paulo, na recente greve do ABC. Onde se fizer necessário a presença dos santos Ministros de Deus, D. Hélder, D. Evaristo Arns, D. Aluísio Lorscheiter e outros, eles estarão socorrendo os injustiçados e oprimidos, porque este sempre foi o papel, a tarefa dos missionários da Igreja. Eles, ciosos de sua missão a cumprir na Terra, não arredarão pé. O medo, a covardia, nunca foram elementos constitutivos de suas personalidades. Se o general João Figueiredo não fosse tão mau cristão como é mau administrador, se fosse a História do Cristianismo, veria que ela está toda embebida no sangue dos mártires que como Cristo, deram a sua vida em holocausto ao bem-estar e à salvação dos povos humildes. Foi assim nas CATACUMBAS, no Anfiteatro romano, o COLISEU, nas ruas de Constantinopla, durante a Antiguidade. No



Brasil, os capítulos mais belos e mais autênticos de sua história política, que formam as REVOLUÇÕES de 1817 e 1824, estão embebidos no sangue dos ministros de Deus: de Frei Caneca — líder máximo — do Padre Roma, do Padre Bororó, do Padre Miguelinho e outros, que não se curvaram ao despotismo do nosso Primeiro Imperante. Nos tempos mais atuais, temos a refrescar a memória do general Figueiredo, o bárbaro assassinato do inditoso padre HENRIQUE NETO, vítima da sanha, da intolerância dos fariseus, que do mesmo modo, seqüestraram e violentaram o Bispo de Nova Iguaçu, D. Hipólito, isto sem falar nas intimidações e perseguições dirigidas, todos os dias, ao insíque antístite de São Paulo, D. Evaristo Arns e a D. Hélder da Arquidiocese do Recife. E como esquecer o fuzilamento de Dom Ramom Morales, no interior de sua própria Igreja, em El Salvador?

Diante de tudo isto, os católicos, os protestantes, enfim todos os cristãos do Brasil têm a dizer aos senhores governantes, notadamente ao Presidente da República, general João Figueiredo, que a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS BRASILEIROS não é uma entidade espúria, marginalizada da Igreja de São Pedro, concebida e criada à revelia do VATICANO de S. SANTIDADE JOÃO PAULO II, pelo contrário, constitui a sua própria essência, a sua RAZÃO DE SER, porque é através da CNBB que os bispos brasileiros estão podendo integrar a Igreja, o Cristianismo, dentro do pensamento de CRISTO, da filosofia ecumônica do Vaticano II, a maior realização da Igreja nos tempos atuais, graças aos descortinios, à imaginação criadora de um dos seus maiores dirigentes: o saudoso e boníssimo Papa JOÃO XXIII. A CNBB, portanto, é INTOCÁVEL! Ai daquele que procurar destruí-la!

Proprietários rurais de Minas

JORNAL DO BRASIL □ quinta-feira, 15/5/80 □ 1º Caderno

condenam documento da CNBB

Belo Horizonte — "O problema não é fundiário — é de política econômica firme e, a longo prazo, é de melhoria das condições sociais no campo, com previdência social adequada, casa, escolas e assistência médica. A propriedade privada rural não deve ser o bode expiatório dos fracassos da política econômica do país, da demagogia de uns e das novas técnicas de pastoral religiosa de outros."

Desta forma, a SMA (Sociedade Mineira de Agricultura) conclui o documento, divulgado ontem, em que critica o texto Igreja e problemas da terra, da CNBB. Fundada em 1909 e presidida por um ex-secretário-adjunto da Segurança de Minas, José Rezende de Andrade, a SMA reúne alguns dos maiores proprietários rurais do Estado e tem no Conselho Superior os Ex-Governadores Magalhães Pinto e Rondon Pacheco.

Fraqueza de fé

Em 20 páginas, com muitas citações e encíclicas, desde a do Papa Leão XIII, e de São Paulo, o documento foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da SMA, em 28 de abril. Começa por esclarecer que não deseja fazer críticas pessoais aos bispos, mas tão-somente discordar do documento de Itaici, que revelaria preocupação excessiva com os problemas econômicos e políticos.

Sem negar à Igreja o direito e o dever de ministrar os seus ensinamentos em matéria social, a SMA contesta "a inversão de valores, a forma político-partidária de sua manifestação e intromissão em áreas técnicas que escapam à sua competência". Diz que isso demonstra desconfiança da fé católica, na sua capacidade de conversão e regeneração. E que, ao ensinar falsos direitos, a Igreja acirra a luta de classe, contrariando São Paulo, que preferia recordar os deveres de cada um, e não os direitos.

A SMA adverte que a linguagem do documento foge à serenidade do ensinamento tradicional da Igreja. "Está ele vazado em uma forma de exposição própria de militantes marxistas, destacando os falsos dilemas, as adversidades, a luta de classes, o engajamento político, a legitimização da violência contra a propriedade e usando uma terminologia marxista".

"E mais: referindo-se a problemas da terra, deveria ser endereçado a todos os que nela trabalham. No entanto, nele não há uma só palavra dirigida aos fazendeiros, a não ser referências desabonadoras."

Segundo a SMA, os redatores do documento de Itaici parecem não ter compreendido as causas fundamentais das modificações que vêm ocorrendo nos campos. "Trata-se de uma evolução tecnológica e social, na qual a introdução da técnica no meio rural tornou empresarial a atividade agrícola, elevou e está elevando a remuneração do trabalho, está eliminando os minifundiários e libertando parte da mão-de-obra rural".

Exodo rural

A SMA defende a expansão das pastagens, o reflorestamento e o crédito rural. Sobre o exodo rural, diz que é mais acertado divergir do documento de Itaici e ficar com o Papa João XXIII, na Encíclica *Mater et Magistra*, quando afirma:

"O exodo rural deve-se a múltiplas razões, como a vontade de fugir dum ambiente considerado estreito e sem futuro; a sede de novidades e aventuras, que domina a geração presente; a esperança de enriquecimento fácil; a miragem dum vida mais livre, com os meios e facilidades que oferecem os aglomerados urbanos. Mas julgamos que não se pode duvidar de que este exodo é também provocado pelo fato de ser o setor agrícola, quase em toda a parte, um setor deprimido, tanto no que diz respeito ao índice de produtividade da mão-de-obra, como pelo que se refere ao nível de vida das populações rurais".

A Sociedade Mineira de Agricultura condena a expressão "injustiça institucionalizada", presente no Item 35 do Documento de Itaici. "É um conceito falso, uma gíria marxista e subversiva". Garante que a injustiça não tem organização legal, não está institucionalizada. "O que pode ocorrer é a prática de injustiça por uma autoridade, abusando do seu cargo".

No Item 13, continua a SMA, o documento conclui que "um número crescente de lavradores não tem terra e, para consegui-la (...) é forçado a invadi-la". E comenta: "Tal alegação é altamente subversiva. Ningém é obrigado a invadir propriedade alheia. Ao contrário, num estado de direito, a propriedade é um direito e deve ser respeitada. A moral católica jamais reconhece esta obrigação de invadir".

No seu entender, "trata-se de uma verdadeira justificação no anarquismo social". Afirma ainda a SMA que nem mesmo as terras devolutas podem ser invadidas, pois há órgãos públicos encarregados da sua colonização.

Jogo subversivo

"Parece que a confusão de conceitos faz parte da subversão que o documento quer implantar, diz a SMA, ao analisar a questão da posse e propriedade. Entende que a CNBB "lança o conceito de posse contra o conceito de propriedade, quando doutrinariamente a posse constitui uma faculdade inerente ao direito de propriedade. Só é justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária".

Condena o documento de Itaici por considerar ele a posse, não como um poder inerente à propriedade particular, mas como uma forma coletiva de propriedade (item 86 e 89). "É o anarquismo — mais que o próprio comunismo que, pelo menos, ordena a posse com a propriedade pública estatal. É, pois, lamentável que um documento, que pretende expressar o pensamento da Igreja, faça um jogo tão subversivo como este e olhe com paternal aprovação os possessores, sem nem sequer excluir os que agem de má-fé."

A SMA reclama ainda que, "num país de imensas áreas a colonizar, o documento em vez de admitir a simples distribuição de terras devolutas aos que querem trabalhá-las, prega a tomada das terras já apropriadas, falando na necessidade de redistribuição de terras (item 20) e na pretensa necessidade de modificar a estrutura fundiária do país (item 3 e 107)".

Segundo a SMA, colocando-se contra a empresa rural e definindo-se por determinados regimes de propriedade, o documento da CNBB contraria o ensinamento de João XXIII, que sustenta: "Não é possível estabelecer a priori a estrutura que mais convém à empresa agrícola, dada a variedade dos meios rurais no interior de cada país e, mais ainda entre os diversos países do mundo" (*Mater et Magistra*, 139).

Afirma o documento da SMA: "O minifúndio é incompatível com uma estrutura mecânica produtiva e com a melhoria do padrão de vida no campo". Reclama que o documento da CNBB desconhece, ou pelo menos omite, o capital como fator de produção e insiste muito nos outros dois fatores: terra e trabalho.

Assegura, enfim, que o regime salarial é legítimo e a empresa rural, como pretendida pelos fazendeiros, está em perfeita consonância com a doutrina social da Igreja. "Pio XII, em alocução feita em 07.05.49, reconhece a legitimidade do regime de salariado e Pio XI critica os que o condemnam", afirma.

Citando Pio XI: "Socialismo religioso, socialismo católico são termos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista" (Q. Anno, 119) — a SMA afirma que o documento de Itaici condena indiscriminadamente o capitalismo, sem as necessárias distinções, quando este recebeu da Igreja apenas a condenação de seus abusos e não do sistema em si.



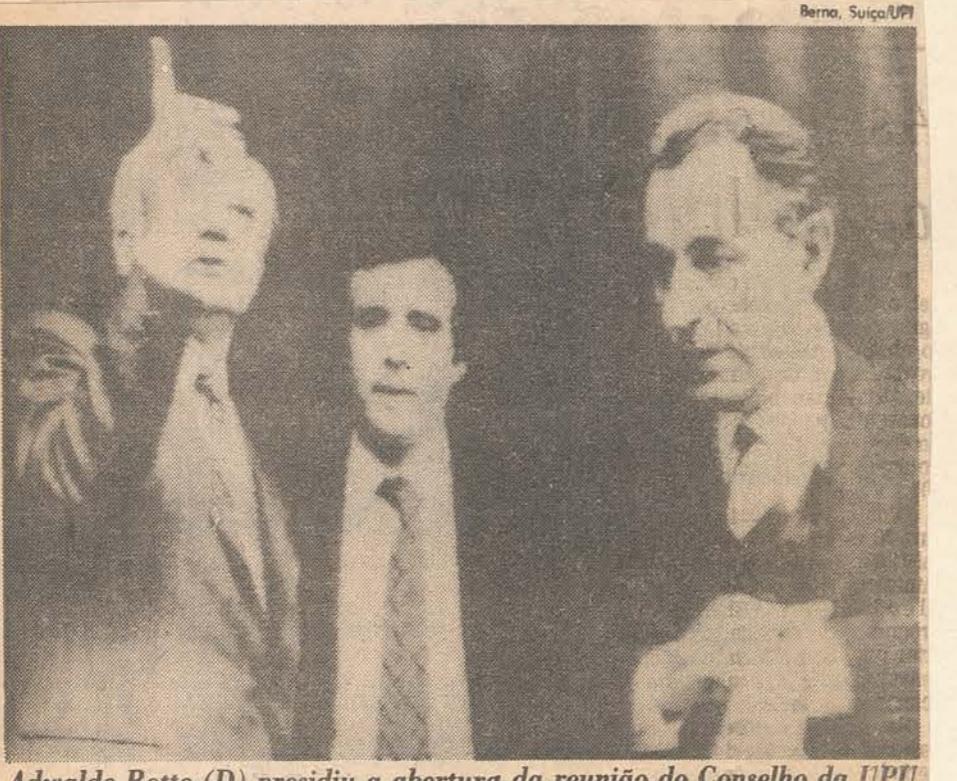
"E para com o socialismo, já condenado em si pela Igreja, o documento limita-se a condenar a forma de socialismo, o coletivismo marxista, parecendo tolerar outras formas de socialismo — inclusive aquela que alguns, na ignorância da doutrina social da Igreja, chamam de socialismo cristão."

Os condenados

Para a SMA, "os peões representam uma classe de duração limitada". Garante que, "como pioneiros, como desbravadores, a sua atividade é incompatível com o emprego estável, com o conforto e a segurança que todos desejam aos trabalhadores rurais". Ainda, assegura, que os boias-friis representam um período de transição e culpa pelo problema a legislação trabalhista rural, que considera inadequada.

Entende a SMA que também os lavradores, pequenos proprietários e os parceiros e arrendatários estão sofrendo as consequências da transformação da economia rural e terão que se adaptar. Parte vai integrar o assalariado urbano ou rural. Já os posseiros, "deverão integrar-se na classe dos proprietários ou na classe dos trabalhadores. O que não se admite é a pretensão de se institucionalizar uma situação precária".

Conclui citando a encíclica *Pacem in Terris*, de Paulo VI: "Não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada." Para a SMA, "hoje, mais que a reforma das estruturas, deve-se buscar a reforma do homem. E esta missão é da Igreja, especificamente da Igreja". Mas também recomenda ao Governo que distribua as terras devolutas a quem as quiser trabalhar.



Adwaldo Botto (D) presidiu a abertura da reunião do Conselho da UPU

CEDIN
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

Discurso ao Celam

"No marco de minha visita pastoral ao Brasil, venho com verdadeira satisfação encontrar-me convosco, Bispo da América Latina, que vos reuniu nesta bela e acolhedora Cidade do Rio de Janeiro onde nasceu o CELAM.

Já são passados 25 anos desde aquela conferência de 1955, no transcurso da qual amadureceu a idéia de pedir à Santa Sé a criação de um Conselho Episcopal Latino Americano, que recolhesse e encaminhasse as novas necessidades que se sentiam em tão amplo nível.

"Com grande visão do futuro e com gozosa esperança ante os abundantes frutos eclesiás que se anunciam, o meu predecessor Pio XII antecipava uma resposta favorável: 'Estamos certos de que os benefícios agora recebidos serão retornados mais tarde consideravelmente multiplicados. Chegará o dia em que a América Latina poderá restituir a toda a Igreja de Cristo o que tiver recebido'" (Ad Ecclesiam Christi, ASS. XXXXVII, pp. 539,544).

Hoje o sucessor de Pedro e os representantes da Igreja na América Latina, que se chega quase a constituir a metade de toda a Igreja de Cristo, nos reunimos para comemorar uma data significativa e avaliar os resultados com vistas ao futuro.

À vista dos copiosos frutos colhidos nestes anos, apesar das inevitáveis deficiências e lacunas; em vista desta Igreja Latino Americana, verdadeira Igreja da esperança, a minha alma se abre em agradecimento ao Senhor com as palavras de São Paulo: "Continuamente dou graças a Deus por todos vós, recordando sem cessar ante Deus nosso Pai a operosidade de vossa fé, o esforço de vosso amor e a firmeza de vossa esperança em Nosso Senhor Jesus Cristo" (Tess. 1.2-4).

É o agradecimento que sei brotar também de nossos corações de Pastores, porque o Espírito Santo, alma da Igreja, inspirou no momento oportuno aquela nova forma de colaboração episcopal que deu lugar ao nascimento do CELAM.

Organismo, primeiro em seu gênero em toda a Igreja por sua dimensão continental, pioneiro como expressão da colegialidade quando as Conferências Episcopais não se haviam consolidado ainda, instrumentos de contato, reflexão, colaboração e serviço das Conferências dos Bispos da América Latina, o CELAM tem consignada em seus anos uma rica e vasta ação pastoral. Por tudo isso, com razão o tem qualificado os Pontífices que precederam, como um organismo providencial.

A vida do CELAM está emoldurada, como é sabido, por três grandes momentos, correspondentes às Conferências Gerais que o Episcopado Latino-Americano realizou.

A Primeira Conferência Geral constitui um fato histórico de particular imponência, porque durante a mesma surge a idéia de fundar o CELAM. Esta primeira etapa está ligada especialmente às pessoas do Cardeal Jaime de Barros Câmara, insigne Arcebispo desta Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, primeiro presidente do CELAM, e de D. Manuel Larraín, Bispo de Talca, presidente igualmente do Conselho. O Senhor os recompece a eles, que se encontram na Casa do Pai, e a quantos tornaram possível a criação do Conselho Episcopal Latino-Americanano e o tem servido com louvável e generosa entrega.

A Segunda Conferência Geral, convocada pelo Papa Paulo VI e realizada em Medellin, reflete um momento de expansão e crescimento do CELAM. Foi seu tema: "A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II". O Conselho, em estreita colaboração com os Episcopados, tem contribuído para a aplicação da força do Concílio.

A Terceira Conferência Geral, que tive a felicidade de inaugurar em Puebla, é fruto da intensa colaboração do CELAM com as diversas Conferências Episcopais. Sobre ela volto a falar mais adiante.

Nas sucessivas etapas tem havido uma progressiva adaptação das estruturas do Conselho e foram estabelecidas ou potenciadas novas modalidades de participação por parte dos Bispos, para os quais existe e trabalha o CELAM. As Conferências Episcopais enquantou-tais têm estado presentes, desde o início, através de seus Delegados, e a partir de 1971, também com seus Presidentes, membros de iure. Muito têm lucrado as formas de coordenação mediante as reuniões regionais e com os novos serviços distribuídos nas diferentes áreas pastorais. Numerosos Pastores têm tomado parte na sua direção, convencidos de que sua grande missão, na solicitude por todas as Igrejas, supera as fronteiras das suas Igrejas Particulares (cf. Vaticano II, Decreto sobre o ofício pastoral dos Bispos, 6).

E-me grato constatar que se tem mantido uma frequente e cordial colaboração com a Sé Apostólica e seus diversos Dicastérios, muito particularmente com a Pontifícia Comissão para a América Latina que, a partir do coração da Igreja - segundo a feliz imagem que empregara Paulo VI (Solicitude omnium ecclesiarum) - continua com diligente interesse as atividades do Conselho, animando e sustentando suas iniciativas dirigidas a uma eficiência maior em todos os setores do apostolado.

Se tudo tem sido possível ao longo destes 25 anos, é porque o CELAM tem sido animado por uma orientação básica de serviço que tem características bem definidas:

O CELAM, um espírito.

O CELAM, em seu espírito colegiado, se nutre da comunhão com Deus e com os membros da Igreja. Por isso tem querido manter-se fiel e disponível à Palavra de Deus; às exigências de comunhão na Igreja, e tem procurado servir às diversas comunidades eclesiás, respeitando sua situação específica e a fisionomia particular de cada uma das mesmas. Tem tratado de discernir os sinais dos tempos, para dar respostas adequadas aos desafios cambiantes do momento. Este espírito é a maior riqueza e patrimônio do CELAM e é ao mesmo tempo a garantia de seu futuro.

O CELAM, serviço à unidade.

A Igreja é um mistério de unidade no Espírito. É o anel que emerge na oração de Jesus: "Que todos sejam um como Tu, Pai, em mim e eu em Ti, que elos sejam também um para que o mundo creia que Tu me enviaste".

(Jo. 17,21). Por isso também São Paulo exorta a "conservar a unidade do Espírito, por meio do vínculo da paz. Um só corpo, um só Espírito, como é uma só a esperança a que haveis sido chamados, a de vossa vocação; um só Senhor, uma só fé, um só batismo. Um só Deus e Pai de todos..." (Ef. 4,3-6).

Ora, esta unidade não consiste em algo recebido passivamente ou estáticamente, mas é necessário ir construindo-a dinamicamente, para consolidá-la nessa rica e misteriosa realidade eclesiás, que é premissa indispensável da fecundidade pastoral. Esta é a atitude que distingue a comunidade eclesiás primativa: "Dia após dia, com um só coração, frequentavam assiduamente o templo e partiam o pão em suas casas, com alegria e simplicidade de coração" (At. 2,46-47). "A multidão dos crentes não tinha senão um só coração e uma só alma" (Ib. 2,4).

Por isso, quanto mais graves sejam os problemas, tanto mais profunda há de ser a unidade com a Cabeça visível e dos Pastores entre si. Sua unidade é um sinal precioso para a comunidade. Somento desta forma se logrará eficazmente os frutos da evangelização. Este é o motivo por que observem com ardente alegria a aprovar as conclusões de Puebla: "A Igreja da América Latina foi fortalecida em sua unidade, em sua identidade própria..." (Carta de 23 de março de 1979).

"A unidade no Espírito, uma unidade de Fé.

Ela nasce, com efeito, do mistério da Igreja, construída sobre a vontade do Pai, mediante a obra salvadora do Filho, no Espírito. É uma missão que desce depois aos membros da comunidade eclesiás, associados entre si de maneira sublime pelos vínculos da fé, sustentados pela esperança e vivificados pela caridade. A nós é confiada a grave responsabilidade de tutelar eficazmente esta unidade na verdadeira fé.

O primeiro serviço do Sucessor de Pedro é proclamar a Fé da Igreja: "Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo" (Mt. 16,16). Nele, o Papa, como Sucessor de Pedro, deve confirmar a seus irmãos (cf. Lc. 22,31). De vossa parte, também Vós, Pastores da Igreja, deveis confirmar na fé a vossas comunidades.

Esse deve constituir uma permanente preocupação vossa, bem conscientes de que é uma exigência fundamental de vossa missão, guiando-vos pelos critérios do Evangelho e sem outras motivações alheias a ele. Assim poderéis orientar com clareza os fiéis e evitar perigosos confusismos.

Que vossa unidade continue a se afirmar da caridade que brota da Eu-caristia, raiz e ínicio da comunidade cristã (cf. P.O. 6), sinal e causa da unidade. É evidente, por outra parte, que essa união que deve existir entre vós, os Bispos da Igreja, deve refletir-se também nos diversos setores eclesiás: presbíteros, religiosos e leigos.

A unidade dos prebíteros com os Bispos surge da mesma fraternidade sacramental. Bem haverá afirmado na Conferência de Puebla: "O ministério hierárquico, sinal sacramental de Cristo Pastor e Cabeça da Igreja, é o primeiro responsável pela edificação da Igreja em comunhão e pela dinâmicação de sua ação evangelizadora" (Puebla, 659). E acrescentáveis: "O Bispo é sinal e construtor da unidade. Infunde confiança em seus colaboradores (especialmente nos Presbíteros) para os quais deve ser um pai, irmão e amigo" (Puebla, 688).

Com esse espírito, a unidade no trabalho pastoral, nos diversos centros de comunhão e participação na Paróquia, na comunidade educativa, nas comunidades menores, deve continuar sendo estimulada e fortalecida.

A união com a Hierarquia daqueles que abraçaram a Vida Consagrada, tem uma grande importância. Tantos aspectos positivos assinalados em Puebla, como "o desejo de interiorização e de aprofundamento na vivência da fé" (Puebla, 726) e a insistência em que "a oração chegue a converter-se em atitude vida" (Puebla, 727); o esforço de solidariedade, de compartilhar com o pobre, devem ser vistos na perspectiva de uma plena comunhão.

Deste modo a vida consagrada é "meio privilegiado de evangelização eficaz" (Evangelii nuntiandi, 69). Por isso notava em meu Discurso Inaugural da III Conferência Geral que aos Bispos "não lhes pode faltar a colaboração, ao mesmo tempo responsável e ativa, mas também dócil e confiante dos religiosos" (II,2).

Compete aos Bispos a orientação doutrinal e a coordenação da ação pastoral. Todos os agentes de apostolado devem por isso secundar, genericamente e responsavelmente, as diretrizes assinaladas pela Hierarquia, tanto no campo doutrinal como no restante das atividades eclesiás. Isto se aplica à competência dos Bispos em sua Igreja Particular e, segundo os princípios de uma só eclesiologia, às Conferências Episcopais ou, no seu devido modo, ao serviço prestado pelo CELAM. Por outa parte, é evidente que um só cuidado pelo bem espiritual dos religiosos e religiosas deve brilhar na pastoral diocesana ou supradiocesana.

A comunhão eclesiás com os Pastores não pode faltar tampouco em um campo tão importante como o do mundo dos leigos. A Igreja necessita de contribuição poderosa do leigo, cujo raio de ação é muito amplo.

A Conferência de Puebla insistiu em que o leigo "tem a responsabilidade de ordenar as realidades temporais para colocá-las ao serviço da instauração do Reino de Deus" (Puebla, 789) e que "os leigos não podem eximir-se de um sério compromisso com a promoção da justiça e do bem comum" (791) com especial ênfase na atividade política (cf. 791), o leigo deve promover a defesa da dignidade do homem e dos seus inalienáveis direitos. (792).

Nessa missão própria dos leigos, deve-se deixar-lhes o lugar que lhes compete, sobretudo na militância e lideança de partidos políticos, ou no exercício de cargos públicos (cf. Puebla, 791). É um critério sólido, inspirado na Conferência de Medellin (Sacerdotes 19) e no Sínodo dos Bispos de 1971, o que haveis indicado: "Os Pastores, posto que devem preocupar-se com a unidade, se despojarão de toda ideologia político-partidária... Terão assim liberdade para evangelizar o político como Cristo, a partir do Evangelho, sem partidarismos nem ideologizações (Puebla, 526). São diretrizes estas de densas consequências pastorais.

A busca da unidade cultural nos leva ao coração do ecumenismo: "Temo também outras ovelhas que não são deste redil; é preciso que eu as traga; elas escutarão minha voz e haverá um só rebanho e um só Pastor" (Jo. 10,16). Em tal perspectiva é mister situar o diálogo ecumênico, que se reveste de características especiais na América Latina. A oração, a confiança, a fidelidade, devem ser o clima do autêntico ecumenismo. O diálogo entre irmãos de diferentes confissões não anula nossa própria identidade, senão que o supõe. Bem sei que vos esmerais por criar uma atmosfera de maior

aproximação e respeito, obstaculizada por alguns com métodos proselitistas nem sempre corretos.

A unidade da Igreja ao serviço da unidade dos povos.

A Igreja se insere na realidade dos povos: em sua cultura, em sua história, no ritmo de seu desenvolvimento. Vive, em profunda solidariedade, a de seus filhos, compartilhando suas dificuldades e assumindo suas legítimas aspirações. Em tais situações anuncia a mensagem de salvação que não conhece fronteiras nem discriminações.

A Igreja tem consciência de ser portadora da palavra eficaz de Deus. Palavra que criou o universo e é capaz de re-criar no coração do homem e na sociedade, em seus diversos níveis, atitudes e condições nas quais se possa gestar a civilização do amor. Com essa finalidade, o documento de Puebla foi apresentado oficialmente à ONU e a Organização dos Estados Americanos.

Em virtude do anúncio do Evangelho, quando o homem é conspurcado em sua eminente dignidade, quando se mantém ou prolonga a sua prostração, a Igreja denuncia. É parte de seu serviço profético. Denuncia tudo o que se opõe ao plano de Deus e impede a realização do homem. Denuncia para defender o homem ferido em seus direitos, para que se curem suas feridas e para suscitar atitudes de verdadeira conversão.

Servindo à causa da justiça, a Igreja não pretende provocar ou aprofundar divisões, exasperar conflitos ou potenciar os. Ao contrário, com a força do Evangelho, a Igreja ajuda a ver e respeitar em todo homem um irmão, convida ao diálogo as pessoas, grupos e povos, para que salvaguarde a justiça e se preserve a unidade. Em certas circunstâncias chega mesmo a servir de mediadora. Este é também um serviço profético.

Por isso, quando no exercício de sua própria missão sente o dever da denúncia, a Igreja se ajusta às exigências do Evangelho e do ser humano, sem servir a interesses de sistemas econômicos ou políticos nem às ideologias do conflito. A Igreja, acima dos grupos ou classes sociais, denuncia a incitação a qualquer forma de violência, o terrorismo, a repressão, as lutas de classe, as guerras, com todos os seus horrores.

Dante do doloroso flagelo da guerra e da corrida armamentista que produzem crescente subdesenvolvimento, eleva a Igreja na América Latina e em cada um dos povos gerados para o Evangelho, o clamor do venerado Papa Paulo VI: "Nunca mais a guerra!" Disse mesmo clamor eu mesmo me fiz eco diante da Assembleia das Nações Unidas. Que não se acumulem sobre já penosas circunstâncias novos conflitos, que agravam a prostração, sobretudo dos mais pobres.

A Igreja, como o demonstra a história com eloquentes exemplos, tem sido na América Latina o mais vigoroso fator de unidade e de encontro entre os povos. Segui, pois, prestando todo o vosso apoio, diletos Pastores, à de justiça, de uma bem-entendida integração latino-americana, como um esperancoso serviço à unidade. E se nesta tarefa se elevar alguma vez vossa voz crítica, sobretudo num serviço colegiado ao bem comum, continue sempre presidindo sempre vossas atuações a rígidos objetivos e a oportunidade, para que dentro do respeito devido às legítimas instâncias, a voz da Igreja interpela as consciências, tutele as pessoas e sua liberdade, reclame os devidos corretivos.

Nesta ocasião em que olhamos para os 25 anos passados do CELAM, para projetá-los para o futuro, é necessário conservar a recolocação de duas Conferências igualmente importantes e significativas: Medellin e Puebla.

Demos graças a Deus pelo que elas tem dado à Igreja. A primeira "quis ser um impulso de renovação pastoral, um novo espírito frente ao futuro, em plena fidelidade eclesial na interpretação dos sinais dos tempos na América Latina" (Homilia na Basílica de N.Sa. de Guadalupe); Por isso mesmo eu mesmo vos dizia que era preciso "tomar como ponto de partida as conclusões de Medellin, com tudo o que tem de positivo, sem ignorar porém as interpretações incorretas às vezes feitas e que exigem discernimento sereno, crítica oportunamente e claras tomadas de posição" (Discurso inaugural em Puebla, 28 de janeiro de 1979).

A segunda recolheu é assumiu a herança da precedente, no novo contexto eclesial. O presente é o que nos ocupa como Pastores. Porém ao querer orientar o momento atual, estamos bem conscientes de que nele revive o passado, dando-lhe raízes e inspiração. Neste sentido primitivo que me refletiu agora de maneira especial a alguns aspectos relacionados com a Conferência de Puebla.

Considero isto tanto mais importante, quanto bem sei que o CELAM, em suas reuniões regionais e em não poucas Conferências Episcopais as grandes orientações da III Conferência Geral foram assumidas em seus próprios Planos Pastorais. O mesmo se observa nas relações quinquenais de tantas dioceses.

Muito me tem agradado a rápida difusão e penetração nas comunidades da América Latina, e também fora dela, do Documento de Puebla. Estava confiante de que tal ocorreria. Com efeito, a Conferência de Puebla, como tenho dito em outras ocasiões, é de certa forma uma resposta que supera as fronteiras deste amado continente.

Ao Documento de Puebla, que conheci em detalhe e aprovei com satisfação depois de esclarecer alguns conceitos, tenho recorrido com frequência nos encontros mantidos durante vossas visitas ás Igrejas. Tenho querido deste modo sublinhar suas densas orientações doutrinais e pastorais.

Insisti no início da Conferência, em vossa nobre missão de Mestres da Verdade.

Haverá, na proximidade pastoral com nossas comunidades, uma forma de presença que mais ame o povo que esta de Mestre? Poderia uma autêntica ação pastoral ou uma genuina renovação eclesial, basear-se sobre fundamentos diferentes dos da Verdade sobre Jesus Cristo, sobre a Igreja e sobre o Homem, tal como nós o professamos? A coerência diante dessas verdades outorga o selo pastoral as diretrizes e opções que a Conferência formulou. A estas verdades dispensastes grande atenção, como se verifica nos diversos capítulos do Documento.

Abordastes com efeito, graves questões de Cristologia e Eclesiologia, que haviam sido solicitadas pelos mesmos bispos e que causam também preocupações entre vós.

A fidelidade à fé da Igreja em relação à pessoa e à missão de Jesus Cristo, tem uma importância capital, com enormes repercussões pastorais. Continual pois a exigir um compromisso carente no anúncio do "Redemptor hominis". Que essa fidelidade resplandeça na pregação em suas diversas formas, na catequese, em toda a vida do Povo de Deus.

A Igreja é para o crente objeto de fé e de amor: Um dos sinais do verdadeiro compromisso com a Igreja é acatar sinceramente o seu Magistério fundamental da comunhão. Não é aceitável a contraposição que se faz às vezes entre uma Igreja "oficial", "institucional" e a Igreja - Comunhão: Não são, nem podem ser, realidades separadas. O verdadeiro crente sabe que a Igreja é o povo de Deus em virtude da convocação de Cristo e que toda a vida da Igreja está determinada por que esta pertença ao Senhor. É um "povo" eleito, escolhido por Deus.

Particular atenção merece o trabalho dos teólogos. Esse ministério é um nobre serviço, que a imensa maioria cumpre fielmente. Seu trabalho envolve uma firme atitude de fé. Junto com a liberdade de investigação a comunicação oral ou escrita de suas investigações e reflexões deve fazer-se com o maior senso de responsabilidade, de acordo com os direitos e deveres que competem ao Magistério, colocado por Deus para guiar na fé a todo o povo fiel.

A Conferência de Puebla quis também ser uma grande opção pelo homem. Não se pode opor o serviço de Deus e o serviço dos homens, o direito de Deus e o direito dos homens. Servindo ao Senhor, entrando-lhe nossa vida ao dizer que "cremos num só Deus", que Jesus é o Senhor (1 Cor. 12,13, Rom. 10,9 Jo 20,28) rompemos num só Deus", que Jesus é o com tudo o mais que pretenda erigir-se em absoluto e destruirmos os ídolos do dinheiro, do poder, do zelo, os que se escondem nas ideologias, "religiões leigas" com ambição totalitária.

O reconhecimento do domínio de Deus conduz ao descobrimento da realidade do homem. Reconhecendo o direito de Deus, seremos capazes de reconhecer o direito dos homens. "Do homem em toda a sua verdade, em sua plena dimensão... de cada homem, porque cada um foi compreendido no mistério da Redenção e com cada um Cristo se uniu para sempre..." (Redemptor Hominis n. 13).

Dada a realidade de tão vastos setores atingidos pela miséria e diante do abismo existente entre ricos e pobres - que assinala no início das históricas Jornadas de Puebla - justamente convidando à opção preferencial pelos pobres, não exclusiva nem excluente (cf. Puebla, 1145, 1165). Os pobres são, com efeito, os prediletos de Deus (cf. Puebla 1143). No rosto dos pobres se reflete Cristo, Servo de Javé. "A sua evangelização é por excelência sinal e prova da missão de Jesus" (Puebla 1142). Oportunamente houve indicado que "o melhor serviço ao irmão é a evangelização, que o dispõe a realizar-se como filho de Deus, o libera das injustiças e o promove integralmente" (Puebla 1145). É, pois, uma opção que expressa o amor de predileção da Igreja, dentro de sua missão evangelizadora universal e sem que nenhum setor fique excluído de seus cuidados.

Entre os elementos de uma pastoral que leve a marca de predileção pelos pobres emergem: o interesse por uma pregação sólida e acessível, por uma catequese que abrace toda a mensagem cristã; por uma liturgia que respeite o sentido do sagrado e evite os riscos da instrumentalização política; por uma pastoral familiar que defende o pobre diante de campanhas injustas que ofendem sua dignidade; pela educação, fazendo que chegue aos setores menos favorecidos pela religiosidade popular em que se expressa a alma mesmo dos povos.

Um aspecto de avengelização dos pobres é o fortalecimento de uma ativa preocupação social. A Igreja tem tido sempre essa sensibilidade e hoje se fortalece esta consciência: "nossa conduta social é parte integrante de nosso seguimento de Cristo" (Puebla 476). A este propósito, atendendo as diretrizes que vos dei ao iniciar a Conferência de Puebla, houve insistido, amados irmãos, na vigência e na necessidade da Doutrina Social da Igreja cujo "objeto primário é a dignidade pessoal do homem, imagem de Deus, e a tutela de seus inalienáveis direitos" (Puebla 475).

Uma faceta concreta da evangelização e que deve orientar-se sobretudo aos que dispõem de meios econômicos, a fim de que colaborem com os mais necessitados - é o reto conceito da propriedade privada sobre a qual "recai uma hipoteca social" (Discurso inaugural III, 4). Tanto em nível internacional, como no interior de cada país, os que possuem os bens devem estar atentos às necessidades dos seus irmãos. É um problema de justiça e de humanidade. Também de visão do futuro, se quer preservar a paz das nações.

Manifesto por isso minha satisfação pela mensagem enviada de Puebla aos povos da América Latina e estou confiante ainda que o serviço operativo dos direitos humanos, do CELAM, faça eco da voz da Igreja onde o exijam situações de injustiça ou de violação dos legítimos direitos do homem.

Tema importante da Conferência de Puebla foi o da libertação. Havia voz exortado a considerar o específico e original da presença da Igreja na libertação (Discurso inaugural III, 1). Assinalava como a Igreja "não necessita, pois, recorrer a sistemas e ideologias para amar, defender e colaborar na libertação do homem" (III, 2).

Na variedade dos tratamentos e correntes da libertação, é indispensável distinguir entre o que implica "uma reta concepção cristã da libertação" (III, 6) "no seu sentido integral e profundo como o anunciou Jesus" (Ibid), aplicando lealmente os critérios que a Igreja oferece, e outras formas de libertação distintas e até conflitantes com o compromisso cristão.

Dedicastes oportunas considerações aos sinais para discernir o que é uma verdadeira libertação e riqueza, e o que toma o caminho das

ideologias. Os conteúdos e as atitudes (cf. Puebla 489), os meios que utilizam, ajudam para tal discernimento. A libertação cristã usa "meios evangélicos, com sua peculiar eficácia e não apela para nenhum tipo de violências nem para a dialética da luta de classes..." (Puebla 486) ou à praxis ou análise marxista, pelo "risco de ideologização e que se expõe a reflexão teológica, quando se realiza partindo de uma praxis que recorre à análise marxista. Suas consequências são a total politização da existência cristã, a dissolução da linguagem da fé na das ciências sociais e o esvaziamento da dimensão transcendental da salvação cristã" (Puebla 545).

Uma das contribuições pastorais mais originais da Igreja Latino Americana tal como apresentada pelo Sínodo dos Bispos de 1974 e assumida na Exortação Evangeli Nuntiandi, foram as comunidades eclesiais de base.

Oxalá essas comunidades continuem a mostrar sua vitalidade e dar frutos (cf. Puebla 87,156) evitando ao mesmo tempo os riscos que podem encontrar e aqueles a que aludia a Conferência de Puebla: "É lamentável que em alguns lugares interesses claramente políticos pretendam manipular-as e separá-las da autêntica comunhão com os Bispos" (Puebla 98). Diante do fato da radicalização ideológica que em alguns casos se registra (cf. Puebla 630) e para o harmonioso desenvolvimento dessas comunidades, convido-vos a assumir o compromisso subscrito.

"Com Pastores queremos decididamente promover, orientar e acompanhar as comunidades eclesiais de base, segundo o espírito de Medellin e os critérios da Evangeli Nuntiandi (Puebla, 648).

A Conferência de Puebla quis dar impulso a "uma opção mais decidida por uma pastoral de conjunto" (cf. Puebla 650) necessária para a eficácia da evangelização e para a promoção da unidade das Igrejas particulares (Puebla 703). Articulem-se pois nela os diferentes aspectos da pastoral, com dinâmica unidade de critérios teológicos e pastorais. Muita pode fazer o CELAM a este respeito.

Nessa perspectiva de uma adequada pastoral de conjunto, permiti-me que insista convosco nas prioridades pastorais que indiquei em Puebla e que com tão marcado interesse assumistes. Conservam toda sua vigência e urgência. Refiro-me à pastoral familiar, juvenil e vocacional.

Fazer com que a família na América Latina, tornada coesa pelo sacramento do matrimônio, seja verdadeira Igreja doméstica, é uma tarefa urgente. A civilização do amor deve ser construída sobre a base in substitutível do lar. Esperamos do próximo Sínodo um forte estímulo para esta prioridade.

A juventude, comprove-o amiúde em meus contatos ministeriais e em minhas viagens apostólicas, está disposta a responder. Não está esgotada sua generosa capacidade de entrega a ideias nobres, ainda que exijam sacrifícios. Ela é a esperança do mundo, da Igreja, da América Latina. Saibamos pois transmitir-lhe, sem cortes em falsos pudores, os grandes valores do Evangelho, do exemplo de Cristo. São causas que o jovem percebe como dignas de serem vividas, como maneira de responder a Deus e ao homem irmão.

A pastoral vocacional há de merecer uma especialíssima atenção, como indiquei repetidamente aos Bispos latino-americanos durante sua visita Ad Limina. As vocações para o sacerdócio devem ser o final da maturidade das comunidades e devem manifestar-se também como consequência da Floração dos ministérios confiados aos leigos e de uma oportuna pastoral familiar que prepara para escutar a voz de Deus.

Ponha-se por isso toda diligência na sólida formação espiritual, academia e pastoral nos Seminários. Somente com essa premissa podemos ter garantia fundada para o futuro. Necessitamos sacerdotes plenamente dedicados ao ministério, entusiastas de sua entrega total ao Senhor no celibato, convencidos da grandeza do mistério de que são portadores. E oxalá pudesse um dia aumentar o envio de missionários que ajudem em regiões desprovidas, em vossas próprias nações e em outros continentes.

Quero agora concluir estas reflexões fazendo um premente apelo à esperança. Certamente não é pouco o caminho que falta para percorrer na construção do reino de Deus neste continente. Muitos são os obstáculos que se interpõem. Mas não há razão para a desesperança. Como prometeu, Cristo está conosco até o fim dos tempos, com sua graça, sua ajuda, seu poder infinito. A Igreja pela qual lutamos e sofremos é a sua Igreja, em que o Espírito Santo continua vivendo e deramandando as maravilhas de seu amor. Fieis as suas inspirações, sigamos adiante, com renovado entusiasmo, na tarefa de evangelizar a todos os povos.

Este convite à esperança o estendo, como cordial gratidão por tantos desvelos consagrados à Igreja, a todos os Bispos da América Latina, a quantos trabalham no CELAM, aos sacerdotes, aos membros dos diversos Institutos de vida consagrada e do laicato, que em formas tão variadas manifestam de modo admirável, frequentemente oculto, a magnífica multiplicidade do amor ao Senhor e ao homem.

"Associo neste sentimento de merecida gratidão a todos aqueles organismos da Europa e da América do Norte, que tão valiosamente colaboraram, com pessoal apostólico e com recursos econômicos, para a vida de numerosas Igrejas particulares. Que o Senhor os recompense com acréscimo por essa solicitude eclesiástica.

Que a Virgem Santíssima, Nossa Senhora de Guadalupe, a cujos pés depositastes com imensa confiança o Documento de Puebla, vos acompanhe no caminho, vos alivie maternalmente a fadiga, vos sustenha na esperança, vos guie para Cristo, o Salvador, o prêmio imprecável.

Com a Bênção e afeto do Sucessor de Pedro, com imenso amor à Igreja, levai todas as gentes a Cristo. Assim seja"

CNBB: Extrema-direita quer destruir a Igreja

Em nota conjunta divulgada, ontem, a Comissão Episcopal do Regional Nordeste II da CNBB, a Arquidiocese de Olinda e Recife e a Diocese de Palmares condenam a crescente onda de difamação e violência contra pessoas ligadas à Igreja do Nordeste (bispos, padres e agentes pastorais) e advertem que, por trás dessas ações, manifestam-se intenções e desejos claros de desmoralizá-la e de se levar o País para uma escalada de extrema-direita, "buscando-se conturbar o processo político de abertura, uma necessidade vital ao povo brasileiro, no momento histórico que está vivendo".

O documento — subscrito por dom Hélder Câmara, dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), dom Acácio Rodrigues (bispo de Palmares), dom Marcelo Carvalheira (bispo auxiliar de João Pessoa) e dom José Lamartine Soares (bispo auxiliar de Olinda e Recife) — adverte que, por trás dos atos violentos praticados contra representantes da Igreja, "não se esconde também os interesses de inviabilizar as legítimas reivindicações e organizações dos trabalhadores e setores oprimidos da sociedade". E pede atenção para a posição dos senhores proprietários de terra que, historicamente, "estão acostumados a ter e a abusar do poder que têm".

Eis, na íntegra, a nota: "O presidente da Comissão Episcopal do Regional Nordeste II da CNBB, a Arquidiocese de Olinda e Recife, a Diocese de Palmares, lembrando as palavras do Santo Padre em seu discurso aos camponeses, no Recife, segundo a qual a "Igreja não quer omitir-se quando se trata de fazer que a vida humana se torne cada vez mais humana e de conscientizar para que tudo aquilo que compõe esta mesma vida corresponda à verdadeira dignidade do homem", resolveram levar ao conhecimento da opinião pública e das autoridades competentes do País fatos e acontecimentos que os pastores não podem deixar de denunciar, dentro da realidade vivida pela Igreja local, nos úl-

timos tempos. É de esperar não só a compreensão de todos, com um exame sério dos casos, mas que haja da parte das autoridades o que elas têm que realizar em ordem ao bem comum ameaçado".

"Verifica-se uma onda crescente de difamação e violência contra pessoas ligadas à Igreja do Nordeste — bispos, padres e agentes pastorais, em diversos locais. Registramos os fatos já bastante divulgados, a respeito dos quais houve vários pronunciamentos e notas das dioceses, do Regional e do Nacional da CNBB, de diversas Comissões de Justiça e Paz e de outras entidades nos seguintes locais: em Propriá (SE); Campina Grande (PB); Recife (PE); Ribeirão (PE), Petrolândia (PE) e João Pessoa (PB).

Em face dos fatos relatados e já divulgados pela Imprensa, desejamos apresentar algumas observações que permitam uma série e imediata reflexão. Por trás destas ações, manifestam-se intenções e desejos claros de desmoralização da Igreja no Nordeste. Não se esconde também os interesses de inviabilizar as legítimas reivindicações e organizações dos trabalhadores e setores oprimidos da sociedade. Manifesta-se, ao mesmo tempo, uma tentativa de levar o País para uma escalada de extrema-direita, buscando-se conturbar o processo político de abertura, uma necessidade vital ao povo brasileiro, no momento histórico que está vivendo".

"Pedimos a atenção para a posição daqueles senhores e proprietários de terra que, historicamente, estão acostumados a ter e a abusar do poder que têm. Vê-se, claramente, o interesse de manter o País, no plano inclinado do poder discricionário, que se fundamenta na doutrina da Segurança Nacional, tida como um valor incondicional e sagrado. Aparece o esforço de tentar jogar uma dúvida sobre a identidade de pessoas religiosas de absoluta confiança dos pastores, que estão comprometidas com a ação da Igreja".

"Os bispos signatários sentem o

dever de condenar estas práticas verdadeiramente terroristas. Ao mesmo tempo hipotecam sua solidariedade e confiança ao trabalho pastoral das pessoas atingidas e caluniadas, apoiam firmemente a luta dos trabalhadores rurais e urbanos do Nordeste por melhores condições de vida e de salário, em defesa dos seus legítimos direitos".

"Esperamos das autoridades uma tomada de posição, diante dos fatos. Não podem concordar com a indiferença e a inoperância que poderão levar, inclusive, a uma forma de capitulação ou de convivência com os responsáveis pela situação criada, na esperança de que não faltarão as medidas que façam desaparecer esta impressão, diante dos fatos e acontecimentos denunciados".

"Vale a pena repetir as palavras que João Paulo II pronunciou, na homilia da missa celebrada, no Recife, no dia 7 de julho deste ano: "Bem-aventurados os pobres, os que sabem-se desapegar de suas posses e de seu poder, para colocá-los a serviço dos necessitados, para se comprometer na busca de uma ordem social justa, para promover as mudanças de atitudes necessárias a fim de que os marginalizados possam encontrar lugar à mesa da família humana". Subscrevem dom José Maria Pires (arcebispo de João Pessoa) dom Hélder Câmara (arcebispo de Olinda e Recife); dom Acácio Rodrigues Alves (bispo de Palmares); dom José Lamartine Soares (bispo auxiliar de Olinda e Recife); e dom Marcelo Carvalheira, bispo auxiliar de João Pessoa.

HÉLDER VIAJA

Dom Hélder Câmara viaja hoje para a Europa onde participará de um ciclo de conferências sobre os problemas do terceiro mundo, particularmente os relacionados com a América Latina. Na Itália, o arcebispo de Olinda e Recife se encontrará com a madre Tereza da Calcutá, para juntamente com outros representantes da Igreja, analisar os meios adequados de uma campanha internacional contra a fome.



Jornal DO BRASIL 20.10.81

16 — NACIONAL

CNBB confirma agressões a padre irlandês no Pará

Brasília — Relatório distribuído ontem pela CNBB sobre a prisão de religiosos no último fim de semana em São Geraldo do Araguaia (PA) confirma que o Padre irlandês Peter MacCarthy foi por duas vezes espancado — uma delas na sede do Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantis — e as quatro freiras com ele detidas sofreram constrangimentos morais e durante três horas tiveram de responder a interrogatórios de pé, com o rosto voltado para a parede.

No relatório, que a CNBB preferiu divulgar sem o acompanhamento de uma nota de protesto — que era esperada e poderá sair ainda hoje, quando D Luciano Mendes chegar a Brasília — os religiosos dizem que de fato o GETAT profanou a igreja velha de São Geraldo do Araguaia para promover, à revelia da diocese, um culto em homenagem ao padroeiro da cidade.

Caipirinha sem açúcar

Segundo o relatório, assinado pelo Padre Peter e as irmãs Helena Melo e Helder Soares, as 20h30m do dia 15 elas foram até a igreja observar a celebração que estava sendo feita pelo Padre Alfredo de La O, trazido de Belém por agentes da Polícia Federal exclusivamente para isto.

Logo na porta foram cercadas e fotografadas por policiais. Encerrada a missa, quando o Padre Alfredo entrou na sacristia, o padre Peter, acompanhado pelas irmãs, se apresentou e pediu esclarecimentos sobre o que se passava. Falando em inglês, "aparentando muito nervosismo e muito medo", o Padre Alfredo explicou que havia sido forçado a ir para São Geraldo.

Pediram-lhe que os acompanhasse até a casa paroquial. Isto só aconteceu depois de um policial ter dito ao Padre Alfredo que não tinha permissão, mas, se quisesse ir, a responsabilidade seria sua.

No trajeto entre a Igreja Velha e a casa paroquial, num jipe Toyota da diocese, os religiosos notaram que o Padre Alfredo, nervoso, tentou desligar um gravador que trazia escondido na bolsa.

"Chegando na casa paroquial" — diz o relatório — "ele começou a chorar e sentir-se mal. A irmã Maria tirou a pressão dele e estava 140/100 de pressão. Ajudando a recuperá-lo, o Padre Peter deu-lhe uma caipirinha, sem açúcar, por ser ele diabético. Mais tarde ele melhorou mas ficou nervoso com os carros do GETAT que passaram três vezes na frente da casa e desconfiou que havia agentes da polícia na janela."

Juramento

Depois de jurar sobre a Bíblia que iria dizer a "verdade total", de acordo com o relatório, o Padre Alfredo repetiu que estava sendo forçado a celebrar a missa nos festejos. Esse constrangimento se manifestaria sob a forma de ameaça de um processo criminal a que responderá no final deste mês. O Padre Alfredo de la O é de nacionalidade norte-americana, esteve na México e veio para o Brasil, até ser preso em 1976, por envolvimento em contrabando no Município de Vigia. Mostrou aos padres em São Geraldo as cicatrizes das torturas sofridas naquela ocasião.

O Padre Peter, em seguida, mostrou-lhe uma carta do Bispo diocesano, D José Patrick Hanrahan, na qual é avocado o direito canônico, que lhe proibia celebrar missa em São

Geraldo. O Padre Alfredo concordou em assinar esta carta como ciente do seu teor.

Mais tarde, durante a conversa, manifestou medo de que esta carta pudesse prejudicar ainda mais a sua situação com a polícia e, "mostrando-se desequilibrado", conforme o relatório dos religiosos, disse que "ia fugir na mata e se matar. Apesar de todos os protestos, saiu dizendo que seríamos presos e mortos. Ele saiu, pulou a cerca e correu em direção à Cobal".

Os espancamentos

O Padre Peter e as irmãs tomaram o jipe e saíram à procura do Padre Alfredo; este, encontrado atrás de uma casa, se escondeu e os religiosos voltaram para a casa paroquial. Mais tarde, às 23h20m do mesmo dia, dois agentes estiveram na casa à sua procura.

Até que, aos 20 minutos do dia seguinte, os policiais voltaram num jipe do GETAT para prendê-los. "Ai começou a violência" diz o relatório, "eles ameaçaram com os revólveres nos ouvidos, na cabeça e na nuca, ligando e desligando o botão de segurança dos revólveres, com empurrões, palavrões e atacando a moral das irmãs, dizendo que são amantes dos padres."

Da casa paroquial, os religiosos foram transportados para a sede do GETAT e no caminho informados de que o Padre Alfredo estava em coma e, caso morresse, todos morreriam. Os policiais disseram também: "Ainda vamos pegar o bispinho de vocês", referindo-se a D Patrick.

Os religiosos foram separados em dois grupos. As freiras que ficaram na sede do GETAT foram forçadas a permanecer de pé, olhando para a parede, "enquanto os agentes da polícia ameaçavam com revólveres, bateram e disseram que a turma ia fazer um pacto de morrer junto. Depois levaram o Padre Peter para outra sala, onde quatro ou cinco agentes o espancaram, bateram e insistiram em saber o que ele havia dado para o Padre Alfredo beber."

É que na versão do GETAT para o incidente, segundo o coordenador da área, Carlos Chaves, o Padre Peter MacCarthy teria embriagado o Padre Alfredo e o espancado, deixando-o em estado de coma. Ele e as religiosas teriam sido presos para "averiguações". Mas assessores da CNBB que distribuíram o relatório acham que o Padre Alfredo estaria dopado na ocasião.

Depois levaram o Padre Peter para a sacristia, onde o Padre Alfredo estava prostrado. De lá, sempre sob espancamentos, levaram-no para a casa paroquial, tentando obter a carta que o Padre Alfredo havia assinado. Como não conseguiram, voltaram com o padre para a sede do GETAT, onde ocorreram novos espancamentos. Os religiosos só foram liberados na manhã do dia seguinte.

Nada a ver

O Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, assegurou ontem, através da assessoria de imprensa, em termos oficiais, que a Polícia Federal nada tem a ver com a prisão, quinta-feira, das freiras vicentinas e do Padre irlandês Peter MacCarthy, em São Geraldo do Araguaia.

A informação só foi liberada no final da tarde. Até então houve silêncio por parte do Departamento de Polícia Federal e do próprio Ministério da Justiça.



D Luciano condena "ingerência"

Porto Alegre — O secretário-geral da CNBB, D Luciano Mendes de Almeida, classificou de "ingerência indebita" a organização, em São Geraldo do Araguaia, de uma missa pela Polícia Federal e de "atitude injustificável" a prisão de um padre e quatro freiras. Para ele, "não há condição de restringir o direito da Igreja de promover a justiça".

— Não há excesso na defesa da justiça e no protesto contra a violência e a opressão — acrescentou D Luciano Mendes, para quem "o importante não é chamar a atenção para padres presos, mas para o problema da miséria e fome do povo, para a situação de tensão resultante do atraso de se providenciar uma solução para os lavradores de São Geraldo do Araguaia".

D Luciano criticou também a atuação do GETAT, que "infelizmente nesta área tem-se

revelado insuficiente e incompetente, contrariamente ao que se esperava". Não vê contudo os últimos episódios como reflexos de uma campanha contra a Igreja. Cada caso, em sua opinião, "deve ser examinado nas suas devas proporções".

Não acredita na expulsão dos padres franceses. "No Brasil", comentou, "há todo um direito de se esperar o respeito à justiça e, desde que seja assegurada a condição de defesa, considero que a inocência dos padres há de ser comprovada".

Para o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, "o problema não está na tensão entre Igreja e Governo, mas na necessidade de tanto a Igreja como o Governo serem fiéis à sua missão de promover a pessoa humana".

D Avelar pode fazer relato ao Papa

Salvador — Se o Papa João Paulo II desejar notícias sobre a relação entre a Igreja e o Estado no Brasil, principalmente diante dos últimos casos como a ameaça de expulsão do país dos dois padres franceses e agora a prisão de um padre e quatro freiras em São Geraldo do Araguaia, o Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Cardeal Avelar Brandão Vilela, poderá conversar com ele detalhadamente ou até fazer um relatório escrito.

Esta informação foi dada pelo próprio Arcebispo, ontem à tarde, pouco antes de viajar para Roma, onde vai participar das comemorações do terceiro aniversário de pontificado de João Paulo II. Além das comemorações, ele terá audiência particular com o Papa, durante a qual pretende "conversar sobre assuntos gerais", não estando previstas especificamente as relações entre Igreja e Governo no Brasil.

Dom Avelar disse que ontem telefonou para Conceição do Araguaia, para Belém e para a CNBB procurando se informar sobre a prisão do Padre Peter McCarthy e das quatro

freiras. Pelo que soube, o Padre Peter foi a São Geraldo do Araguaia em missão oficial, a mando do Bispo Dom Patrício, para saber da presença na cidade do Padre mexicano Alfredo La O, que não era do conhecimento da diocese.

— Me disseram que o Padre Peter se reuniu com o padre mexicano e, em determinado momento, este disse estar sentindo mal-estar e se retirou. Logo em seguida chegaram os policiais, prenderam o Padre Peter e as quatro irmãs e os levaram para a delegacia, onde ficaram das 23h de quinta-feira até às 5h de sexta-feira. Na delegacia, o padre teria sido maltratado. A ser verdade isto, o acontecimento torna cores apocalípticas — afirmou Dom Avelar.

Disse não saber explicar como o padre mexicano foi parar em São Geraldo do Araguaia "sem aprovação do bispo", o que constitui fato "anômalo", principalmente porque ele estava a serviço do Getat, que Dom Avelar considera como um órgão que "atua com força total".

D. Alberto apenas leu os jornais

Belém — O Arcebispo Metropolitano de Belém, D Alberto Ramos, que chegou ontem no Monte Dourado, onde estava desde sexta-feira, disse que até agora tudo o que sabe sobre os acontecimentos de São Geraldo, relacionados com a prisão do padre Peter MacCarthy e quatro freiras, tomou conhecimento através dos jornais. Até às 18 horas de ontem o Arcebispo não havia conseguido manter contato com Conceição do Araguaia para inteirar-se dos fatos.

Esclareceu, porém, que o padre Alfredo de la O, que celebrou a missa em São Geraldo a convite da Polícia Federal, está no pleno uso das suas ordens religiosas e pode perfeitamente rezar o ofício. A missa celebrada por ele no Araguaia, portanto, foi válida, mas ilegal porque realizada contra a vontade do Bispo local, Dom José Hanrahan. O Arcebispo está esperando a volta do padre Alfredo a Belém para aclarar os fatos.

Advogados denunciam precipitação

Brasília — Em arrazoado formalizado na Polícia Federal em defesa dos Padres Aristóteles Camilo e François Gouriou — de 23 páginas — os advogados Luis Carlos Sigmaringa, Heileno Fragoso, Egídio Filho e Luis Greenhalg reclamam o direito de os sacerdotes obterem um pronunciamento da Justiça a respeito da acusação de que cometaram crime contra a segurança nacional, antes de qualquer medida de expulsão.

Denunciam a precipitação do processo destinado à expulsão, que se baseia em investigação inquisitorial, "conduzida com violência e espírito preconcebido". afirmam que os documentos apresentados contra ambos não provam e argumentam que as apostilas que aparecem no inquérito "não são de autoria dos expulsandos, nem foram por eles utilizados". Outro argumento é o de que a ata de uma reunião realizada pelos padres, redigida em francês, foi mal traduzida na passagem fundamental, "que não pode ser interpretada isoladamente".

Invocando seu direito de defesa, solicitaram, como indispensável a admoestação da improcedência da imputação que lhes foi feita, a audiência de seis lavradores, entre os quais João Matias da Costa, que, após ser preso, "passou oito dias algemado à porta de umipe na sede do GETAT, em São Geraldo do Araguaia", conforme termo de declaração assinado por sua filha, Eugênia Matias Silva.

Outras testemunhas arroladas são o chefe da unidade executiva do GETAT, Carlos Alberto Freire Chaves, e o Tenente-Coronel Sebastião Rodrigues de Moura, servindo no Conselho de Segurança Nacional. Como o inquérito expulsório está intimamente vinculado à presunção da prática de atos delituosos apurados no inquérito policial instaurado em Belém, os advogados de defesa sustentam que não podem aquelas provas lastrear eventual ato expulsório "porque se incidiria em flagrante cerceamento de defesa".

Bispos debatem atuação

política

Das sucursais

"O que é política, no sentido amplo do bem comum, a Igreja tem o direito e dever de falar. Agora, no que diz respeito a partidos políticos, a situação torna-se mais difícil e delicada", afirmou ontem o bispo de Pelotas, d. Jaime Chemello, ao comentar o documento distribuído à imprensa pelo bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, d. Pedro Casaldáliga, no qual são apresentadas sugestões para a atuação pastoral na política partidária.

Segundo d. Chemello, a Igreja deve apresentar critérios para os cristãos, mas não se decidir politicamente por eles, "pode até haver uma situação grave em que a Igreja tenha que se posicionar, mas, não sendo assim, o papel da Igreja é unicamente de estabelecer critérios e dar para a frente cabe à consciência de cada um", disse.

Sobre a sugestão de d. Pedro Casaldáliga e da pastoral da Prelazia de São Félix — que assina o documento — de que "é também nosso papel ajudar o povo a localizar os partidos de oposição vacilante, como o PP e o PTB de Ivete Vargas, que fazem oposição ao governo, mas não à estrutura da atual sociedade", d. Chemello observou que "esse é um processo difícil, porque de repente a Igreja pode ser acusada de manipular as pessoas".

Segundo d. Valfredo Tepe, bispo de Ilhéus, a Igreja só se posicionaria contra um partido político se o seu programa de ação fosse radicalmente contrário aos princípios da Igreja Católica. D. Chemello disse, entretanto, que "nesse caso, a discordância fica tão evidente que a Igreja nem se precisaria pronunciar".

"INJUSTO"

O presidente do PP, senador Tancredo Neves, respondeu ontem às acusações do bispo d. Pedro Casaldáliga, que qualificou de "vacilan-

te" a ação daquele partido. Tancredo advertiu que o engajamento partidário da Igreja seria o mesmo que dividir o povo de Deus em várias siglas, ao mesmo tempo em que condenou o governo por manter, pela força, uma ordem social injusta.

É a seguinte a nota divulgada pelo presidente do PP:

"D. Casaldáliga foi injusto na sua apressada apreciação sobre o comportamento oposicionista do Partido Popular, quando o considerou uma oposição vacilante. Os que acompanham de perto a conduta do PP sabem-no um partido oposicionista de linhas nítidas e inequivocáveis, embora responsável, consequente e construtivo. Esse tem sido o julgamento da imprensa independente do País. Realmente o PP não almeja a mudança estrutural da atual sociedade, porque este é objetivo dos partidos revolucionários, e ele é um partido democrático, reformista, como se vê do seu programa, que preconiza, para o Brasil, amplas e profundas reformas no campo político, econômico e social".

"A doutrina política tradicional da Igreja, no que tange aos partidos políticos, tem sido a de manter-se ela fora e acima de todos eles. Vê-la engajada a partidos, seria dividir o povo de Deus através das diversas siglas, ou seja, expô-la na sua divindade, grandeza e unidade a todos os embates, passionais e mutilantes, das lutas partidárias."

"Observe-se, porém, que o critério de valor, na análise do PP, não é da Igreja, mas de d. Casaldáliga, mesmo porque outros dos seus eminentes dignitários não têm do partido que me honro de presidir esse injusto conceito. Nem seria crível, além do mais, que o PP pudesse fazer coincidir os seus posicionamentos com as avançadas posições econômicas e sociais do eminente prelado. Nós estariam negando a nossa índole, os nossos compromissos e a nossa fé no valor da democracia."



A íntegra do documento

O documento "Sugestões para a atual Pastoral na Política Partidária", distribuído por dom Pedro Casaldáliga em Ilaci é o seguinte, na íntegra:

"Atualmente, no Brasil, pela atitude cada vez mais comprometida da CNBB com a causa do oprimido e pela própria palavra de João Paulo II em sua visita ao País, não mais se ousa condenar simplesmente a atuação política da Igreja. O que ainda se discute e até se condena rotineiramente por muitos é a atuação da Igreja na política partidária.

Estas "sugestões" não pretendem entrar em discussões maiores nem convencer a ninguém. São apenas subsídios modestos, frutos de uma convicção, de uma certa experiência, que trocamos com os companheiros da mesma caminhada.

Gostaríamos, entretanto, de lembrar que na atual organização da sociedade humana, a política "que concerne aos interesses de toda a sociedade e, que neste sentido, é o domínio por excelência da forma mais extensa da caridade: a caridade política (Pio XI, discurso à Federação Universitária Católica Italiana, 18.12.1937), "se exerce normalmente por meio da agremiação e da atuação partidária".

Seria importante também lembrar que a Igreja não é somente o bispo ou o padre, ou a religiosa. Nem "os profanos" em teologia e pastoral nem "os de casa" — nem sequer nos documentos ditos eclesiásticos ou até mesmo pontifícios — podem usar indistintamente a palavra Ordem como sinônimo de hierarquia ou de clero. A Igreja é todo o povo de Deus congregado em Jesus Cristo. O que pode ser ainda oportuno aconselhar à hierarquia ou ao clero ou aos religiosos, já pode ser inóportuno e até injusto pedir aos leigos, mesmo sendo agentes de pastoral.

As Comunidades Eclesiais se compõem de cidadãos da única cidade de Deus e dos homens; todos eles seres políticos, por vocação natural e por vocação cristã. "A política — declara Paulo VI na Octogésima Adveniens — é uma maneira exigente, se bem que não seja a única, de viver o compromisso cristão, a serviço dos outros".

Os membros dessas comunidades normalmente só poderão exercitar seu compromisso político dentro de uma política partidária.

Que as Comunidades, como tais, se pronunciem oficialmente por um partido ou condicionem a filiação comunitária a tal ou qual filiação partidária, já seria um procedimento evidentemente errado. Seria fazer as Comunidades Eclesiais de Base mera base partidária.

E correto, entretanto, que as Comunidades Cristãs, como tais, definam à luz da fé e da conjuntura, quais as exigências que se pedem a um partido e a um governo para que o povo os possa considerar como servidores do bem comum e, por isso, verdadeiramente populares. Como se dão, dentro da Comunidade, as normas da moral sexual ou profissional, devem-se dar as normas da moral política.

Achamos muito oportuno o decálogo da Pastoral Partidária que consta do livro "A Igreja, o Poder e o Povo", do teólogo Clodovis Boff, distribuído por d. Moacir Grecchi, bispo de Acre-Purus, por ocasião de uma entrevista (15/01) na CNBB em Brasília a respeito das orientações pastorais para uma participação política consequente dos fiéis. Por isso o reproduzimos a seguir na íntegra:

DECÁLOGO DA PASTORAL PARTIDÁRIA

1 — Favorecer a educação política da Comunidade de forma permanente e não somente nos tempos de eleição.

2 — Fique claro nas comunidades este princípio: a participação partidária não é simplesmente livre, mas boa e

necessária para o cristão. Note-se, porém, que esta participação pode-se dar em diferentes graus: pelo voto, pela filiação ou pela liderança.

3 — Analisar criticamente partidos e políticos, medidas do governo e conjunturas. Para isso não basta dar critérios de orientação (formação). É preciso ainda fornecer material de informação (história dos partidos, seus programas, seus membros, etc.). Isso, porém, deve ser feito de acordo com as necessidades dos vários grupos nos distintos níveis da Igreja: Prelazia (ou Diocese), Paróquia, CEB e Grupo de Evangelização.

4 — Que os membros da Comunidade manifestem sua preferência por partidos que sejam populares mesmo, isto é, que dêem chance ao povo de participar de forma crescente até nos postos de liderança; que defendam os direitos dos oprimidos; que visem à mudança social e não à sua própria manutenção; que combatam a ditadura e todo poder opressor; que lutem pela independência econômica do Brasil; que tenham uma orientação socialista, isto é, que visem colocar a economia nas mãos do povo organizado.

5 — Criar condições para que das Comunidades surjam líderes que se engajem num partido popular; que estes cristãos não se desliguem totalmente da Comunidade de origem nem esta os abandone, mas antes os acompanhe fraternalmente com seu estímulo e questionamento.

6 — Que os cristãos tenham a liberdade de criar comitês que sejam lugares apropriados de debate e organização partidária.

7 — Que os membros da Comunidade tenham a liberdade de trocar fraternalmente idéias em termos de preferência partidária com o objetivo de se ajudarem, como irmãos na fé, a se posicionar corretamente. Evite-se contudo dentro das CEB's toda espécie de propaganda partidária. A escolha final nunca pode ser imposta. Mas deve ser deixada à responsabilidade cristã de cada um.

8 — Junto com essa nova frente de engajamento partidário, continuar e ampliar o trabalho de base nos órgãos não-partidários: Grupo de Evangelização, Sindicatos, Associações, etc.

9 — Que os Grupos de Periferia, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), assumam a tarefa de ajudar as Comunidades a tomar uma posição crítica no campo político.

10 — Todos estes critérios devem ser aplicados de modo flexível para se ajustarem às diferentes situações. E devem ser revisados periodicamente pela comunidade para acompanhar a conjuntura. Esse é o "critério dos critérios".

A luz destas considerações passamos a relatar alguns princípios que tiramos da experiência nossa em andamento. São subsídios passíveis de erros e críticas. Quanto ao programa de cada partido não é colocado por ser encontrado em publicações já existentes. (Jornal dos Jornais: Aconteceu - CEDI).

DEVEMOS ATUAR EM QUE PARTIDO?

A reorganização partidária proposta pelo governo em fins de 79, abriu um grande debate e ampliou as possibilidades de participação na política partidária legal que se resumia em Arena e MDB.

Quinze anos de ditadura. Quinze anos de aumento da miséria e opressão geraram grande insatisfação no seio do povo que já vinha lutando por seus legítimos direitos através de várias organizações: Sindicatos combativos, oposições sindicais, Movimento Contra a Carença, Comitês de Anistia, Centros de Defesa de Direitos Humanos, CEBs, Movimento Negro, entre outras, inclusive dentro do próprio MDB.

Essas forças mais autenticamente



D. Pedro Casaldáliga
Arquivo

OBJETIVO 1: EDUCAÇÃO E EXERCÍCIO POLÍTICO

A. Educação Política
Se faz através da formação e informação política do povo.

INFORMAÇÃO:

- Veicular informação através de jornais, informativos, cartilhas que tratem da política partidária, questões econômicas, lutas populares;
- Elaborar jornal do movimento partidário local/regional com informes partidários, denúncias;
- Promover debates com parlamentares, militantes, intelectuais da oposição consequente.

FORMAÇÃO:

- Cursinhos de base sobre: análise estrutural da sociedade capitalista;
- Conhecimento e reflexão sobre a sociedade socialista e experiências em andamento;

- Reflexões sobre o processo de transformação para uma nova sociedade, usando como instrumentos: filmes, cartilhas populares, assessoria de elementos mais experimentados...

B. Exercício Político Partidário

- Criação e dinamização de diretórios e núcleos partidários de base;
- Apoio do partido às lutas populares locais e gerais (greves, lutas de terra, movimentos de reivindicações);
- Incentivo e promoções conjuntas de campanhas reivindicatórias (posto de saúde, material escolar...).

OBJETIVO 2: INTERLIGAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS DIRETÓRIOS

- Promoção de encontros periódicos das lideranças partidárias, em vista a troca de experiências;
- Definição de atividades e campanhas unificadas;
- Criação de organizações político-partidárias centralizadoras a nível setorial/regional...

OBJETIVO 3: OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PARTIDÁRIO LEGAL

É função específica dos diretórios eleger representantes para cargos administrativos e parlamentares. A ocupação deste canal de participação popular se faz através de:

- Elaboração do programa pelas bases;
- Escolha democrática e representativa de candidatos;
- Capacitação técnica dos candidatos (cursinho sobre: o que é, como funciona Prefeitura, Câmara... papel do vereador...)
- Organização coletiva da campanha eleitoral (reuniões, debates, coletas de fundos através de festas, folhetos de propaganda com cordel...)

OBJETIVO 4: HEGEMONIA DO TRABALHADOR

- Assegurar que a composição dos membros efetivos dos diretórios seja fundamentalmente de trabalhadores e elementos que representem seus interesses;

- É através da atuação permanente desses membros junto às bases e às lutas populares que se vai garantir que a direção não fique nas mãos dos setores menos comprometidos;

- Campanhas de filiação criteriosa.

OBJETIVO 5: INTERLIGAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

— Estimular a nível local o conhecimento, intercâmbio e trabalho em conjunto das organizações e lutas populares;

- Estabelecer intercâmbio com diretórios e organizações populares de outras regiões através de encontros, troca de informação, ...

É vital considerar que os diretórios não devem dirigir e monopolizar as organizações populares que devem ter sua autonomia.

Equipe Pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia, fevereiro 1981 — Mato Grosso"



EDIM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

MÉTODOS
Como alcançar tais objetivos?

15/12/1980

CNBB quer mudanças sociais para reduzir índice de abortos

BRASILIA (O GLOBO) —

Em nota divulgada ontem, o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, afirma que o fato de o aborto ser praticado com frequência por famílias de baixa renda, devido à dificuldade de sustentar mais um filho, "aumenta a responsabilidade comum para as transformações urgentes que assegurem vida humana condigna para todos".

Dom Luciano acrescenta que

a Igreja rejeita o aborto provocado por considerá-lo "intrinsecamente mau e fruto do desvirtuamento da consciência moral".

— Aponto a situação econômica injusta de pobreza extrema que se encontra a população de baixa renda como um dos fatores mais graves que acarreta, sem nunca justificar, o desvirtuamento da consciência moral até a eliminação da vida, por falta de condições adequadas para promovê-la — conclui a nota.



CNBB lança campanha para 82 com texto crítico à educação em vigor no país

Brasília — "O povo é reduzido a simples espectador ou quando muito a participante meramente simbólico dos acontecimentos políticos e sociais. Devido à ausência de participação e educação política e à despolitização geral, especialmente dos jovens, o povo é usado como objeto por grupos políticos".

Este é um trecho do documento distribuído pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com um ano de antecedência à Campanha da Fraternidade de 1982, que terá como tema Educação e Fraternidade e como lema A Verdade vos Libertará. A tese da CNBB é a de que a educação em vigor no país "abafa o espírito crítico e identifica de maneira quase exclusiva a cultura com o saber de grupos dominantes".

"STATUS", LUCRO, PODER

A CNBB lembra que, como a Quaresma, a Campanha da Fraternidade é "tempo forte de evangelização e conversão". E indaga em que medida a educação está contribuindo para a construção de uma sociedade de irmãos. A Igreja, acrescenta, colabora com os outros setores responsáveis e "assume a educação sob todas as formas que levam à construção de uma sociedade justa e fraterna".

O documento sugere que a educação política se configure "na busca constante da verdade, da justiça e dos demais valores morais e religiosos com o respeito pela consciência alheia; no exercício da liberdade pessoal, com o reconhecimento da liberdade dos outros; e pela prática do diálogo, da solidariedade e do amor universal ao próximo, capaz sempre de perdão com o zelo pela reconstrução da justiça lesada".



Confronto Civilizado

1981.09.08-81
segundo porque a política migratória é em toda parte sujeita a controvérsia por vezes apaixonada. Mas com certeza os interesses gerais do país, culturais, econômicos e sociais, estarão melhor atendidos ou menos expostos.

O bom senso parece iluminar, finalmente, os dois campos parlamentares extremados no encaminhamento da questão dos estrangeiros. Seria talvez mais exato falar na extremação verificada entre o Governo e o Congresso, de tal modo a posição do Partido oficial se aproximou, no caso, das demais bancadas quando a lei hoje em vigor teve de ser "dada por aprovada" segundo a fórmula constitucional do *decurso de prazo*. Tão evidente ficou essa identidade circunstancial entre as áreas da opinião parlamentar, principalmente na Câmara, que o Governo prometeu remeter posteriormente outro projeto para corrigir pelo menos os erros mais clamorosos do primeiro.

É esse novo texto, resultante de longa e penosa negociação entre o Ministro da Justiça e a Igreja (com repercussão nas relações entre a CNBB e os Partidos oposicionistas), que se anuncia estar em condições de ser encaminhado já na próxima segunda-feira ao Congresso. Deve-se dizer, de preferência, que o Governo já se sente em condições de fazer o encaminhamento, retardado não apenas pelas dificuldades deparadas no diálogo entre os setores interessados mas pelo receio — expressamente revelado pelo Sr Abi-Ackel — de que a reabertura da discussão do problema desencadeasse uma torrente de agressões à Presidência da República num momento que, de fato, se afigurava delicado.

O mais numeroso e aguerrido Partido da Oposição decidiu dar ao Ministro da Justiça uma resposta sobre o novo texto, tendendo a reconhecê-lo como um avanço considerável na posição governamental e uma contribuição digna de ser acolhida por todo o Congresso para o aperfeiçoamento da lei em vigor. As sugestões para alterá-lo não representam reivindicações de porte nem, portanto, obstáculos à sua aprovação. Aprovado, não se terá ainda a lei ideal: primeiro porque não há lei ideal e

que a política migratória é apaixonante, está-se vendo agora nos Estados Unidos, onde divergem o Presidente Reagan e uma expressiva corrente do Senado em torno de alterações propostas pelo Chefe do Executivo. Não se pode exigir que entre nós, com as depressões a que está sujeita nossa vida institucional, a polêmica se trave nos mesmos termos e nos mesmos níveis de um país de sólida tradição democrática e que deseja, como disse o Sr. Reagan, "manter suas portas abertas para o mundo". As divergências concentram-se lá em torno de outras questões, como a do número de mexicanos que devem ser admitidos anualmente (o Governo propõe 50 mil) num país onde os nacionais desempregados somam já 7 milhões. O Governo norte-americano sugere ao Congresso (que é de fato soberano) aplicação de multa a empresas que violem as leis de imigração empregando estrangeiros sem documentos; mas tempera o rigor da medida com uma declaração de anistia a todos os "indocumentados" que se encontram em território americano desde janeiro de 1980.

Não estabeleçamos paralelo, porque — entre outras razões — o Brasil tem problemas específicos e necessidades peculiares a atender. Mas tentemos, quando nada, confrontar as opiniões internas em termos civilizados e altos, no que respeita aos interesses nacionais, inegavelmente afetados pelo Estatuto em vigor e a cujo resguardo oportuno se destinam as normas a serem entregues ao Congresso em forma de projeto mas com vocação de lei pelas condições constitucionais restritivas de sua tramitação.



CNBB se manifesta: “Acusações lamentáveis”

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou, na terça-feira passada, uma nota oficial, a respeito das acusações de que membros da Igreja estariam estimulando a população a invadir terras. D. Luciano Mendes de Almeida, ao divulgar a nota, qualificou de “lamentáveis” estas acusações e discordou da versão dada pelo porta-voz do Planalto, Carlos Atila, de que esses problemas estariam ocorrendo porque leigos estariam usando a Igreja. Segundo o secretário-geral da CNBB, “a Igreja se sente solidária sempre que se trata de cumprir a missão para com o povo, e não aceita tentativas de dividir a Igreja quando se trata de ponto tão fundamental e que decorre do cumprimento de sua missão”. D. Luciano disse ainda que se houver ações precipitadas ou que necessitem de revisão, “isso deverá ser feito dentro da fraternidade e da unidade eclesial”.

Eis a nota da CNBB na íntegra:

“Sobre os imperativos da justiça”

“Em diversos pontos do País estão sendo divulgados contra pessoas e instituições da Igreja acusações de invadir terras e insuflar agitação. É difícil diante desta ação repetida e conjugada não se pensar em uma orquestração. Desejamos, no entanto, tranquilizar o nosso povo.

“Na atual situação de crescente desemprego e empobrecimento do povo é indispensável uma reflexão pastoral.

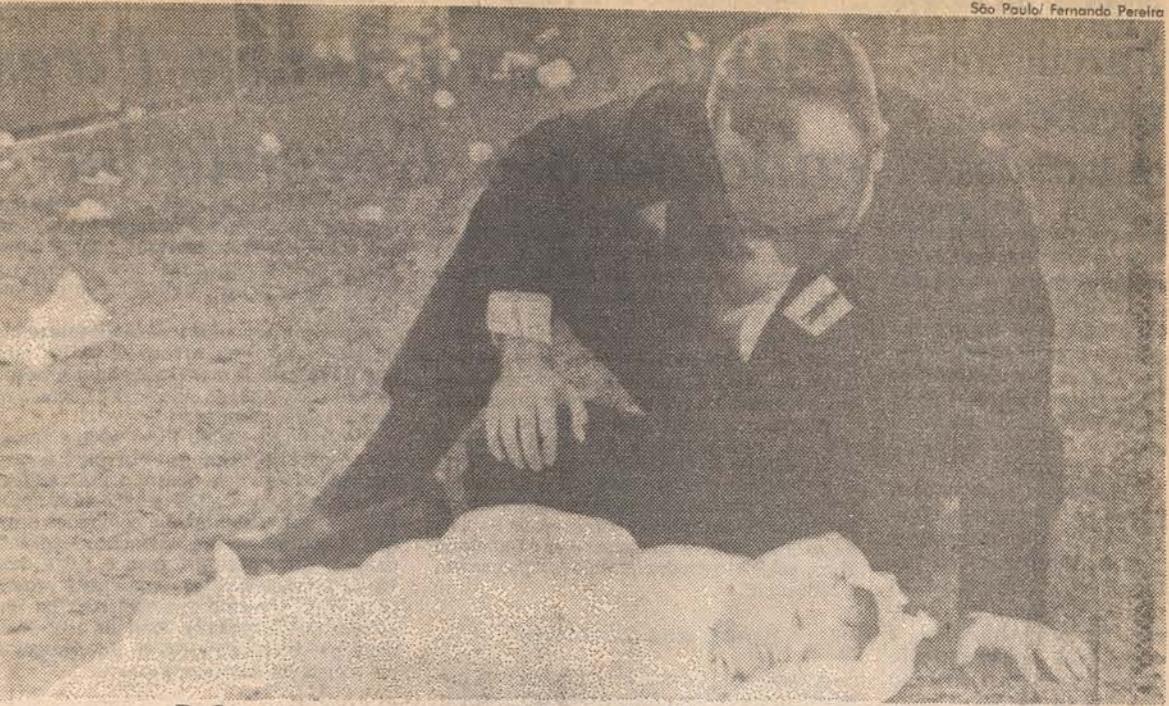
“É necessário em nosso País dar prioridade às condições de vida das populações de baixa renda, que mais sofrem as dificuldades da atual crise.

“Alertar sobre isso é missão da Igreja, que tem o dever de contribuir para o respeito e a promoção concreta da pessoa humana em seus direitos fundamentais.

“Isto exige colaboração de todos, mas sobretudo atuação pronta e eficaz das autoridades para atender às exigências de emprego, alimentação, casa e saúde. Urge encontrar a solução de novos empregos e frentes de trabalho. Em decorrência de tais situações de carência não atendida, ocorrem, com maior frequência, reações de impaciência coletiva e incidentes sérios.

“Em vez de atender à raiz dessas reivindicações, culpa-se até membros da Igreja, de incentivar tais reações. Em lugar de censurar estes procedimentos que, sem dúvida, às vezes são precipitados, é necessário evitar acusações arbitrárias e atender as necessidades do povo para além da legalidade restrita, encontrando os imperativos profundos da justiça e fraternidade”.





D. Luciano compareceu à Festa do Menor, promovida por 56 paróquias

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRJ

Reunião da CNBB com Leitão amplia diálogo Igreja-Governo

São Paulo — Um novo canal de comunicação entre o Governo e a Igreja foi aberto após o encontro da presidência da CNBB com o chefe da Casa Civil, Ministro Leitão de Abreu. Pelo menos, após 3h30m de conversa ficou definida e tornou-se clara a disponibilidade de parte a parte para que esses encontros se realiem "tantas vezes quantas forem necessárias".

Essa é a opinião do secretário-geral da CNBB, D Luciano Mendes de Almeida, que participou da reunião realizada na Granja do Ipê, sábado. A conversa serviu, de uma forma geral, "para o esclarecimento mútuo e recíproco sobre os fatos dos últimos dias que vise uma avaliação objetiva da situação". Entre esses fatos situam-se a doença do Presidente Figueiredo e sua recuperação, a posse do Vice-Presidente, e acima de tudo as questões que vêm afetando mais diretamente as relações Igreja-Estado, principalmente os problemas da terra, mais especificamente os do Araguaia e do Pará.

Informalidade

O secretário-geral da CNBB faz questão de repetir que a conversa foi informal e que "mais que o começo de uma intensificação dos contatos entre a Igreja e o Governo foi a primeira visita da presidência da CNBB ao Ministro Leitão de Abreu".

O único caso concreto das atuais questões que envolvem a Igreja e alguns grupos dentro do Governo, que D Luciano não se recusa a informar que foi tratado, é o referente aos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou.

Dentro da conversa ficou bem estabelecido que o anseio de todos é que a justiça seja respeitada e promovida nesse caso concreto. E dessa disposição nós tivemos, evidentemente, comprovação da parte do ministro — assegurou.

Apesar dessa disposição, D Luciano Mendes de Almeida confirmou que "não houve, no entanto, nenhum momento em que se estipulassesem promessas concretas do Ministro Leitão de Abreu a respeito do desenvolvimento do processo" a que respondem os dois religiosos na Polícia Federal.

Especificamente, apenas se colocou a questão em termos de respeito pleno à verdade e à justiça, como é, creio, a vontade e a determinação de todos — disse o secretário-geral da CNBB.

O Cardeal-Arcebispo de São Paulo, D Paulo Evaristo Arns, não quis comentar mais aprofundadamente o encontro entre o Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Leitão de Abreu e a presidência da CNBB.

D Paulo se limitou apenas a dizer que considerou "excelente" a realização dessa reunião porque "esses encontros permitem uma distensão do relacionamento Igreja-Governo e de toda a política nacional".

D Paulo esteve ontem de manhã no Largo São Francisco, onde se realizou a bênção dos animais de estimação. A tarde, no Ginásio do Pacaembu, o cardeal paulista rezou missa em comemoração aos 800 anos do nascimento de São Francisco de Assis.

Carência de menor preocupa D Luciano

São Paulo — No âmbito da Grande São Paulo existem cerca de 12 milhões de habitantes, sendo a metade menor de 20 anos de idade. E, desta metade, 50% são menores carentes ou infratores, sendo que 100 mil deles moram na região do bairro de Belém.

Desta forma D Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da CNBB e Bispo Auxiliar da Zona Leste, justificou a Festa do Menor, realizada ontem no Centro Recreativo do Trabalhador, no bairro de Belém, em São Paulo. A festividade, que abriu as comemorações da Semana da Criança na Capital paulista, reuniu cerca de 100 mil pessoas, cálculo feito com base na venda de convites familiares.

A festa foi promovida por 54 paróquias e 80 Comunidades Eclesiais de Base, com duração das 8h às 18h. As 100 barracas venderam desde comidas típicas até artesanato. O faturamento, segundo D Luciano, atingiu aproximadamente Cr\$ 6 milhões, que serão revertidos em benefício de instituições benfeitoras de menores.

Porém, do ponto-de-vista do Bispo, que também é responsável pela Pastoral do Menor em São Paulo, "o importante não foi propriamente o faturamento e sim o congraçamento das Comunidades Eclesiais, que demonstraram seu poder de união em uma causa comum".

Primaz alerta para risco na Amazônia

Salvador — Recém-chegado do Amazonas, onde visitou as missões salesianas, o Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Cardeal Avelar Brando, observou em sua Oração Dominicana que "essas plagas amazônicas tanto podem salvar o Brasil como também escravizá-lo para sempre", referindo-se ao fato de que "essas vastas regiões já começam a despertar a cobiça do poder econômico nacional e internacional".

— A ocupação da terra deverá ser disciplinada, racional, patrioticamente levando-se em conta que aos indígenas interessam os elementos sadios e nobres da civilização dos brancos, jamais os seus vícios, pecados individuais e coletivos, sua decadência moral e ambições avassaladoras — ressaltou Dom Avelar.

Na sua opinião, "o trabalho de evangelização dos índios deve levar em consideração dois pontos importantes: nem matar os traços culturais básicos de sua configuração própria, nem dar-lhes uma superproteção cavilosa a ponto de deixá-los sem qualquer tipo de influência dos valores cristãos, indispensáveis à originalidade de sua mensagem". Mas admitiu que, "na prática, não será fácil estabelecer o critério desse necessário intercâmbio entre o Evangelho e as culturas".

Bispos difundem no Nordeste a encíclica

Recife — Por iniciativa dos bispos Dom Francisco Austregésilo de Mesquita, de Afogados da Ingazeira, no sertão de Pernambuco, e Dom José Rodrigues de Sousa, de Juazeiro da Bahia, a encíclica *Laborem Exercens*, do Papa João Paulo II, está sendo difundida no campo, através de debates entre padres, freiras, líderes de comunidades de base e os agricultores.

Já denominada de *Cartilha do Camponês*, a encíclica está sendo explicada aos trabalhadores rurais através de uma linguagem simples e direta. Segundo Dom Francisco Austregésilo, a encíclica vem enriquecer o ensinamento social da Igreja, além de "prolongar e atualizar a linha de valorização do trabalho humano e a defesa

do trabalhador, iniciada com a *Rerum Novarum*.

O movimento de abrir amplos debates com agricultores sobre a nova encíclica papal pretende atingir todo o Nordeste, contando com a participação de todos os bispos das demais dioceses da região, com o objetivo de ampliar as discussões contra as injustiças sociais e pela reforma agrária.

Segundo o bispo de Afogados da Ingazeira, a microrregião mais pobre do sertão pernambucano, a *Laborem Exercens*, além de reprovar os que fazem do trabalhador um instrumento de produção, ensina, à luz da fé e da razão, que "o sujeito próprio do trabalho é sempre o homem e jamais o dinheiro ou a máquina, mesmo o mais perfeito computador".

D Cláudio e Fetag estudam solução para os colonos acampados em Ronda Alta

Porto Alegre — Dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura reúnem-se hoje, em Passo Fundo, com o Bispo D Cláudio Colling, a fim de estudarem uma solução para o problema das 310 famílias acampadas na Encruzilhada de Natalino, no Município de Ronda Alta.

Segundo D Cláudio — que substituirá D Vicente Scherer na Arquidiocese de Porto Alegre — seu papel na reunião será o de conselheiro: "Por que, o que a Igreja pode fazer a esta altura? Concretamente, não temos o que oferecer a eles", disse o Bispo. Sobre os possíveis conselhos que poderá dar aos dirigentes da Fetag, declarou: "Tudo surgirá durante a conversa."

CRÉDITO FUNDIÁRIO

— Eu não tenho a solução na mão — salientou — vamos ver se eles têm alguma idéia luminosa. O que sei é que a Fetag está insistindo na idéia de um crédito fundiário. Assim como existe uma COHAB para construir moradias, por que não existe um órgão análogo que disponha de verbas para dar ao colono aquilo de que ele necessita? Acho que seria uma idéia — afirmou o Bispo.

A proposta da criação de um crédito fundiário já foi apresentada na semana passada ao Governador Amaral de Souza, em documento assinado por 150 entidades. O objetivo do crédito fundiário é que os próprios colonos comprem as terras a preço de mercado, com parcelamento facilitado.

Força policial vai desocupar terreno

São Paulo — A Agro Comercial Ipê Ltda., proprietária dos 200 mil metros quadrados de um terreno invadido na última quinta-feira em Jardim Rubro, na zona Leste da Capital, deverá solicitar hoje força policial para desocupar a área. O Juiz da 9ª Vara Cível, Deive Saloni, assinou liminar no sábado determinando a reintegração de posse do terreno à Ipê Ltda.

Apesar da liminar do Juiz, lida pelo oficial de

justiça Valdemar Binder, na presença do advogado da proprietária, Eliseu Bombonato, as 100 famílias que ocuparam o terreno na última quinta-feira, em assembleia, decidiram continuar no local e começar a erguer seus barracos. Ontem o oficial de justiça lavrou um auto de resistência a ser encaminhado hoje ao Juiz que poderá autorizar a utilização do uso de força policial para retirar os ocupantes do local.

Vereador critica as frentes de trabalho

Maceió — Transferir o título de eleitor para a sede do município onde se der o alistamento, é a exigência básica feita aos agricultores sertanejos para inscrição nas frentes de trabalho abertas em decorrência da seca que há três anos atinge o sertão alagoano. Além disso, a baixa remuneração — apenas Cr\$ 1 mil por semana — está levando muitos pais de família ao desespero.

Vários sertanejos, para conseguirem uma colocação, se deslocam para outra sede e é aí que se dá a exigência. Essa denúncia junta-se a outra, feita pelo Vereador Jaime Costa, do PDS de Santana do Ipanema, a 270 km de Maceió, de que professores e funcionários públicos estavam inscritos nas frentes de trabalho da região. Embora o Deputado estadual Laércio Malta (PDS) tenha considerado "mentirosa a denúncia" depois de afirmar ter constatado o trabalho realizado pela Comissão de Defesa Civil, a situação, na opinião de Francisco de Moraes, "é muito séria."

Isto, tem que providenciar primeiramente a transferência de seu título eleitoral no caso de a inscrição ocorrer fora do seu município, "o que geralmente ocorre."



Velhos ritos, novos temas

12/11/84
O jejum nacional de protesto, recomendado aos fiéis pelo Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), é fenômeno ilustrativo do grau de dificuldades que a Igreja enfrenta como instituição, na tentativa de conciliar suas funções espirituais com uma realidade social cambiante.

É certo que, em vinte séculos de história, a Igreja Católica constitui um dos exemplos mais impressionantes de permanência, tendo revelado capacidade de adaptação às novas condições culturais e políticas da evolução humana como nenhuma outra instituição do Ocidente.

A presença da Igreja como força social é hoje inquestionável, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, mas forçoso é reconhecer uma perda relativa de sua influência espiritual, que foi muito maior no passado, tanto no aspecto doutrinário quanto ritualístico.

No caso do jejum convocado pelos bispos brasileiros, nota-se certo descompasso entre o conteúdo da mensagem

pretendida, sem dúvida atual e carente, e a forma escolhida de manifestação, mais conforme à tradição eclesiástica do que aos anseios participativos do povo e, portanto, algo anacrônico.

A receptividade parcial a essa proposta terá sido fruto do trabalho de organização da Igreja junto às Comunidades Eclesiais de Base, especialmente em paróquias da periferia. Aí, talvez, o amálgama entre fé e cidadania esteja mais sedimentado.

De forma geral, entretanto, a sociedade está solidária com o sentido social e político mais profundo da denúncia da CNBB: a extensão da miséria, o estado crônico de fome de parte considerável da população, a indignidade que permeia o processo sucessório, a frustração dos anseios de mudança.

Apenas que, possivelmente, o jejum não canaliza a contento toda essa vontade nacional represada. Entre velhos símbolos e novos problemas, os brasileiros querem ser donos de seu próprio destino. Não há penitência que aplaque esta fome.

5-1-82 FOLHA DE S. PAULO

'Dia sem TV' nacional é a proposta de Assis

Sugestão será encaminhada por religiosos à CNBB

ASSIS — O "Dia sem TV", promovido recentemente pela Diocese desta cidade, poderá transformar-se em uma campanha nacional, caso a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aceite a sugestão que lhe será enviada pelos religiosos de Assis, juntamente com um relatório dos detalhes e dos resultados da campanha.

distribuído a pessoas interessadas da cidade e de outros municípios.

"Nossos objetivos foram ultrapassados", garantiu ontem o padre Guazeli, exibindo cartas de solidariedade à campanha, que será repetida este ano.

INICIATIVA VÁLIDA

Para o ganhador do pergaminho, Vítorio Fasano, 59 anos, comerciário aposentado, viúvo, cinco filhos e sete netos, a promoção foi válida. Embora resida em São Paulo, Vítorio passa longas temporadas em casa de parentes, em Assis. Estava na cidade no dia 18 de dezembro, data marcada para não se assistir à TV, hospedado em casa de uma irmã. Vítorio disse que passou o tempo conversando com a irmã ou passeando. Depois, preencheu o formulário e enviou à Diocese, informando as atividades que desenvolveu em substituição à televisão. Ele receberá o prêmio na próxima segunda-feira, durante missa solene na catedral.



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRJ

São Paulo, de 24 de dezembro de 1981 a 7 de janeiro de 1982 *16*

A CNBB NE II publicou as seguintes orientações:

Indicações para a Pastoral no meio popular

Por ocasião da Assembleia Ordinária da Comissão Episcopal Regional NE II, realizada em Lagoa Seca, Diocese de C. Grande — PB, de 7 de novembro de 1980, foram elaboradas e aprovadas pelos participantes, as seguintes ordenações para a ação pastoral no meio popular:

I — A atividade pastoral no meio popular será exercida de acordo com as Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja do NE II, publicadas em outubro de 1979.

II — Em particular, a ação evangelizadora nos ambientes populares da cidade e do campo deverá esforçar-se para:

1. Promover uma mística religiosa no povo e nos agentes de pastoral, sobretudo de duas maneiras:

1.1. levando-os a julgar a realidade, inclusive os conflitos e lutas, sempre à luz do Evangelho;

1.2. incentivando a reflexão, a oração e a celebração da vida, para alimentar e confirmar a sua fé.

2. Suscitar a formação de agentes de pas-

talatravés de sua ação junto ao povo, do conhecimento da realidade onde eles vivem e do aprofundamento da fé;

2.1. evitando-se orientações apenas metodológicas;

2.2. aprofundando-lhes a convicção de que o social é parte integrante da evangelização.

3. Ensejar a participação do Bispo durante as visitas pastorais, nas reuniões das classes populares, sobretudo para ouvi-las.

4. Promover uma larga conscientização, no meio popular, da dignidade da pessoa humana, da destinação universal dos bens, do dever de assumir o próprio destino da fraternidade que nos faz irmãos responsáveis uns pelos outros.

Neste sentido:

4.1. prosseguir com o trabalho de evangelização de pequenos grupos, sem receio de perder tempo;

4.2. valorizar e facilitar a visita de membros de comunidades a outras comunidades com experiência afins;

4.3. utilizar sempre

mais, com vistas a essa conscientização, os meios de comunicação social, sobretudo o rádio;

4.4. Informar e conscientizar o povo do que está acontecendo no mundo, para que possam perceber melhor as causas dos seus problemas;

4.5. realizar uma reflexão séria, entre os agentes de pastoral, sobre o direito e o uso de propriedade, solicitando para tanto os serviços do DEPA ou de outras pessoas competentes.

5. Ter sempre presente que para construir uma sociedade nova, não basta modificar as pessoas, é preciso mudar as estruturas, mas, não obstante, incentivar a criação de projetos locais alternativos, cuja realização esteja em conformidade com as possibilidades e a cultura do povo. Nessa perspectiva é necessário:

5.1. promover encontros de técnicos cristãos que pensam na possibilidade de projetos desse tipo e de como ajudar a concretizá-los;

5.2. engajar, nesta linha, as terras da Igreja.

6. Apoiar a organização do povo através dos seus órgãos de classe.

7. Aceitar — quando houver solicitação e em determinadas circunstâncias — o papel de representar o povo em seus conflitos e lutas, mas sem jamais decidir em seu nome.

8. Procurar conhecer melhor os movimentos que atuam em benefício da comunidade, quer sejam de Igreja ou não, para respeitar a linha de ação e o campo de trabalho de cada um e propiciar, quando oportuno, uma ação de conjunto.

9. Fazer circular entre as dioceses informações exatas sobre os acontecimentos, a fim de manter os agentes de pastoral unidos e firmes em sua ação evangelizadora.

10. Alertar as CEBs sobre a investida de grupos políticos, do governo e da oposição, para não se deixarem instrumentalizar por eles.

Lagoa Seca, 11 de novembro de 1980.



*CNBB divulga no
6-1-82 FSI
Ceará a cartilha de
educação política*

FORTALEZA — "Há muitos anos que os pobres e marginalizados aguardam o tempo de sua participação na vida política do País. A principal questão que se coloca é saber se, nas reformas políticas recentemente anunciadas, os pobres vão ter oportunidade de levantar a voz e fazer valer os seus planos de uma sociedade justa e fraterna. Os pobres sabem que falta ainda uma decisão política que os liberte da dependência e lhes dê força para não se venderem em tempo o de eleição."

Essas afirmações estão contidas na "Cartilha de Educação Política", da Regional Nordeste 1, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que está sendo distribuída desde o início da semana em todos os 141 municípios do Ceará, especialmente na zona rural e áreas suburbanas das grandes cidades, por padres, freiras, leigos e agentes da Pastoral Eleitoral. O documento tem como principal objetivo esclarecer e orientar seus leitores para as próximas eleições.

A "Cartilha da Educação Política" afirma também que "nossa luta pelo bem comum vai depender da nossa origem, da nossa condição de vida, da nossa consciência política e da nossa prática popular", definindo o que considera classe dominante, classe média e classe popular.

A classe dominante é "o lado de lá, de cinco por cento da população, formada principalmente por donos de fábricas, bancos e grandes propriedades de terra". Na classe média, formada por 15 por cento da população, estão, segundo o documento, os profissionais liberais de nível superior, sobre os quais a Regional diz: "Se, por exemplo, um médico for dona de um hospital e tem outros médicos como seus empregados, ele deixa de pertencer à classe média. Ele está mais para a classe dominante."

A classe popular é "o lado de cá, formado por 80 por cento da população. São os posseiros, parceiros, assalariados agrícolas, bôias-friás, biscoateiros, empregadas domésticas etc. Mas não basta pertencer a esta classe para se ter uma consciência popular".

*Marinha francesa vai
utilizar avião "Xingu"*

O avião de treinamento "Xingu", de fabricação brasileira, será a primeira aeronave de origem latino-americana a ser utilizada pela Marinha de um país europeu. Ainda este ano, onze aparelhos "Xingu" entrarão em serviço na Armada francesa, conforme informação prestada pelo almirante Jean Lannuzel, chefe do Estado-Maior da Marinha da França, e publicada ontem no órgão oficial daquela instituição.

A Embraer, fabricante do "Xingu", firmou o primeiro contrato com o Ministério da Aeronáutica para a execução dos trabalhos iniciais do programa conjunto "AM-X". Na fase prevista pelo acordo serão projetados e construídos alguns protótipos do avião e preparados os equipamentos e ferramentas necessárias à sua produção em série.



1/- - 1-22-680

O secretário da CNBB pede por posseiros e sacerdotes presos

Prezado Irmão no Episcopado

A paz de Cristo

Em nome da Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil envio ao prezado irmão a expressão de nossa alegria por ocasião da celebração litúrgica do Natal de Jesus Cristo.

Neste ano o Tempo do Advento está marcado pelo sofrimento devido à prisão dos Padres Aristide Camio e Francisco Gouriou e dos treze posseiros e de não poucas campanhas difamatórias contra membros da Igreja.

Venho sugerir que durante estes últimos dias de preparação ao Santo Natal seja intensificada nossa oração, especialmente nas comunidades, pedindo a Deus que o processo se desenvolva no respeito pleno à verdade e a justiça. A expectativa é de que os depoimentos dos posseiros feitos até hoje sob pressão e com distorção possam agora dar lugar a uma fiel narração dos fatos e evidenciar a inocência dos padres.

Como seria bom, que em breve, todos recuperassem a liberdade e que os posseiros pudessem passar este Natal em companhia de seus familiares!

Para conhecimento dos Srs. bispos enviaremos em breve um resumo dos acontecimentos referentes à prisão dos padres e posseiros.

Que a oração unida da Igreja neste Santo Natal possa fortificar nossa fé, atrair as bênçãos de Deus para uma solução pacífica e eficaz dos problemas que hoje afligem mais o nosso povo.

Na certeza de que Deus, na sua Providência, nos ama sempre e de tudo tira o bem, envio a todos os votos de feliz Natal.

Luciano Mendes de Almeida

Secretário Geral da CNBB



O caso dos 2 padres franceses e dos 13 posseiros do Araguaia

CNBB SE MANIFESTA EM DOCUMENTO

"Padres e posseiros do Araguaia — posse da terra, conflitos, ação da Igreja e Segurança Nacional", é o documento elaborado pela CNBB contendo breve histórico da prisão e processo em curso dos Padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou com os 13 posseiros de São Geraldo do Araguaia, Pará.

A apresentação é do secretário-geral da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, que ressalta: "Unidos na fé e na solidariedade, esperamos confiantes que seja feita justiça e reconhecida a inocência dos acusados. Aguardamos que o grave problema fundiário em nossa Pátria receba o atendimento e a solução adequada em bem dos trabalhadores da terra e de uma sociedade mais justa e fraterna, segundo o constante ensinamento da Igreja e em particular do Santo Padre João Paulo II".

Há na mesma página da apresentação de D. Luciano um trecho da encíclica sobre o Trabalho Humano, do Papa João Paulo II: "Em certos países em vias de desenvolvimento, há milhões de homens que se vêem obrigados a cultivar as terras de outros e que são explorados pelos latifundiários, sem esperança de algo para os oficiais que se identificam sequer de um pedaço mínimo de cavam com codinomes), conforme voz terra "como sua propriedade"... co aos posseiros: "Essa terra é de vocês, cultiváveis são deixadas ao céu". No entanto, fizeram uma adesão pelos proprietários: títulos vertência clara e profética: "Uma legal para a posse de um pequeno guerra termina. Haverá outra muita pedaço de terra, cultivado por conta mais difícil. É a guerra pela terra, própria de há anos, são preteridos ou Aqui ficarão só os homens de verificam sem defesa diante da "fome dade".

da terra de indivíduos ou de grupos mais poderosos".

LUTA PELA TERRA. O quadro fundiário no Baixo Araguaia, diz o documento, é perturbado e complexo. Na verdade, ninguém possui o domínio pleno de qualquer área que seja na região. A terra é de excelente qualidade, bem perto da Serra dos Carajás. Assim se delineia o palco de um conflito que, com o passar dos anos, terá caráter social marcente e angustiante. Neste conflito se sente a ação da Segurança Pública. Os posseiros misturaram a luta pela sobrevivência pistoleiros, tornaram-se mais agressivos entre posseiros humildes e os interessados econômicos das poderosas.

Assim se explica, em parte, uma das razões da teimosia do povo do Baixo Araguaia na sua luta pela terra. Neste sentido, também deve ser vista nessas áreas a atuação do major "Curió" (Tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura). Ele é (era) "o doutor" da mata que ficou para ser garantia da palavra dada.

No dia seguinte começo a caça aos posseiros. Muitos lavradores são presos e espancados. Treze posseiros eram "o doutor" da mata que ficou para ser garantia da palavra dada. 18, sendo mantidos presos e incomunicáveis na sede do GETAT em São Geraldo. No dia 25, os posseiros são presos e espancados. Os enquadados na Lei de Segurança Pública misturaram a luta pela sobrevivência pistoleiros, tornaram-se mais agressivos entre posseiros humildes e os interessados econômicos das poderosas.

MISSA E PRISÕES. No ano de 1981 tornou-se mais frequente a presença da Segurança Pública na área. Os enquadados na Lei de Segurança Pública misturaram a luta pela sobrevivência pistoleiros, tornaram-se mais agressivos entre posseiros humildes e os interessados econômicos das poderosas. Em julho a Polícia Federal prende 5 ou 6 posseiros na casa paroquial de São Geraldo.

O padre Aristides Camio se comunica com o coordenador do GETAT em São Geraldo do Araguaia, alertando sobre a gravidade da situação, caso persistisse esse tipo de comportamento por parte da Polícia Federal. Na ocasião, a pedido daquele coordenador, os lavradores foram soltos.

No dia 8 de agosto, sábado, estava marcada uma missa na área conhecida como Evandro de Azevedo. Fica ao lado das duas glebas também em litígio. O coordenador do GETAT, dr. Carlos, aconselhou o padre Aristides Camio e Francisco Gouriou que não mantivessem a missa, pois a Polícia Federal iria para a área naqueles dias. Tinham consciência do compromisso da Igreja local com o povo.

A seca prolongada, ainda tão sentida entre os posseiros: O nortenho tem que conseguir uma terra, de qualquer maneira, porque do contrário a situação, já difícil, se torna desesperadora. É uma viagem de ida, sem possibilidade de volta.

ESTIMULANDO A MIGRAÇÃO. Para fazer frente ao movimento guerrilheiro presente na área desde 1972 e 1974, o Exército encorajou a imigração. Chegaram lavradores para ocupar as áreas vazias onde se locomoviam os guerrilheiros. Em 1974, com a saída do Exército da área aparentemente pacificada, os de outros e que são explorados pelos "doutores" da mata (nome dado pelos latifundiários, sem esperança de algo para os oficiais que se identificavam sequer de um pedaço mínimo de cavam com codinomes), conforme voz terra "como sua propriedade"... co aos posseiros: "Essa terra é de vocês, cultiváveis são deixadas ao céu". No entanto, fizeram uma adesão pelos proprietários: títulos vertência clara e profética: "Uma legal para a posse de um pequeno guerra termina. Haverá outra muita pedaço de terra, cultivado por conta mais difícil. É a guerra pela terra, própria de há anos, são preteridos ou Aqui ficarão só os homens de verificam sem defesa diante da "fome dade".

da terra de indivíduos ou de grupos mais poderosos".

Dia 13 de agosto de 1981. De um lado, 20 lavradores; de outro, 2 viaturas e seus ocupantes. Saldo conhecido: um morto e vários feridos. O morto era o pistoleiro Luiz Antônio dos Santos. Feridos os agentes da Polícia Federal, dois funcionários do GETAT e o funcionário do deputado Juracy Teixeira.

No dia seguinte começo a caça aos posseiros. Muitos lavradores são presos e espancados. Treze posseiros eram "o doutor" da mata que ficou para ser garantia da palavra dada. 18, sendo mantidos presos e incomunicáveis na sede do GETAT em São Geraldo. No dia 25, os posseiros são presos e espancados. Os enquadados na Lei de Segurança Pública misturaram a luta pela sobrevivência pistoleiros, tornaram-se mais agressivos entre posseiros humildes e os interessados econômicos das poderosas.

MISSA E PRISÕES. No ano de 1981 tornou-se mais frequente a presença da Segurança Pública na área. Os enquadados na Lei de Segurança Pública misturaram a luta pela sobrevivência pistoleiros, tornaram-se mais agressivos entre posseiros humildes e os interessados econômicos das poderosas. Em julho a Polícia Federal prende 5 ou 6 posseiros na casa paroquial de São Geraldo.



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

TERRA
NOSSA RAIZ ESTÁ NA TERRA
NOSSA FORÇA NA UNIÃO
REFORMA AGRÁRIA A SOLUÇÃO

O povo das bases apóia a ação dos padres e posseiros, e vai às ruas, para o Governo ver que ele não tem medo

A ação da Igreja e Segurança Nacional

O que está em questão é o respeito e a promoção da dignidade da pessoa humana à luz do Evangelho. Na verdade, a ação individual dos padres, diante do drama dos posseiros, nada mais fez do que revelar um conflito latente entre a Missão da Igreja e a Legislação da Segurança Nacional. Neste sentido, é apenas um caso típico diante de muitos outros.

Vale a pena relembrar alguns recentes pronunciamentos do nosso Episcopado. São elementos que ajudam a esclarecer, aprofundar, refletir e testemunhar, dentro de um quadro real, vivo e conflitivo, a história atual do nosso País, no qual a Igreja é chamada a exercer a sua Missão:

"A Igreja não contesta o direito de o Estado moderno elaborar uma política de Segurança Nacional. Tal política não colide com o ensinamento da Igreja quando a segurança leva de fato à verdadeira PAZ, como consequência positiva da colaboração entre os homens; quando a segurança define seus objetivos através do exercício de participação nacional; quando, enfim, a segurança vem corresponder, plenamente, aos imperativos da ordem moral" (Exigências Crísticas de Uma Ordem Política).

"A segurança como privilégio de um sistema, acabaria por constituir-se em fonte última de direito, criando, alterando e derrogando normas jurídicas em função dos interesses do próprio sistema. Aprofunda-se, assim, um perigoso distanciamento entre o Estado e a Nação, entre o Estado identificado com um

Com eles, apoiados em Deus, despertamos um novo espírito de convivência".

"Assumindo um compromisso sério com os trabalhadores, precisamos alimentar a sua e nossa coragem na medida em que sirva para os perseguidos. Assim, constantemente fortalecer um sistema. Esse distanciamento reanimados pela lembrança da origem de todos da promessa e da certeza da liberdade, os regimes totalitários de direita ou fachada trazida pelo Senhor, vivido na geração de esquerda, que são sempre a ne-comunidade e celebrada no mistério da Eucaristia, os cristãos cumpriram, entre seus irmãos trabalhadores sua missão de fermento, sal e luz". Assim a Igreja contribuirá permanentemente na construção do homem novo, base de uma nova sociedade".

REFORMAS PROFUNDAS. Di-

"Assumimos o compromisso de denunciar situações abertamente injustas e violências que se cometem em áreas de nossas dioceses e pre- CNBB, em setembro de 81, no Co- municado sobre os Conflitos de Ter- rras, e combater as causas ger- blemas, em vista de uma paz duradoura de tais injustiças e violências, doura que todos nós almejamos, só em fidelidade aos compromissos as- será possível por meio de decisões sumidos em Puebla" (Igreja e Pro- corajosas e eficazes que corrijam as blemas da Terra, Documento da atuais política e estrutura agrárias. 18.º Assembléa Geral da CNBB/ Recentemente, no documento "Refle- xão Cristã sobre a Conjuntura Polí-

"Renovamos nossos compromissos de aprofundar, nas comunidades eclesiás, rurais e urbanas, a vivência inalienável de participar real- cia do Evangelho — convictos da mente dessas decisões através da sua força transformadora — como corpos sociais intermediários e organizações de classe".

"Laborar com a causa dos trabalhadores é finalmente: "Alguém que re- flete sobre a realidade da América impulsionados pela graça de Deus, Latina, tal como se apresenta na iluminação pelo Evangelho de Jesus hora atual, é levado a concordar e animados pela palavra da Igreja com a afirmação de que a realiza-ção, por exemplo, pela encíclica "Ma- ção da justiça neste continente está ter et Magistra" do Papa João XXIII diante de um claro dilema: ou se faz — entram num processo de cons- trato de reformas profundas e co- tente conscientização e adquirem, rajoas, segundo princípios que ex- cada vez mais, uma visão crítica da primem a supremacia da dignidade da realidade. Com os irmãos na fé humana, ou se faz — mas sem re- todos os trabalhadores, procure- sultado duradouro e sem benefício mos organizar uma nova sociedade. para o homem, disto estou conven-



Gouriou e Camio, ainda presos
cido — pelas forças da violência"
(Do discurso de João Paulo II em Salvador, a 7 de julho de 1980)

A presença de dois agentes da Polícia Federal na sala de audiência, foi outra irregularidade constatada. Apesar de notificada pelos advogados sobre a ilegalidade do fato, a juíza o ignorou, alegando que a audiência era pública e impedindo a retirada dos agentes. As testemunhas entraram em fila indiana, escoltadas por agentes da PF.

A tese da defesa dos posseiros se baseia exatamente sobre a acusação aos padres, e sabe-se que o advogado imposto aos 13 lavradores acusados, Djalma Oliveira Faria, já foi agente da Polícia Federal e em certa ocasião, prestou exames para delegado, tendo sido reprovado.

Sabe-se também que os 13 posseiros têm recebido visitas regulares do major Curió, no 1.º COMAR — Comando Aéreo Regional em Belém, onde cumprem prisão preventiva. Curió esteve em Marabá, por ocasião da audiência, e as testemunhas foram visitadas por ele.

Os padres se encontram presos no 2.º BIS — Batalhão de Infantaria da Selva, e segundo Greenhalg, passam o dia todo praticamente recebendo cartas de solidariedade que chegam de todas as partes do Brasil e também de outros países. Em Belém, no Pará, inúmeras entidades democráticas, Comunidades de Base, grupos populares e outros, formaram o MLPA — Movimento Pela Libertação dos Presos no Araguaia, que tem acompanhado e denunciado os fatos em relação ao processo contra os padres, exigindo a libertação dos padres e posseiros.

A defesa dos posseiros passa pela acusação aos padres franceses

Pressões sobre testemunhas e advogados brigando, aos berros, com a juíza, para que suas verificações de irregularidades fossem consideradas, foram algumas das ocorrências durante a última audiência do processo contra os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou e 13 posseiros, de São Geraldo do Araguaia. A audiência foi realizada no princípio da semana passada, na Auditoria Militar do Pará, em Marabá, através da juíza Ruth do Couto Gurjão.

Como testemunhas de acusação dos padres, foram ouvidos os posseiros Felisberto da Costa, Israel dos Santos Marinho, Alfredo Gomes da Silva, Epifânia dos Santos Marinho e Osvaldo Fernandes da Silva, além do coordenador do GETAT, Carlos Alberto Freire Chaves.

Quando os advogados Egidio Sales Filho, da Comissão Pastoral da Terra, e Luiz Eduardo Greenhalg, da Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos de São Paulo, que atuam na defesa dos padres juntamente com Luiz Carlos Sigmaringa (CNBB) e Heleno Fragoso (Comissão Nacional de Justiça e Paz), chegaram a Marabá, foram notificados de algumas irregularidades. As testemunhas já haviam estado na cidade, em 5/1/82, trazidos pelo GETAT e pela Polícia Federal, num avião da FAB, e mantidos pelos dois órgãos num hotel, em Marabá e na sede do GETAT, sob custódia.

Como a Polícia Federal e o GETAT figuraram como vítimas (ofendidos) no processo, o seu procedimento em relação às testemunhas é totalmente ilegal. Assim, os advogados argumentam para que a juíza verificasse se as testemunhas se encontravam sob coação e que, portanto, seus depoimentos deveriam ser feitos "sob reserva", como prevê a legislação. "A juíza não só não acolheu nosso pedido, como nos proibiu de oferecer o requerimento em que argumentamos", relata Luiz Eduardo Greenhalg. De acordo com suas informações, os advogados foram obrigados a brigar por mais de uma hora, aos berros, ameaçando sair da sala e não assinar a ata, para que a juíza, já no final da audiência, tomasse conhecimento da petição.

Relendo uma Encíclica

Nº 03-02-12 Saguaro

Analisando a Encíclica *Laborem Exercens*, o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) acaba de divulgar um documento que é como um desdobramento da palavra magisterial do Papa João Paulo II.

Não há, nele, grandes novidades a serem assinaladas. O que não seria, em si mesmo, surpreendente; pois a Igreja nunca se preocupou em *épater*, procurando falar sempre de uma perspectiva um pouco maior que a da exclusiva atualidade. Só recentemente é que se criou um certo sensacionalismo em torno da mensagem da Igreja, produzido muitas vezes por quem não tinha qualquer identificação prévia com essa Igreja; e assim se reduziu muitas vezes a mensagem dos Papas a critérios de avaliação que a diminuam (*progressismo, conservadorismo e outros ismos*).

Essa fase de maior sensacionalismo parece estar passando: a Igreja incorpora a renovação de mentalidade que resultou do Concílio Vaticano II; mas já não quer prestar-se a instrumento de outros interesses e outras ordens de preocupação.

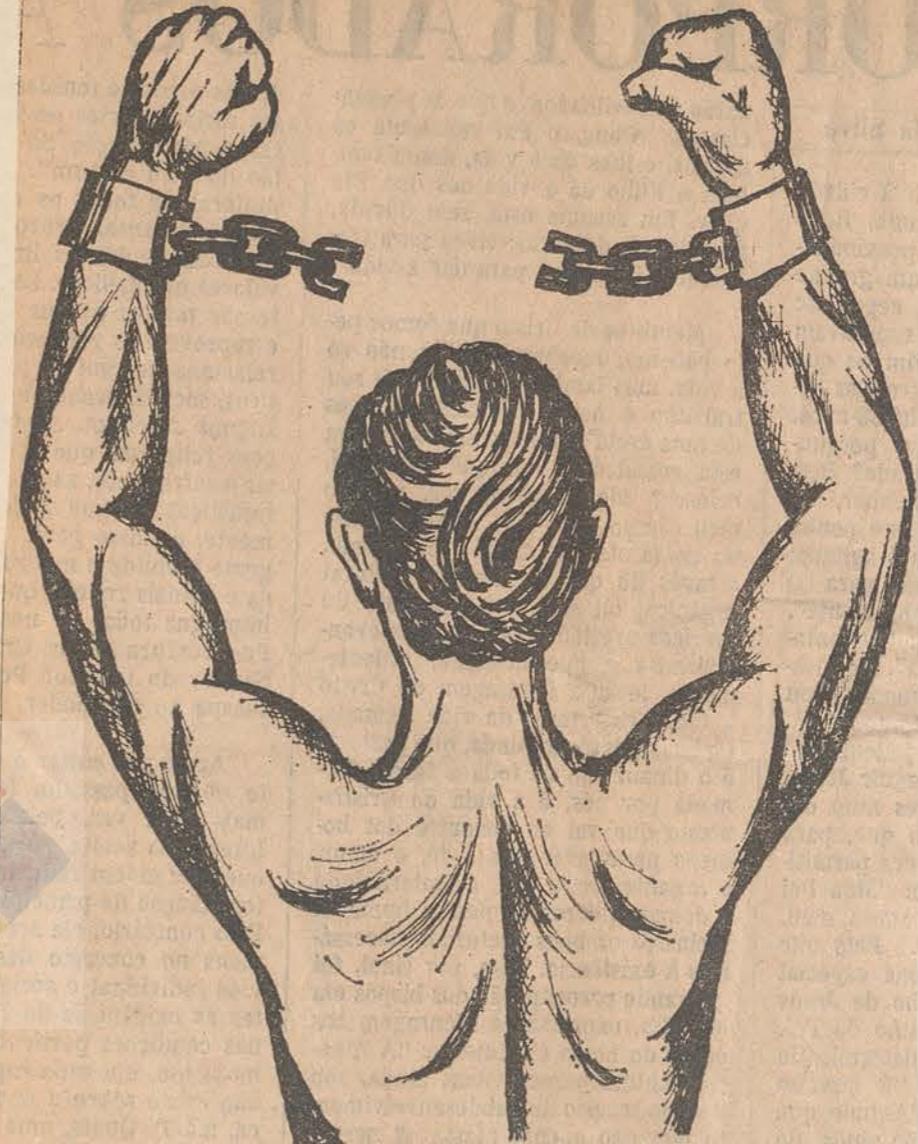
Esta nova posição poderia ser sintetizada no trecho da *Laborem Exercens* que o documento do Celam reproduz (entre muitos outros): “Não compete à Igreja analisar científicamente as possíveis consequências de tais mutações (as que afetam o trabalho humano em nossa época). A Igreja, porém, considera sua tarefa fazer com que sejam sempre lembrados a dignidade e o direito dos homens ao trabalho, estigmatizar as situações em que são violados e contribuir para orientar as aludidas mutações.”

O documento do Celam é explícito na sua condenação à luta de classes e pede que o trabalhador deste continente “não se deixe enganar pelas ideologias falsamente redentoras”. Defendendo o “trabalho personalizado”, não está a favor nem mesmo do socialismo difuso que grassa em certos setores eclesiásticos. A Igreja revela-se atenta ao risco de atravessar uma determinada fronteira que conduz diretamente ao pensamento ideológico.



11 (2) / 84

O SÃO PAULO



CELAM pede reformas corajosas e ordenadas

Terminou no último dia de janeiro passado, o encontro de um grupo de Cardeais, Arcebispos e Bispos que tiveram convite especial da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), para refletir sobre a Encíclica do papa João Paulo II, "Laborem Exercens" (Sobre o Trabalho Humano). Foi no Palácio São Joaquim, Rio de Janeiro, moradia do Cardeal D. Eugênio Sales.

No fim do encontro foi publicado um Documento que, em resumo, reafirma os pontos mais importantes da Encíclica e termina com as palavras de João Paulo

II, no discurso que fez em Salvador, aos construtores da sociedade pluralista, em sua recente visita ao Brasil: "Temos dois caminhos a seguir na América Latina: a lei da violência ou as reformas ordenadas e corajosas..."

OS PONTOS MAIS IMPORTANTES

Na introdução geral, o documento afirma que a Igreja quer se manter acima do conflito ideológico que hoje se trava no mundo entre o liberalismo (ideologia do capitalismo) e o marxismo (ideologia do socialismo científico e da coletivização) e proclama sua

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - IFRRJ

identidade religiosa. É esta identidade religiosa que conserva a unidade entre os cristãos e gera forças para que os leigos possam trabalhar para a solução da injustiça social.

Como na Encíclica, o homem é o valor básico e o centro de todas as preocupações.

SUPERANDO CONTRADIÇÕES

A primeira contradição que a Encíclica visa superar é entre o trabalho e a pessoa. No mundo sómente o homem trabalha, só ele prevê suas necessidades básicas através do trabalho ordenado e inteligente. O trabalho é um bem em si mesmo para o homem. Através do trabalho o homem não só produz o que lhe é necessário em nível individual, mas também no sentido social, para o próximo. O trabalho humano leva a marca da pessoa humana, por isso ele carrega consigo a dignidade do homem. Somente quando o trabalho for considerado como algo personalizado é que a máquina e sua técnica não conseguirão asfixiar o homem.

Outra contradição que a doutrina do papa João Paulo II tenta superar é a do capital e do trabalho. Na definição do Papa, o capital é todo o conjunto de meios de produção, sejam eles os recursos da natureza que Deus colocou à disposição do homem, ou os meios pelos quais o homem consegue transformar a natureza e se apropriar desses recursos. Ainda aí o homem é o principal valor, pois tudo existe para ele. A técnica e os meios financeiros estão subordinados ao homem e não pode ser o contrário, sob pena de gerar opressão.

Para superar as antinomias duas correntes históricas tentaram uma saída para a humanidade: o capitalismo liberal e o coletivismo marxista. Ambas as correntes, porém, são essencialmente economistas e portanto materialistas. Os erros das duas correntes são os mesmos. O resultado final será a tríplice subordinação do homem à matéria, ao trabalho e aos meios de produção. Estas contradições podem ser superadas quando permanentemente for procurada a primazia do homem sobre o mundo.

A análise marxista materialista leva à tentativa de solução dos problemas sociais através da luta de classes. O homem tem sempre a primazia. No coletivismo proposto pela luta de classes, como solução para a sociedade, o homem torna-se apenas um apêndice do processo econômico, este sim, a mola-mestra do materialismo dialético. O comunismo leva o proces-

so econômico a ser o sujeito anônimo gerador da sociedade, subordinando a pessoa e seu trabalho, que passam para segundo plano.

A propriedade e o trabalho também não podem ser concebidas como duas realidades contrapostas, mas como que uma face dupla da mesma realidade. A propriedade só é legitimamente constituída e adquirida pelo trabalho e deve servir ao trabalho. Uma propriedade que está contra o trabalho ou que explora o trabalho é uma propriedade ilegítima e imoral. Por isso, diz o Papa, não se pode possuir apenas por possuir, ou possuir com finalidade de especulação.

O Papa não propõe um sistema unilateral, de pura e simples socialização ou coletivização, e nem o sistema de propriedade particular de forma rígida. A propriedade não é um direito absoluto, mas relativo. Em toda a propriedade há uma hipoteca a pagar para a sociedade, pois Deus destinou o mundo para todos. O que importa que o homem tenha sempre a primazia e que, naquelas áreas em que a socialização seja necessária, a marca indeleável da pessoa seja preservada.

NA AMÉRICA LATINA

O povo nativo em geral aluga suas forças de trabalho a empresas nacionais e estrangeiros. Esse povo tem também o direito de posse desses meios. Esse é um processo que deve ir mudando a realidade de nosso continente.

O documento fala ainda da liberdade sindical assegurada na Encíclica, no uso da greve que deve ser feita para obter a justiça social e não como instrumento de pressão política, marginalização da mulher e de seus direitos maternais, das migrações e da urgência da reforma agrária.

Diante de tantas injustiças em nosso Continente: "urge uma redistribuição da riqueza e a busca dos caminhos para o desenvolvimento de todos, porém urge também reagir contra a preocupação armamentista em todo o continente".

CNBB divulga documento sobre Solo Urbano hoje

18.02.82 Jornal

ITAICI, SP (O GLOBO) — "Os bispos não querem proclamar a luta de classe, nem fazer uma análise marxista" afirmou ontem o presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheter, ao comentar as críticas de alguns setores do episcopado ao documento sobre "Solo Urbano e Ação Pastoral", que deverá ser divulgado hoje, no encerramento da 20ª Assembleia Nacional da CNBB.

D. Ivo admitiu que alguns bispos criticaram determinadas frases do documento, em especial, as referências às categorias "oppressor e oprimidos", salientando porém que tudo o que possa parecer ambiguo será melhorado para evitar confusão.

— Há oprimidos e opressores — disse ele. As vezes, o próprio oprimido pode também querer ser opressor. Mas tudo o que possa vir a esclarecer será introduzido no texto. O certo é que a intenção dos redatores nunca foi querer instigar a luta de classe, nem proceder a análise marxista. Vamos melhorar o texto para que ele apresente a realidade sem gerar confusão.

Somente hoje deverá ficar pronta a quarta e última versão do documento, com a incorporação de cerca de 80 emendas das mais de cem apresentadas na sessão plenária de anteontem. No entanto, segundo d. Ivo, não houve alteração substancial no conteúdo.

A principal reivindicação dos bispos da ala conservadora de que o documento não fosse divulgado como uma decisão da Assembleia, mas apenas como subsídio para estudos, não foi aceita pela maioria dos participantes. Da mesma forma foram rejeitadas as críticas de que o texto era muito técnico e pouco pastoral.

O presidente da CNBB justificou o temor de alguns bispos de divulgar um documento sobre o solo urbano, lembrando a complexidade do assunto e as vicissitudes

des que o próprio anteprojeto do Governo da Lei de Desenvolvimento Urbano vem enfrentando.

— O assunto é complexo e novo, também para nós. Mas como a nossa parte é pastoral, é evidente que precisamos dizer o que deve ser dito. Sentimos que o assunto é complexo, urgente — afirmou.

Por sua vez, o secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, afirmou que o documento é pastoral e que as estatísticas apresentadas no primeiro capítulo — que alguns queriam ver suprimidas — não podem ser dispensadas, pois é preciso que se tenha um conhecimento exato da situação.

DOCUMENTOS

Ontem, os bispos aprovaram documento apresentado pelo cardeal primaz do Brasil, d. Avelar Brandão Vilela, propondo medidas para a divulgação e reflexão em torno das encíclicas "Laborem Exercens" e "Familiaris Consortio".

Eles aprovaram também documento condenando a proliferação de armas de todos os tipos e ressaltando que o Brasil, ao ocupar o quinto lugar na produção e exportação desse tipo de equipamento, "concorre para acelerar a corrida armamentista, sobretudo no Terceiro Mundo, tão castigado pela fome e as doenças".

O documento — proposto pelo arcebispo de Recife e Olinda, d. Helder Câmara e aprovado por unanimidade — faz ainda um apelo aos responsáveis pela fabricação e venda de armas para que revejam sua posição e pede que as decisões sobre a produção e aplicação da energia nuclear no Brasil "sejam revisadas pelos representantes do povo e por todos os quem possam dar contribuição científica sobre sua real necessidade".



Dom Ivo afirma que CNBB não prega luta de classes

Wm. 18.02.72 IR

São Paulo — O presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, assegurou, ontem, que "os bispos não querem proclamar a luta de classes nem querem fazer análise marxista no documento Solo Urbano e Ação Pastoral, que deverá ser aprovado hoje, no encerramento da 20ª Assembléia Geral da CNBB, em Itaici, no interior de São Paulo.

A equipe de coordenação do tema, que trabalhou até as 3h de ontem na apuração dos votos, informou, sem fornecer os números, que a maioria dos bispos decidiu pela publicação do texto como documento da Assembléia e não como "subsídios para estudo", como queriam alguns bispos da ala conservadora. A votação final será feita com base na quarta redação.

Em resposta a críticas da ala conservadora de que o documento é técnico e poderia, em alguns trechos, insinuar a luta de classes, Dom Ivo afirmou: "Não queremos linguagem ambígua ou que possa trazer confusão. Em função das emendas, que são muitíssimas, vamos melhorar o texto para que ele diga a realidade sem gerar confusão. É certo que a intenção dos redatores nunca foi instigar a luta de classes nem proceder a análise marxista".

Entre os que criticaram o documento nas sessões plenárias de terça-feira estão Dom Antônio Miranda, de Taubaté (SP), para quem o texto apresenta "uma ideologia subjacente", que pode "insinuar o princípio da luta de classes", Dom José d'Ángelo Netto, Arcebispo de Pouso Alegre (MG), ao dizer que ele contém "verdades incompletas ou invertidas", Dom José Velloso, de Petrópolis (RJ), que afirmou não ser o texto "bastante religioso" e Dom Luciano Cabral Duarte, Arcebispo de Aracaju (SE), com a observação de que o documento "não é pastoral, é, no máximo, pastoral-social".

Sobre a aprovação do texto como documento da Assembléia, Dom Ivo disse que essa decisão "já era prevista". E acrescentou: "Vai sair um documento como hoje sabemos fazer. O assunto é bastante novo, mas urgente. Por isso é que se quer que saia uma palavra dos bispos. Até o anteprojeto governamental (sobre reforma urbana) está enfrentando vissicitudes, porque o assunto é complexo e novo. E é mais ainda para nós. Agora, a nossa parte é pastoral. Vamos dizer o que hoje sabemos, o que hoje deve ser dito".

Episcopado condena a fabricação de armas

O Episcopado brasileiro aprovou ontem, por unanimidade, um Apelo de Paz contra a Indústria Bélica, em que afirma que o Brasil concorre "para acelerar a corrida armamentista". Pede ainda que "seja garantida por todos os meios a aplicação pacífica da energia nuclear a ser produzida no Brasil".

Aprovado em sessão plenária da 20ª Assembléia Geral da CNBB, o texto diz que "o Brasil ocupa o quinto lugar na produção e exportação de armas. Concorre, desta forma, para acelerar a corrida armamentista, sobretudo no Terceiro Mundo, tão castigado pela fome e as doenças".



27/2/82
PFP

Falsificaram o boletim da CNBB

D. Luciano Mendes de Almeida denunciou a falsificação do boletim semanal da CNBB, "Notícias", distribuído na sexta-feira, 13 de agosto. Tão logo receberam o boletim falsificado, os bispos das mais distantes dioceses do País telefonaram para Brasília, perguntando se o boletim tinha mudado de estilo, ou denunciando terem recebido dois boletins diferentes.

Os autores da falsificação remeteram a correspondência com base no Diretório Litúrgico, que contém o nome e o endereço de todos os bispos e chegaram a mandar o boletim até para Dioceses cujos bispos já faleceram.

O bispo de Itabira, MG, D. Mário Gurgel ao se comunicar com a sede da CNBB teve a informação de que os bispos receberam apenas o boletim falsificado e não a versão autêntica, "o que caracteriza colaboração do próprio correio", declarou ao "Jornal do Brasil" de 18-8-82.



CNBB manifesta preocupação com o desemprego no País

JUL 30-4-72 13

BRASILIA (O GLOBO) — A presidência da CNBB e os bispos da Comissão Episcopal da Pastoral (CEP) divulgaram ontem nota sobre o "Dia do Trabalho" em que manifestam a "preocupação com a persistência de altas taxas de desemprego, ausência de amparo aos desempregados e a falta de liberação e de autonomia sindical no País".

A nota observa que as elevadas taxas de desemprego e de subemprego, também entre os jovens que procuram trabalho pela primeira vez, são consequências de um sistema que não dá prioridade ao trabalho sobre o capital, nem reconhece a primazia do homem sobre a matéria.

"Embora existam estes problemas em outros países, no Brasil seus efeitos são mais dolorosos pelo desamparo a que são relegados os que não têm emprego. Em nossa pátria, os desempregados se vêem obrigados a pedir esmolas se eles e suas famílias não querem morrer de fome", acrescenta a nota.

Os bispos ressaltam que a falta de autonomia e liberdade sindical soma-se às dificuldades decorrentes da falta de emprego e de uma situação geral de insegurança no emprego.

Esta é a íntegra da nota:

"1. Neste 1º de maio, Dia do Trabalho, nós, bispos da presidência e da Comissão Episcopal da Pastoral da CNBB, sentindo-nos solidários com os trabalhadores do Brasil, manifestamos nossa preocupação com os graves problemas que continuam pesando sobre o mundo do trabalho, especialmente a persistência de altas taxas de desemprego e a falta de liberdade e de autonomia sindical.

"2. O empenho pela superação desses e de outros males que afligem os trabalhadores e suas famílias recebe nova inspiração na recente encíclica *Laborem Exercens* de João Paulo II sobre o trabalho humano e na ocorrência, em novembro desse ano, do centenário do nascimento da figura providencial do cardeal Cardijn, filho de trabalhador, apóstolo dos jovens trabalhadores e fundador da JOC (Juventude Operária Católica).

"3. Na visão do papa, "o trabalho humano é uma chave, provavelmente a chave essencial de toda a questão social, se nós procuramos vê-la verdadeiramente sob o ponto de vista do bem do homem" (*Laborem Exercens* nº 3). O trabalho ocupa essa posição de preeminência não tanto pela função produtiva, que lhe é própria, mas pelo fato de o homem, como pes-

soa, encontrar nele a possibilidade de sua realização. O capitalismo, como mostra a encíclica, incorre no erro de tratar o homem como instrumento de produção e o trabalho como mercadoria (cf. nº 7). No entanto, avverte-nos também o papa, "o erro do primitivo capitalismo pode repetir-se onde quer que o homem seja tratado, de alguma forma (...) como um instrumento" (nº 7). Fruto dessa distorção foi a degradação do homem como sujeito do trabalho e a exploração inaudita que a acompanhou (cf. nº 8), e que conduziu ao conflito histórico entre capital e trabalho. Para a superação desse conflito, a encíclica aponta o princípio da prioridade do trabalho em confronto com o capital. A razão para essa prioridade é a dignidade humana que se exprime no trabalho e o fato de o mesmo ser sempre "uma causa eficiente primária, enquanto que o 'capital', sendo o conjunto dos meios de produção, permanece apenas um instrumento" (nº 12). Também no sistema marxista coletivista o homem não é o sujeito do trabalho humano, mas continua sendo incomprendido na sua dignidade e tratado na dependência daquilo que é material (cf. nº 13).

"4. Consequência de um sistema que não dá prioridade ao trabalho sobre o capital nem reconhece a primazia do homem sobre a matéria é a persistência de elevadas taxas de desemprego e de subemprego também entre os jovens que procuram pela primeira vez. Embora estes problemas existam em outros países, no Brasil seus efeitos são mais dolorosos pelo desamparo a que são relegados os que não têm emprego. Em nossa pátria, os desempregados se vêem obrigados a pedir esmolas se eles e suas famílias não querem morrer de fome. Também aqui a encíclica nos aponta uma solução, ao falar da obrigação que cabe sobretruído ao Estado de atuar eficazmente contra o desemprego e de "conceder fundos em favor dos desempregados" (nº 18).

"5. Os sindicatos, que 'cresceram na luta dos trabalhadores pela defesa dos seus justos direitos' (nº 20), passam hoje por sérias dificuldades. A falta de autonomia e liberdade sindical vem somar-se às dificuldades decorrentes da falta de empregos e de uma situação geral de insegurança no emprego. Em relação aos sindicatos, parece-nos indispensável continuar reivindicando uma efetiva autonomia, que o papa reclama para uma série de corpos intermediários na sociedade. (cf. nº 14).

"6. O papa, falando a seus colaboradores no Vaticano, disse: 'A igreja continua hoje a proclamar, alto, a sua solicitude para com o mundo do trabalho. Ela está do lado dos trabalhadores'. ('A Família vaticana', 22/12/81). Nós, bispos, nesse 1º de Maio dizemos também: estamos do lado dos trabalhadores".



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

FORTALECENDO A AÇÃO COMUNITÁRIA

Metodistas

1515182 Op Cão



"O trabalho da Igreja do Matão é denunciador, na medida em que mostra a negligência dos poderes públicos nas áreas de Educação e Saúde; e anunciador, ao apresentar um compromisso com a vida".

(Elias Boaventura)

"O trabalho que vem sendo realizado na Igreja do Matão é o esforço de concretizar a postura de libertação da Igreja. Em todas as áreas, trabalhamos a partir de alguns pressupostos: nas áreas de Educação e Saúde, é claro que são obrigações do Estado e privilégio da Igreja. Tem o sentido de denúncia, tanto na Educação como na Saúde, onde vai a mensagem da negligência dos Poderes Públicos".

As palavras sobre a atuação da Igreja Metodista do Matão no referido bairro são do reitor da Unimep, professor Elias Boaventura, que é pastor daquela Igreja. Conforme declarou, esse campo de ação não "assistencialista, nem tem a pretensão de conscientização dos moradores. Nossa trabalho não visa complementar ou corrigir as insuficiências do bairro. É um trabalho denunciador na medida em que mostra que existe um Poder anti-vida e é anunciador ao apresentar um compromisso com a vida".

O reitor destacou que "essa presença no bairro não tem o significado sectário de anunciação do Metodismo, de arrebanhamento para a Igreja e, sim, ele procura descobrir o que o bairro quer. É a Igreja para o bairro e não o bairro para a Igreja".

Mas a Igreja realiza trabalho de Evangelização? "Sim — responde Elias Boaventura. Evangelizar significa estar presente na vida das pessoas com o sentido de solidariedade. Assim é na visitação que realizamos no bairro, a qual tem o sentido de assistência espiritual. Não queremos levar para as pessoas que visitamos doutrinas, mas solidariedade".

Falando sobre essa opção da Igreja Metodista, Elias Boaventura afirmou que "isto praticamente não foi uma opção. A Igreja foi forçada, foi Evangelizada por forças que ela mesma não considerava evangélicas. Ao fazer esta escolha, a Igreja Metodista está certa de que o senhorio de Cristo se faz presente e transmite as boas novas através de muita organização e de meios que insistimos — nós, cristãos — em declarar não cristãos". E acrescentou: "É no convívio com os pobres, com os conflitos que ela sente, que o seu papel se concretiza, ao tornar-se uma Igreja para fora e não uma Igreja em celebração, em cultivo de uma falsa espiritualidade".

MATÃO

Atualmente, a Igreja do Matão está atuando nas seguintes áreas: Educação, Saúde e participação nos problemas gerais do bairro, além da assistência espiritual ou fé.

Na área de Educação, existem 190 crianças sendo atendidas. Trinta em creche, 60 no primeiro grau e as demais em regime de pré-escola. Os cursos funcionam durante o dia todo, inclusive com o fornecimento de alimento para as crianças.

Na área de Saúde, existe a assistência dentária, que é um trabalho recente da Igreja do Matão, com 4 horas de atendimento diário e assistência médica duas vezes por semana, perfazendo um total de 12 horas semanais.

Recentemente, foi implantado um serviço que está sendo executado em convênio com a área de Saúde da Unimep, que consiste de atendimento médico de 4 horas diárias em Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Educação Física.

Quanto ao trabalho de assistência espiritual ou fé ou pastoral, o forte, além das celebrações, são as visitas às famílias em aflição por enfermidade, morte, acidente, atos de violência, dívidas e qualquer outro fator. As visitas têm caráter solidário e não doutrinário.

Finalmente, a participação mais geral nos problemas do bairro. A Igreja mantém contato permanente com os moradores do Matão a fim de levantar seus problemas e reivindicações que são, em sua maioria, problemas de loteamentos irregulares, asfalto, telefone etc.



"A consciência da realidade social dos povos latino-americanos levou as Igrejas Evangélicas a voltarem-se para o trabalho junto à população mais carente, que é maioria na América Latina".

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UERJ

(Ely Eser Barreto César)

"As Igrejas Evangélicas voltaram-se para o trabalho junto à população mais carente, depois da tomada de consciência da realidade social da América Latina e, principalmente, no Brasil, após a conscientização de que a maioria do povo latino-americano é oprimido. O compromisso das Igrejas, hoje, é o de atender às classes populares, porque atender somente a classe média, como vinha sendo feito, não atende ao Evangelho, que é um compromisso de justiça, de liberdade".

A afirmação foi feita pelo professor Ely Eser Barreto César, diretor acadêmico da Unimep e pastor metodista. Segundo ele, a própria origem da Igreja Metodista, no caso, que é missionária, desenvolveu, de início, "uma mentalidade voltada para a classe média, que, na época, parecia o trabalho mais correto. Esse modelo — diz Ely Eser — foi desenvolvido pelos missionários metodistas em todos os cantos do mundo. E, pouco a pouco, a Igreja Metodista descobriu-se comprometida com a classe média. Hoje, ela descobriu que não pode atender somente a essa classe."

Atualmente, o compromisso da Igreja é o de atender às classes populares, em consequência da opção escolhida na releitura da Bíblia que a levou ao descobrimento da "ação popular". "O fenômeno do desenvolvimento das Igrejas no campo social, de modo geral, foi a percepção mais aguda da realidade continental da América Latina, observa Ely. Essa percepção levou os povos latino-americanos a descobrirem novos caminhos de solidariedade, que antes parecia esquecida devido às barreiras da língua (a América de língua hispânica, a América de língua portuguesa e a América de língua inglesa)".

Conforme explicou o diretor acadêmico, tem papel preponderante no desenvolvimento dessas relações de solidariedade e do maior desenvolvimento dos movimentos religiosos, o CIEMAL, Conselho de Igrejas Evangélicas Metodistas da América Latina, que congrega todos os bispos do Continente. "As Igrejas Metodistas ainda estão discutindo e debatendo estas formas de atuação".

COMPROMISSO COM A VIDA

Mas como a Igreja Metodista chegou a esse plano de ação popular? "A tradição de atividades dos Metodistas — explica Ely — sempre envolveu três áreas básicas: Evangelização, Ação Social e Educação. Durante mais de cem anos estas três áreas funcionaram distintamente uma das outras. Eram setores especializados. Recentemente, ou seja, há menos de 15 anos, está se discutindo a melhor forma de se trabalhar com as três áreas integradamente. Essa mudança implicou numa transformação substancial desses conceitos. Por exemplo: a Evangelização passou de uma fase de proselitismo para uma ação ligada ao compromisso fundamental com a vida, que é a força integradora da atuação da Igreja Metodista hoje".

Assim, a ação social também sofreu uma mudança, evoluindo de um serviço assistencialista para a promoção humana. Segundo Ely Eser, isso aconteceu na década de 60, quando se rediscutiu a função da Igreja na sociedade. De modo concreto, a Igreja Metodista passou a oferecer cursos que possibilitassem às pessoas a encontrarem recursos para a sua auto-promoção.

— Numa terceira fase — diz ele — a ação social definiu-se como ação comunitária, passando a tratar com estruturas e não individualmente, como vinha sendo feito. O tratamento com as estruturas passou a ser um dado importante na participação junto à sociedade, pois a ação comunitária da Igreja tem implicações políticas inevitáveis.

ENVOLVIMENTO

Essa ação visa envolver a população com seus problemas, para que ela mesma encontre as soluções necessárias. E é por isso que existe a necessidade de uma organização da Igreja Metodista para enfrentar os problemas estruturais, porque eles resultam em pressões externas e pressões políticas, visto que as populações mais carentes são vítimas desses problemas".

Citando o trabalho da AMAS — Associação Metodista de Ação Social, o rev. Nilo Belotto lembrou que a associação está realizando um trabalho no bairro Nova América (ver matéria nesta página) com recursos que arrecada de seus sócios, de pro-

"E isso tudo, afirmou, tem implicações, por sua vez, na Educação. O projeto do Matão, por exemplo, conseguiu integrar Evangelização, Ação Social e Educação num trabalho único, que está obtendo resultados excelentes, sempre tendo em vista o compromisso básico com a vida, que seja digna e que tenha justiça, a partir da proposta de que a existência humana é um dado muito importante a ser considerado".



"Existe a necessidade da formação de uma consciência de participação por parte das famílias da comunidade e este processo é lento e demorado".

(Rev. Nilo Belotto)

Para o reverendo Nilo Belotto, da Pastoral Universitária e pastor da Igreja Central Metodista, o trabalho na periferia exige a "formação de uma consciência de participação das famílias da comunidade", processo este "lento e demorado".

— É muito importante — explica ele — que haja participação total do grupo e também uma orientação de como solucionar seus problemas. A própria comunidade deve saber de suas reais necessidades e tentar solucioná-las na medida do possível. Assim, a própria população, com alguma orientação que se faça necessária, passa a agir em benefício próprio, cuidando de seus problemas".

Citando o trabalho da AMAS — Associação Metodista de Ação Social, o rev. Nilo Belotto lembrou que a associação está realizando um trabalho no bairro Nova América (ver matéria nesta página) com recursos que arrecada de seus sócios, de pro-

moções, festas etc., "procurando educar a população, para assumir, para, depois, passar a trabalhar em outro bairro, oferecendo, desta maneira, o empuxo inicial para as comunidades mais carentes".

CECAP

Exemplificando a ação comunitária da Igreja Metodista nos bairros da periferia, Nilo Belotto falou sobre o trabalho que está sendo realizado no Parque CECAP, na rodovia do Açúcar, próximo ao "campus" Taquaral. A Igreja começou a funcionar naquele bairro em fevereiro deste ano, na casa de um dos moradores, com a colaboração da Universidade.

— A proximidade do "campus" Taquaral — acentuou — oferece ótimas condições para um trabalho mais efetivo junto à população do bairro. Por exemplo: o único "orelhão" existente no Parque CECAP foi obtido com a colaboração da Universidade, resultando do contato direto com a comunidade, que fez a reivindicação. Para isso, temos uma pessoa encarregada do social, mantendo contato permanente com os moradores do local, que informam as suas necessidades e reivindicações mais importantes. Além disso, já existe uma pré-escola no Parque CECAP, que foi resultado do trabalho da Universidade.

Dentro em breve, os serviços de atendimento à população do Parque CECAP deverão ser ampliados. Pretendemos instalar cursos que atendam às necessidades dos moradores, oferecendo novas perspectivas de vida", concluiu Nilo Belotto.

ADAPTANDO-SE AOS BAIRROS

Observando que a Igreja Metodista em Piracicaba ficou durante muito tempo concentrada no centro, o reverendo Nilo Belotto, afirmou, que a Igreja Centenário, por exemplo, que foi inaugurada no ano passado, desenvolveu-se de acordo com as necessidades do bairro e das favelas próximas.

Por outro lado, o mesmo tipo de trabalho está sendo implantado na Favela do Sapo, no bairro Nova América, que está em sua fase inicial. "Por enquanto — disse ele —,

estão atuando nessa favela uma assistente social, leigos da Igreja Metodista que estão assistindo os moradores tanto educativa como espiritualmente, orientação alimentar e nutricional e outra série de serviços".

CECAP

"O conhecimento prático da realidade social das classes mais carentes leva a um engajamento pessoal sem a possibilidade de retorno ao estado de alienação anterior".

(Miriam Boaventura)

A Associação Metodista de Ação Social — AMAS, tem como objetivo a promoção do ser humano carente, tanto nos seus aspectos espirituais, educacionais, como sociais. Diante desses objetivos tem sido proposto, então, a necessidade de um acompanhamento pastoral às famílias; de encaminhamento frente às necessidades socio-econômicas; de preocupação na parte educacional contando, para isso, com a instalação de pré-escolas,

núcleos de alfabetização de adultos, de assessoria jurídica e, num futuro próximo, um plano efetivo de atendimento na área de Saúde, de modo a completar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Terapia Ocupacional. A explicação é da presidente executiva da AMAS, Miriam Campos Boaventura.

Conforme informou, a AMAS está realizando um trabalho na Favela do Sapo, no bairro Nova América, com aproximadamente trinta famílias carentes, fazendo um trabalho assistencial na medida em que fornece cestas mensais de alimentos a essas famílias. Recentemente, foi repensada a proposta da AMAS, visando a uma efetiva promoção social.

REFORMULAÇÃO

Devido a essa preocupação, alguns dos cursos promovidos pela AMAS tiveram de ser reformulados. É o caso do curso de gestantes que ensinará as futuras mães a confeccionarem o enxoval de seu filho, valorizando seu próprio trabalho, além de outros cursos para acompanhamento da gestação.

Segundo Miriam Campos Boaventura, para dar melhores condições ao trabalho que está sendo desenvolvido na Favela do Sapo, "entramos em contato com o Projeto Periferia da Unimep para que tivéssemos uma pré-escola e terapia ocupacional para possibilitar melhores condições de trabalho junto ao carente".

Dentro do trabalho desenvolvido na Favela do Sapo, a AMAS pretende criar um clube ou associação de corte e costura de tal modo que as máquinas fiquem à disposição da comunidade, uma vez que as mulheres não têm condições de adquiri-las.

BUSCANDO O PROBLEMA PELA RAIZ

A presidente executiva da AMAS assinala que muitos problemas da comunidade "devem ser estudados pela raiz". E exemplificou: "existem famílias recebendo a cesta de alimentos há 9 anos. O nosso procedimento será de analisar porque essas famílias solicitam as cestas e a partir disso tentar resolver o problema. Por exemplo: uma família solicita a cesta porque o marido está desempregado. Nós vamos buscar o problema na sua raiz e tentar resolvê-lo".

Miriam Campos Boaventura salienta que para que esse trabalho seja mais valorizado, "se faz necessário sensibilizar toda a Igreja Metodista, frisando que..... AMAS é um projeto dela própria e que para se obter êxito na promoção social é de importância fundamental a participação e acompanhamento de todos os metodistas".

Mas existe uma dificuldade, segundo ela. Seria necessário que todos, sem exceção, vivenciassem os problemas dessas famílias carentes e conhecessem a realidade social em que vivem, "que é sempre pior do que se imagina". "O conhecimento prático da realidade social das classes mais carentes, sentida de perto, leva a um engajamento pessoal sem a possibilidade de retorno ao estado de alienação anterior".

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UNIMEP

CNBB edita
cartilhas para
comemorar
Semana do Índio
ed. 09.04.82 B

BRASILIA (O GLOBO) — Ao promover este ano, pela primeira vez, as comemorações da Semana do Índio entre os dias 18 e 25, a CNBB elaborou dois livros, de 50 páginas, para Primeiro e Segundo Graus, sugerindo "atividades que despertem nas crianças e nos adolescentes o sentimento de respeito pelo indígena".

As comemorações promovidas pela CNBB serão desenvolvidas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em todas as dioceses do País, mesmo nos locais onde não existam índios. Ao adotar o tema "Paz e terra para os povos indígenas", a CNBB observou que o índio necessita da terra para sua sobrevivência e por isto toda a sociedade envolvente deve sentir-se co-responsável pela preservação das comunidades indígenas do Brasil.

Os livros elaborados pela CNBB serão enviados às escolas católicas, particulares e rede oficial de ensino.

Aos alunos de Segundo Grau, a CNBB sugere que sejam divulgadas cartas e abaixo-assinados "dirigidos à Funai e às firmas e empresas que prejudicam os índios, protestando contra a invasão das terras indígenas, bem como contra a não demarcação da maioria das reservas".

A Igreja solicita o apoio dos adolescentes, lembrando que todos devem "exercer a tarefa profética de denunciar os que invadem as terras dos índios ou ferem, de algum modo, os direitos das comunidades indígenas".

Ainda no livro para o Segundo Grau, a CNBB sugere que os professores informem sobre os grupos indígenas que foram dizimados nas últimas décadas e enfatizem a necessidade da colaboração de todos para a preservação dos grupos que ainda lutam por sua sobrevivência.

"Os livros escolares falam dos índios sempre no passado, como se não existissem mais. Colocam todos os grupos indígenas 'numa mesma panela', chamando-os indistintamente de índios, sem respeitar os nomes das comunidades, das nações indígenas, suas culturas, seus rituais, suas línguas, seus costumes. Em 1900 existiam 230 grupos tribais; em 1957 eram apenas 143 grupos. Desapareceram, portanto, 87 grupos em apenas 57 anos", destaca a CNBB.

PRIMEIRO GRAU

A CNBB recomenda também que os professores do Primeiro Grau devem sensibilizar a criança para "a realidade de que os brancos ricos e poderosos não entendem que os índios precisam de terra grande e estão invadindo a terra dos índios e estragando a natureza".

O livro fornece uma lista de vários grupos indígenas e sugere ao professor mostrar no mapa os locais onde vivem índios, "especialmente os Estados onde os silvícolas sofrem maiores pressões de fazendeiros, empresas madeireiras e outras". Acrescenta que, como tarefa de casa, a criança procure fotografias de índios e fique atenta a todas as notícias, veiculadas pelo rádio ou pela televisão sobre a Semana do Índio.

Ao lembrar a frase do índio guarani — "O Brasil não foi descoberto, o Brasil foi roubado" — a CNBB observa que a criança deve ser sensibilizada para a necessidade de respeitar e valorizar o índio brasileiro.

"Todos, independente da situação social ou econômica, são responsáveis pela sobrevivência ou não dos 220 mil índios que vivem no Brasil. Todos precisam saber que o índio é aquele que deve viver", finaliza a CNBB.



NOTA DA CNBB

916182
ogr.

O dia 22 de junho de 1982 foi dia de luto. O Conselho de Sentença do Exército da 8.a Circunscrição da Justiça Militar de Belém condenou os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou e treze posseiros de São Geraldo do Araguaia. Quinze anos para o padre Aristides, dez anos para o padre Francisco, nove anos e oito anos para os posseiros. Soubemos também das muitas irregularidades e pressões ocorridas durante o processo.

Temos plena certeza da inocência desse padres. Consideramos a sentença injusta e digna de repúdio. Os padres não praticaram incitamento sedicioso, nem atentaram contra a Segurança Nacional. Certamente muitos interesses estiveram por trás da decisão. Grupos radicais, incomodados com a Ação Pastoral da Igreja, encaminharam o processo de modo a chegar a uma condenação. Temos a convicção de que foi a Ação Pastoral da Igreja que esteve em julgamento.

Diversos Bispos da várias regiões do País, presentes ao julgamento, foram prestar solidariedade aos padres, vítimas de tão grande injustiça. Nós também, em nome do Evangelho, reafirmamos nossa solidariedade para com todos aqueles que, estrangeiros ou não, trabalham na Ação Pastoral, acreditam na dignidade da pessoa humana, educam para uma consciência crítica, confiam na sabedoria e na capacidade do povo para se organizar e reivindicar seus direitos. Sustentamos a opção preferencial pelos pobres. Proclamamos, em especial, o direito dos pequenos lavradores à posse da terra e o direito de morar. As mensagens dos nossos documentos serão sustentadas mesmo diante da perseguição aberta ou disfarçada. Nesses documentos está clara a defesa dos pobres e dos pequenos contra as injustiças dos grandes e poderosos.

Este acontecimento confirma a necessidade de rejeitarmos a atual Lei de Segurança Nacional, que continua sendo usada em flagrante conflito com as normas fundamentais do direito comum e do bom senso. Urge modificar também toda e qualquer legislação que, pouco a pouco, foi sendo penetrada pelas exigências absolutistas da Lei de Segurança Nacional, particularmente a vigente Lei dos Estrangeiros. Impõe-se uma Reforma Agrária que de fato faça justiça e reconheça o direito fundamental à propriedade da terra de quem efetivamente nela trabalha. Que estas exigências não fiquem esquecidas sobretudo num ano em que o povo é chamado à escolha de seus dirigentes pelo voto.

O Cristo Ressuscitado é o Senhor da História. Ele acompanha nossos passos e nos dará a força de plantarmos sementes de Justiça, Reconciliação e Paz, que fundamentam a verdadeira segurança do povo brasileiro.

Brasília, 24 de junho de 1982
Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB



25/6/82 08r

A atuação da Igreja está em julgamento

22:25 horas do dia 21 de junho de 1982. O advogado Egydio Salles Filho, contratado pela CNBB para a defesa dos padres foi inciso, direto:

"A Igreja Católica no Brasil vive uma das suas situações mais tristes. Acusações dirigidas não só contra ela, mas contra todos os trabalhos que traduzem uma opção pastoral. Não se trata de criar uma imagem ou um clima para o presente julgamento". Leu, em seguida, trechos do inquérito feito pela Polícia Federal em Brasília e acusou: "Sem sair do gabinete, o delegado encarregado desse inquérito o elaborou em menos de 24 horas. Menos de 24 horas, repito".

Esse relatório é de suma importância, ressaltou o dr. Egydio. Leu partes do documento: "O Governo Federal, preocupado com o problema das terras criou o Grupo Especial do Araguaia-Tocantins-GETAT. Entretanto, o clero progressista, na sua maioria composto por estrangeiros (...) pessoas subversivas (...) de opinião, emoção e postura contrárias à política da Segurança Nacional". Em seguida, faz referências a uma palestra do advogado Paulo Fontelles, da Comissão Pastoral da Terra-CPT, sobre a guerrilha do Araguaia, ocorrida nos idos de 1976: "Tenta-se afirmar com isso que a guerrilha voltou, a luta armada, a violência, voltaram. Isso é absurdo. É pura paranoíá".

Diz ainda o relatório que em 1970 o padre Aristides Camio e Paulo Fontelles, este taxado como ex-terrorista, promoveram uma reunião, em que mobilizaram 70 posseiros na fazenda Bamerindus. O desfecho foi evitado pela Polícia Federal. No dia 28 de agosto de 1980 o padre Aristides fez uma reunião com posseiros e no dia 29, homens armados invadiram as fazendas matando administradores. O advogado Egydio Sales Filho:

"Há uma condução tendenciosa desse inquérito, uma tentativa clara de se amputar fatos. A cada passagem temos um assassínio, e o padre Aristides é acusado. É como se houvesse uma sequência absolutamente lógica que encobre a verdade que mascara os fatos, que deturpa a realidade. Tudo é feito de modo a esconder a verdade. O que se procura esconder é o caos fundiário, este sim, responsável pelos conflitos".

O advogado traçou um histórico da região de Conceição do Araguaia e o agudo problema da terra. Em 1973, lembrou, o chefe do posto do Incra já temia que um fazendeiro usando jagunços iria fazer algumas matanças. Os padres franceses não tinham chegado ao Brasil. Mas a situação lá já existia.

Em 1979 surge a presença do Major Curió, hoje candidato a deputado federal pelo PDS. Cumpria a missão de solucionar litígios de terra. Promoveu reuniões no Xambicá e tentou comprovar o litígio. Em 1980 o Getat procede as primeiras inspeções nos castanhais. Sua situação é sempre numa tentativa de arranjo, procurando atender os lados dos ditos "proprietários dos castanhais". E com apoio da Polícia Federal. De fato, o Getat requisita o apoio da PF para intimidar os posseiros.

"Na 22.a Vara Criminal de São Paulo, Luiz dos Santos Trindade Nunes (aquele que morreu na dita emboscada), responde a um processo. É foragido da Justiça. Tinha antecedentes criminais, portanto. O que significa que ele não era gerente do Getat, e sim um pistoleiro contratado. E o que fez a Polícia Federal? Procurou apresentar essa pessoa como gerente, como dono de fazenda. O dono da fazenda disse que quem morreu não foi o gerente, que continua por lá, vivão".

PROSSEGUE A SUSTENTAÇÃO ORAL

O advogado José Carlos Castro, como Egydio Salles Filho também de Belém, contratado pela CNBB, prosseguiu a sustentação oral:

"Esta Auditoria quer conseguir resolver problemas de terra como problema de Segurança Nacional. É o que acontecia com as greves no Brasil. Até que um dia, o Superior Tribunal Militar colocou um freio nessa injustiça. Hoje se quer constituir nesses trabalhos de privilegiar uma justiça de que problemas de terra no Amazonas é questão de Segurança Nacional. Trata-se de um imbróglio (embrulho) jurídico. Isso é crônico e indesejável.

"Os fatos — prosseguiu o dr. José Carlos Castro — se passaram numa região exclusiva do Iterpa, autarquia da política agrária do nosso Estado. Nem Getat nem Incra eram de competência, porque essa região pertence ao Pará. A competência, portanto, é estadual. Os episódios narrados já fazem parte da paisagem amazônica de conflitos de terras. Casas derrubadas, mortes estúpidas. Houve um caso em que deram 140 tiros num agricultor. E onde está o fazendeiro que atirou? Está solto".

"Getat acusa padre de incitar posseiro", falou o advogado, como se tivesse lendo a manchete de jornal. Não mudou a tônica, observou ainda, 1 morto e 8 feridos, e quem é o acusado? O padre Perguy, francês. "Esse está na mira. Foi dado o sinal".





Depois do julgamento, os padres foram recolhidos de novo à prisão. O povo continuava concentrado nas ruas e na igreja



Denunciou que se indeniza os posseiros com 10, 12 mil cruzeiros. São feitos recibos. Mas como indenizar um homem com 10, 12 mil? Perguntou o advogado. Esses recibos são um atestado de falência, atos de agressão aos brasileiros. Os padres aconselharam os posseiros a não saírem de suas terras. E isso uma verdade que incomoda, que estremece.

"O que caracteriza um crime de incitamento? É a sua tipicidade. Crime para subverter a ordem política e social, visando um fato determinado. É necessário o dolo expressivo. Não devemos discutir a forma de luta, e sim começar a lutar. É Caio Prado Jr., citando uma obra do professor Fragoso. Lutar? O verbo não é definido porque não tem roupação. Lutar contra o quê? Testemunhas dizem, nunca vi nem falei com o padre Gourion. Portanto, o incitamento se constitui na mudança da vontade individual. João Matias há 9 anos passados já trabalhava com jagunços. Foi o padre Aristides Camio que desvirtuou esse humilde homem que em 1973 já foi jagunço?"

Citou o caso de Perdidos, acontecido em 1973, envolvendo padres e posseiros. Aquela mesma Auditoria Militar tinha se declarado "incompetente" para julgar crime dessa natureza.

"Ora, trata-se de uma simples questão de terra. Frente a uma rede de legislação que se interpenetra. É isso que vamos continuar julgando aqui? Questão de terra. Pará é o único Estado do Brasil que tem 15 prisioneiros políticos. Há uma distinção entre o alienigena e o brasileiro. Esse nacionalismo não. É um desrespeito à Marinha Brasileira que arregimenta estrangeiros para o seu quadro. A Igreja que tem muitos estrangeiros em seu clero. Somos um país acolhedor por natureza. Aonde está o incitamento? Problemas de terra, aforamento, conflitos, para longe daqui deste Tribunal!".

UM PROCESSO KAFKIANO

Luiz Eduardo Greenhalg, advogado paulista, também contratado pela CNBB sustentou ser impossível alguém arregimentar uma empreitada criminosa em 15, 20 minutos de sermão de Igreja. Esse processo, a seu ver, está cheio de nulidades. Está eivado de preliminares:

"Parece a história do Joseph K. de Kafka, editado em 1925 na Tchecoslováquia. O que está no banco dos réus é o trabalho missionário da Igreja. Os senhores vão avaliar as provas em juizo. No início do processo não se fala em missa, padres, incitamento. É apenas um conflito de terra. Mas aí vem uma ordem de Brasília para incriminar os padres".

Revelou que 11 posseiros estão juntos na prisão: são aqueles que querem acusar os padres. Dois estão fora, são aqueles que tentam a não acusar os padres. Eles não estão na mesma cela no 1.º Comando Aéreo Regional-Coman. Estamos vendo a Lei de Segurança Nacional se transformar em instrumento de perseguição política contra cidadãos. Se inverteram as prioridades, observou Greenhalg.

"O que é que se alterou em termos de regime político neste País através desses homens? O próprio defensor deles disse que muitos mal sabem assinar os seus nomes. Não é esta a missão dada às Forças Armadas. Ainda hoje esses homens continuam, sob coação, recebendo visitas impertinentes, na calada da noite. Aplicar consciência, fazer alfabetização, dizer a eles quais são seus direitos, é subversão?"

Leu um ofício da Secretaria da Segurança Pública do Pará, datado de 20 de junho de 1979, que diz que aquele órgão tem recebido denúncia sobre problemas de terras. Foi denunciado a existência de um foco de resistência armada em 1979 na fazenda Alvorada. Diz

o texto: "Fomos observar *in loco* e constatamos que há padres franceses que militam na área, rotulados de subversivos, mas na realidade insatisfeitos com as injustiças ali cometidas". A própria conclusão a que a Segurança Pública chegou foi a de que o Incra, hoje Getat, juntamente com o destacamento de São Geraldo vinha sendo utilizado para pressionar os posseiros.

A última frase de Greenhalg: "Que Vossas Excelências não faltem em proferir um veredito independente".

FALTA SERIEDADE E SERENIDADE

Coube ao jurista Heleno Fragoso, dar os acordes finais na sustentação dos padres franceses. Lembrou inicialmente que a Justiça Militar viveu distorções graves, influências do Comando. Lembrou que ele foi o defensor do padre Jentel, absolvido por unanimidade no Tribunal Superior Militar:

"Se alguma crítica se pode fazer ao Tribunal Militar é quanto ao rigor com que costuma julgar os próprios militares. Aqui a única hierarquia é a da lei. O padre Aristides está sendo julgado por proferir uma frase, 'Aqui não tem só Maria, tem José também', e outra, 'Que todos se unam como os marimbondos, que sozinhos não são nada'. Ora, a meu ver falta seriedade e serenidade à acusação. Ver subversão no lema 'Terra é de quem nela trabalha', quando o Ministério da Agricultura já se apropriou deste lema é irremissível inépcia contra os sacerdotes".

Fragoso observou que ninguém pode acusar se a denúncia não explicitar que ação delituosa se praticou. Faltou na ação dos posseiros uma intenção de ferir a Segurança Nacional. Trata-se de um crime comum um homicídio e de leis corporais e de tentativa de homicídio, se quiserem, mas essa acusação é de competência da Justiça Comum.

"O que se entende por crimes contra a Segurança Nacional? São crimes contra interesses políticos contra uma Nação. Por termo jurídico se entende um conjunto de bens com que se relaciona com problemas internos e externos do País. Crime contra a Segurança Nacional requer o pressuposto político-subversivo. Quer dizer, se não houve uma ação empreendida pelo agente um propósito político-subversivo, nós não temos um crime contra a Segurança Nacional. Ou seja, nos crimes contra a Segurança Nacional existe um fim de agir, que é o fim de atentar contra a Segurança do Estado".

O professor Heleno Fragoso citou o manual da Escola Superior de Guerra, que diz ser perigoso considerar como Segurança Nacional pequenos acontecimentos na vida nacional. Porque desta forma se compromete a noção de Segurança Nacional.

"Esse tal de Matias convocou todos para enfrentarem o tal grupo. Não havia nenhuma legítima defesa, sob o ponto de vista jurídico. Pretender fazer com que tenham cometido um crime contra a Segurança Nacional é simplesmente ridículo".

Quanto à acusação contra os padres, Fragoso disse que sob o ponto de vista jurídico faltam todas as provas que caracterizam essa ação. Não houve incitação alguma, e muito menos incitação subversiva.

"Quando alguém faz uma propaganda ou incitação, é uma forma de pensamento dinâmico porque ele quer levar o destinatário a uma ação. Beba Coca-Cola, o que se pretende com isso? Que o destinatário dessa ação beba Coca-Cola. Como se distingue a incitação da propaganda? Na propaganda há uma empolgação indireta. A excitação se dirige a vontade expressando-se na própria conduta que deve ser realizada. Ao passo que a propaganda tende a se incidir sobre o intelecto, mas só na vontade. A propaganda tem caráter persuasivo. O que se entende por excitação subversiva?"

"A denúncia diz que o padre Aristides numa única vez disse: Mostrem que aqui não tem só Maria, mas José". Tem o ditado do marimbondo. Não podemos ampliar o valor da acusação contra os fatos. Falta uma indicação de qualquer ação. É uma exaltação à coragem pessoal, uma indicação que visa uma exortação à coragem. Não houve desobediência coletiva as leis. A desobediência visa criar um estado anárquico onde não há mais vivência das leis. É a desobediência a todo o sistema legal do País. O que transparece, portanto, é que trata-se de um julgamento do trabalho dos padres".

"O que a Lei de Segurança Nacional preve é uma ação geral e abrangente que se refira a uma situação de toda uma classe. Se trata de luta de classe. Não há a possibilidade de ver na história da Maria e José e dos marimbondos qualquer incitação. Falta indicação de uma ação delituosa concreta a ser praticada. Não há a possibilidade de se configurar juridicamente. Eles não praticaram nenhuma incitação subversiva. É um crime que não existe de jeito nenhum. É um juízo da dúvida, a probabilidade não basta para condenar".

Heleno Fragoso fez um protesto contra o forte aparato armado tanto na cidade como ali dentro da Auditoria (tinha dois fuzileiros da Aeronáutica), algo que ele disse não ter visto em 20 anos de militância na Justiça Militar brasileira.

A propósito da condenação dos padres e posseiros

O dia 22 de junho de 1982 foi dia de luto. O Conselho de Sentença do Exército da 8.a Circunscrição da Justiça Militar de Belém condenou os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou e treze posseiros de São Geraldo do Araguaia. Quinze anos para o padre Aristides, e dez anos para o padre Francisco, nove anos e oito meses para os posseiros durante o processo.

Temos plena certeza da inocência desses padres. Consideramos a sentença injusta de repúdio. Os padres não praticaram incitamento nem atentaram contra a Segurança Nacional. Certamente muitos interesses estiveram por trás da decisão. Grupos radicais, incomodados com a ação pastoral da Igreja, encaminharam o processo de modo a chegar a uma condenação. Temos a convicção de que foi a ação pastoral da Igreja que esteve em julgamento.

Diversos bispos de várias regiões do País, presentes ao julgamento, foram prestar solidariedade aos padres, vítimas de tal grande injustiça. Nós também, em nome do Evangelho, reafirmamos nossa solidariedade para com todos aqueles que, estrangeiros ou não, trabalham na ação pastoral, acreditam na dignidade da pessoa humana, educam para uma consciência crítica, confiam na sabedoria e na capacidade do povo para se organizar e reivindicar seus direitos.

Sustentamos a opção preferencial pelos

pobres. Proclamamos, em especial, o direito dos pequenos lavradores a posse da terra e o direito de morar. As mensagens dos nossos documentos serão sustentados mesmo diante de perseguição aberta ou disfarçada. Nesses documentos está clara a defesa dos pobres e dos pequenos contra as injustiças dos grandes e poderosos.

Este acontecimento confirma a necessidade de rejeitarmos a atual Lei da Segurança Nacional, que continua sendo usada em flagrante conflito com as normas fundamentais do direito comum e do bom-senso.

Urge modificar também toda e qualquer legislação que, pouco a pouco, foi sendo introduzida pela exigência absolutista da Lei de Segurança Nacional, particularmente, a vigente Lei dos Estrangeiros. Opõem-se uma Reforma Agrária que de fato, faça justiça e reconheça o direito fundamental à propriedade da terra de quem efetivamente nela trabalha. Que estas exigências não fiquem esquecidas, sobretudo num ano em que o povo é chamado à escolha de seus dirigentes pelo voto.

O Cristo Ressuscitado e o Senhor da História. Ele acompanha nossos passos e nos dará a força de plantarmos semente de justiça, reconciliação e paz, que fundamentam a verdadeira segurança do povo brasileiro.

Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB.

Reunião da Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral

Nos dias 22 e 24 deste mês, teve lugar a reunião mensal da Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB. A manhã de estudo, sob a orientação do jesuíta Pe. Mário França Miranda, foi dedicada ao tema do Sacramento da Penitência, ao Sínodo Mundial 83. Em pauta, a preparação do Conselho Permanente, que se deve reunir em agosto, e o acompanhamento do Plano de Pastoral, com destaque particular quanto à Educação. Amplo relatório foi apresentado sobre a condenação, havida dia 22, dos padres e posseiros do Araguaia. Aprovou-se a última redação do texto-base da Campanha da Fraternidade de 83 sobre "Fraternidade Sim, Violência Não". Salientou-se ainda o relatório apresentado por Dom Ivo Lorscheiter sobre sua recente participação na visita do Santo Padre a Portugal e à Argentina. O presidente da CNBB falou também dos seus trabalhos apostólicos na França, lembrando a participação no Encontro Internacional dos Juristas, na Bretanha, e o encontro com os bispos da França, como ainda a visita às famílias dos padres Aristides e Francisco, que se acham presos em Belém, agora já condenados.



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

sofre é o pobre

20-8-82 opp

O Governo brasileiro acaba de instituir um novo e especial Ministério para tratar dos problemas da terra em nosso País. Sem entrar no mérito da política que será colocada em prática pelo futuro responsável dessa nova entidade governamental, verificamos o acerto dos Bispos do Brasil que na 18.^a Assembléia da CNBB, trataram desse problema grave e até redigiram um longo documento para a Igreja do Brasil, "Igreja e Problemas da Terra", dando diretrizes pastorais e éticas para sua solução.

A criação do Ministério da Terra fará parte da pauta de assuntos que deverão ser discutidos pelo Conselho Permanente da CNBB, que estará reunido na próxima semana. Estarão presentes os três Bispos ligados à presidência, os 14 das regionais e mais nove da Comissão Episcopal

da Pastoral. O comentário de D. Luciano Mendes de Almeida, Secretário Executivo da CNBB foi de que "urge uma colaboração em todos os segmentos da sociedade para a efetivação de um programa adequado que apresse a reestruturação do uso e posse da terra".

Dom Aloísio Lorscheider, Cardeal Arcebispo de Fortaleza, ex-presidente da CNBB, escreveu recentemente uma carta pastoral sobre os problemas da terra na Arquidiocese de Fortaleza.

D. Aloísio diz na carta que não escreve o documento como técnico em agricultura e nem como jurista, mas como pastor que é, orientando seus fiéis nos aspectos éticos da questão fundiária em sua Arquidiocese. Sua missão é "ensinar a observar tudo quanto Jesus ordenou". (Mt 28,20).



Tumulto conceitual

SP 20/8/82

NADA poderia haver de mais tumultuário e nada explica por que a Igreja sai dos seus cuidados espirituais para instalar essa confusão retórica no mundo temporal.

NINGUÉM contesta que a repressão desproporcional ou mal aplicada constitui também forma de violência. Tampouco ninguém pretende negar as distorções e iniquidades sociais das quais o universo humano está repleto. Finalmente, ninguém desconhece que as pressões ambientais condicionam e agravam todo esse quadro imperfeito.

O EQUIVOCO da CNBB consiste em não distinguir os diversos fenômenos para que uns e outros recebam o tratamento adequado e tanto quanto possível eficiente. Esse tratamento ora será punitivo, ora será corretivo, ora será policial, ora será político, econômico, pedagógico etc.

SE DEVESSEMOS dizer ao assassino cruel que a sua violência apenas faz parte de uma organização política e sócio-econômica inteira voltada contra a dignidade da pessoa humana, melhor fariamos estabelecendo a regra geral da impunidade do crime e fechando as prisões.

NO DOCUMENTO que acaba de divulgar para a Campanha da Fraternidade, sob o título "Fraternidade sim, violência não", a CNBB caracteriza a violência com tamanha amplitude conceitual que se arrisca a neutralizar ou enfraquecer os objetivos de sua pronostica.

UMA REALIDADE é a violência, e outra é a injustiça social, mas o órgão episcopal optou por colocar as duas deformações da vida em sociedade sob um mesmo rótulo. Com isso, criou o tumulto semântico que a ninguém do bom lado aproveita: nem aos denunciantes da violência, nem aos responsáveis pela sua repressão. Na verdade, apenas os praticantes e patronos da violência propriamente dita saem protegidos por esse manto retórico.

"A VIOLENCIA — dizem os bispos — é tudo o que fere ou esmaga a dignidade de qualquer pessoa humana e, portanto, não deve ser interpretada exclusivamente como criminalidade." A seguir, classifica-se a violência em "divulgada, silenciada, escandalosa e oculta", num preciosismo esquemático do qual valeria concluir, afinal, que violência é tudo e

que, sendo tudo, acaba por não ser coisa alguma.

PARA que a violência não contemple apenas a criminalidade, a CNBB estende-a às atitudes discriminatórias da sociedade (contra o negro, contra o índio, os idosos etc.), o sensacionalismo do noticiário criminal, a rejeição aos deficientes físicos e mentais, o mau tratamento dos detentos nos presídios, a "repressão contra as iniciativas que o povo promove para manifestar pacificamente o seu protesto", o abuso de autoridade, a corrupção administrativa etc.

COMO fator agravante da escalada da violência no Brasil os bispos apontam, em primeiro lugar, "a imposição de um modelo econômico que exige austeridade exacerbada do povo para a correção de uma situação pela qual ele não é responsável, como o equilíbrio comercial, pagamento da dívida externa etc.". Mencionam-se também o caráter assumido pela repressão ao crime político durante certo período e "a expansão dos meios de comunicação social que, embora constituam valor e progresso, projetam a imagem de uma sociedade consumista".



OSÃO PAULO

2618/82 08p

CARTAS - CARTAS - CARTAS - CARTAS - CARTAS - C

O Vaticano repreende a CNBB

LENILDO TABOSA PESSOA

"A Santa Sé enviou ao presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, duas cartas com a mesma data, nas quais proíbe três missas inventadas e patrocinadas por bispos brasileiros; a Missa dos Quilombos, a Missa da Terra-Sem-Males e a Missa da Esperança. As missivas, assinadas pelo pro-prefeito da Congregação para o Culto Divino, d. Giuseppe Casoria, embora redigidas na habitual linguagem diplomática vaticana, são extremamente energicas e duras e chamam seriamente à atenção o presidente da CNBB.

É o seguinte o texto integral da primeira carta:

"Roma, 2 de março de 1982
A Sua Excelência
D. Ivo Lorscheiter
Presidente da Conferência Episcopal
Brasília - DF
Excelência,

Tenho a honra de dar urgente resposta a sua carta de 22 de fevereiro último, agradecendo-lhe vivamente pela solicitude em fazer-me conhecer a sincera disposição do setor competente dessa Conferência Episcopal de atender ao que possa ser decidido ou notificado por esta sagrada Congregação e me permito humildemente, com o único objetivo de serviço eclesiástico, assinalar o que segue:

Confirmado e repetindo o que foi dito em elogio ao Episcopado brasileiro na precedente carta de 9 de fevereiro último, sinto, além disso, o dever pastoral de expressar-lhe que o fascículo do qual se falava, intitulado *Missa da Esperança*, não é nem se pode dizer conforme às conhecidas disposições em vigor para a celebração da Eucaristia.

Queira, portanto, dar-me uma certa resposta à presente carta e aceitar os meus mais distinos e respeitosos cumprimentos, com os quais me confirmo, estendendo-os a todo o Episcopado Brasileiro, seu devotíssimo no Senhor, Giuseppe Casoria - Arcebispo titular de Vescovio, Pró-Prefeito."

A segunda missiva está redigida nos seguintes termos:

"Roma, 2 de março de 1982
A Sua Excelência
D. Ivo Lorscheiter
Presidente da Conferência Episcopal
Brasília — DF
Excelência,

Chegou a esta Congregação sua prezada carta de 22 de fevereiro último, como esclarecimento e resposta às conservações feitas por esta Congregação acerca da documentação relativa a uma especial Missa celebrada na cidade do Recife e chamada *Missa dos Quilombos*; tais observações tornaram-se necessárias e foram apontadas a Vossa Excelência, com data de 5 de janeiro último, pelas circunstâncias de ambiente e de pessoa que emergiam da apresentada descrição.

Permita-me, Excelência, poder dizer que a resposta recebida, bem meditada, não parece ter notado exatamente o válido significado da alusão feita à chamada *Missa da Terra-Sem-Males*; nem exprime na realidade a esperada resposta que se desejava (*che si sarobbe gradito*), assegurando que no futuro a celebração da Eucaristia será como deve ser, e é, somente memorial da morte e ressurreição do Senhor, e não reivindicação de qualquer grupo humano ou racial. De resto, se desejava e desejaria que ao informar os outros Excelentíssimos Bispos autores, realizadores e interessados na acima mencionada celebração eucarística, fossem claramente apresentadas as superiores intenções transmitidas por respeito e por amor à verdade católica em relação a todo o Povo de Deus.

A apreciação que o bispo auxiliar do Recife fez acerca da *Missa dos Quilombos*, recordada abertamente por Vossa Excelência embora apreciando o zelo de arrependimento e reparação que quer exprimir não pode levar esta Congregação a desistir de julgar e de não permitir, para

o futuro atos semelhantes à chamada *Missa dos Quilombos*.

Aproveito a ocasião para apresentar sentidos e devotos cumprimentos, que Vossa Excelência queira estender, em meu nome, também aos outros irmãos no Episcopado dessa nobre e grande nação, enquanto me confirmo sinceramente e com afeto, devotíssimo no Senhor, Giuseppe Casoria — Arcebispo titular de Vescovio, Pró-Prefeito."

Segundo informações de fontes autorizadas, além de enviar as cartas, a Santa Sé obrigou a CNBB a divulgá-las, o que deixou particularmente irritado d. Ivo Lorscheiter.

Com efeito, os textos das duas missivas fazem várias revelações e contêm vários aspectos embarracados. Em primeiro lugar revelam que tem havido uma intensa troca de correspondência entre Roma e a CNBB sobre assuntos de interesse para toda a Igreja brasileira, da qual d. Ivo Lorscheiter não deu conhecimento a seus irmãos no episcopado. O arcebispo titular de Vescovio e pró-prefeito da Congregação alude a observações feitas pela Santa Sé, a 5 de janeiro, sobre a chamada *Missa dos Quilombos*; a uma carta enviada por Roma a 9 de fevereiro, talvez estranhando a demora da CNBB em se manifestar em relação às observações anteriores, e, finalmente, a uma carta de d. Ivo, de 22 de fevereiro.

Vários bispos informam que não tiveram conhecimento de nenhum desses textos e continuam ignorando-os mesmo agora, depois das cartas da Congregação, com data de 2 de março.

Em segundo lugar, ao vetar a *Missa da Esperança*, a primeira carta de Roma ressalta que ela "não é nem se pode dizer conforme as conhecidas disposições em vigor", o que equivale a uma diplomática mas firme acusação aos bispos responsáveis por seu texto de não conhecerem normas que, por dever de ofício, deviam conhecer.



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

Em terceiro lugar, a carta termina exigindo uma resposta ou, pelo menos, uma acusação de recebimento (o texto italiano usa a palavra *ricontrò*, que pode significar uma coisa ou outra) e, mais uma vez, a CNBB não divulgou nenhum texto que comprove o atendimento da exigência. Isso significa que d. Ivo continua desafiando a Santa Sé ou que continuam sendo sonegados aos bispos textos importantes da correspondência entre Roma e a CNBB.

Em quarto lugar, a segunda carta acusa explicitamente o presidente da CNBB não só de não entender (ou de não querer entender?) as observações enviadas por Roma, mas também de não apresentar as esperadas garantias de que a missa não continuaria sendo instrumentalizada e posta a serviço de interesses estranhos. De resto, as cartas são de março e a recente missa concelebrada pelo próprio secretário-geral da CNBB, em desagravo pela condenação dos padres franceses, com o altar enfeitado de faixas com dizeres políticos, mostra quanto a cúpula da entidade está disposta a levar a sério a advertência de Roma de que o culto não pode ser instrumento de "reivindicação de qualquer grupo humano ou racial".

Em quinto lugar, d. Ivo é acusado também de sonegar aos próprios bispos interessados as razões pelas quais Roma proibiu as missas por eles inventadas e a Congregação exige que se ponha fim a esta prática pouco honesta "por respeito e por amor à verdade católica em relação a todo o povo de Deus". Sobram censuras também para o bispo auxiliar de d. Helder, d. Lamartine Soares.

Por fim, d. Giuseppe Casoria pede a d. Ivo que transmita seus sentimentos e devotos cumprimentos também aos outros membros do episcopado, o que constitui uma manobra bem típica da linguagem diplomática vaticana de dizer que as duas cartas de março não devem ser sonegadas aos bispos, como as anteriores. Não é por acaso que os textos das duas fazem alusão à correspondência anterior, até agora não divulgada.

e a linha de ação da Igreja

Igreja não orienta o voto mas a consciência do eleitor

O fato de a Igreja aparecer na pesquisa do Ibope entre as cinco forças que mais influenciam os eleitores não surpreendeu o secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida. Para ele, essa confiança é resultado da ação evangelizadora da Igreja e de seu esforço de conscientização do eleitor, "particularmente buscando a superação das injustiças sociais, como decorrência da fraternidade vivida de modo consequente".

Dom Luciano faz questão de destacar o caráter apartidário do trabalho da Igreja, "pois sua missão a coloca numa situação supra-partidária, de quem se propõe a zelar pelo bem comum sem se identificar com nenhuma das formas concretas e precárias de promoção desse bem comum, mas procurando semear em todas elas aqueles valores indispensáveis".

AS CARTILHAS

Segundo dom Luciano, a Igreja merece confiança manifestada pelo eleitor, pelo empenho com que ela vem cumprindo sua missão.

A Igreja tem a missão de evangelizar, portanto, de anunciar aos homens, em nome do próprio Deus, a verdade que deve pautar a vida pessoal, social e comunitária. Em outras palavras: não atribuir valor à Igreja seria não atribuir valor ao exercício dessa missão.

Na opinião do secretário-geral da CNBB, também as cartilhas de orientação política e as comunidades eclesiais de base (CEBs), além dos círculos de debates e reuniões, tem papel importante entre os fatores que alçaram a igreja à condição de uma das cinco forças de maior influência sobre os eleitores na decisão do voto.

A CEB — explicou — procura acenutar esse relacionamento humano mais intenso, desenvolvendo uma reflexão constante sobre a palavra de Deus e, consequentemente, levando a uma formação mais adequada da consciência. Creio que não só as CEBs criaram condições melhores para que cada membro da comunidade pudesse ficar mais bem informado e exercitar de modo mais eficaz o seu discernimento cívico.

Também as cartilhas políticas, acha o secretário-geral da CNBB, são importantes na formação da consciência do eleitor.

A questão — diz dom Luciano — não é a opção que cada indivíduo fará, mas sim saber se a Igreja está cumprindo bem a sua missão de oferecer elementos indispensáveis para a formação da consciência. Não há dúvida de que, em se tratando de uma experiência nova, e sendo múltipla a realização dessas cartilhas, algumas resultaram imperfeitas. Se alguma delas desceu a tomada de posições concretas sobre os partidos ou candidatos, exorbitou. Mas não creio que se deva atribuir às cartilhas o apoio a este ou aquele candidato em determinada região, pois não existem apenas as cartilhas, mas todo um material fornecido pelos meios de

comunicação, que nos impede de constatar o peso de uma fonte — a eclesiástica, por exemplo — na definição do eleitor.

SEM VINCULAÇÕES

De qualquer forma, diz dom Luciano, o valor atribuído à Igreja na hora da definição do voto — segundo os resultados da pesquisa — deve ser interpretado apenas no que diz respeito à conscientização do eleitor, e não à escolha de nomes ou partidos.

Como exemplo, ele cita a atuação da Igreja em defesa da dignidade do trabalho. Todos os partidos, observa, devem valorizar o trabalho, o salário justo, as oportunidades de emprego, "para que as pessoas possam servir eficazmente a sociedade e qualificá-la para obter o salário condigno para si mesmas e para suas famílias".

— A Igreja não estaria unida a nenhum partido em concreto, sequer aquele que mais promovesse o trabalho; mas deveria, no caso, mostrar a pertinência do partido que promove esse ponto e insistir para que os outros, que não o promovem, buscassem realizar nos seus programas essa exigência.

A função da Igreja, destaca dom Luciano, não está na vinculação a partidos ou candidatos, "mas em zelar para que eles, naqueles elementos básicos que expressam a dignidade da pessoa humana, sejam capazes de apresentar opções concretas".

Experiências como a da LEC (Liga Eleitoral Católica) — entidade ligada às lideranças da Igreja, que se destacou sobretudo na campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes para a Presidência da República em 1945 — são rejeitadas atualmente. A Igreja não quer mais impor nomes ou apontar partidos "mais cristãos". Quer oferecer critérios, e quer que esses critérios sejam levados em consideração na hora da opção político-partidária.

— A Igreja hoje reluta em dar orientações individuais a respeito de candidatos ou facções políticas, uma vez que essa determinação pertence, de direito, ao próprio membro da Igreja. No entanto, não se esquia ou se omite na formação da consciência.

PREPARO

Segundo dom Luciano, o eleitor está hoje mais preparado para o voto do que nas eleições de 1978. Ele acha que houve, nos últimos anos, uma progressiva formação do eleitor através dos meios de comunicação, da atuação dos partidos e do trabalho da Igreja.

— Além disso — acrescenta — nestes anos passados a Nação estava ainda muito traumatizada para o exercício do voto dentro de um contexto democrático. Esse é o primeiro fato que estabelece uma diferença entre as eleições de anos atrás e a atual. E, no momento presente, cresceu muito a credibilidade do próprio processo político-eleitoral.



Dom Luciano Mendes de Almeida
No Paraná, história e catequese

Há duas explicações, segundo o bispo auxiliar de Curitiba, dom Ladislau Biernaski, para o fato de a Igreja Católica ter sido considerada, na pesquisa do Ibope, o segundo maior cabo eleitoral do Paraná, depois dos prefeitos.

A primeira seria o apoio que deu aos imigrantes na época da colonização do Estado; a segunda, a renovação de sua linha de ação pastoral, a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II.

— Quando vieram para o Paraná — disse dom Ladislau — os imigrantes ganharam terras, mas foram totalmente abandonados. Foi a Igreja quem os amparou, no momento em que colonizavam o Estado, construindo escolas, associações e clubes.

— Além disso — acrescentou — a catequese sistemática desenvolvida pela Igreja no Estado de sete anos para cá está criando a consciência de que a fé não deve ser interpretada apenas sob o sentido espiritual. Nossa trabalho através das comunidades eclesiais de base e dos grupos de reflexão, que são milhares em todo o Estado, está mostrando que a política é importante na vida do homem, não é uma coisa suja. Mas ensina também que a fé tem sua dimensão econômica, política e social. Os cristãos têm que escolher os candidatos realmente interessados em melhorar a vida da comunidade. Não podem vender o voto, porque isso representa um crime. Apesar da influência que temos no voto do eleitor, sabemos que é lenito o processo de conscientização política.



24-11-1988

CNBB lembra centenário da Juventude Operária

PORTO ALEGRE — Ao lembrar o centenário de nascimento do cardeal José Cardijn, fundador da Juventude Operária Católica (JOC), o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, frisou que de sua obra são tiradas as lições de que "a Igreja deve preocupar-se com a classe operária e que os jovens trabalhadores devem receber total atenção. A Igreja sem a classe operária não é uma Igreja de Jesus Cristo".

A afirmação foi feita, ontem, em sua alocução semanal, "A Palavra do Pastor", transmitida pela Rádio Medianeira, de sua diocese em Santa Maria. Destacou que "infelizmente a JOC, por diversas razões, foi muito enfraquecida no Brasil a partir de 1964", mas não faltam a coragem e a lucidez "para mostrar a clara solidariedade aos trabalhadores no nosso País".

Ao recordar os ensinamentos do fundador da JOC, dom Ivo Lorscheiter acrescentou que "operários e operárias não são máquinas ou burros de carga nem escravos, são filhos de Deus, colaboradores e herdeiros de Deus".

Salientou ainda que os jovens trabalhadores devem receber atenção para "não se embrutecerem ou

amargurarem diante da dureza da vida" e, por isto, necessitam de especial acompanhamento e de intenso programa de formação religiosa.





CNBB não analisa agora os resultados

BRASÍLIA — O Conselho Permanente da CNBB não deverá apresentar documento com análise das eleições. Os bispos que compõem o Conselho acreditam que qualquer avaliação das eleições, neste momento, "ainda é prematura". Embora acreditem ser ainda cedo para análises, os bispos passaram a manhã de ontem trocando informações sobre as eleições em cada região do País e discutindo como devem ser as celebrações de missa nas posses dos eleitos.

Segundo informações de dom Benedito Ulhoa Vieira, de Uberaba (MG), um dos pontos discutidos pelo conselho refere-se aos gastos das eleições. "O poder econômico apareceu muito forte e decisivo nessas eleições", afirmou o bispo de Uberaba, lembrando o exemplo de sua cidade, onde "o prefeito eleito não contava com o apoio dos comerciantes, dos criadores de gado, e por isso teve que contar com outro poder econômico, porque pobre só consegue ser eleito se tiver apoio dos ricos".

Quanto à celebração de missas na posse dos eleitos, os bispos manifestaram-se a favor, não com o sentido de ação de graças, "mas de

reconciliação de ânimos e pedido de graça para que os eleitos possam servir à coletividade e não aos seus próprios interesses".

O trabalho de educação política da Igreja também foi discutido e os bispos concluíram que "a Igreja deve continuar o trabalho, pois este dever de conscientizar é permanente". Esse trabalho, segundo dom Rino Carlesi, bispo de Balsas (MA), "é lento, mas há sinais de consciência no meio do povo".

INSATISFAÇÃO

Dom Rino Carlesi, falando sobre a vitória do PDS em todos os Estados do Nordeste, afirmou ainda que "há dependência desde o nível municipal. Todos dependem do governo federal e embora votem no governo, votam insatisfeitos".

Ele negou ainda que a Igreja tenha trabalhado em favor do PMDB, lembrando que todo o trabalho de educação política "não foi partidário, porque há uma nova mentalidade. Eles estão apenas procurando o bode expiatório para algumas derrotas", disse ele referindo-se à acusação do senador Jarbas Passarinho de que a Igreja teria feito campanha para o PMDB.

Igreja vê absolvição dos padres

27-11-82 PR

BRASÍLIA — O secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, ao ser perguntado ontem sobre suas expectativas para o julgamento dos missionários Aristides Camio e Francisco Gouriou afirmou que "considero a atuação do STM digna de respeito e a argumentação dos advogados de defesa com suficientes fundamentos para a absolvição".

Ele reafirmou sua esperança de que seja reconhecida a inocência dos padres e a desclassificação de acusação contra os posseiros, "uma vez que nada há em oposição à Lei de Segurança Nacional". Dom Luciano está convidando as comunidades católicas a intensificarem suas orações "para que seja alcançada a justiça pública que hoje já se manifesta na consciência dos mais simples".

Dom Luciano renovou ainda a confiança de que seja levada em consideração "a competente defesa dos advogados dos padres, uma vez que responderam aos quesitos da acusação mostrando sua improcedência". Quanto à desapropriação de uma área que pertenceu à extinta Fundação Brasil Central, área esta cuja desapropriação era defendida pelo missionário Aristides Camio, o secretário-geral da CNBB afirmou que "a recente desapropriação veio ao encontro da expectativa de centenas de famílias que já residem há anos na região".

Institut für
Brasilienkunde
Pressearchiv

Zeitung Folha de São Paulo	Datum 26.12.82	Nummer
----------------------------------	-------------------	--------

S.1

KIRCHE PCB

Igreja diverge quanto ao PCB

Possibilidade de legalizar partido é analisada

por um arcebispo e três cardeais

"O comunismo é como uma cobrinha, que quando pequena não faz mal a ninguém, mas que quando começa a crescer se torna uma ameaça." A afirmação é de dom Cláudio Colling, arcebispo de Porto Alegre, que usa essa alegoria para explicar por que é transitoriamente contrário à legalização do Partido Comunista Brasileiro, proscrito há quase 40 anos, após um rápido período na legalidade, endossando posição assumida por dom Ivo Lorscheiter, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Segunda-feira última, uma semana depois que 90 integrantes do PCB foram presos pela Polícia Federal em São Paulo, quando participavam de uma reunião nacional, discutindo basicamente a possibilidade de legalizar seu partido, dom Ivo manifestou-se pessoalmente contrário à idéia, alegando que não se pode dar registro legal ao Partido Comunista ou a qualquer outra agremiação, mesmo de direita, que não possua, segundo ele, "conteúdos democráticos" em sua doutrina.

A partir dessa afirmação, a "Folha" ouviu sobre o assunto quatro representantes da Igreja, de diferentes tendências e situados nos postos mais altos da hierarquia católica. Entre eles, dom Cláudio Colling, sucessor do cardeal Vicente Scherer na Arquidiocese de Porto Alegre e, como este, considerado um conservador.

Os outros três: dom Aloísio Lorscheiter, cardeal-arcebispo de Fortaleza, da ala moderada, que também é contra a legalização; dom Eugênio Sales, cardeal-arcebispo do Rio, moderado, que oscila entre a condenação e a aprovação; e dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, da chamada ala progressista, que embora faça ressalvas defende a legalidade do PC, assinalando que a possibilidade de formar um partido, de se exprimir ou de se reunir é um direito fundamental, consignado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Os depoimentos foram colhidos por Ana Maria Leopoldo e Silva, de São Paulo; Tereza Lobo, da Sucursal do Rio; Nelson Adams Filho, da Sucursal de Porto Alegre; e Edmundo Maia, correspondente em Fortaleza.

ASFIXIA

Para dom Cláudio Colling, arcebispo de Porto Alegre, "o comunismo, enquanto minoria, é bem comportado, mas, no momento que cresce e passa a ser maioria, engole a todos". Por isso ele entende não ser possível permitir a legalização do PCB. "A democracia — diz o arcebispo — correria o risco de ser asfixiada." E, conclui, ressaltando que fala em nome pessoal:

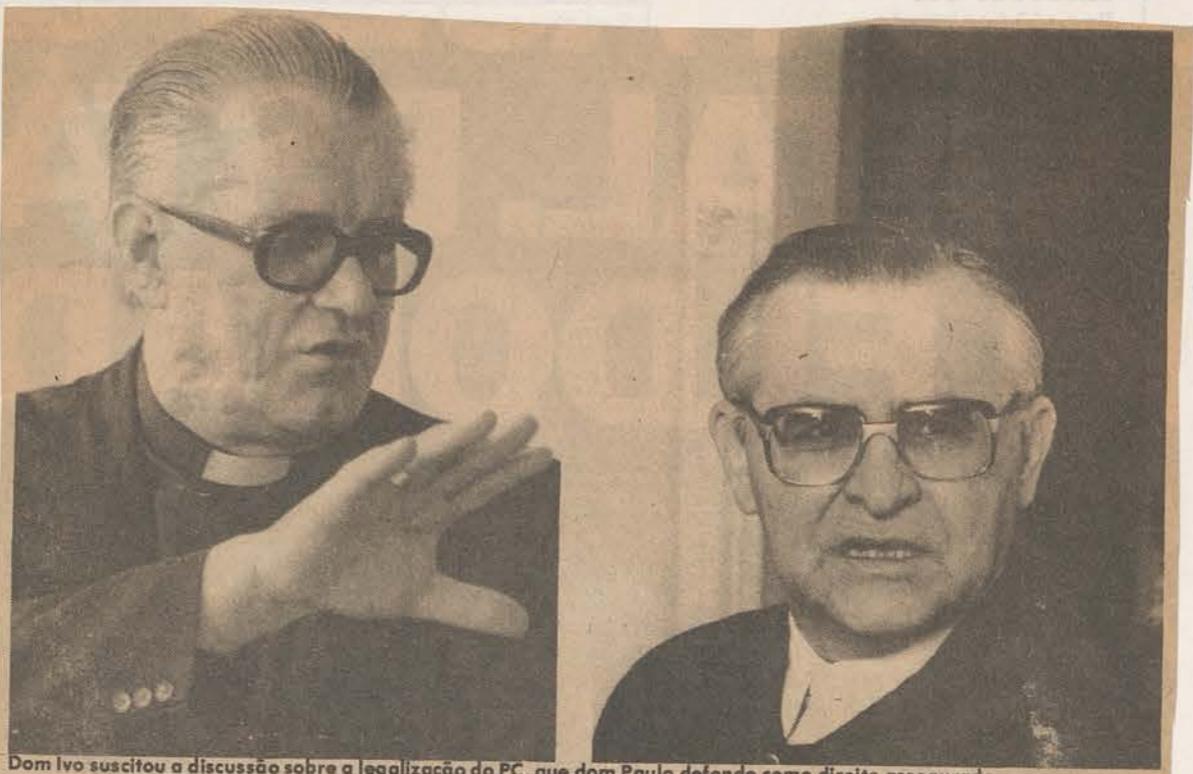
"Quem tem por objetivo sufocar a democracia, não tem o direito de se estabelecer, mesmo num sistema como o democrático, que permite a participação de várias correntes políticas."

Primo do presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, o cardeal-arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheiter, faz uma analogia, citando, para fundamentar sua posição contrária à legalização do PC, um documento sobre a liberdade religiosa, do Concílio Vaticano 2º. "No documento — afirma dom Aloísio — se diz que se reconhece a liberdade religiosa a todas aquelas religiões que não atentem ao bem comum. Isto, portanto, quer dizer que nem todas as religiões podem exigir a liberdade religiosa. Porque há um critério que é justamente respeitar o bem comum."

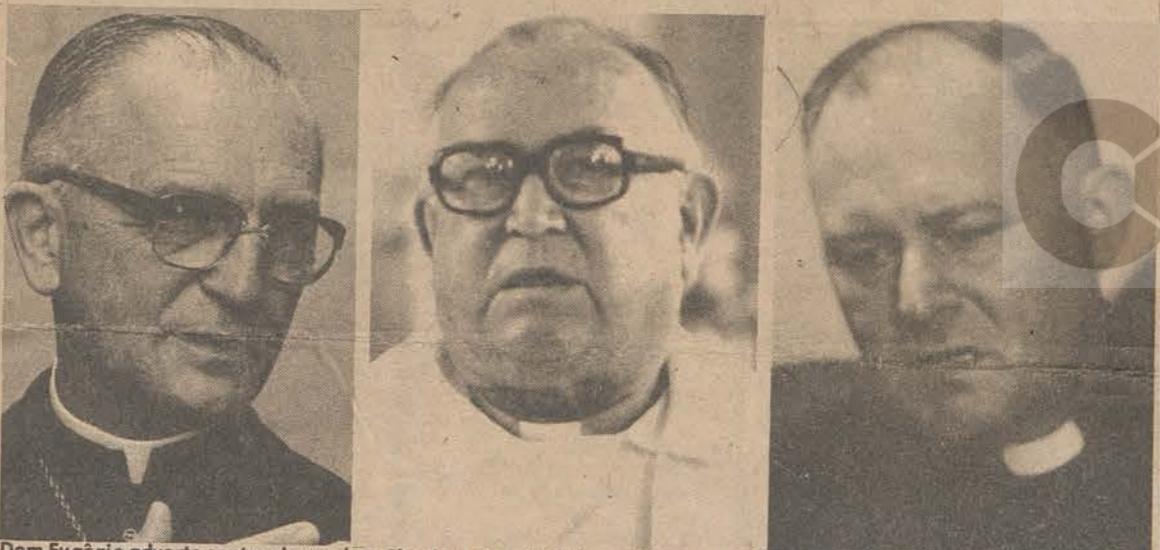
A democracia pressupõe isso, observa o cardeal: o respeito à dignidade humana de cada pessoa. E em partidos como o PC, segundo dom Aloísio, isso não vigora.

b/w.





Dom Ivo suscitou a discussão sobre a legalização do PC, que dom Paulo defende como direito assegurado.



Dom Eugênio adverte contra riscos; dom Cláudio e dom Aloísio condenam, em nome da democracia.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFBA

Bibliothek
128 17
Institut für Brasilienkunde
METTINGEN



Institut für Brasilienkunde